Adeus à mestra
Maria da Conceição Tavares, economista ícone da defesa do desenvolvimentismo, morre aos 94 anos A6

Regulamentação
Técnicos alertam que Previdência não sustenta inclusão de trabalhadores de aplicativos A15

Vinhos de Portugal
Evento começa no Rio com sucesso de público e terá edição em SP no próximo fim de semana B4

Sábado, domingo e segunda-feira, 8, 9 e 10 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6018 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

Adeus à mestra
Maria da Conceição Tavares, economista ícone da defesa do desenvolvimentismo, morre aos 94 anos A6

Regulamentação
Técnicos alertam que Previdência não sustenta inclusão de trabalhadores de aplicativos A15

Vinhos de Portugal
Evento termina no Rio com recorde de público e terá edição em SP a partir de quinta-feira B4

Sábado, domingo e segunda-feira, 8, 9 e 10 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6018 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

RS já estima prejuízos de R$ 62 bi e pede ajuda da União para evitar paralisia fiscal

Tragédia Secretária de Fazenda do Estado diz que perda pode aumentar e que ações até agora dão fôlego a investimentos, mas é preciso ter recursos para o 'dia a dia'

Marta Watanabe e Lu Aiko Otta
De São Paulo e Brasília

Com os prejuízos das enchentes preliminarmente estimados em R$ 22 bilhões em negócios que deixam de ser feitos e de R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões em perdas com equipamentos, como máquinas e veículos, além de instalações, o governo do Rio Grande do Sul pede socorro da União para garantir em 2024 nível de arrecadação equivalente ao de 2023 e um programa de flexibilização de contratos para trabalhadores do setor privado, semelhante ao da chamada Lei do Bem [Benefício de Manutenção de Emprego e Renda], adotada na pandemia.

Sem horizonte à frente para atingir resultado primário positivo, o governo gaúcho pleiteia ainda redefinição no pagamento de precatórios, revisão do Regime de Recuperação Fiscal e renegociação do indexador da dívida, conjunto considerado imprescindível para recuperação das contas do Estado, segundo a secretária de Fazenda do RS, Pricilla Maria Santana. Em conversa com o **Valor**, ela diz que o cálculo sobre prejuízos é preliminar e lembra que o setor privado do Estado calcula perdas perto de R$ 100 bilhões.

Segundo Santana, medidas de ajuda já aprovadas, como a suspensão do pagamento da dívida com a União, garantem recursos para investimentos. "Mas nos falta hoje recurso para o dia a dia", diz. Ela esteve semana passada em Brasília em uma série de reuniões acompanhando o governador Eduardo Leite (PSDB). O "seguro-receita" proposto pelo Estado seria um mecanismo para garantir este ano o nível de arrecadação de 2023. A perda de receita tributária estimada para 2024 é de R$ 10 bilhões. O pedido está sob análise do governo, diz.

Na última semana, a União anunciou ajuda de dois salários mínimos a trabalhadores formais nos locais inundados e que estão sem renda por causa da paralisação de empresas. Para Santana, a reconstrução do Estado propiciará recuperação do PIB local, mas a retomada será diluída no tempo, mais intensa em 2025. **Página A4**

Direita avança e Macron dissolve Parlamento

Humberto Saccomandi
Para o Valor, de Veneza

A Europa sofreu um terremoto político. Partidos de extrema direita avançaram nas eleições para o Parlamento Europeu. E, mais importante, os governos de Alemanha e França, os dois países mais importantes da Europa, que formam o eixo da União Europeia (UE), sofreram derrotas duríssimas. Apesar do avanço, os partidos de extrema direita ainda deverão ser minoritários no Parlamento Europeu mas mesmo assim, as repercussões serão profundas. Na França, o presidente Emmanuel Macron anunciou a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições legislativas. Seu partido, segundo projeções, teve menos da metade dos votos da extrema direita, liderada por Marine Le Pen. **Página A 17**

Conselheiros múltiplos

GABRIEL REIS/VALOR

Os conselheiros 'múltiplos', que atuam em várias empresas, estão mais comuns no mercado. "É importante que as companhias considerem os desafios associados, como a limitação de tempo para o trabalho e conflitos de interesse", diz Jandaraci Araújo, do Instituto Conselheira 101, ao repórter Jacilio Saraiva Página B2

Juro real persiste acima do nível de 6%

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Os juros reais de longo prazo voltaram à casa dos 6% há dois meses, estão nas máximas em 14 meses e não dão sinal de mudança. Com os ativos bastante sensíveis, a piora na percepção de risco e o aumento da incerteza com as contas públicas mudaram o humor dos agentes econômicos em meio a um ambiente de juros mais altos nos Estados Unidos.

Embora não costumem ser afetados diretamente pelos ciclos da política monetária, chama a atenção o fato de os juros reais embutidos nas NTN-Bs de longo prazo estarem em níveis bem diferentes do último ciclo de redução da Selic. Se, em 2020, a taxa do papel com vencimento em 2045 ficava entre 3,5% e 4,5%, hoje o mesmo título está acima de 6%.

Em quatro anos, as contas públicas se deterioraram, o que fez subir o juro neutro, ao mesmo tempo em que a política monetária americana está contracionista. No entanto, há um descolamento do mercado local em relação aos EUA nas últimas semanas. A diferença entre os juros reais brasileiros e os americanos aumentou, o que pode indicar um prêmio adicional exigido dos papéis locais.

"As taxas estão altas, sem dúvida. Não parece ser um nível que se sustenta do ponto de vista fiscal", diz Michael Kusunoki, do BNP Paribas Asset Management. Ele pondera, no entanto, que há incertezas em relação às políticas fiscal e monetária e isso leva os investidores a exigir um prêmio de risco mais alto. **Página C1**

- **Pipeline** O bode na sala: encontro de empresários e governo expõe clima de insatisfação. **B4**

Destaques

Vitru migra da Nasdaq para B3
O grupo de ensino a distância Vitru passa a negociar suas ações na B3 a partir de hoje. É a primeira companhia a migrar da americana Nasdaq para a bolsa brasileira. A Vitru abriu capital em 2020 com o papel a US$ 16 . Na migração, a ação será desmembrada em quatro e o valor deve ser equivalente à média da cotação da última semana, cerca de US$ 9, convertido para real **B8**

Informe de benefício fiscal
A previsão do Ministério da Fazenda é que as empresas tenham que informar já a partir de julho à Receita Federal os benefícios fiscais que recebem do governo, segundo apurou o **Valor** com integrantes da equipe econômica. A instrução normativa do Fisco com a lista de incentivos que deverão ser cadastrados sairá até o fim deste mês. **A2**

Indicadores

Ibovespa	7/jun/24	-1,73 % R$ 22,1 bi
Selic (meta)	7/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	7/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	7/jun/24	5,2796/5,2802
Dólar comercial (mercado)	7/jun/24	5,3236/5,3242
Dólar turismo (mercado)	7/jun/24	5,3245/5,5045
Euro comercial (BC)	7/jun/24	5,7046/5,7074
Euro comercial (mercado)	7/jun/24	5,7495/5,7502
Euro turismo (mercado)	7/jun/24	5,7812/5,9612

Aprovação de projetos imobiliários sofre atraso em SP

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Incorporadores de São Paulo aguardam a publicação de um decreto pela prefeitura para que projetos que seguem as regras estabelecidas após a revisão do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento possam chegar às ruas. O setor reclama que não estão sendo aprovados novos empreendimentos de médio e alto padrão na cidade desde meados do ano passado, o que pode atrasar o ciclo de lançamentos na capital.

Ely Wertheim, do Secovi-SP, diz que pode haver um "gap contratado de falta de projetos" em 2025. O decreto trata dos valores cobrados pela outorga onerosa, taxa para se construir acima de determinado limite em certa área. Com a revisão das leis, houve mudanças em como o cálculo deve ser feito e os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) não podem emitir alvarás até o entendimento estar pacificado. **Página B1**

IA no consultório

SILVIA ZAMBONI/VALOR

O uso da IA generativa chegou aos consultórios. "Faltava engajar o profissional de saúde, cuja formação é bem tradicional", diz Sidney Klajner, do Hospital Israelita Albert Einstein, ao repórter João Rosa. Página B9

A 'consistência criativa' do Brasil em Cannes

Daniela Braun
De São Paulo

A uma semana do início do Cannes Lions, considerado o "Oscar" da publicidade mundial, Simon Cook, executivo-chefe do festival, destaca a participação do Brasil. O país é um dos cinco mais premiados desde 2001. "Continuamos a nos surpreender com a consistência criativa da indústria brasileira", diz Cook. Os desafios das marcas, a ampliação do evento a um público mais diverso e o potencial do mercado de luxo, que ganhou nova categoria, são outros temas que ele destaca. O festival ocorre de 17 a 21 de junho e o **Valor** estará presente com uma cobertura especial e reportagens diretamente de Cannes. **Página B10**

Gantz renuncia e eleva pressão sobre Netanyahu

Dov Lieber
Dow Jones Newswire, de Tel Aviv

O general da reserva Benny Gantz, membro centrista do gabinete de guerra de Israel renunciou ontem por discordar da forma como o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu lida com a guerra na Faixa de Gaza. A demissão, embora esperada desde a semana passada, ocorreu depois que uma missão de comandos israelenses para resgatar quatro reféns gerou críticas que ameaçam atrapalhar os esforços para acabar com o conflito.

A saída do ministro deve causar turbulências, mas não a queda de Netanyahu, segundo analistas. No entanto, o premiê deve se tornar ainda mais dependente dos partidos de extrema direita que lhe dão apoio no Parlamento. Num post na noite de sábado, Netanyahu havia apelado a Gantz para permanecer na coalizão. "Este é o momento de unidade e não de divisão", escreveu ele. **Página A16**

Alta forte da renda impulsiona o consumo das famílias e os serviços

Sergio Lamucci A2

INÊS 249

O avanço da renda das famílias e o crescimento

Sergio Lamucci

O crescimento do PIB no primeiro trimestre teve como dois dos principais destaques o consumo das famílias, pelo lado da demanda, e os serviços, pelo lado da oferta, impulsionados pelo avanço significativo da renda. A força do mercado de trabalho e as transferências do governo, por meio de benefícios previdenciários e assistenciais, deram mais uma vez impulso à economia no período de janeiro a março. O PIB cresceu 0,8% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, com alta de 1,5% do consumo das famílias e de 1,4% dos serviços.

O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, tem ressaltado a importância da renda das famílias para o crescimento do PIB. Para ele, é a "grande força motriz" do desempenho atual da economia. Montero gosta de enfatizar a evolução da chamada Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, um agregado calculado pelo Banco Central (BC). Em sua versão restrita, o indicador reúne rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais, excluindo recursos de aluguéis e aplicações financeiras, além de descontar os gastos com impostos. Nos três meses até abril, essa medida de renda das famílias cresceu 6,4% em relação ao mesmo período de 2023, descontada a inflação, diz Montero, ex-secretário-adjunto de Política Econômica da Fazenda. No primeiro trimestre, a alta ficou em 7% nessa base de comparação.

"É uma taxa muito significativa, de um agregado que ocupa mais de metade do PIB", afirma ele, para quem não é sem motivo que "o consumo das famílias e o seu espelho em serviços se destacam numa perspectiva de mais longo prazo". Nos 12 meses até abril, a renda disponível das famílias no conceito restrito atinge R$ 6 trilhões.

O bom momento do mercado de trabalho é parte da explicação do crescimento da renda. Nos três meses até abril, o rendimento médio de todos os trabalhos aumentou 4,7% em relação a igual intervalo do ano passado, já descontada a inflação. Nesse período, a massa de renda cresceu 7,9% acima dos índices de preços.

Além disso, as transferências do governo têm avanço expressivo. O salário mínimo, que corrige 60% dos benefícios da Previdência, passou a subir acima da inflação. O piso salarial também reajusta os Benefícios de Prestação Continuada (BPC, para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência).

O resultado do PIB do primeiro trimestre mostrou ainda uma queda forte da taxa de poupança doméstica, que recuou de 17,5% do PIB nos primeiros três meses de 2023 para 16,2% do PIB no mesmo período deste ano, uma notícia ruim para a economia. Um país que poupa pouco tem mais dificuldades para financiar o investimento.

Para tentar identificar quem reduziu a poupança, Montero avalia a variação dos componentes do PIB em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Na comparação com o primeiro trimestre de 2023, por exemplo, o consumo das famílias cresceu 4,4%, um ritmo inferior aos 7% da alta da renda disponível das famílias no conceito restrito do BC, descontada a inflação. Para Montero, é provável que a diminuição da poupança tenha vindo do setor público, pelas elevadas transferências, e talvez das empresas, pela recomposição dos rendimentos do trabalho acima da produtividade, e não das famílias, uma vez que, em relação ao primeiro trimestre de 2023, as rendas desse grupo subiram mais do que os seus gastos.

"Identificar quem despoupou é importante. Se são as famílias, a política monetária está frouxa. Se é o setor público, é a política fiscal que está frouxa. Se é o excedente operacional das empresas, talvez seja ainda recomposição das perdas do trabalho no PIB da pandemia, com devolução de margens ou, mais complicado, pressão do hiato do produto [por falta de ociosidade na economia]", aponta Montero. Se a renda está tão forte e o PIB não avança mais e a inflação não está muito pressionada, é porque a política monetária é mesmo contracionista para segurar todo esse expansionismo, diz ele. Nesse ambiente, é essencial ter espaço para reduzir os juros. O impulso fiscal terá que passar por alguma reversão — ou o país vai para um déficit primário de 3% do PIB?, pergunta Montero — e o mercado de trabalho passará por uma desaceleração, por não ter vida própria, segundo ele.

Montero destaca que a economia precisará desse terreno no médio e longo prazo. "Se haverá esse espaço, dependerá das expectativas de inflação e do fiscal. Hoje, com desancoragem das expectativas, incertezas e essas rendas nas costas, o BC poderá endurecer o discurso." A Selic está hoje em 10,5% ao ano, e a avaliação dominante é que haverá apenas mais um corte da taxa, de 0,25 ponto percentual. Nos 12 meses até abril, o déficit primário (exclui gastos com juros) do setor público consolidado ficou em 2,4% do PIB. Para 2024, o consenso do mercado é que esse rombo fique em 0,7% do PIB. O pagamento de precatórios feito em dezembro de 2023, de R$ 93 bilhões, sairá do acumulado em 12 meses no fim deste ano.

O crescimento impulsionado pela renda perderá fôlego, num cenário em que o mercado de trabalho, em especial, deverá desacelerar em algum momento. Para que a economia avance de modo sustentado, é fundamental abrir espaço para a redução dos juros, o que passa pela redução das incertezas fiscais. O afrouxamento das metas de resultado primário para 2025 e para os anos seguintes e o esgotamento do ajuste pelo lado da receita pressionam o câmbio, com o dólar na casa de R$ 5,30, levam os juros de longo prazo acima de 6%, descontada a inflação, e contribuem para a alta das expectativas para os índices de preços. Somada a um cenário externo menos favorável para os emergentes, com a perspectiva de que os juros americanos vão recuar menos do que se esperava, a indefinição sobre as contas públicas impedirá quedas adicionais e sustentadas dos juros domésticos. Sem isso, o investimento não vai decolar, e o crescimento da economia perderá força.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Contas públicas Medida da Fazenda tem como objetivo combater fraudes e corrigir distorções tributárias

Declaração de benefício deve começar em julho

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A previsão do Ministério da Fazenda é que as empresas tenham que informar já a partir de julho à Receita Federal os benefícios fiscais que recebem do governo, segundo apurou o **Valor** com integrantes da equipe econômica. A instrução normativa do Fisco com a lista de incentivos que deverão ser cadastrados sairá até o fim deste mês. É mais uma medida visando combater fraudes e corrigir distorções tributárias, uma agenda que vem sendo tocada desde o ano passado pelo ministro Fernando Haddad.

O ministério antecipou para a Medida Provisória (MP) que restringiu o uso de créditos de PIS/Cofins, enviada ao Congresso Nacional na semana passada, o cadastro de benefícios fiscais que consta em um projeto de lei em trâmite no Parlamento. Como o projeto trata de outros assuntos e, por isso, está travado, o governo decidiu antecipar a iniciativa, já que o sistema e a instrução normativa estão quase prontos.

Ao todo, segundo a Receita, serão cerca de R$ 200 bilhões declarados por meio do preenchimento do formulário. São benefícios que a Receita não tem controle por dois principais motivos: primeiro porque integram programas muito antigos e que envolvem número menor de contribuintes ou de renúncia. Uma fonte lembra que há mais de 200 regimes especiais de incidência de PIS/Cofins.

Segundo, porque são benefícios de autofruição, ou seja, não há processo concessório, já que o contribuinte, no momento do cálculo do tributo, verifica o enquadramento na regra desonerativa e usufrui do benefício. Em alguns casos, há a exigência de habilitação prévia, mas, uma vez obtida, o procedimento torna-se automático. A fiscalização da Receita ocorre posteriormente, mas como são casos difusos, muitas vezes acaba não ocorrendo.

O principal objetivo da medida, dizem técnicos, é ter controle sobre os incentivos que são dados ao setor produtivo do país. Depois, dar transparência a essas informações. "Quais são todos os benefícios que as empresas têm no Brasil? Nós não conseguimos responder a essa pergunta. Precisamos dar transparência, é dinheiro público", diz uma fonte.

> Medida "não pode prejudicar operação e vida financeira da empresa"
> *Francisco Moreira*

Membros da equipe econômica negam que a medida tenha viés arrecadatório, apesar de reconhecerem que o controle poderá resultar em revisão de benefícios irregulares, além de ajudar na agenda de combate a distorções tributárias. "Esperamos ter um mapa [de todos os benefícios] e se, precisarmos adotar medidas, tomo medidas mais embasadas, com comparativos melhores", explica a fonte.

O cadastramento também pode fazer com que muitas empresas que usufruam de um benefício irregularmente cessem essa prática, já que estarão prestando informações falsas. Movimento semelhante foi visto no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

De acordo com a MP, as empresas deverão informar à Receita os "incentivos, as renúncias, os benefícios ou as imunidades de natureza tributária de que usufruir" e o "valor do crédito tributário correspondente". O ato normativo do Fisco trará os termos, o prazo e as condições em que serão prestadas as informações.

As empresas que deixarem de entregar a declarações estarão sujeitas à multa, que variam de 0,5% a 1,5% da receita bruta, limitada a 30% do valor dos benefícios fiscais. Também há previsão de aplicação de multa de 3% sobre o valor omitido, inexato ou incorreto.

Para o advogado tributarista Francisco Lisboa Moreira, sócio do Alma Law, uma multa com base em percentuais de receita "não pode prejudicar a vida financeira da empresa e isso deve ser verificado a cada caso". "Sem dúvida, existem casos em que 1,5% da receita bruta acima de R$ 10 milhões, limitada a 30% do benefício fiscal, pode representar a conversão de um lucro em prejuízo — e claramente configurando situação de confisco", argumenta.

Avaliação semelhante faz o tributarista Luiz Gustavo Bichara. "Espera-se que o Fisco explique a metodologia de cálculo da renúncia fiscal que ele quer receber, para que o contribuinte não seja induzido a erro apenas para sofrer sanção", afirma.

Distribuição de royalties precisa passar por aperfeiçoamento legal

Paula Martini e Kariny Leal
Do Rio

O investimento em tecnologia e o aprimoramento legal para fazer frente à insegurança jurídica foram alguns caminhos apontados por reguladores, parlamentares e especialistas para pacificar a discussão sobre o processo de distribuição de royalties do petróleo no país.

O tema foi debatido em dois painéis do seminário Royalties e o Rio, realizado na sexta-feira (7) no auditório da Editora Globo, no Rio. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o pagamento de royalties pela indústria de petróleo e gás chegou a R$ 53,6 bilhões em 2023, e cidades fluminenses estão entre as dez que mais recebem recursos. A previsão da agência para este ano é de R$ 90 bilhões.

Fernando Moura Alves, diretor da ANP, destacou que o repasse de royalties é alvo de intensa judicialização e que existe um esforço técnico por parte da agência para dar conta do alto volume de demandas que surgem sobre o assunto mensalmente: "O esforço legislativo é muito válido para tentar deixar o assunto mais objetivo, prático e plausível para o dia a dia dos municípios", afirmou na mesa Caminhos para uma distribuição justa – como novas ferramentas podem ajudar a diminuir o atrito no processo de distribuição.

De acordo o diretor, há 1.500 ações judiciais em andamento sobre royalties e exploração de petróleo e gás, além de cerca de 30 novas decisões judiciais sobre o tema por mês. Também no evento, a diretora da ANP Symone Araújo reiterou os números e disse que a agência tem enfrentado dificuldades por conta dos cortes de recursos sofridos no orçamento de 2024, mas tem trabalhado para solucionar a questão.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), Luciano Bandeira, disse que a falta de informação e a insegurança jurídica são entraves à construção de um ambiente de conciliação entre Estados e municípios. A entidade atua como "amicus curiae" (parte interessada) na defesa do Estado do Rio pelos royalties do petróleo no Supremo Tribunal Federal.

"Nós vivemos em um país de absoluta insegurança jurídica, e o setor de óleo e gás precisa de perspectiva de longo prazo. A conciliação depende basicamente de dois elementos: gerar a percepção de justiça entre as partes e dar certeza de que os elementos usados na discussão são verdadeiros e corretos", afirmou.

DIVULGAÇÃO

Participantes do debate sobre "distribuição justa" de royalties no auditório da Editora Globo, no Rio

Para Bandeira, tecnologias como blockchain e big data ainda são pouco utilizadas pelo setor e poderiam contribuir para ambiente de maior conciliação: "A gente tem a tecnologia do blockchain que pode ser usada para gravar e registrar operações em royalties, bem como a de big data, que armazena e concentra um universo de informações. Com elementos de tecnologia, se dá transparência e acesso aos dados", disse.

O deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), ex-secretário de energia e economia do mar do Estado do Rio, também defendeu o papel das agências reguladoras na discussão. Ele acredita que a desinformação é responsável por parte dos litígios que envolvem a divisão dos recursos. "Quando foi feita a mudança do sistema de partilha para o de concessão, houve uma mobilização dos parlamentares para dizer que os royalties tinham que ser divididos pelo país todo. Mas os royalties são divididos por todo o país através da União, que recebe a maior parte dos recursos", disse. "O debate se avoluma e acrescenta-se a ele as dificuldades do entendimento da população sobre como é feita a partilha e quais são os marcos estabelecidos para beneficiar Estados e municípios."

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

GABRIEL REIS/VALOR

Srour: corte de juros nos EUA não é suficiente para mover BC; solução fiscal ao menos no curto prazo seria necessária

Conjuntura Para economista, articulação política do governo se perdeu e agenda para cortes de gastos não tem adesão também no Congresso

Sensação de política ‘no improviso’ gera receio fiscal, diz Srour

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Embora nenhuma mudança concreta tenha ocorrido nas regras fiscais do Brasil nas últimas semanas para justificar o azedume do mercado com os ativos brasileiros, o governo tem passado, nas recentes interações com o Congresso, uma impressão de que "vai fazer as coisas no improviso" e é isso que gera uma perspectiva fiscal ruim para o país, afirma Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management.

Desde que o governo decidiu alterar a meta de resultado primário (receita menos despesa, exceto gastos com juros) para 2025, em abril deste ano, o "humor" do mercado com o cenário fiscal "piorou bem", diz Srour. "E, a partir daí, começamos a ver uma dificuldade muito grande do governo de conseguir aprovar, no Congresso, medidas de aumento de imposto", afirma.

Diante disso, segundo Srour, "ficou uma sensação de que a parte política está mais fraca, de que o Congresso consegue emplacar pautas e o governo fica na mão dele", diz.

Ela cita como exemplo a Medida Provisória que o governo enviou restringindo o uso de créditos de PIS/Cofins, uma tentativa de compensar as despesas com a manutenção da desoneração da folha dos setores que mais empregam no país.

"Só que está muito óbvio que isso vai precisar ser revisto. Ou vão devolver a MP ou vão engavetar, porque a pressão está enorme, não foi combinado com ninguém no Congresso e as empresas foram para cima — nesse caso, eu acho que elas têm razão, porque elas tinham direito a um crédito e, de uma hora para outra, não têm mais", diz Srour.

Na última sexta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a MP é "saneadora" de uma questão orçamentária e responde a uma determinação do Supremo Tribunal Federal. "Sem a compensação, volta a ter vigência a liminar que, em 45 dias, vai prejudicar os 17 setores que negociaram conosco", afirmou o ministro.

Haddad disse que vai "sentar para conversar" com o Congresso. Líderes de bancadas reclamaram da falta de diálogo com a Fazenda antes do envio da medida provisória. Questionado sobre isso por jornalistas, Haddad reforçou que haverá debate com os parlamentares e disse: "Eu tinha 60 dias, em 60 dias tem de ter uma medida aprovada pelo Congresso".

"Essa sensação de que o governo vai fazer as coisas no improviso, porque precisa dar uma resposta, e as coisas não são combinadas, não há articulação política, é uma perspectiva fiscal ruim", afirma Srour.

O câmbio, inclusive, tem reagido a isso, na sua avaliação. "Se você tem um governo que está com uma base muito fraca no Congresso e que não está nem sabendo o que está acontecendo, a probabilidade de ter pautas piores [no fiscal] é muito maior", afirma Srour, citando como outro exemplo o vaivém em torno da taxação de compras internacionais abaixo de US$ 50.

Para Srour, a articulação política de Haddad, que foi elogiada, por exemplo, na aprovação do texto-base da reforma tributária, não é mais a mesma. E mesmo a reforma tributária, diz, pode enfrentar reveses na atual fase de regulamentação.

"Acho que passaram várias medidas, aumento de impostos, em um acordo político com o Centrão. Mas essa pauta de aumentar impostos se esgotou, o empresário chegou no Congresso e falou que não dá mais. Teria de ter, agora, uma pauta de reduzir gastos, mas ela não tem adesão nenhuma", afirma, acrescentando que essa ausência de apoio também vem de parlamentares.

> "Pauta de aumentar impostos se esgotou; empresário falou que não dá mais"

O problema, diz Srour, é que, se o governo não conseguir rever, por exemplo, os pisos constitucionais de saúde e educação, no próximo ano o arcabouço recém-aprovado terá de ser alterado.

"Acho que ele [Haddad] vai tentar colocar o assunto, mas, se ele não conseguir ou nem tentar, vamos ver [a curva de juros] abrindo de novo", afirma Srour, em referência à perspectiva de que as taxas futuras de juros podem subir. "Eu acho que, no começo de 2025, o mercado fica, de novo, bem de mau humor com o fiscal. E, aí, como o Banco Central vai cortar juros?", questiona. "Eles podem até forçar a barra, mas seria muito ruim", afirma.

A dúvida entre agentes do mercado financeiro é se, no ano que vem, quando a maioria do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC terá sido indicada pelo presidente Lula, haverá maior tolerância com a inflação em busca de taxas de juros mais baixas.

O mercado reagiu mal à última decisão do Copom, em que membros indicados por Lula votaram por manter o ritmo de corte da Selic em 0,50 ponto percentual, enquanto aqueles indicados pela gestão anterior, inclusive o presidente do BC, Roberto Campos Neto, optaram por reduzir a velocidade para 0,25 ponto — e saíram vitoriosos.

Para a próxima reunião do Copom, neste mês, Srour diz que, a não ser que haja uma decisão unânime por pausar o corte de juros, as expectativas de inflação "podem piorar bem".

Para o BC voltar a reduzir a Selic, diz, seria necessário algo além do início do corte de juros nos Estados Unidos.

"Eu acho que, para voltar a cortar os juros no Brasil, o câmbio precisa voltar mais para perto de R$ 5 [por dólar americano] e as expectativas de inflação precisam parar de subir. Eu não acho que isso vai acontecer só porque o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] começou a cortar juros. Teria que ter alguma coisa a mais, alguma solução fiscal para os problemas mais de curto prazo. Não é porque o Fed vai começar a cortar que dá para o BC cortar também", diz.

INÊS 249

Contas públicas Estado pede socorro à União a fim de obter recursos que permitam receita semelhante à do ano passado e pleiteia programa público para manutenção de empregos

RS já estima prejuízos de R$ 62 bi e tenta evitar paralisia fiscal

Marta Watanabe e Lu Aiko Otta
De São Paulo e Brasília

Com estragos das enchentes preliminarmente estimados em R$ 22 bilhões em fluxo de transações e de R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões em estoque de capital, o governo do Rio Grande do Sul pede socorro da União para garantir em 2024 nível de arrecadação equivalente ao de 2023 e um programa de flexibilização de contratos de trabalho para empregados da iniciativa privada, em modelo semelhante ao da chamada Lei do Bem [Benefício de Manutenção de Emprego e Renda], aplicada no período da pandemia de covid-19.

Sem horizonte à frente para atingir resultado primário positivo, o governo gaúcho pleiteia ainda redefinição no pagamento de precatórios, revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual aderiu em 2021, e a renegociação do indexador da dívida, em um conjunto considerado imprescindível para a recuperação das contas do Estado, segundo a secretária de Fazenda do Rio Grande do Sul, Pricilla Maria Santana. Em conversa com o **Valor** ela esclarece que os dados sobre prejuízos são de um primeiro cálculo e lembra que o setor privado do Estado calcula perdas na casa dos R$ 100 bilhões.

Em termos de arrecadação própria, a perda, no "pior cenário", poderá ser da ordem de R$ 10 bilhões, cerca de 20% para o que era esperado no ano, diz. Os dados de maio apontam para perdas nessa magnitude, mas ela acredita que haverá redução ainda maior em junho. Os dados de maio, destaca, são de fatores geradores de abril, mês no qual houve apenas uma semana sob efeito das chuvas.

Santana esteve semana passada em Brasília em uma série de reuniões acompanhando o governador do Estado, Eduardo Leite (PSDB). Além do Ministério da Fazenda, ela esteve com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dado que os gaúchos têm pleitos que dependerão da aprovação do Legislativo.

O "seguro-receita" proposto pelo Estado seria o mecanismo para garantir até o fim de 2024 o nível de arrecadação de 2023. Santana lembra que a receita tributária de 2023 não foi a mais alta do período mais recente e que o Estado enfrentará despesas crescentes. O pedido ainda está sob análise do governo, diz, e se inspirou em solução que chegou a ser estudada na pandemia para definir as transferências aos governos regionais no combate aos efeitos econômicos da crise sanitária. Na época, Santana era subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Segundo Santana, medidas já aprovadas de ajuda, como a suspensão dos pagamentos da dívida estadual com a União, garantem recursos carimbados para investimentos. "Mas nos falta hoje recurso para o dia a dia", diz.

Na última semana, a União anunciou ajuda de dois salários mínimos a trabalhadores formais na mancha da inundação e que estão sem remuneração por causa da paralisação de empresas. O governo gaúcho mantém, paralelamente, proposta para que a União aplique a flexibilização do contrato de trabalho da Lei do Bem, com redução de jornada do empregado, mas com manutenção de renda. A empresa pagaria 50% e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os outros 50%. Uma medida como essa por seis meses, diz Santana, seria suficiente, e custaria R$ 3 bilhões.

Para Santana, a reconstrução do Estado propiciará recuperação do PIB local, mas a retomada será diluída no tempo, com mais intensidade no ano que vem. A seguir, os principais trechos da entrevista:

GUSTAVO MANSUR/DIVULGAÇÃO

Pricilla Santana: "seguro-receita" como forma de garantir em 2024 arrecadação equivalente à de 2023

Impacto econômico

Com apoio de professores da Unisinos e da PUC do Rio Grande do Sul, construímos modelo com informações da matriz insumo-produto. Não há ainda medição efetiva. São dois tipos de perda. No fluxo, que são as transações comerciais rotineiras, que deixaram de acontecer, e a perda de estoque, com destruição de capital fixo: plantas alagadas e máquinas perdidas. Enxergamos perda da ordem de R$ 22 bilhões de transações e de R$ 35 bilhões, R$ 40 bilhões, de estoque de capital. A Fecomércio-RS [Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul] calculou perda de R$ 110 bilhões. A Fiergs [Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul] apontou R$ 90 bilhões. A perda que medimos até agora é de R$ 55 bilhões. Não há número certo no momento, não há dados.

> "Nos falta hoje recurso para o dia a dia, que é a perda de arrecadação. Isso não está coberto"

Perdas na arrecadação

No mês de maio contra maio de 2023, há perda da ordem de 20%. A projeção disso até o fim do ano indica perda de R$ 10 bilhões de arrecadação. Provavelmente não significa todo o meu vale, porque em maio olho a arrecadação de abril. O primeiro evento da calamidade foi em 24 de abril. Quando fechar junho, olharei para maio, pico da calamidade, com quase 90% dos municípios afetados. Ainda haverá agudização na queda da receita. Provavelmente o dado de maio será muito ruim, mas não acredito que seja o número do ano, porque há diferimento, perdas temporárias de negócios. Teremos um vale profundo e depois subida lenta. Acredito que a perda de 20% deve se confirmar, entre pico e depois retomada. Esse é o pior cenário.

Só para dar um parâmetro. Em 2022, quando as leis complementares 192 e 194 mexeram no ICMS das "blue chips" [combustíveis, energia, comunicações e transportes], perdemos R$ 5 bilhões.

Socorro 1: dívida suspensa

Basicamente a União nos assegura redução de dívida futura [com a suspensão do pagamento do serviço da dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos]. Ou seja, em 2027, quando retomarmos o pagamento, em vez de pagar algo como 10,5% de juros para esse período, pagaremos o IPCA, algo como 3% a 4%. Teremos redução de dívida lá na frente, que é o que ele [o ministro da Fazenda, Fernando Haddad], chama de R$ 12 bilhões. São os famosos R$ 23 bilhões [R$ 12 bilhões em redução de juros e R$ 11 bilhões em parcelas suspensas da dívida durante três anos]. E temos ganho de caixa financeiro, que é a prestação que pagamos todo mês.

Toda prestação que não pagarmos, depositaremos em uma conta específica, que integra o Fundo de Reconstrução do Estado. A prestação mensal é de R$ 480 milhões. Por força da lei complementar, só poderemos fazer investimento e combate à calamidade. São R$ 11 bilhões em três anos. Se o meu cenário de perda R$ 10 bilhões de arrecadação se confirmar, esse valor mal cobre essa perda, sendo que esse é recurso carimbado. Vamos lidar com perda de arrecadação bastante forte e sem nenhum recurso adicional ainda ventilado. Por isso que o seguro-receita se mostra alternativa bem interessante para o Estado.

Sem recursos para o dia a dia

O Estado vai acabar tendo quase que dois orçamentos. Um orçamento do dia a dia e o dinheiro que depositaremos nessa conta gerida de maneira independente [do Fundo de Reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul], prestando contas e auditada pelo Ministério da Fazenda. Mas nos falta hoje recurso para o dia a dia, que é o que chamo de perda de arrecadação. Isso não está coberto.

Socorro 2: seguro receita

Na pandemia, observamos que o ICMS tem um ciclo de vale e recuperação. Então, em vez de pedir compensação de arrecadação com base em projeção olhando o mês de maio, preferimos outro mecanismo. A primeira coisa que conseguimos foi a postergação da dívida, na Lei Complementar 206. Um dos comandos dessa lei diz que desde 14 de maio o Estado não pode mais fazer nenhum tipo de incentivo tributário, a não ser que o Ministério da Fazenda concorde.

Isso dá extremo conforto para a União, se ela quiser manejar o que chamo de seguro receita. A cada dois meses, todos os Estados publicam demonstrativo chamado RREO [Relatório Resumido de Execução Orçamentária], que é como um demonstrativo de caixa. Mostrará exatamente a perda de arrecadação. Podemos comparar o bimestre com igual bimestre de 2023. Se houver ganho, o Tesouro não me dá nada. Se tiver perda, a União faz transferência direta. Para manter o nível da arrecadação igual ao de 2023. É uma ideia trazida da pandemia. Na época, eu estava na União e ponderava justamente com relação a esse risco moral de não haver trava aos Estados [para concederem benefícios e alegarem perda a ser compensada pela União]. Ficava uma conta infinita, um cheque em branco. Agora a trava já foi colocada.

Socorro 3: Lei do Bem

As empresas tiveram perda de capital, não venderam nada, não têm como pagar a folha. Na época da pandemia tinha um programa chamado Bem, que era reduzindo a jornada, mas mantendo a renda: a empresa pagaria 50% e o FAT, que foi quem bancou o programa, pagaria os outros 50%. O Rio Grande do Sul é uma economia pujante. Então, só precisa de seis meses. E não vai ser muito caro. No máximo, R$ 3 bilhões. Fará toda a diferença na recuperação do Estado. Impedirá que se percam valores, talentos humanos, e que as empresas desmobilizem e não voltem mais. Poderemos ter suspensão de contrato de trabalho, nos municípios em calamidade, mas o grosso será essa complementação.

Retomada mais forte em 2025

Não tivemos só perda em transações mas também em estoque de capital. As empresas demoram de 90 a 120 dias para encomendar maquinário. Há instalações que terão de ser reconstruídas. A Toyota, por exemplo, produz aqui uma peça que manda para todas as fábricas do país e mudou a planta daqui para o Sudeste [temporariamente]. Talvez a recuperação de PIB ocorra no ano que vem. Será mais diluída no tempo do que foi após a pandemia de covid-19. O Estado do Rio Grande do Sul é a quarta economia do Brasil. No ano que vem, quando estivermos fazendo as obras estruturais de reconstrução de ponte, espero ter um crescimento mais agudo, mais forte.

Timing do auxílio

As pessoas estão usando o auxílio [Auxílio Reconstrução de R$ 5,1 mil] e comprando pela internet porque a loja daqui que vende geladeira não está funcionando. São 35 mil CNPJs afetados diretamente pela inundação. Então, hoje [o auxílio] está fazendo a economia girar em outro lugar, não no Rio Grande do Sul. Se tivesse sido parcelado, daria tempo de a minha economia se recuperar e ter o que se chama de efeito multiplicador.

Revisão da revisão do RRF

O Estado aderiu ao RRF em 2021. Com base nos dados de 2020, foi definido um conjunto de cenários econômicos e projeções de arrecadação e despesas. Em 2022 levamos um tombo na arrecadação [com o corte de ICMS imposto pelo governo federal] e naquele momento já ficou claro que não seria possível manter o pactuado. Neste ano, temos meta de superávit de R$ 4 bilhões. Já sabíamos desde o final de 2022 que não entregaremos. Mas, pela regra do jogo, só podemos entrar com um pedido de revisão depois de dois anos. Então, esperamos os dois anos e, em janeiro, protocolamos o pedido de revisão. Agora preciso apresentar a revisão da revisão, depois dessa calamidade.

Impactos do RRF atual

No RRF fica pactuado quando haverá concurso e de que tipo. O meu foco nos primeiros dois anos eram segurança e educação. Fizemos. Hoje temos um problema gritante, óbvio, na defesa civil. Temos um departamento de engenharia, o DAE, que cuida das rodovias, de ponte. São seis engenheiros para o Estado inteiro. Mas só podemos contratar mais pessoas se o Ministério da Fazenda autorizar a revisão e permitir uma exceçãozinha para a reconstrução.

> "Indexação da dívida pelo IPCA, sem nenhum tipo de trava, aloca risco nos Estados"

Dificuldade de negociar

Estive com o Ceron [Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional] na semana passada. Eu entendo, já estive lá. Não conseguimos fazer projeções, então é difícil autorizar uma revisão. Mas espero a compreensão dele também. Estamos amarrados. Há um conjunto de decisões que precisam ser endereçadas e não conseguimos resolver. Porque toda a exceção é para a calamidade mas, por exemplo, a defesa civil é para sempre. No último ano, o Rio Grande do Sul foi alvo de dez eventos climáticos extremos. Precisamos de outra estrutura administrativa para lidar com isso.

Revisões parciais

As despesas serão crescentes agora, indiscutivelmente. Vamos entregar muitos déficits antes de começar a entregar superávit. Já estávamos na fase do superávit, mas voltamos três passinhos no jogo do tabuleiro. Precisamos do RRF. Ele [Ceron] tem o compromisso de endereçar isso. O que ele pede é para fazer até o fim do ano. Não temos até o fim do ano. A proposta dele foi tentarmos ser específicos e mostrarmos, ponto a ponto, o que precisamos. Vamos tentar essa solução: ele vai nos dando revisões parciais e deixamos para o fim do ano a revisão consolidada.

Dados de uma tragédia

Valores de perdas e números fiscais do Rio Grande do Sul

R$ 22 bilhões
é a estimativa preliminar de perdas em fluxo de transações

R$ 35 bilhões
a R$ 40 bilhões é a perda em estoque de capital

R$ 10 bilhões
é a perda estimada de arrecadação em 2024, no pior cenário

R$ 60,2 bilhões
é a receita corrente orçada pelo Estado do Rio Grande do Sul para 2024

R$ 23 bilhões
é o efeito total em três anos da suspensão da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União

R$ 3 bilhões
é o valor estimado pelo governo gaúcho para flexibilização de contratos de trabalho por seis meses*

R$ 16 bilhões
é o estoque de precatórios do Estado

R$ 35 mil
CNPJs foram afetados diretamente pela inundação

Fonte: Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul. *para empresas afetadas pela tragédia

Articulação com o Congresso

Essas medidas todas, como o seguro-receita, vão precisar do Congresso Nacional. O artigo 35 da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal] veta que a União financie Estados e municípios. Só pode se tiver uma autorização legislativa específica. Nossa previsão era sair do RRF em 2031. Provavelmente, como voltamos algumas casinhas no jogo, precisaremos ir até 2035. Para esse alargamento de prazo, precisa mudar a lei complementar 159, e precisa passar no Congresso. Até agora, não houve nenhuma resistência. A Lei Complementar 206 foi aprovada em três dias. Isso mostra compromisso e mostra também como é grave a nossa situação.

Juros por Educação

Temos uma pauta que não é só nossa. A proposta do programa Juros por Educação é trocar de maneira permanente o indexador da dívida: IPCA mais 2% ou 4%, dependendo das condições. Desde que fizéssemos pacote de investimentos na educação. O que temos pedido, e com o apoio de outros Estados, é que não fique circunscrito à educação. O Rio Grande do Sul tem pirâmide etária invertida. Como está muito endividado, teria de investir muito em educação [para obter a redução dos juros]. Mas é uma má alocação, porque não temos mais jovens para investir desse jeito. Seria melhor fazer outras coisas. Investimento na área de infraestrutura, onde estão os nossos gaps, que eu acho que vale a pena.

Trava no indexador da dívida

Achamos que a indexação pelo IPCA, sem nenhum tipo de trava, aloca risco nos Estados. Risco de [alta de] IPCA, de inflação, é risco macroeconômico. Quem gerencia isso é a política fiscal e a política monetária [ambas a cargo da União]. Normalmente, aloca-se o risco onde está a capacidade de gestão. Jogar o IPCA para os Estados pode ser trajetória explosiva. Precisa ter alguma trava. Sugeri colocar o IPCA meta, que está na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] para o período de três anos. Em 2021, o IPCA foi quase 11%, 10,95%. O que o Estado teve de contribuição para essa inflação? Ele não faz política monetária nem fiscal.

Precatórios

Nosso fluxo, neste ano, cresceu R$ 2 bilhões. Temos estoque de R$ 16 bilhões. Começamos o ano com R$ 16 bilhões, pagamos R$ 2 bilhões e continuamos com R$ 16 bilhões. Temos até 2029 para pagar isso. É um crescimento vertiginoso. Hoje a parcela mínima do Estado para pagamento de precatórios, definida pelo Tribunal de Justiça, é próximo de 3% da receita corrente líquida. Após a tragédia, já conseguimos não ter que pagar esses 3% até o fim deste ano. Mas não conseguimos mais comprometer esse recurso. Precisamos de uma redefinição junto ao tribunal. Entendemos que a questão vá para o Conselho Nacional de Justiça [CNJ].

Memória Nascida em Portugal, e no Brasil desde 1954, lecionou na UFRJ e colaborou com a Cepal. Faleceu em Nova Friburgo (RJ), aos 94 anos

Morre Conceição Tavares, um ícone do desenvolvimentismo

Valor
De São Paulo e do Rio

Talvez um dos maiores méritos da economista Maria da Conceição Tavares, que faleceu sábado (8) em Nova Friburgo, aos 94 anos, tenha sido sua inesgotável capacidade de provocar polêmica e conseguir levar adiante debates sobre política e economia que, de outra forma, poderiam ficar restritos a pequenos grupos ou mesmo passar desapercebidos, sem influenciar políticas públicas e decisões governamentais.

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) durante muitos anos, inclusive depois de aposentada, autora de livros adotados em muitos cursos de economia e de artigos publicados durante 12 anos pelo jornal "Folha de S. Paulo", Conceição Tavares teve entre seus alunos alguns dos economistas que dirigiram as finanças do país desde a redemocratização do Brasil depois do regime militar. Com alguns desses ex-alunos e colegas, manteve polêmicas públicas e ferozes, sobretudo com economistas liberais.

Dona de uma personalidade marcante, com tom de voz e sotaque inconfundíveis, controversa, debatedora incansável, ao mesmo tempo em que ganhou adversários na economia e na política, ela também colecionou admiradores, economistas em sua maioria, que prezavam a agudeza das suas críticas e a fidelidade às suas convicções, desprezando modismos do pensamento econômico.

Conceição Tavares — chamada simplesmente de Maria por alguns dos amigos mais próximos — conviveu com a maior parte dos economistas de renome do país durante a segunda metade do século XX e os primeiros anos deste século e deixou sua marca não apenas como uma espécie de "agitadora" de ideias, mas também pelo seu pioneirismo em estudar temas como a industrialização no Brasil e a ênfase, que ela considerava exagerada, no mercado financeiro.

Legado da economista
Obras de Maria da Conceição

- **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Zahar, 1972
- **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Tese de livre-docência (UFRJ), 1975, Ed. Unicamp, 1986.
- **Ciclo e crise. O movimento recente da economia brasileira.** Tese de professora titular (UFRJ), 1979.
- **A economia política da crise** (Org). Ed. Vozes/Achiamé, 1982.
- **O grande salto para o caos: a economia política do regime autoritário** (Coautoria com José Carlos de Assis). Zahar, 1985.
- **Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor** (Org. e introdução). Ed. Rio Fundo, 1991.
- **Japão: um caso exemplar de capitalismo organizado.** (Coautoria com Ernani Torres Filho e Leonardo Burlamaqui). Ipea/Cepal, 1991.
- **Ajuste global e modernização conservadora.** (Coautoria com José Luis Fiori). Ed. Paz e Terra, 1993.
- **Celso Furtado e o Brasil.** (Org.) Fundação Perseu Abramo, 2000.

Maria da Conceição de Almeida Tavares nasceu na cidade de Anádia, em Portugal, no dia 24 de abril de 1930. Licenciou-se em matemática na Universidade de Lisboa. Um ano depois de formada, em 1954, mudou-se para o Brasil, tendo se naturalizado brasileira poucos anos depois, em 1957.

Em uma entrevista à revista "Praga", explicou sua decisão de migrar: "Quando saí de Portugal, em 1954, os problemas lá eram democracia, humanismo, terror. Já no Brasil, eram a injustiça social, o atraso e a presença do imperialismo. Quando entrei para o (então) BNDE, aluna de economia ainda, deparei-me com as estatísticas: esse país é uma desigualdade só. Compreendi, então, as dificuldades das tentativas de construção de uma democracia nos trópicos."

No banco que é hoje o BNDES, ela trabalhou como analista, entre 1958 e 1960 — ano em que terminou a faculdade de ciências econômicas na então Universidade do Brasil. Imediatamente, passou a dar aulas ao mesmo tempo em que fazia seu curso de pós-graduação em desenvolvimento econômico na Comissão Econômica para América Latina (Cepal).

Foi colaboradora da Cepal entre 1961 e 1974. Em 1973, foi uma das fundadoras do primeiro curso de pós-graduação em economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Obteve doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1975, defendendo a tese "Acumulação de capital e industrialização no Brasil". Com a aposentadoria de Octavio Gouvêa de Bulhões, três anos depois, tornou-se professora titular na UFRJ.

Também foi uma das criadoras do Instituto de Economistas do Rio. Em 1980, formalizou sua participação política filiando-se ao PMDB. Na entrevista à revista "Praga", comentou da seguinte forma sua decisão de entrar no partido:

"Minha militância no PMDB durou de 1978 a 1988 e está indissoluvelmente ligada a duas personalidades públicas deste país: Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. O primeiro, Deus levou antes de testemunhar a ruína do seu partido e o apodrecimento da grande frente democrática que liderou durante tantos e tantos anos, nessa travessia infindável para a democracia. O segundo foi meu companheiro da luta político-intelectual por décadas. Quando saiu para fundar o PSDB não o acompanhei porque o grupo de economistas do PMDB permaneceu fiel a Ulysses, já que era sob sua serena condução que nos movíamos. Foi na sua ala, a Travessia, que nos reuníamos para discutir, organizar programas econômicos e debater com os quadros técnicos e cúpulas políticas do partido."

No governo de FHC — a quem Conceição Tavares continuava a tratar como Fernando, mesmo durante seu tempo na Presidência da República — ela foi dura crítica da política econômica, em especial no que se referia à decisão de manter as taxas de juros elevadas e o real, sobrevalorizado.

LEO PINHEIRO/VALOR

Conceição Tavares: debatedora incansável, ganhou adversários na economia e na política e colecionou admiradores

Na época em que o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, saiu do governo, Conceição Tavares, então deputada, fez em discurso no Congresso em que afirmou que o presidente Fernando Henrique deveria ter demitido Franco quando disse que não subiria os juros e acabou aumentando a taxa, em setembro, para 50%.

"Ali ele tinha que ter demitido esse menino", disse. Concluiu seu discurso de protesto no plenário afirmando que a "desvalorização cambial decretou a falência da política econômica do governo".

Na primeira metade dos anos 1980, Conceição Tavares ganhou maior notoriedade fora dos meios acadêmicos ao publicar uma série de trabalhos criticando a política econômica do governo. São dessa época seus livros "A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira" e "O grande salto para o caos: a economia política do regime autoritário", este com José Carlos de Assis.

Apoiou o Plano Cruzado e chorou em uma entrevista à televisão, ao comentar os efeitos que a estabilização monetária poderia trazer para os mais pobres.

Em 1994, ela se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), elegendo-se deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, onde sempre morou desde que chegou ao Brasil. Depois de cumprir um único mandato, desiludida com o pouco que conseguiu realizar como parlamentar, ela desistiu de concorrer a outros cargos públicos.

> "Compreendi, então, as dificuldades de construção de uma democracia nos trópicos"
> *Conceição Tavares*

Mas voltou a participar do governo federal, assessorando o senador petista Aloizio Mercadante, de São Paulo, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo ela influenciou também por meio da indicação do amigo Carlos Lessa, que ocupou a presidência do BNDES até 2004.

Crítica também da política econômica adotada pelo governo Lula, Conceição Tavares resolveu parar de escrever em jornais em setembro de 2004. Em sua última contribuição à "Folha de S. Paulo", ela deixou explícita a determinação do seu caráter: "Depois de mais de 40 anos de luta intelectual no campo da heterodoxia e de militância nas lutas democráticas populares e nacionais, ainda não desisti das lutas maiores." Por isso mesmo, decidira parar de escrever — o que a obrigava a ler "centenas de matérias econômicas" — para "poupar as energias que me sobram para as únicas tarefas a que nunca me neguei".

Economistas, ex-alunos e políticos ressaltam legado da professora

Paula Martini e Ricardo Bomfim
De Rio e de São Paulo

Economistas, ex-alunos e políticos lamentaram a morte de Maria da Conceição Tavares, no sábado.

Em uma rede social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chamou Conceição Tavares de "uma das maiores da nossa história". "Foi uma economista que nunca esqueceu a política e a defesa de um desenvolvimento econômico com justiça social", escreveu.

Mercadante, atual presidente do BNDES, onde Conceição Tavares trabalhou, escreveu, em nota, que a economista tinha "densa formação intelectual e profunda coragem". "Não poderia deixar de mencionar a imprescindível contribuição de Conceição para a construção do BNDES, instituição na qual ela entrou concursada em 1958", afirmou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, escreveu em rede social que a economista "deixa um rico legado" com "seu pensamento, crítica e defesa inegociável da justiça social". "Será sempre uma estrela guia para o pensamento econômico brasileiro", afirmou.

O economista Marcio Pochmann, presidente do IBGE, disse que Conceição Tavares deixa "uma trajetória exemplar de educadora engajada no que de melhor o pensamento crítico gerou no Brasil".

O diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Frederico Leão Rocha, ex-aluno de Conceição Tavares, atribui a ela o desenvolvimento de um pensamento econômico de esquerda no país. "Pegou o legado do Celso Furtado e criou duas escolas de economia. Ela tem artigos fantásticos", disse.

Para a economista Laura Carvalho, diretora global da Open Society Foundations, Conceição Tavares, que também foi sua professora, esteve à frente de seu tempo como mulher e acadêmica.

"Sempre foi muito aguerrida, mas nunca teve medo de enfrentar as conversas. E com isso chamava atenção, ainda mais sendo mulher num ambiente tão dominado por homens", afirmou. "Ela oferece esse exemplo que inspira e mostra a possibilidade que nós mulheres temos de fazer análises originais e ocupar espaço no debate."

Luiz Gonzaga Beluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), lembrou que a economista "discutia de maneira muito intensa". "Às vezes, não entendiam que ela não estava brigando com as pessoas, mas com as ideias. Isso faz parte da construção do conhecimento. Ela tinha grande capacidade de compreensão e, inclusive, de abandonar as próprias ideias", afirmou.

Beluzzo atribui à energia e ao didatismo particular de Conceição Tavares a capacidade para atrair os alunos, que lotavam disciplinas lecionadas por ela na Unicamp e na UFRJ. Esse vigor, diz, fez com que ela se tornasse conhecida também pelas novas gerações através de trechos de aulas e entrevistas que viralizaram nas redes sociais. "Ela provocava as pessoas e suscitava nelas uma vontade de entender sobre o que ela estava falando."

Um dos criadores do Plano Real, o economista Edmar Bacha disse que a morte de Conceição Tavares é uma "grande perda para o país". "Amiga dileta, professora inspirada, com contribuições fundamentais para a compreensão da economia brasileira", afirmou. "Correntes pouco importam, o que importa é a qualidade da análise. E a da Conceição era excepcional".

O economista Claudio Considera, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), recordou a convivência com Conceição Tavares no início dos anos 1970, quando foi estagiário dela no escritório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) no Rio de Janeiro. "Irascível e ácida no debate, era afável no convívio", disse.

Ele sublinhou a atuação da colega contra a desigualdade na ditadura. "Corajosa no combate à política econômica da ditadura que provocou enormes desigualdades sociais, chegou a ser presa por alguns dias. Segundo consta, foi solta graças à intervenção do Simonsen, à época ministro [da Fazenda] de Geisel, que a respeitava."

Relações externas Assessores técnicos também tentam chamar a atenção dos governo para efeitos das mudanças climáticas na saúde

Grupo quer aliança para fabricar vacinas e remédios na AL e África

Rafael Vazquez
De São Paulo

Um grupo de trabalho específico para temas de saúde finalizou na semana passada uma reunião em Salvador, na Bahia, para alinhar as principais propostas que serão debatidas no encontro ministerial do G20 em 31 de outubro, no Rio de Janeiro — evento que vai anteceder a cúpula de líderes de governo programada para 18 e 19 de novembro.

Uma das principais propostas, que está sendo desenvolvida pelos técnicos do grupo das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana, é a criação de uma aliança para que a América Latina, a África e também os países do Sudeste Asiático passem a produzir localmente mais remédios, vacinas e materiais de diagnósticos em saúde.

As propostas estão sendo elaboradas para reduzir a dependência dos países em desenvolvimento em termos de insumos e materiais na cadeia de saúde. A vulnerabilidade ficou exposta durante a pandemia de covid-19, quando boa parte do mundo notou que dependia principalmente da China e da Índia para receber desde material básico e insumos para as vacinas até mesmo os próprios imunizantes e equipamentos para os hospitais.

"Estamos propondo a criação de uma aliança para efetivar a produção local de remédios, vacinas e materiais de diagnóstico. Já estamos discutindo isso desde o ano passado com todos os membros do G20. E temos conseguido um grau de atenção elevada", disse ao **Valor** o chefe da assessoria especial de assuntos internacionais do Ministério da Saúde brasileiro, Alexandre Ghisleni.

Segundo Ghisleni, que é diplomata de carreira desde 1994, o objetivo é chegar em novembro com consensos bem definidos para que as propostas ligadas ao setor da saúde conquistem a atenção dos líderes de governo na cúpula com presidentes e primeiros-ministros, algo que não é fácil.

> "Temos conseguido um grau de atenção elevada [dentro do G20]"
> *Alexandre Ghisleni*

"Mesmo com a evolução positiva da discussão, não há certezas. A regra do G20 é o consenso e não sabemos se vamos conseguir a aprovação final", diz. "O grupo de trabalho de saúde é só um dos vários e conseguir a atenção da cúpula de líderes não é necessariamente uma coisa muito óbvia", completa.

Ghisleni, contudo, acredita que o momento é favorável para que os líderes de governo dediquem atenção ao tema de saúde na cúpula final, em novembro.

Além da necessidade de aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento de produzir vacinas e medicamentos sensíveis a suas populações, outro assunto tratado com prioridade dentro do grupo é o efeito das mudanças climáticas sobre o sistema de saúde de todo o mundo.

Nesse ponto, a tragédia recente no Rio Grande do Sul e o fato de a cúpula do G20 ser no Brasil neste ano geram a expectativa de que o tema possa ser protagonista entre os chefes de governo.

"Tivemos um debate sobre o Rio Grande do Sul nesta semana [no grupo de trabalho de saúde]. O Estado foi explicitamente mencionado várias vezes e o que aconteceu lá está muito dentro do contexto da discussão para a maior parte dos países. Precisa usar o caso do Rio Grande do Sul como um exemplo para adotar medidas que garantam o funcionamento do sistema de saúde na eventualidade de acontecer desastres como esse", comenta o diplomata.

Em meio à inundação da maioria das cidades no Rio Grande do Sul, hospitais foram alagados e houve receio de que todo o sistema de saúde do Estado entrasse em colapso. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, chegou a ir a público negar que o sistema havia colapsado, mas a capacidade de resiliência da estrutura do setor em desastres naturais está em debate em todo o mundo.

Embora a produção local de vacinas e remédios e a resiliência da saúde contra mudanças climáticas sejam os principais temas do grupo de trabalho no G20, segundo Ghisleni, outros temas como saúde digital, telemedicina e o uso da inteligência artificial no setor também estão na pauta do grupo de trabalho e entrarão nas propostas que serão apresentadas aos chefes de governo.

"Vamos ter valores envolvidos quando passarmos para a próxima fase. Quando escolherem as doenças prioritárias que precisam ser combatidas e ver quais são os elementos que estão faltando, por exemplo. Ou quando terminarmos de identificar quais remédios estão faltando ou se precisamos incentivar pesquisa. Quando chegarmos nessa fase, veremos valores mais concretos. Por enquanto, ainda não chegamos lá", declara Ghisleni, reforçando que o material estará mais refinado na reunião ministerial do G20 no fim de outubro.

DIVULGAÇÃO

Ghisleni: reduzir a fragilidade de países da AL, África e Sudeste Asiático

Instituto propõe inclusão racial por órgãos multilaterais e bancos públicos

Ívina Garcia
De São Paulo

Bancos públicos e multilaterais precisam reorientar estratégias de desenvolvimento econômico dos afrodescendentes, especialmente das mulheres negras, afirma documento elaborado pelo Instituto da Mulher Negra (Geledés).

A iniciativa destaca a necessidade de integrar a dimensão racial nas políticas econômicas globais, considerando a inclusão financeira e o acesso ao crédito como pilares fundamentais para a promoção da igualdade.

De acordo com o Instituto, em um mercado competitivo é essencial promover investimentos em empresas lideradas por afrodescendentes, permitindo o acesso à economia formal e ao crédito, crescimento e geração de emprego.

"A inclusão econômica dessa população é vista como um passo para a melhoria da distribuição de renda e a ampliação da participação da população negra na renda nacional", afirma o economista e professor da Universidade de Texas Marcelo Paixão, um dos responsáveis pela elaboração do documento.

Entregue aos líderes do G20 durante reuniões que antecedem a cúpula marcada para acontecer em novembro no Brasil, o documento recomenda que os membros do grupo apoiem políticas corporativas alinhadas com os princípios da diversidade e inclusão de gênero e raça.

Além disso, o Geledés sugere um monitoramento contínuo para eliminar barreiras contra afrodescendentes e mulheres no mercado de trabalho formal e no mundo empresarial.

Paixão enfatiza que "as políticas de crédito no Brasil precisam ser adaptadas para atender melhor às necessidades específicas da população afrodescendente, oferecendo condições hipotecárias e taxas de juros acessíveis".

> "Falta de um histórico de crédito positivo limita o acesso"
> *Marcelo Paixão*

A inadimplência e a falta de acesso ao crédito afetam a população em geral, mas impactam desproporcionalmente os negros. "A falta de um histórico de crédito positivo, muitas vezes sinônimo de colateral, limita o acesso ao crédito. Mesmo aqueles que conseguem crédito enfrentam juros exorbitantes, comparáveis aos de agiotas, o que perpetua desigualdades sociais e raciais", explica.

Outro ponto do documento é a importância de valorizar a habitação em áreas urbanas predominantemente habitadas por afrodescendentes através de políticas públicas. A monitorização e superação dos fatores que desencorajam o crédito para essa população também são consideradas fundamentais.

Políticas de igualdade racial devem ser vista não apenas como uma forma de reparação, mas como uma estratégia para promover o progresso do país como um todo, avalia o economista. "Uma política de igualdade racial não visa apenas reparar injustiças, mas promover uma mudança na concepção do desenvolvimento do país", diz Paixão.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	0,87	0,72	0,61	-3,30	0,88	1.112,26	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	0,31	0,26	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	0,97	0,84	-0,06	-5,92	-0,22	1.293,59	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	0,38	1,15	-0,08	-11,34	-2,98	1.783,95	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	1,19	0,73	-0,05	-3,77	0,83	1.093,97	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	0,53	0,42	2,23	3,55	3,30	750,05	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	0,86	0,52	2,07	3,49	4,02	1.110,89	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			
4ª	30/08/24			
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			
7ª	29/11/24			
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noninimais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

NIZAN GUANAES
FUNDADOR E CEO DA N. IDEIAS E ASSINANTE DO VALOR
Valor ECONÔMICO

INÊS 249

Eleições Presidente ordena engajamento do PT na campanha de Boulos em SP, sela aliança com Psol em BH e tenta emplacar vices em Recife e no Rio

Lula entra em campo para costurar alianças em municípios-chave

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em campo nos últimos dias para tentar organizar as alianças do PT e da esquerda em cidades-chave nas eleições municipais deste ano, previstas para outubro. O movimento, com reuniões no Palácio do Planalto, ocorre em meio a fragilidades na aliança com o Psol de Guilherme Boulos em São Paulo e com a expectativa de emplacar vices nas chapas dos prefeitos Eduardo Paes (PSD), no Rio, e João Campos (PSB), em Recife. O presidente também atuou para costurar o apoio do Psol ao deputado federal petista Rogério Correia (MG), em Belo Horizonte.

Na quarta-feira, Lula reuniu-se com Boulos, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o deputado Rui Falcão (PT-SP) e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, em seu gabinete, para exigir mais engajamento do PT na campanha na capital paulista. Segundo relatos, Rui Falcão ficou incumbido de mobilizar o PT paulistano e cobrar o fim do "corpo mole" de uma ala do partido, detectado no entorno de Boulos, no Planalto e na cúpula petista.

Conquistar a Prefeitura de São Paulo é "prioridade zero" de Lula, principalmente em um quadro de expectativa de um desempenho ruim do PT e da esquerda nas eleições municipais deste ano.

Assim, Lula também determinou um freio na movimentação de parte da bancada de vereadores do PT paulistano para barrar repasses do fundo partidário para a campanha de Boulos. O nome do Psol terá como sua vice a ex-prefeita Marta Suplicy, que recentemente retornou ao partido em uma costura feita pelo próprio presidente da República.

Mas, apesar desses esforços do presidente, a leitura no Palácio do Planalto é a de que a disputa em São Paulo será difícil, e que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) é favorito à reeleição, apesar da popularidade relativamente baixa.

Além da torcida pelo "imponderável" — algo que prejudique a campanha de Nunes —, existe a percepção de que a fragmentação de candidaturas no campo da direita favorece Boulos. Essa avaliação leva em conta o fato de que, recentemente, o "influencer" Pablo Marçal (PRTB) anunciou sua pré-candidatura, o que pode tirar do atual prefeito parte do voto bolsonarista no primeiro turno.

> "Estamos dando um primeiro passo para a união da esquerda em BH"
> *Paula Coradi*

Nos últimos dias, Lula também conversou com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ao telefone e pediu a ele que cedesse a vaga de vice a André Ceciliano, quadro do PT que deixou o cargo de secretário de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) na quarta-feira para articular justamente sua entrada na chapa do prefeito.

No mesmo dia, o presidente esteve no Palácio do Planalto com João Campos, que concorrerá à reeleição pela Prefeitura de Recife e com quem o PT tenta negociar a entrada de outro auxiliar de Padilha como vice em sua chapa — no caso, o chefe de gabinete Mozart Sales. Há a expectativa de que Mozart deixe o posto em julho por conta da legislação eleitoral.

Porém, tanto em relação ao Rio como a Recife, há pessimismo no Planalto quanto às possibilidades de Ceciliano e Mozart. Em ambos os casos, tratam-se de prefeitos populares, com alta chance de reeleição e ambição de concorrer a cargos de governador em 2026. Assim, Paes e Campos já vêm manifestando preferência por um vice próximo a eles: Pedro Paulo (PSD) e Victor Marques (PCdoB), respectivamente.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO — 9/5/2024

Lula: para o presidente, conquistar a Prefeitura de São Paulo é "prioridade zero"; quadro para a esquerda é pessimista

Eles têm sinalizado, além disso, que o PT não é relevante para seu sucesso nas urnas. No caso de Paes, diz um interlocutor do governo, a mensagem tem sido a de que a presença do partido de Lula em sua chapa pode até dificultar a conquista do voto bolsonarista.

Na prática, a palavra final caberá aos prefeitos, embora se admita que Lula pode ter influência nas escolhas. A dúvida no entorno do presidente, no entanto, é sobre se Lula está disposto a atuar com força junto a Campos e Paes, como vem fazendo em favor de Boulos em São Paulo, ou se adotará um estilo mais ameno, a fim de não comprometer seus palanques nessas duas importantes cidades em 2026. Por enquanto, vem prevalecendo a segunda opção.

Também na quarta-feira, Lula recebeu ainda Gleisi e a presidente nacional do Psol, Paula Coradi, para traçar a estratégia para Belo Horizonte. O atual prefeito, Fuad Noman (PSD), que tenta a reeleição, estava presente, assim como os pré-candidatos de ambos os partidos, o deputado petista Rogério Correia e a deputada estadual Bella Gonçalves (Psol-MG).

Na reunião, ficou acertada a retirada da candidatura de Bella Gonçalves para apoiar o petista, anunciada no fim de semana.

"Estamos dando um primeiro passo para a união da esquerda em Belo Horizonte, disse Coradi em nota. Ainda não está definido se o Psol terá a vice nessa chapa.

Outro resultado importante foi o pacto com Noman para o segundo turno. Caso Correia fique fora do segundo torno, ele apoiará Noman, e vice-versa. O principal objetivo de Lula na capital mineira é evitar a vitória do bolsonarista Bruno Engler (PL), que é deputado estadual.

Ver também página A13

Eleições Partido quer lista mais enxuta e prevê que recursos do fundo eleitoral — projetado em R$ 600 milhões — deva ser um 'problema'

PT fará 'peneira' para candidaturas próprias em capitais

César Felício
De Brasília

A cúpula do PT prepara uma "peneira" para tentar enxugar a lista de pré-candidatos do partido às prefeituras nas grandes cidades, inclusive nas capitais. De acordo com o coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do partido, senador Humberto Costa (PE), são atualmente 15 pré-candidatos nas capitais, acima do imaginado inicialmente, e a repartição dos recursos do fundo eleitoral irá configurar um problema. "Vamos chamar alguns candidatos e dizer a eles para se segurarem com o que têm", afirmou.

Até o fim do ano passado, o PT projetava uma lista de candidaturas mais enxuta, mas competitiva. "Em 2016 e 2020 o partido apresentou muitos candidatos para fazer a defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora a ideia é entrar para tentar vencer", afirmou. O valor do fundo eleitoral ainda não está definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas o PT deve ter uma cota ao redor de R$ 600 milhões para distribuir este ano.

O partido deve definir em reunião da Executiva Nacional uma fórmula para o rateio, que garanta ainda recursos adicionais para a campanha de vereadores nos lugares onde não terá a cabeça de chapa, como em São Paulo, onde o PT irá apoiar Guilherme Boulos (Psol), tendo Marta Suplicy (PT) como vice. É uma forma de coibir infidelidades no processo eleitoral. A sigla tem em São Paulo nove vereadores, ante cinco do Psol. Há temor dentro do partido na capital de perder a hegemonia para o parceiro de esquerda no Legislativo local.

Segundo Costa, o partido ainda busca a vice no Rio de Janeiro e no Recife, onde apoia as reeleições respectivamente de Eduardo Paes (PSD) e João Campos (PSB) (ver também página A12). Além do apoio na campanha, o PT tem a oferecer aliança para uma eventual campanha a governador em 2026. "Eles sabem que não há como construir um projeto eleitoral sem passar pelo PT", diz o senador. Caso Paes e Campos saiam para disputar o governo estadual em 2026, o PT herdaria duas prefeituras de capitais estratégicas.

> "Vamos chamar alguns candidatos e dizer a eles para se segurarem com o que têm"

Em princípio, segundo o senador, haverá restrições aos aliados em relação aos recursos do partido. "Não vai haver apoio onde o PT não tiver a cabeça de chapa. Uma fórmula para recursos aos candidatos a vice ainda está em elaboração", disse. Ele ressalvou que o caso de São Paulo é especial. "Uma vitória de Boulos lá será interpretada como uma vitória nacional e o mesmo pode ser dito de uma derrota", afirmou.

Das candidaturas próprias, Costa cita como bastante competitivas as dos deputados estaduais Evandro Leitão, em Fortaleza, e Fabio Novo, em Teresina. Tanto um como o outro têm apoio dos governadores Elmano de Freitas (CE) e Rafael Fonteles (PI). Novo divide a liderança nas pesquisas com o atual prefeito Silvio Mendes (União Brasil). Leitão ainda está distante dos líderes, mas mesmo adversários do PT no Ceará reconhecem que a candidatura do partido deve crescer durante a campanha.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO
Costa: "Uma vitória de Boulos será interpretada como uma vitória nacional e o mesmo pode ser dito de uma derrota"

Costa acredita que o PT deve ir ao segundo turno ainda em Vitória, com o ex-prefeito João Coser, mas em um cenário complexo, já que o atual prefeito, Lorenzo Pazolini (Republicanos), é popular. Em Porto Alegre, o senador acha que a tragédia climática que se abateu sobre o Estado desde o fim de abril pode criar um cenário novo para a disputa eleitoral. Antes, o prefeito Sebastião Melo (MDB), com apoio do bolsonarismo, era tido como favorito. Não há pesquisas recentes públicas disponíveis, mas Costa pensa que Melo perdeu favoritismo e que a deputada Maria do Rosário ganhou competitividade.

Em Belo Horizonte a fragmentação do quadro de pré-candidatos abre uma oportunidade para o deputado Rogério Correa, da ala esquerda do PT, segundo o senador. O cenário de segundo turno, contudo, é rigorosamente indefinido. Em Goiânia, a deputada Adriana Accorsi se tornará competitiva caso consiga fechar uma aliança com o senador Vanderlan Cardoso (PSB), na avaliação do coordenador do GTE. Costa acha que, ainda que não vá ao segundo turno, a deputada Natalia Bonavides terá uma votação alta em Natal. Também se aposta em votação expressiva de Lúdio Cabral em Cuiabá.

O partido ainda não tem um candidato definido em João Pessoa, cidade em que o prefeito Cícero Lucena (PP) disputa a reeleição contra o ex-ministro da Saúde de Marcelo Queiroga (PL), mas a decisão de se ter candidatura própria, segundo Costa, é definitiva. Estão no páreo o ex-prefeito Luciano Cartaxo e a deputada estadual Cida Ramos. Também há definição por uma candidatura própria, sem nome escolhido, em Maceió, onde o prefeito João Henrique Caldas (PL) tentará manter o mandato contra o deputado federal Rafael Brito (MDB).

O PT ainda pode ter candidato próprio em Manaus (Marcelo Ramos), Campo Grande (Camila Jara), Aracaju (Candisse Carvalho), Florianópolis (Vanderlei Lela) e Porto Velho (Fatima Cleide).

Manuela fará consultoria digital para campanha de Boulos

Lucas Ferraz
De São Paulo

A empresa de consultoria e comunicação política da ex-deputada federal Manuela D'Ávila está sendo contratada para cuidar da estratégia digital do pré-candidato Guilherme Boulos (Psol) na disputa pela Prefeitura de São Paulo.

A gaúcha, filiada ao PCdoB, um dos partidos que integram a coligação de Boulos ao lado do PT, é reconhecida nos círculos da esquerda como um exemplo no uso das redes sociais, enfrentando também episódios de ódio que contribuíram para seu afastamento da política.

Sem mandato há cinco anos, a ex-deputada dedica-se atualmente à D'Ávila & Schaidhauer Consultoria e Comunicação, empresa em sociedade com a jornalista Marina Lopes Correa Schaidhauer, além de ser doutoranda em políticas públicas, com uma bolsa da fundação americana Fullbright para pesquisar a agenda de políticas de regulação da internet e geopolítica.

"Há uma nova realidade, um outro mundo inteiro do qual precisamos nos assenhorar. Estou profundamente dedicada nos últimos dez anos a compreender isso, tanto em minha vida acadêmica como profissional. Penso que acumulei um conhecimento que pode ser muito útil aos democratas no Brasil", afirmou D'Ávila ao **Valor**.

Os valores e o tempo de contrato com a campanha de Boulos não foram divulgados, nem por ela, nem pelo entorno do pré-candidato à prefeitura de São Paulo.

"Manuela D'Ávila e sua empresa vão trabalhar na área de redes sociais da pré-campanha. O contrato ainda está em fase de elaboração", respondeu Josué Rocha, chefe da pré-campanha do deputado federal do Psol.

Seguindo uma tendência de ex-parlamentares de diferentes espectros ideológicos, Manuela D'Ávila abriu a empresa de consultoria em julho de 2019. Desde então, prestou serviços em campanhas eleitorais e também para governos, como ao produzir, em meados do ano passado, um relatório para o Ministério de Direitos Humanos do governo Lula com recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo no Brasil.

LEO PINHEIRO/VALOR — 8/5/2018
Manuela: exemplo no uso das redes

Nas eleições de 2022, a empresa da ex-deputada trabalhou para a campanha de Alexandre Kalil (PSD) em Minas, que não conseguiu superar Romeu Zema (Novo), que acabou reeleito, na disputa pelo governo estadual. Ela também foi remunerada (R$ 251 mil) por prestar serviço para a direção estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul.

O trabalho com Kalil, que lhe valeu R$ 1,5 milhão, terminou mal. Com o apoio do PT, a campanha ao governo de Minas trocou de publicitários e Manuela D'Ávila chegou junto com o marqueteiro gaúcho Juliano Corbellini. A relação, segundo relataram duas pessoas que trabalharam na área de comunicação, desgastou-se ao ponto de Kalil e Manuela não se falarem mais na reta final da campanha.

O próprio Kalil chegou a deletar vídeos para a campanha produzidos pela equipe de D'Ávila por discordar do conteúdo. Em um deles, uma narradora referia-se ao governador mineiro de "Zemané".

Em entrevista a uma rádio de Minas, em setembro de 2022, Kalil comentou: "Eu mandei tirar do ar. Não tinha conhecimento daquele vídeo. Quando cheguei, me mostraram. Disse que não aceito esse tipo de coisa, não vou iniciar nenhum tipo de agressão. Não preciso desse tipo de coisa. Quero me desculpar com quem viu aquilo, foi grosseiro, coisa de molecote de internet."

D'Ávila não respondeu os questionamentos do **Valor** sobre o período em Minas e os desentendimentos com Kalil, que também não quis falar a respeito.

Os ataques de ódio contra a ex-deputada do PCdoB marcaram as últimas duas eleições que ela disputou: quando foi candidata a vice-presidente de Fernando Haddad em 2018, contra Jair Bolsonaro, e depois na eleição de Porto Alegre em 2020, quando foi derrotada para o atual prefeito Sebastião Melo (MDB), nome apoiado pelo bolsonarismo. Até sua filha e mãe viraram alvo das ameaças.

> "Penso que acumulei um conhecimento que pode ser muito útil aos democratas"

Sobre a diferença entre ser candidata e trabalhar nos bastidores para um candidato, Manuela D'Ávila conta que o principal é que o "personagem não é mais você". "O que é, de vários modos, reconfortante, especialmente em um país que promove uma intensa violência política contra as mulheres."

Apesar do bom trânsito da ex-deputada com o PT, o deputado federal Rui Falcão, ex-presidente da legenda que tem participado da pré-campanha em São Paulo, disse que a contratação da empresa de D'Ávila não passou pelo partido, tratando-se de uma escolha do próprio Boulos.

"Toda soma de experiência, de pessoas que podem contribuir, é bem-vinda. Mas como Bolsonaro mostrou em 2022, não se ganha eleição só com mídia digital", ressaltou. Falcão acha que o início oficial da campanha eleitoral, em agosto, vai amenizar o peso da máquina pública na capital, o que favorece o prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição.

Brazão tentou negar relação com Lessa, diz delação

De Brasília e do Rio

O ex-policial militar Ronnie Lessa detalhou os preparativos para matar a parlamentar e contou sobre sua relação com os supostos mandantes do crime, antes e depois da execução. As declarações estão nos trechos da delação do ex-PM que foram tornadas públicas na sexta-feira (7). O relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, derrubou parcialmente o sigilo do acordo de colaboração de Lessa.

Marielle foi morta em março de 2018, no Rio de Janeiro, junto com seu motorista, Anderson Gomes. Lessa e o também ex-policial militar Élcio de Queiroz estão presos desde 2019 por terem cometido os dois assassinatos. Ambos fecharam acordos de colaboração, cinco anos depois do crime, levando as autoridades aos supostos autores intelectuais da execução.

Em março, a Polícia Federal prendeu os irmãos Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ), deputado federal, e Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ), além de o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, sob a suspeita de terem encomendado e orquestrado o assassinato. Os três negam as acusações.

Nos trechos que se tornaram públicos da delação, Lessa afirma que um advogado dos irmãos Brazão pediu para que o ex-PM assinasse uma procuração na qual dizia que não conhecia os dois. A ideia, diz Lessa, era fazer com que ele falsamente confessasse não ter nenhum tipo de contato com os supostos mandantes e afirmar que eles também não tinham relação com a morte da vereadora. A sondagem teria ocorrido através de sua esposa, Elaine, quando o criminoso já estava no presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

"Aquilo me chamou a atenção, ali demonstrava que era um ato de desespero", disse Lessa. O delator continuou, simulando o diálogo que teria tido com sua defesa: "Ele [o advogado do ex-PM] disse que não é nada demais. 'Ele [advogado dos Brazão] quer fazer um documento em que você diga que não conhece os clientes dele e que eles não têm nada a ver com isso'. Eu quase cai pra trás, não é uma coisa normal, é um ato de desespero".

> "Ele quer que você diga que não conhece os clientes dele"
> *Ronnie Lessa*

Lessa afirmou que conheceu Domingos e Chiquinho em 1999, apresentado por um vizinho do haras que os irmãos mantinham na zona oeste do Rio. De acordo com o ex-PM, sua ponte com a família era o miliciano e policial militar Edmilson de Oliveira, conhecido como Macalé, que também feito o convite a Lessa para matar Marielle a pedido dos Brazão. As investigações da PF e do Ministério Público mostram que o criminoso também participou dos preparativos para o assassinato. Ele, no entanto, foi executado em 2021, em um crime ainda sem respostas.

Segundo Lessa, no dia que Marielle foi morta, Macalé foi quem avisou ao ex-PM de que o crime deveria acontecer naquela data. O miliciano passou as informações da agenda da vereadora em um telefone por volta das 10 da manhã de 14 de março de 2018. De acordo com o relato do delator, o comparsa teria dito: "Vamos tentar proceder aí, cara. Só que mais uma vez, eu não vou estar presente".

Lessa também afirmou que as armas foram fornecidas por Macalé, dentro do que chamou de "kit". "Porque obviamente você não vai usar a sua arma na missão, né?", disse em delação.

Já o carro, segundo o delator, foi dado pelo ex-bombeiro Maxwell Simões Correia. Conhecido como Suel, o ex-militar também está preso sob suspeita de ter feito o monitoramento de Marielle e ajudado nos preparativos para assassiná-la.

Lessa disse ainda que o pagamento pela morte da vereadora seria em forma de loteamentos na zona oeste do Rio. Ele confirmou ainda que o então chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, atuou para acobertar os crimes. Segundo Lessa, o delegado, que havia tomado posse no comando da corporação dias antes do crime, recebeu pagamento adiantado para atrapalhar as investigações.

Na mesma decisão que derrubou o sigilo parcial da delação de Lessa, Alexandre de Moraes também autorizou a transferência do ex-PM para o Complexo Penitenciário de Tremembé, em São Paulo. A defesa do réu havia solicitado a transferência como uma das contrapartidas para a colaboração.

Na sexta-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR), negou um pedido da defesa de Chiquinho para que o deputado fosse transferido para a Penitenciária Federal de Brasília. Atualmente ele está preso preventivamente na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. *(Caetano Tonet, César Felício, Julia Lindner, Mariana Assis, Murillo Camarotto e Rafael Rosas)*

INÊS 249

A ministra e a arte de enxugar gelo

Bruno Carazza

Não deve estar sendo fácil a vida de Esther Dweck, titular da pasta de Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Em razão da política de reajuste zero durante os quatro anos de Bolsonaro e Paulo Guedes para a maioria dos servidores civis federais, a ministra já tomou posse pressionada para corrigir a defasagem salarial.

Uma de suas primeiras providências, contudo, foi relativamente tranquila. Com uma folga de R$ 145 bilhões no orçamento proporcionada pela PEC da Transição, Dweck anunciou um reajuste linear de 9%, beneficiando mais de um milhão de servidores e empregados públicos federais, ao custo de R$ 13,82 bilhões por ano.

Ao optar por um reajuste no atacado, a ministra se safou da dura e cansativa tarefa de negociar recomposições remuneratórias com cada carreira em específico, tendo de ouvir as penúrias de todas as categorias e debelar ameaças de greves e paralisações de atividades.

Mas Dweck não conseguiu sustentar essa estratégia por muito tempo. Alguns grupos de servidores têm maior poder de pressão do que outros, e não se contentaram em receber o mesmo aumento dado para todas as carreiras. Fiscais da Receita, delegados da Polícia Federal e analistas do Banco Central, entre outras carreiras do topo remuneratório do Executivo, reivindicaram a abertura de mesas de negociações individuais. Por outro lado, carreiras menos valorizadas, como os técnicos e professores das universidades federais, bem como gestores e fiscais do meio-ambiente, paralisaram suas atividades ou entraram em greve.

A ministra então caiu na armadilha de abrir negociações no varejo. Além de muito mais desgastante, a prática joga o governo numa espiral de insatisfação, pois a cada acordo celebrado com uma carreira, acaba despertando a cobiça das demais. Para piorar, as condições orçamentárias estão se mostrando cada vez mais restritivas, com a frustração das expectativas do arcabouço fiscal e a resistência do empresariado e do Congresso em aceitar passivamente as medidas de correção tributária propostas pelo Ministério da Fazenda.

A tática de negociar individualmente com cada carreira também agrava as distorções salariais no serviço público. A estrutura do governo federal hoje conta com centenas de cargos, com regimes remuneratórios bastante diferenciados. Algumas carreiras têm subsídios fixos, enquanto outras contam com um vencimento básico baixo complementado por parcelas variáveis a depender da qualificação ou do atendimento de metas institucionais ou da avaliação por superiores.

As remunerações iniciais e finais variam bastante, em geral sem critério algum. Não faz sentido, por exemplo, um pesquisador do IBGE receber no máximo R$ 15.239,15, enquanto seu colega do Ipea, que exerce uma atividade similar, ganha até R$ 29.832,94, segundo o Painel Estatístico de Pessoal.

Nos últimos anos, algumas carreiras conseguiram se diferenciar ainda mais assegurando para si o pagamento de polpudos penduricalhos salariais, como os honorários para os advogados públicos ou os bônus dos auditores fiscais, que turbinam seus ganhos totais a ponto de receberem quase igual aos ministros do Supremo.

Na estrutura salarial atual no Poder Executivo, um auditor da Receita ganhará mais de R$ 10 mil a mais por mês do que um auditor do Tesouro Nacional — diferença que não se justifica a não ser pelo lobby de uma carreira, que é mais efetivo do que a de outra.

Sem falar que o modelo de remuneração atual não leva em conta os graus de dedicação e produtividade de seus integrantes. Um advogado público que consegue desenvolver uma tese capaz de gerar um ganho de milhões para a União na Justiça terá direito a um honorário do mesmo valor do seu par que, em tempos de "home office", mal redige uma petição por semana.

A lógica remuneratória do serviço público brasileiro foi desvirtuada nas últimas décadas pela capacidade de persuasão de algumas carreiras em detrimento de outras. Atividades jurídicas e tributárias são supervalorizadas, enquanto aquelas com valor difuso e de difícil mensuração, como a produção de conhecimento científico ou a proteção ambiental, são menosprezadas.

Além disso, funções que exigem formação acadêmica, qualificação profissional e natureza do trabalho semelhantes são remuneradas de maneira totalmente discrepantes. No âmbito individual, como não há definição de metas e aferição de produtividade, servidores dedicados são desestimulados ao verem colegas sem nenhum comprometimento com o trabalho ganharem o mesmo — ou muito mais, caso tenham tido a sorte de terem sido aprovados em um concurso mais prestigiado.

Ao dissipar sua energia em negociações pontuais com cada uma das carreiras separadamente, a ministra Esther Dweck e o governo Lula perdem a oportunidade de implementar uma reformulação da estrutura de pessoal da União, fundindo carreiras de atribuições semelhantes, instituindo um sistema de avaliação individual e, principalmente, liderando uma discussão para restabelecer a autoridade do teto do funcionalismo para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Executivo Indicado pelo Centrão, ministro afirma que seu partido tem entregado votos a Lula e que pauta de costumes 'tem dificuldade' no Congresso

'Não há por que ter cobrança' sobre mim, diz Fufuca após derrotas

Fabio Murakawa
De Brasília

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR — 14/9/2023

Fufuca: "[O presidente Lula] sabe do comprometimento que a gente tem com a bancada e com o governo dele"

Indicado ao governo pelo Centrão, o ministro do Esporte, André Fufuca, considera injustas as críticas que vêm sendo feitas a ele e aos chamados "ministros de bancada" pelas recentes derrotas do governo no Legislativo.

No mais recente episódio, na sessão conjunta do Congresso em 28 de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve derrubados seus vetos ao fim da saída temporária de presos, a chamada "saidinha". Na mesma sessão, os parlamentares mantiveram os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro a mudanças na Lei de Segurança Nacional, o que na prática dificulta a punição de quem divulgar notícias falsas nas eleições.

As derrotas geraram reuniões entre Lula, os líderes do governo no Congresso e o ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais. E houve críticas à atuação dos ministros indicados por partidos do Centrão, como Fufuca (PP), Juscelino Filho (União Brasil), das Comunicações; Celso Sabino (União Brasil), do Turismo; e Silvio Costa Filho (Republicanos), de Portos e Aeroportos.

Fufuca, no entanto, nega ter sido cobrado por Lula: "Não há por que ter cobrança, até porque ele sabe do comprometimento que a gente tem com a bancada e com o governo dele".

O ministro alega que seu partido, o PP, tem entregado votos ao governo em projetos da área econômica. E que as chamadas "pautas de costume" teriam dificuldade para ser aprovadas mesmo se fossem patrocinadas por "um governo com 90% de aprovação".

Nesta entrevista ao **Valor**, Fufuca diz que trabalharia contra a chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) das praias, em favor da qual votou quando era deputado, caso recebesse essa tarefa do presidente. E explica por que escolheu o senador Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do PP, ex-ministro da Casa Civil da administração Jair Bolsonaro (PL) e um ácido crítico de Lula e do governo, para ser padrinho de seu filho.

O ministro revela ainda que pretende enviar ao Congresso, em até dois meses, uma nova Lei Geral do Futebol, que deve mexer com as regras de contratos de jogadores e normas das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs).

A seguir os principais pontos:

Valor: *Após a última sessão do Congresso, houve muita cobrança sobre os ministros políticos. Como vê essas cobranças?*

André Fufuca: Eu não vi essa cobrança. [Em] todas as matérias que o governo precisou do PP, o PP esteve vigilante, esteve ajudando. Nenhuma das grandes matérias econômicas e matérias principais que o governo teve interesse o PP votou contra. Eu acredito que essa cobrança não caiba para a gente.

> "Em pauta de costume, até um governo com 90% de aprovação vai ter dificuldade"

Valor: *O presidente deu alguma orientação especial ao senhor depois dessa sessão?*

Fufuca: A gente tem um diálogo muito franco e sincero com o presidente Lula. Praticamente, de 15 em 15 dias a gente tem algum tipo de conversa. Então, não há por que ter cobrança, até porque ele sabe do comprometimento que a gente tem com a bancada e com o governo dele.

Valor: *Mas teve alguma conversa específica sobre esse episódio?*

Fufuca: O presidente sabe do nosso compromisso, não houve esse tipo de cobrança por parte dele.

Valor: *O presidente deveria participar mais da articulação?*

Fufuca: Eu acho que ele participa. Ninguém presta atenção quando uma árvore cresce. Ela cresce durante cem anos. Mas, no dia que ela cai, todo mundo presta atenção. A gente está falando que 100% da pauta econômica e da pauta que o governo tinha interesse foi aprovada ano passado. Então, por causa da derrubada de dois, três vetos, estão querendo colocar como se a articulação política do governo não existisse. Não é isso que acontece. A articulação política do governo existe, é presente, atuante, e o presidente Lula também faz parte disso. A grande parte das votações pode ter certeza que o mérito é da articulação dele, do engajamento dele nas questões.

Valor: *A articulação política do Planalto está sendo bem feita?*

Fufuca: De minha parte, sempre tive um diálogo aberto, franco. Não tenho motivo para reclamar ou colocar qualquer tipo de culpa.

Valor: *Mas o fato de o Padilha não conversar com o Arthur Lira não prejudica a articulação?*

Fufuca: A articulação é feita de várias formas e por vários funcionários. Se há um impedimento com o Padilha, há um diálogo franco com o Rui Costa [Casa Civil], que também faz um bom trabalho em relação a isso. Então, o trabalho acaba se complementando. O que um não pode fazer outro faz. O importante é que dê resultado e vem dando.

Valor: *É só essa pauta econômica que vem dando resultado...*

Fufuca: A pauta econômica, política. A única pauta que teve esse problema foram dois vetos de pauta de costume. Não dá para medir uma articulação política do governo em razão disso. Em pauta de costume, qualquer governo vai ter dificuldade. Pode ser um governo com 90% de aprovação. Vai ter dificuldade.

Valor: *O senhor não acha que esse controle maior do Orçamento pelo Congresso gera conflitos entre o Executivo e o Legislativo?*

Fufuca: Não. Até porque a política é mutável. Então, se você pegar a evolução democrática de 1988 para cá, mudou muita coisa. O Congresso e o Executivo sempre tiveram momentos de proximidade e de distanciamento. Mas sempre, com as mudanças acarretadas pela política, acabou um se acomodando a outro. Então, eu não vejo nenhum tipo de crise por esse fator orçamentário entre o Congresso e o Executivo.

Valor: *E como é que o senhor define hoje o momento na relação entre o Executivo e o Legislativo?*

Fufuca: Muito bom. Se você pegar, qual foi a relação Legislativo e Executivo que entregou tantas matérias importantes ao país em um ano? Nenhuma. Na história do Brasil não tem isso.

Valor: *No momento de votações, o senhor liga para os deputados do PP? Conversa com eles? Qual é o seu papel nessa relação?*

Fufuca: Eu faço o possível. Graças a Deus a gente tem uma relação muito próxima com a bancada. Eu tive a oportunidade por duas vezes de ser líder, fui duas vezes da mesa [diretora da Câmara]. Então, tenho um relacionamento próximo com cada parlamentar. Quando há uma matéria de interesse do governo federal, uma matéria em que há interesse do Brasil, a gente sempre está trabalhando com os amigos para ter o máximo de apoiamento possível.

Valor: *O senhor acha injustas as críticas de que os ministros de bancada não estão atuando para conseguir os votos em favor do governo?*

Fufuca: Essa crítica não é pertinente. E há uma frase de Confúcio, de que a palavra empolga, mas o exemplo arrasta as ações. O que a gente faz fala por si só. A maioria absoluta, em todas as votações que o governo precisou do PP, do União Brasil, do Republicanos e do MDB, fala por si só.

Valor: *O senhor, quando era deputado, votou a favor da PEC das Praias em 2022. O Planalto é contra. Continua a favor dessa PEC?*

Fufuca: Se sou favorável ou contrário, não interessa. Até porque eu não vou votar, se ela for votada novamente, isso é o de menos.

Valor: *Mas, se o presidente Lula pedir para o senhor articular contra a PEC, o senhor vai fazer?*

Fufuca: Eu faço parte do governo federal. Se for de interesse do governo que a gente trabalhe através desse encaminhamento, a gente vai trabalhar.

Valor: *O senhor deu o seu filho para o Ciro Nogueira batizar. Não incomodam as críticas que ele faz ao presidente e ao governo?*

Fufuca: Olha, quando eu dei meu filho para o senador ser padrinho, foi por uma questão afetiva, de amizade, não pela questão de relação política dele, ou o que quer que seja. A minha relação com o Ciro é de décadas de amizade. Eu tenho certeza de que qualquer integrante do governo vai entender isso. Eu nunca misturo amizade com política. Amizade é uma coisa, política é outra. E o Ciro é um irmão que eu tenho, não nego essa amizade dele, nunca vou negar. É uma pessoa que eu tenho muito carinho. Respeito o posicionamento dele, mas esse posicionamento dele hoje é ao contrário ao meu posicionamento atual. É totalmente diferente.

Valor: *O senhor vai propor ao Congresso uma Lei Geral do Futebol. O que é essa lei?*

Fufuca: Eu acredito que, além da gente ter uma Lei Geral do Esporte, nós temos que ter uma Lei Geral do Futebol. É uma cobrança muito grande das federações, dos times, da própria CBF. E há várias alterações no decorrer das décadas. O jogador, no começo da década de 70, 80, o valor dele de mercado talvez fosse 3% ou 4% do que é o valor de mercado do jogador no dia de hoje. E as leis não mudaram em relação ao futebol.

Valor: *O que seria a principal inovação que essa lei traria?*

Fufuca: Há vários pontos que a gente tem que aperfeiçoar. A questão de contratos, dos times, passe dos jogadores. É um projeto embrionário, uma necessidade que a gente vê no futebol, mas que vai ser construída com outros personagens. A gente está trabalhando nessa ideia. Acredito que, no intervalo de 30 a 60 dias, nós iremos apresentar alguma coisa ao Congresso. E isso vai ser aperfeiçoado com os senadores, deputados, todos aqueles que queiram ajudar.

Valor: *Vai ter mudança na questão da SAF?*

Fufuca: É um dos pontos que há uma cobrança grande. Também ela deve passar por esse debate.

Valor: *O que especificamente?*

Fufuca: A gente vê uma necessidade maior em relação à transparência das SAF. Isso é apenas um dos pontos. Há vários outros, os clubes vêm cobrando da gente em relação a isso. Eu vou te pedir reserva, até porque foram clubes que pediram uma maior transparência. Mas, mesmo assim, pediram reserva em relação às cobranças.

Valor: *O Brasil vai sediar a Copa do Mundo feminina em 2027. O que precisará ser feito até lá?*

Fufuca: Hoje, a gente tem uma Copa do Mundo pronta em relação à questão estrutural. Na questão logística, a gente não vai ter que fazer metrô, não vai ter que fazer acesso, construir estádio novo. Enfim, é uma Copa do Mundo pronta, e com o mínimo de gastos.

Valor: *A infraestrutura no Rio Grande do Sul foi muito abalada pelas enchentes, inclusive a esportiva. Há uma mobilização do Ministério do Esporte quanto a isso?*

Fufuca: Sim, sim. É uma preocupação nossa desde o ano passado. Ano passado, houve 13 ginásios totalmente derrubados pela chuva. Neste ano, ainda estamos fazendo levantamento das estruturas esportivas afetadas. Mas a gente já vem trabalhando nesse sentido no ministério. Já liberamos recursos de emendas parlamentares, demos prioridade na lei de incentivo ao Rio Grande do Sul. E vamos nos colocar à disposição inteiramente para ajudar na reestruturação dessas unidades que a chuva levou, como ginásios, quadras, campos, e precisa ter essa ajuda nossa.

Congresso Técnicos do governo reconheceram que o projeto 'não se sustenta' do ponto de vista atuarial

Proposta para aplicativos compromete Previdência

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Apesar das discussões sobre a necessidade de novas mudanças na Previdência Social para conter o crescente déficit, o governo Lula (PT) enviou ao Congresso projeto de lei para regulamentar a categoria de "motoristas de aplicativo de veículo de quatro rodas", como Uber, 99 e InDrive, e incluí-los no regime previdenciário sem saber quanto isso vai custar para os cofres públicos.

Representantes do governo reconheceram no Congresso que o projeto "não se sustenta" do ponto de vista atuarial. Mas mesmo assim o encaminharam para votação, em regime de urgência. O texto foi enviado sem as estimativas de receitas e despesas no curto prazo e, conforme informaram em resposta ao **Valor** por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), também sem nenhum estudo de qual será o impacto de longo prazo na Previdência.

"O PLP nº 12, de 2024, [...] estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. Não obstante, esta SRGPS [Secretaria de Regime Geral de Previdência Social] não ficou responsável pela elaboração dos referidos estudos e notas técnicas solicitados no pedido em análise", respondeu o Ministério da Previdência após questionamento do **Valor** pela LAI. O Ministério do Trabalho encaminhou notas técnicas sobre o processo de elaboração do projeto, mas também sem esses cálculos.

O projeto cria a categoria de motorista de aplicativo, com remuneração mínima por hora trabalhada (R$ 32,09), contribuição previdenciária (1,8% sobre o faturamento do trabalhador e 5% da empresa) e regras para exclusão e suspensão das plataformas. Com a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que será obrigatória, o motorista passará a ter direito à aposentadoria, pensão por morte ou por invalidez, licença-maternidade e auxílio-acidente.

Inicialmente, o governo enviou o projeto sem nenhuma estimativa do impacto orçamentário da medida. Após questionamentos, informou à imprensa que deve arrecadar R$ 279 milhões por ano com as contribuições — valor que tem por base pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontou 778 mil pessoas em 2022 cuja principal atividade profissional eram os aplicativos de transporte de passageiros.

O governo, contudo, não estimou qual será o custo dessa contribuição subsidiada nos gastos da Previdência Social — que cresceu 17,2% ano passado e atingiu R$ 306 bilhões. Apenas para efeitos de comparação, se cada um desses 778 mil trabalhadores passasse a ganhar o piso de aposentadoria do INSS hoje, a despesa anual seria de R$ 14,2 bilhões.

Em audiência pública na Câmara em abril, o secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo Portal, admitiu que sua equipe tem "muita preocupação" com o impacto para a sustentabilidade do regime previdenciário, mas defendeu que a proposta era fruto de um compromisso do atual governo de garantir o mínimo de direitos para a categoria. "O Estado brasileiro, ao propor este texto, está assumindo o ônus de uma necessidade de financiamento da Previdência. Resumidamente, o Estado assume um buraco. Esse desenho de contribuição, do ponto de vista atuarial, não se sustenta", disse.

> "Ao propor este texto, [...] o Estado assume um buraco"
> *Adroaldo Portal*

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo, o economista Rogério Nagamine concorda que é fundamental garantir proteção aos trabalhadores, mas ressalta que também é importante que isso ocorra de forma sustentável e que a falta de estudos "é preocupante". "Não adianta fazer um modelo que comprometa o financiamento do sistema. A aposentadoria rural e o MEI [Microempreendedor Individual] já são desequilibrados. O país ficará com despesa muito alta e com uma receita muito pequena no futuro", alerta. O ideal, diz, seria aumentar os encargos sobre as plataformas para compensar a alíquota menor do trabalhador.

Apesar do subsídio, o governo enfrenta dificuldades para aprovar a proposta porque os motoristas estão divididos entre os que defendem o vínculo com a Previdência para garantir mais proteção em caso de acidentes e os contrários a repassar parte de seus ganhos para o governo. O Executivo precisou recuar do requerimento de urgência e o texto foi enviado às comissões, onde os motoristas pressionam para que a contribuição seja opcional ou pelo MEI — que é facultativo.

> "Não adianta fazer um modelo que comprometa o sistema"
> *Rogério Nagamine*

Relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) afirmou que não há como deixar a contribuição opcional, mas antecipou ao **Valor** que permitirá que aqueles que atuam como motoristas para complementação de renda, mas já contribuem em outras atividades profissionais para o INSS, não precisarão recolher mais encargos previdenciários pelas plataformas. "Do ponto de vista da Previdência, esse trabalhador já está segurado", disse.

Líder da oposição no Senado, e ex-secretário especial da Previdência no governo Bolsonaro (PL), o senador Rogério Marinho (PL-RN) afirmou que o governo Lula desrespeitou as leis fiscais ao não apresentar as estimativas de impacto do projeto. "Não esperava nada diferente vindo de um governo cujo ministro da Previdência [Carlos Lupi] não reconhece a existência de déficit no sistema previdenciário", disse.

Questionado, o Ministério da Fazenda evitou comentar e respondeu que "a demanda deve ser direcionada às assessorias" dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego — que não responderam aos pedidos do **Valor** para que comentassem sobre a falta de cálculos acerca do impacto da medida na Previdência.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Adroaldo Portal em audiência na Câmara, ao lado de Luiz Marinho: equipe está preocupada com o impacto para a sustentabilidade do regime previdenciário

INÊS 249

Guerra em Gaza Saída do moderado Gantz ocorre em meio a críticas à operação de resgate de reféns

Ministro renuncia e amplia pressão sobre Netanyahu em Israel

Dov Lieber
Dow Jones

O general da reserva Benny Gantz, membro centrista do gabinete de guerra de Israel renunciou ontem por discordar da forma como o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu lida com a guerra na Faixa de Gaza. A demissão, embora esperada desde a semana passada, ocorreu depois que uma ousada missão de comandos israelenses para resgatar quatro reféns gerou críticas que ameaçam atrapalhar os esforços para acabar com o conflito e libertar os cativos restantes.

Segundo fontes palestinas, ligadas ao grupo terrorista Hamas, a operação de sábado em Nuseirat, no centro do enclave, deixou 274 mortos e 698 feridos.

"Decisões estratégicas fatídicas ficam paralisadas devido à hesitação e procrastinação por considerações políticas", disse, em entrevista coletiva. A saída do ministro que entrou para o governo apenas para decidir sobre temas da guerra, segundo analista, deve causar turbulências, mas não a queda do governo de Netanyahu. No entanto, o premiê deve ser tornar ainda mais dependente dos partidos de extrema direita que lhe dão apoio no Parlamento.

Num tuíte na noite de sábado, Netanyahu apelou a Gantz para permanecer na coalizão. "Este é o momento de unidade e não de divisão", escreveu ele.

Ao mesmo tempo, o governo de Netanyahu, que tinha celebrado a operação na véspera, minimizou críticas e levantou dúvidas sobre os números divulgados pelos palestinos. Daniel Hagari, porta-voz dos militares israelenses, disse que estava ciente de "menos de 100 vítimas" e Israel estava trabalhando para verificar quantos eram militantes. Ele acusou o Hamas de usar civis como escudos humanos.

O ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, atacou os críticos da operação em uma postagem no X, dizendo que "apenas os inimigos de Israel reclamaram das baixas dos terroristas do Hamas e seus cúmplices".

Netanyahu prometeu que Israel continuará as suas operações até que os 120 reféns ainda detidos pelo Hamas em Gaza — 43 dos quais se pensa terem morrido – sejam trazidos para casa. "Não cederemos até completarmos a missão e devolvermos todos os nossos reféns para casa, tanto os vivos como os corpos dos mortos", disse.

A Sede do Fórum das Famílias de Reféns, que representa os parentes dos sequestrados durante o ataque do Hamas a Israel de 7 de outubro, que deixou 1,2 mil mortos, saudou o resgate como um "triunfo milagroso" e instou o governo a "lembrar o seu compromisso" de trazer de volta todos os reféns – "os vivos para reabilitação, os mortos para o enterro".

Hagari disse que os reféns foram resgatados de dois locais separados por cerca de 200 metros em Nuseirat, em ataques simultâneos de forças especiais por volta das 11h, horário local. Todos os quatro estavam "vivos e bem" e seriam submetidos a exames médicos em Israel.

Os libertados na operação foram Noa Argamani, de 26 anos; Almog Meir, de 22, Andrei Kozlov, de 27; e Shlomi Ziv, de 41. Os nomes dos três reféns que supostamente teriam sido mortos na tentativa de resgate não foram divulgados pelo Hamas. Assim como outros cerca de 250 reféns capturados pelo Hamas em outubro. Destes, cerca de 100 foram libertados após uma acordo em novembro.

Nuseirat é um campo de refugiados construído após a Guerra Árabe-Israelense de 1948. Densamente povoado, é apontado por Israel como um reduto de militantes terroristas que se misturam à população civil. Toda a Faixa de Gaza tem 365 km² — um quarto do tamanho do município de São Paulo — e abriga 2,4 milhões de pessoas.

> "Este é um momento para a unidade, e não de divergências"
> *B. Netanyahu*

Hagari acrescentou que a operação, durante a qual um soldado israelense foi morto, exigiu semanas de planejamento e que não seria possível libertar todos os reféns desta forma.

"É claro que o que trará a maioria dos reféns de volta vivos para casa é um acordo. Não há discussão sobre isso", disse ele em um comunicado. "Ao mesmo tempo, criamos as condições, como fizemos hoje (sábado), para trazer as pessoas de volta para casa."

A libertação dos reféns foi saudada pelo presidente dos EUA, Joe Biden. Mas as nações árabes reagiram com fúria às dezenas de mortes palestinas. Jordânia e o Egito deploraram o "ataque" a Nuseirat.

Por seu lado, o principal diplomata da UE, Josep Borrell, congratulou-se com o regresso seguro dos reféns, mas acrescentou que "os relatórios de Gaza sobre outro massacre de civis são terríveis". "Condenamos isso nos termos mais veementes. O banho de sangue deve terminar imediatamente", escreveu no X.

O resgate ocorre num momento em que Israel está sob intensa pressão internacional para concordar com um cessar-fogo, enfrentando a raiva pelo crescente número de civis resultante da sua ofensiva em Gaza, que matou mais de 37 mil, segundo autoridades palestinas, e provocou uma catástrofe humana.

Em abril, o promotor do Tribunal Penal Internacional solicitou mandados de prisão para Netanyahu e para o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, pelos crimes cometidos na guerra.

Os especialistas estimam que após a operação de resgate, a posição estratégica de Israel em Gaza ficou pouco alterada, embora as consequências possam dar a israelenses e palestinos motivos para endurecer negociações.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, deve voltar ao Oriente Médio esta semana para revigorar os esforços para um cessar-fogo e um acordo mais amplo com a Arábia Saudita que reduziria o isolamento de Israel e colocaria os palestinos no caminho para o seu próprio Estado.

Na sexta-feira, a ONU tinha incluído os militares israelenses a uma lista de países e organizações que não protegem as crianças em conflitos. Israel qualificou a posição da ONU de "vergonhosa". *(Com agências internacionais)*

OHAD ZWIGENBERG/AP

Benny Gantz deixa local onde anunciou sua demissão do gabinete de guerra de israel por divergências com o premiê

Europa Presidente francês convoca eleições legislativas antecipadas

Extrema direita arrasa na UE e fragiliza Macron e Scholz

Andy Bounds, Henry Foy, Alice Hancock, Guy Chazan e Leila Abboud
Financial Times, de Bruxelas, Berlim e Paris

Partidos de extrema direita arrasaram nas eleições encerradas ontem para o Parlamento Europeu, com um desempenho acima do esperado na Alemanha e uma vitória confortável na França — o que levou o presidente Emmanuel Macron a convocar eleições legislativas antecipadas.

A projeção inicial indicava que os grupos de extrema direita e de ultradireita deveriam obter quase um quarto das vagas da próxima legislatura, enquanto em 2019 ficaram com um quinto delas.

Pelas pesquisas de boca de urna, o Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita, deve conquistar 186 vagas, seguido do grupo dos socialistas e democratas, com 133. O grupo liberal Renova manteria o terceiro lugar, com 82. As estimativas indicam que os Verdes serão os maiores derrotados e cairão das 72 vagas conquistadas em 2019 para 53.

O presidente francês chocou aliados ao convocar eleições antecipadas para a Assembleia Nacional depois que as pesquisas de boca de urna apontaram que o partido Reunião Nacional (RN) teria 33% dos votos, mais do que o dobro dos votos da aliança centrista de Macron.

"Decidi devolver a vocês a escolha dos novos parlamentares", disse, no Palácio do Eliseu.

Além de ser um golpe doloroso para as situações do presidente francês e do premiê alemão, Olaf Scholz, em seus países, o avanço da direita deve ajudar a levar o Parlamento Europeu para uma posição mais contrária à imigração e às questões ambientais.

A expectativa era de que o francês RN, liderado por Marine Le Pen, ficasse em primeiro lugar, com quase um terço dos votos, de acordo com as pesquisas de boca de urna, em uma clara reprovação à aliança centrista de Macron, que teria aproximadamente 15%.

"Esse resultado é enfático. Nossos compatriotas manifestaram o desejo de mudança e de um caminho para o futuro", disse Jordan Bardella, que encabeçava a lista de campanha do RN.

Na Alemanha, os três partidos da coalizão de Scholz foram ultrapassados pela Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema direita, que ficou em segundo. O mais votado foi o CDU-CSU, grupo conservador de oposição formado pela União Democrata-Cristã (CDU) e a União Social-Cristã (CSU).

Os partidos ultraconservadores e nacionalistas também conquistaram vitórias ou ganhos significativos na Áustria, no Chipre, na Alemanha, na Grécia e na Holanda, de acordo com as bocas de urna.

"Pode dar adeus ao Pacto Ecológico Europeu", disse Simon Hix, professor de Política no Instituto Universitário Europeu, em Florença, referindo-se ao plano para chegar às emissões líquidas de carbono zero até 2050.

Ele afirmou que o PPE, o partido de centro-direita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, tornou-se ainda mais poderoso, já que pode trabalhar com partidos à sua esquerda ou à sua direita.

Mas a explosão da direita, à custa dos liberais e verdes, complicaria a tentativa de Von der Leyen de garantir um segundo mandato à frente da Comissão Europeia.

A AfD conseguiu resistir a escândalos recentes para conseguir o segundo lugar na Alemanha, com 16,4% dos votos. Foi um dos melhores resultados do partido em uma eleição nacional, embora tenha ficado abaixo dos 22% que as pesquisas sugeriam em janeiro.

"Este é um super resultado; um resultado recorde", comentou o colíder da AfD Tino Chrupalla. "Nossos eleitores foram fiéis a nós e derrotamos o partido de Scholz, dos verdes e dos liberais."

O partido conseguiu esse bom desempenho apesar de uma enxurrada de manchetes negativas, muitas delas sobre seu cabeça de chapa na eleição, Maximilian Krah. Um de seus assessores foi preso por suspeita de espionagem para a China, e ele provocou indignação ao minimizar os crimes da SSs nazistas. Além disso, o número dois na lista da AfD está sob investigação por suspeita de corrupção.

O resultado foi um desastre para os três integrantes da frágil coalizão de Scholz — o Partido Social-Democrata (SPD), o Partido Verde e o Partido Liberal Democrático (FDP). Os verdes viram seus votos caírem em mais de 8 pontos percentuais, enquanto o SPD conseguiu apenas 14% – seu pior resultado em uma votação nacional.

A oposição de centro direita, CDU-CSU, venceu a eleição e ficará com 29 vagas, enquanto o SPD terá apenas 14, os verdes 12 e o FDP 5.

Na Holanda, o Partido pela Liberdade (PVV), de extrema direita e comandado por Geert Wilders, saltou de 1 vaga nas eleições anteriores para 7. Ainda assim, ficou um pouco abaixo do resultado da aliança de trabalhistas e verdes.

O PPE teve um desempenho forte na Alemanha, na Espanha, na Grécia e em alguns outros países, segundo as previsões.

"Mais uma vez somos a maior força na Alemanha", disse von der Leyen em resposta às primeiras projeções sobre a eleição em seu país natal. "Hoje vamos comemorar. A partir de amanhã, continuaremos a trabalhar."

Para garantir um segundo mandato como presidente da Comissão Europeia, von der Leyen precisa do apoio da maioria dos 720 parlamentares europeus. Os resultados finais das eleições devem ser divulgados apenas ao longo do dia de hoje.

VIRGINIA MAYO/AP

Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola (à esq.) anuncia resultados na sede do Legislativo em Bruxelas

Extrema direita avança
Projeção de nº de cadeiras

	Como é	Como fica
Esquerda	37	36
Socialistas & Democratas	140	133
Verdes	72	53
Renova Europa (centro)	102	82
Popular Europeu (democrata cristão	177	186
Conservadores e Reformistas	68	70
Identidade e Democracia (extrema direita)	59	60
Outros	50	100

Fonte: Parlamento Europeu/FT - Base em várias bocas de urna de 20 países da EU

> "Decidi devolver a vocês a escolha dos novos parlamentares"
> *Emmanuel Macron*

Terremoto político abala o eixo central da UE

Análise

Humberto Saccomandi
Para o **Valor**, *de Veneza*

A Europa sofreu um terremoto político. Partidos de extrema direita avançaram nas eleições para o Parlamento Europeu. E, mais importante, os governos de Alemanha e França, os dois países mais importantes da Europa, que formam o eixo da União Europeia (UE), sofreram derrotas duríssimas. As repercussões serão profundas, tanto nos países-membros como na UE.

No futebol, quando um time ganha, mas não se classifica, costuma-se dizer que ele venceu, mas não levou. Nas eleições para o Parlamento Europeu ocorreu o contrário: quem não ganhou levou. Apesar do avanço, os partidos de extrema direita ainda deverão ser minoritários no Parlamento Europeu. Mesmo assim, são o fenômeno dessas eleições.

Eleitores dos 27 países-membros da UE foram às urnas desde quinta-feira para eleger os 720 deputados do Parlamento Europeu. As pesquisas já indicavam que haveria um avanço importante da extrema direita. O resultado final ainda não estava definido na noite de ontem, pois a apuração ainda estava em andamento.

Projeções oficiais, porém, indicavam que o grupo parlamentar Partido Popular Europeu (PPE, de centro-direita), continuará como maior no Parlamento da UE, com 181 deputados. Em segundo lugar ficará o grupo Socialistas e Democráticos (S&D, de centro-esquerda), com 135. O grupo liberal será o terceiro maior, com 82.

Os partidos de extrema direita juntos devem somar 150 cadeiras. Eles, porém, estão divididos em três grupos diferentes no Parlamento Europeu e com frequência não atuam em conjunto. Alguns, como o Irmãos da Itália, da premiê Giorgia Meloni, apoiam a Ucrânia. Já a francesa Marine Le Pen critica a ajuda militar aos ucranianos.

Apesar de a extrema direita ter ampliado sua bancada, continuará minoritária no Parlamento. E a próxima Comissão Europeia (CE, o órgão executivo da UE) deverá ser formada pelos mesmos grupos políticos de hoje, com PPE e S&D à frente. A presidente da Comissão, a alemão Ursula von der Leyen, tem chances de continuar no cargo.

Mas as eleições para o Parlamento Europeu têm efeitos importantes na política interna dos países-membros, que já começaram ontem. Na França, o presidente Emmanuel Macron anunciou a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições legislativas. Isso porque seu partido ficou com cerca de 15,2% dos votos apenas, segundo projeções, menos de metade dos 31,5% da Reunião Nacional, de extrema direita, liderada por Marine Le Pen.

Macron não era obrigado a antecipar as eleições, pois a atual legislatura, eleita em 2022, iria até 2027. Mas a derrota enfraqueceu a atual coligação e seria difícil governar até 2027. O presidente explicou isso em pronunciamento ontem, ao dizer que não pode "fazer de conta que nada aconteceu".

Trata-se de uma aposta arriscada, tanto para Macron como para a UE. As eleições antecipadas serão apenas para o Parlamento francês, e não para presidente. A aposta de Macron é, provavelmente, que o resultado de ontem não se repetirá nas eleições legislativas. É comum que, nas eleições europeias, eleitores punam governos nacionais no cargo, num voto de protesto. Ocorreu ontem em vários países. Mas não necessariamente ocorrerá numa eleição nacional.

Protesto, aliás, é a explicação mais repetida para o crescimento da extrema direita na Europa. Protesto contra a imigração, contra a precarização do trabalho e os baixos salários de uma parte significativa da população, contra a piora da educação e saúde públicos, contra a guerra na Ucrânia, e contra o que é visto como excesso de intromissão da UE nos temas nacionais.

Mas, se a aposta de Macron der errado e a extrema direita ganhar, poderá indicar o novo primeiro-ministro da França, que dividirá as funções de governo com Macron. Os franceses chamam essa situação de coabitação, isto é, quando o presidente e o premiê são de partidos diferentes. Isso enfraquecerá a posição da França na UE, o que, por sua vez, enfraquecerá governança da própria UE.

Na Alemanha ocorreu algo parecido. O Partido Social-Democrata (SPD, de centro-esquerda), do premiê Olaf Scholz, teve o seu pior resultado em eleições europeias, segundo projeções, obtendo apenas 14% dos votos. Ficou atrás da União Democrata Cristão (CDU), com 30,3%, e da Alternativa para a Alemanha (AfD), com 16,2%. O resultado enfraquece a coalizão de Scholz, formada pelo SPD, verdes e liberais, eleita em 2021.

Nos próximos dias, o terremoto político continuará tendo repercussões em vários países da UE. Na Áustria, por exemplo, a extrema direita ficou em primeiro lugar. Na Holanda, a extrema direita ficou em segundo lugar e deverá entrar no governo a ser formado.

Quanto ao governo da UE, levará ainda semanas ou meses para a definição da nova maioria parlamentar e da próxima Comissão Europeia. Mas é evidente o avanço da extrema direita provocará uma guinada à direita na agenda política do bloco. E que ficará mais difícil governar a UE com o aumento da rejeição à própria UE expressado no voto na extrema direita.

150
cadeiras serão da extrema direita

Custo de energia ameaça empresas na Colômbia

Andrea Jaramillo
Bloomberg

As maiores empresas da Colômbia se preparam para uma disparada dos custos da energia nos próximos meses, à medida que a produção cada vez menor de gás natural obriga o país a recorrer a importações caras para evitar a falta de gás.

O presidente esquerdista Gustavo Petro, para quem o combate às mudanças climáticas é uma prioridade, tem se recusado a conceder licenças para explorar novos locais de perfuração de poços, apesar de as reservas do país estarem se esgotando. E os poços que são explorados no Caribe não serão operacionais antes de 2027, pelo menos.

Isto está obrigando a empresa estatal de petróleo, a Ecopetrol, a analisar formas de o país comprar gás natural liquefeito (GNL) do exterior, que podem ser duas ou três vezes mais caras do que o suprimento atual da Colômbia.

A situação pode até provocar a paralisação da já letárgica economia da Colômbia, que no ano passado se expandiu ao ritmo mais fraco desde 1999, sem contar o período da pandemia. Também pode corroer de maneira expressiva a lucratividade das empresas, pois o fraco crescimento econômico torna mais difícil o repasse do aumento dos custos para os consumidores.

Além disso, embora as reservas já estivessem em queda há vários anos quando Petro chegou ao poder, a escassez de energia representa outro obstáculo para sua tentativa de transformar o modelo "favorável às empresas" da Colômbia. Com muitas de suas ambiciosas reformas paralisadas, seu governo também se debate hoje com uma deterioração das perspectivas fiscais.

"Vamos nos defrontar com um problema muito sério, e muito rapidamente", disse o ex-ministro de Minas e Energia Tomás González, que hoje comanda o think-tank Centro Regional de Estudos de Energia, de Bogotá. "Não se pode deixar a indústria sem gás natural por nenhum período de tempo — isso teria um impacto enorme na economia."

Quando os estoques de gás são limitados, o governo da Colômbia exige que a prioridade seja para as famílias, pequenas empresas e setor dos transportes, em vez da indústria. Por isso, empresas tentam descobrir como lidar com a escassez.

"Você precisaria ser louco para tentar aumentar os preços nesse ambiente", disse Diego Jaramillo, dirigente da associação do setor que reúne os maiores consumidores de energia e gás natural do país.

Mesmo nos preços atuais, a energia e o gás são responsáveis por cerca de 25% e 40% dos custos totais dessas empresas, segundo Jaramillo. Ele advertiu que se esses preços derem um salto quando as importações começarem, a indústria colombiana simplesmente "não será competitiva".

No mês passado, a Agência Nacional de Hidrocarbonetos informou que as reservas de gás caíram para o equivalente a 6,1 anos de produção no fim de 2023. Isso significa uma queda em relação aos 7,2 anos de 2022 e é metade do que era há uma década.

Mesmo com alguma margem de manobra, a Ecopetrol avalia que haverá um déficit de 8% entre o fornecimento de gás e a demanda total a partir do ano que vem, diferença que aumentará para cerca de 25% em 2026 e 30% no ano seguinte. As previsões da empresa sugerem que os déficits se manterão acima desse nível até perto de 2030, quando os depósitos submarinos começarem a atender à demanda.

O executivo-chefe da Ecopetrol, Ricardo Roa, afirma que tem feito tudo que pode para evitar o racionamento. "Estamos trabalhando para garantir o fornecimento de gás", disse em entrevista. "Nós entendemos as implicações para a indústria."

Para começar, a estatal pretende retomar projetos que estavam suspensos por falta de segurança ou de licenças ambientais. Em abril, anunciou um acordo com a Parex Resources para exploração na área de Piedemonte Llanero, no centro do país. A empresa também voltou a atenção para a província de Cesar, no norte, perto da costa caribenha, onde já foram encontrados depósitos de gás.

Aumentar a produção de pequenos campos pode ajudar a Colômbia a ganhar tempo e até ser suficiente para evitar um déficit no ano que vem, segundo David Angel, cofundador da empresa de consultoria Energy Transitions SAS, de Bogotá. Mas sua expectativa é de que, por causa da ampliação do déficit, as importações se tornarão necessárias no mais tardar em 2026.

A demanda média diária de gás natural neste ano é de cerca de 1.080 giga-unidades térmicas britânicas (BTUs) e o déficit em 2026 está estimado em cerca de 250 giga-BTUs. A indústria costuma responder por 30% da demanda total.

Uma alternativa de curto prazo é aumentar a capacidade de um porto privado de gás natural liquefeito em Cartagena, conhecido como SPEC. Embora hoje a capacidade de regaseificação só esteja programada para usinas térmicas, poderia ser expandida — embora exija mudanças na regulamentação e de infraestrutura.

Outra possibilidade é a importação da Venezuela. Ela depende da disponibilidade, mas de início Roa espera cerca de 50 milhões de pés cúbicos por dia — ou cerca de 50 giga-BTUs. No entanto, como os Estados Unidos reimpuseram as sanções contra a Venezuela, a Ecopetrol precisa primeiro receber uma autorização para não sofrer punições. *(Tradução de Lilian Carmona)*

Modi assume terceiro mandato

PRAKASH SINGH/BLOOMBERG

Narendra Modi tomou posse ontem para um terceiro mandato como premiê da Índia, mas desta vez terá de governar com outras forças, já que, em um resultado surpreendente, seu partido não obteve maioria absoluta nas eleições parlamentares. Ele foi empossado no palácio presidencial Rashtrapati Bhavan em Nova Déli (foto). Modi, de 73 anos, tem pela frente o desafio de desenvolver a economia do país — o que mais cresce na Ásia, mas tem um dos maiores contingentes de pobres do mundo.

Valor ECONÔMICO

Questão fiscal é desafio para a primeira presidente do México

Claudia Sheinbaum assumirá a presidência do México em 1º de outubro após uma vitória avassaladora nas eleições realizadas no último domingo, graças ao amplo apoio popular de seu mentor, Andrés Manuel López Obrador, que durante seus seis anos de mandato implementou uma série de políticas sociais que o fizeram cair nas graças dos mexicanos. O legado, porém, carrega alertas. Para manter a promessa de dar sequência às políticas de seu antecessor — e que também deram ao partido de ambos o controle do Congresso —, a primeira mulher a presidir o país terá de lidar com o maior déficit orçamentário desde 1980 e com os graves problemas internos de segurança.

López Obrador iniciou o governo contrariando expectativas, adotando uma política de relativa austeridade que despertou críticas pela falta de apoio à população durante os anos da pandemia, na contramão do que outros países fizeram no período. A disciplina fiscal foi facilitada em parte pela valorização do peso — que atingiu o maior nível contra o dólar em quase uma década —, pelo recorde de remessas enviadas pelos mexicanos no exterior e pelo aumento do comércio com os EUA em meio a disputas dos norte-americanos com a China.

No último ano de mandato, porém, López Obrador abriu os cofres para apoiar a eleição da aliada e dos correligionários do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), uma manobra questionada eleitoralmente pela oposição. A austeridade deu lugar a um aumento significativo nos gastos sociais, com elevação dos benefícios pagos a estudantes e aposentados. Só para o exercício de 2024, o governo reservou US$ 43 bilhões para as políticas sociais. Houve também uma retomada dos investimentos em infraestrutura, entre eles a construção de um trem turístico de US$ 30 bilhões que cruza os Estados do sul do país e uma refinaria de petróleo de cerca de US$ 20 bilhões em Tabasco.

Com o amplo aumento dos gastos na reta final do governo, o déficit orçamentário mexicano passou de 2,3% do PIB em 2019, primeiro ano de mandato de López Obrador, para 4,3% em 2023. Para este ano, a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMIO) das Finanças é de um forte incremento, para 5,9%. Com isso, a dívida pública deve fechar 2024 em 55,6% do PIB, de acordo com previsão do FMI, a segunda maior entre as economias latino-americanas, atrás apenas do Brasil.

Economistas indicam que Sheinbaum terá que mudar o curso do endividamento para não provocar uma crise nos próximos anos, apesar de ter prometido durante a campanha aumentar os gastos em saúde, educação e bem-estar da população.

A crença de que ela seguirá os passos do mentor e o controle do Congresso, até então um obstáculo para reformas constitucionais controversas propostas por López Obrador — de substituir os membros da Suprema Corte por juízes eleitos e eliminar agências reguladoras independentes —, agitaram negativamente os mercados, por mais que a vitória do Morena fosse esperada. O peso mexicano chegou a cair 4% em relação ao dólar e o S&P/BVM, índice de referência da Bolsa de Valores do país, recuou 6,1%, a queda mais acentuada desde o início da pandemia. Reconquistar a confiança dos investidores será um de seus grandes desafios.

Para tentar conter a onda de pessimismo pós-eleitoral, Sheinbaum confirmou que manterá no cargo o ministro das Finanças, Rogelio Ramírez de la O, respeitado pelos mercados. A promessa do novo governo é cortar o déficit pela metade em 2025 e buscar um aumento das receitas por meio do combate à evasão, sem elevar impostos. Analistas consideram a tarefa difícil sem que a economia mexicana, que cresceu em média menos de 1% nos seis anos de mandato de López Obrador, seja afetada. Para 2024, a previsão é de crescimento de 2,2%, ante expansão de 3,2% no ano passado.

Em um relatório divulgado pós-eleição, a consultoria Oxford Economics avaliou ser "improvável" que Sheinbaum abandone as políticas de austeridade adotadas por López Obrador no início do mandato e, à espera de medidas que serão anunciadas pela presidente eleita, ainda prevê que o novo governo seja capaz de cortar o déficit no próximo ano.

Outro problema é a Pemex. Antes uma fonte de recursos para o governo, a estatal petrolífera mexicana é hoje a empresa mais endividada do mundo (um saldo negativo de mais de US$ 100 bilhões) e produz atualmente a metade do que produzia há 20 anos, apesar do apoio de quase US$ 70 bilhões dado pelo governo de López Obrador nos últimos cinco anos. Formada em física e doutora em engenharia ambiental, Sheinbaum quer acelerar a transição energética no México, mas ainda não deixou claro o que pretende fazer com a companhia.

A retomada da rota da austeridade diante de uma economia que dá sinais de desaceleração parece ser a melhor escolha para Sheinbaum, que ainda terá que enfrentar uma grave crise de segurança e as incertezas geradas pelas eleições dos EUA em novembro. Seguir com a cartilha típica de líderes de esquerda adotada por Obrador no último ano de mandato pode gerar algum conforto para os mexicanos no curto prazo, mas trará problemas econômicos profundos para o país no futuro.

País cresce desde 2021 acima do esperado pelo consenso de mercado. Por **Ricardo Barboza e Bráulio Borges**

Década surpreendente?

Décadas frequentemente recebem apelidos dos economistas. A década de 80, por exemplo, ficou conhecida como a "década perdida". Após 50 anos de crescimento acelerado (6,4%, em média), a economia brasileira estagnou entre 1981 e 1990, fazendo-nos perder tempo e oportunidades.

Já a década de 2010 foi rotulada como a "década frustrada" porque o PIB do Brasil cresceu abaixo das expectativas de mercado em todos os anos entre 2011 e 2020, exceto em 2017. A frustração foi palpável, embora tenha ocorrido em muitos países.

Ainda é cedo para apelidar a década atual, mas, até o momento, parece que a economia brasileira está navegando por uma "década surpreendente", em contraste marcante com a anterior. Vejam o gráfico.

Desde 2021, o PIB do Brasil tem crescido (em alguns casos, significativamente) acima do esperado pelo consenso de mercado no início de cada ano. Sim, 2024 ainda não acabou, mas as estimativas disponíveis estão quase todas próximas de 2%, portanto, acima dos 1,6% previstos no começo deste ano.

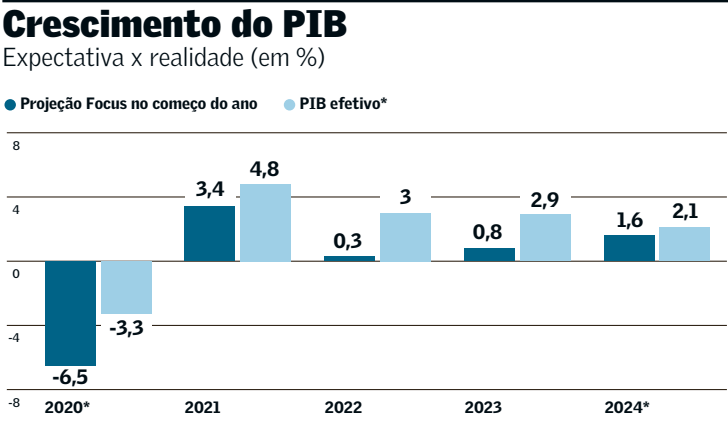
Explicar esse fenômeno não é simples. Em macroeconomia, identificar relações causais é desafiador devido às muitas forças concorrentes. Contudo, antes de associar o desempenho surpreendente a fatores mais estruturais, é necessário analisar cuidadosamente os elementos conjunturais.

Um primeiro aspecto que não pode ser ignorado — embora frequentemente o seja — é o fato de que a economia brasileira vinha operando com um grande excesso de ociosidade no início desta década (na verdade, desde 2016). Somente em meados de 2023 a economia brasileira se aproximou de um quadro mais próximo ao pleno emprego. Em números: o chamado "hiato do produto" estava em -4,0% em 2020 e encerrou 2023 em -0,6%, segundo estimativas do Banco Central.

Mas o que aconteceu na década atual, que não ocorreu entre 2017 e 2019, quando o hiato do produto também era muito negativo, mas pouco variou? Estímulos de demanda.

Um primeiro estímulo adveio da política fiscal (federal e subnacional), particularmente no que diz respeito às despesas. Na média de 2017-19, o gasto primário somado de União, Estados e municípios equivalia a 35,6% do PIB, saltando para 37,1% em 2020-23 (sendo 38,1% em 2023). Aliás, uma parte da política fiscal da pandemia gerou uma poupança, que foi sendo gasta nos anos posteriores (aquilo que alguns economistas vêm denominando de "política fiscal com efeitos defasados").

A composição da política fiscal também foi mais favorável: o investimento das três esferas de governo passou de 1,25% do PIB na média de 2017-19 para 2,1% em 2020-23 (e 2,7% em 2023). Vários estudos, inclusive para o caso brasileiro, apontam que o multiplicador de investimentos públicos é tipicamente superior a +1,0, próximo de +1,5. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, também com multiplicador acima de +1,0, passaram de 15,7% do PIB na média de 2017-19 para 16,8% em 2020-23. O destaque é o Bolsa Família, que passou de 0,4% do PIB até 2019 para 1,5% em 2023.

Um segundo estímulo adveio de um movimento relativamente exógeno, mas que aumentou bastante a renda dos setores produtores de commodities (agropecuária e indústria extrativa mineral), com transbordamentos para diversos outros setores da economia (transportes, indústria, varejo etc). O valor adicionado gerado por essas atividades passou de cerca de 7,5% do valor adicionado total em 2017-19 para 11,6% em 2020-23. Em 2020-22, esse movimento se deveu ao aumento dos preços no mercado internacional (potencializados pela depreciação do Real em 2020), enquanto, em 2023, esse efeito se deveu sobretudo ao forte aumento das quantidades produzidas (safra recorde).

Ora, quando há ociosidade na economia, estímulos na demanda elevam o crescimento do PIB no curto prazo, inclusive a um ritmo superior ao crescimento potencial.

Diante disso, podemos dizer que a hipótese dominante no debate público, que afirma que as surpresas positivas recentes do PIB decorrem da agenda reformista implementada desde 2016, parece carregar um nível bastante elevado de "wishful thinking".

Como já tratamos neste espaço em outras ocasiões, ainda que concordemos com várias das reformas implementadas, não está claro que elas tiveram os almejados efeitos sobre o PIB até agora. Pelo contrário, as estimativas de produtividade total dos fatores seguiram em queda, a taxa de investimento a preços constantes pouco mudou (com o estoque de capital virtualmente estagnado desde 2016), a taxa de investimento em infraestrutura pelo setor privado está praticamente estagnada (entre 1,1% e 1,2% do PIB), e as estimativas de mercado para o crescimento potencial não mudaram muito.

DANIEL WAINSTEIN/VALOR

Crescimento do PIB
Expectativa x realidade (em %)

Fonte: Focus/BCB e IBGE. 2024 é a projeção mais atual do Focus

Diante disso, vale perguntar: será que a boa performance observada nesses primeiros anos da década atual seguirá até 2030?

A dívida pública brasileira está em trajetória de crescimento, e temos metas de superávit primário desafiadoras para cumprir, visando ao menos estabilizar a razão dívida/PIB. Isso quer dizer que há pouco espaço fiscal adiante. Além disso, como vimos, nosso hiato do produto já está próximo de zero, o que significa que o crescimento do PIB será cada vez mais limitado pelo crescimento potencial (oferta).

Ou seja, se a década de 2020 será realmente surpreendente, só o tempo dirá, mas provavelmente não será pelos mesmos motivos que nos deixaram surpresos até aqui.

A esperança reside nas reformas aprovadas nos últimos anos, sobretudo nos efeitos da tão esperada reforma da tributação indireta (que começará a ser implementada a partir de 2026) e do Novo Marco Legal de Garantias, ambos aprovados em 2023. Espera-se que essas medidas possam, enfim, impactar a produtividade e a taxa de investimento, elevando nosso PIB potencial.

Vale assinalar que a estimativa do FMI para o crescimento brasileiro no médio prazo, publicado no relatório Artigo IV mais recente, passou de 2% para 2,5%, refletindo os efeitos da reforma tributária e da expectativa de aceleração da extração de petróleo e gás.

Ricardo Barboza é pesquisador associado da FGV/Ibre, professor do IBMEC e mestre pela PUC-Rio.
Bráulio Borges é pesquisador associado da FGV/Ibre, economista-sênior da LCA Consultores e mestre pela USP.
As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

Por um novo sistema agroalimentar

Ricardo Abramovay

O sistema que nos alimenta está também alimentando a crise climática global. A frase inicial do excelente relatório que o Banco Mundial acaba de lançar ("Recipe for a Liveable Planet") reflete um avanço científico que marca cada vez mais a abordagem dos problemas contemporâneos pelas organizações multilaterais. Muito mais que estudar o setor agropecuário, a indústria de máquinas e insumos, a transformação industrial e o consumo, o trabalho do Banco Mundial faz uma apreciação valorativa, um julgamento de natureza ético-normativa sobre a maneira como a humanidade está usando os recursos materiais, energéticos e bióticos para preencher suas necessidades alimentares. Este é o sentido e a ambição embutida no uso da expressão "sistema agroalimentar", ao longo do texto.

Logo em sua introdução o trabalho reconhece que o "sistema alimentar mundial teve sucesso em alimentar uma população crescente", mas acrescenta, a seguir, que ele "não conseguiu promover objetivos ótimos no que se refere à nutrição e à saúde". A atenção com a oferta de calorias e proteínas fez-se em detrimento da produção de alimentos saudáveis. As consequências sobre a saúde humana exprimem-se no fato de que, no século XXI, seis dos dez mais importantes determinantes de morte e doença estão ligados à alimentação. E na origem destes produtos estão práticas produtivas cujos custos ecossistêmicos (estimados em US$ 20 trilhões, no relatório), caso incorporados ao sistema de preços, superariam de longe o próprio valor da alimentação global. Em outras palavras, o mundo está destruindo serviços ecossistêmicos dos quais depende a própria vida para obter um conjunto de bens que, cada vez mais, são vetores das doenças que mais matam na atualidade.

O trabalho do Banco Mundial parte da diferença, no interior do sistema agroalimentar, entre países de renda alta, de renda média e os de renda baixa. Dos dez países com as maiores emissões agroalimentares, sete são de renda média (China, Brasil, Índia, Indonésia, Rússia, Paquistão e Argentina), dois de alta renda (EUA e Canadá) e um de baixa renda (Congo). A maior parte das emissões do sistema agroalimentar vem dos países de renda média (68% do total). Os países de alta renda respondem por 21% das emissões agroalimentares, mas são os maiores emissores per capita. E os de baixa renda contribuem com apenas 11% do total, mas são aqueles em que as emissões mais crescem.

Por volta de 82% das emissões dos países de baixa renda vêm do sistema agroalimentar. Metade deste total se origina na destruição florestal. Nos países de renda média, o desmatamento entra com 17% das emissões agroalimentares. China e Índia quase não têm emissões vindas de desmatamento. As exceções, nos países de renda média, são Brasil e Indonésia que, ao início da terceira década do milênio tinham no desmatamento mais de 50% de suas emissões totais, padrão semelhante aos países de baixa renda. Na Indonésia, o desmatamento caiu drasticamente. No balanço entre a recente redução da devastação na Amazônia, contrabalançada pelo aumento da destruição do Cerrado, ainda não é possível saber se permanece este padrão em que o Brasil se tornou o único, entre os países de renda média, em que metade das emissões vem de desmatamento.

O desmatamento sozinho corresponde a 11% das emissões globais — 90% da terra anteriormente florestada converte-se em lavouras ou pastagens. Entre um quarto e um terço deste desmatamento liga-se a apenas sete atividades: gado, óleo de palma, soja, cacau, borracha, café e plantios madeireiros. Se o grande desafio do sistema agroalimentar fosse a produção crescente de calorias e proteínas, talvez este desmatamento fosse incontornável. Não sendo este o caso, o desmatamento zero é condição necessária e oportunidade inigualável para um sistema agroalimentar que reduza suas emissões e contribua para regenerar a biodiversidade. Segundo o Banco Mundial, um terço das oportunidades para reduzir as emissões do setor agroalimentar concentra-se em proteção, manejo e regeneração florestal. E não há país com mais favoráveis condições para aproveitar esta oportunidade que o Brasil, de acordo com o Banco Mundial.

Mundo está destruindo ecossistemas dos quais depende para obter bens que são vetores das doenças que mais matam

Mas o fim do desmatamento é apenas o ponto de partida para a redução das emissões agroalimentares. Uma das revelações mais importantes do relatório do Banco Mundial é o crescimento das emissões alimentares geradas fora da atividade especificamente agropecuária. Fertilizantes químicos, uso de combustíveis fósseis em máquinas agrícolas, mas também industrialização, transportes e energia usada para cozinhar dobraram suas emissões nos últimos 30 anos. O peso das emissões alimentares não agrícolas já supera globalmente o das emissões da agricultura. Quando o Brasil zerar o desmatamento este será um importante desafio, como já o é para a China. E é bom lembrar que parte crescente desta industrialização alimentar se converte em produtos ultraprocessados, vetores da pandemia global de obesidade.

Outro desafio fundamental está nas emissões vinculadas ao consumo de carne bovina e de leite, que representam um quarto das emissões do setor agroalimentar e recebem um terço dos subsídios agrícolas globais. Boa parte do mundo (inclusive nos países de renda média) tem um consumo de carne bovina que vai além do necessário à saúde humana.

A presidência brasileira do G20 colocou a luta contra as desigualdades e contra a fome (junto com o combate à crise climática e a reforma da governança global) como seus objetivos centrais. O trabalho do Banco Mundial mostra que atingir estas finalidades não supõe apenas ampliar a produção de alimentos. É no Brasil que o setor agroalimentar reúne as melhores condições para oferecer à sociedade de produtos que beneficiem a saúde e contribuam para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos dos quais todos dependemos.

É em torno deste desafio que se reúnem on-line, no próximo dia 12 de junho, um grupo de especialistas brasileiros e internacionais no âmbito do G20 (Inscrições: https://bit.ly/3yS4Vgz)

Ricardo Abramovay é professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP e autor de "Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia".

Frase do dia

"Com os pilares fiscal e monetário com problemas de credibilidade, o risco aumenta e o mercado exige prêmio"

De Michael Kusunoki, chefe de renda fixa da BNP Paribas Asset, sobre a permanência dos juros reais de longo prazo em 6%.

Cartas de Leitores

Dólar em alta

Há uma desconfortável pedra no sapato da economia brasileira: a recente disparada do dólar. E tudo leva a crer que a tendência de desvalorização do real nos próximos dias continuará a mostrar sinais de agravamento. As causas talvez residam menos na conjuntura internacional determinante para a elevação da moeda americana, conforme prognosticado por agentes financeiros internacionais importantes, do que no cenário político doméstico, desorganizado e randômico, que vigora nos corredores do poder em Pindorama e que acaba criando uma atmosfera de desconfiança capaz de espantar fontes de investimentos que viam no país perspectivas promissoras.

É provável, portanto, que a subida exagerada do dólar por aqui revele uma enfermidade estrutural mal percebida pelo governo ou talvez por ele vislumbrada, mas, por motivos populistas, mal abordada. Esperamos que as mentes lúcidas do Banco Central e do Ministério responsável ajam com o propósito de aplainar os impasses que atormentam os poderes da República e passem ao largo de implicações políticas corrosivas.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@gmail.com

Falta de decoro

O comportamento dos deputados bolsonaristas que desrespeitam o Congresso e a nação é inaceitável e vergonhoso. As cenas de pancadaria após a decisão da Comissão de Ética da Câmara no caso Janones demonstram uma completa falta de decoro parlamentar e de compromisso com a democracia. Ao recorrerem à violência e à intimidação, esses parlamentares bolsonaristas desprezam o papel fundamental do Legislativo e minam a confiança da população nas instituições. É essencial que os representantes eleitos ajam com responsabilidade e respeito, buscando sempre o diálogo e a construção de um país melhor, e não a divisão e o caos.

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

FGTS

Desde longa data que a aposentadoria da maioria dos brasileiros é insuficiente para manter o conforto e a subsistência de antes da inatividade. Para amenizar a angústia e a deficiência financeira dos idosos e dificultar a demissão do operário, foi criado um novo imposto. Aí, para suprir os dois motivos, surgiu o FGTS. Hoje o FGTS perdeu a finalidade original e é um ônus ao empregador. É o "bombril" do operário, "tem mil e uma utilidades", dada a permissível diversidade de saques. Daí, quase sempre, na ocasião da tão sonhada aposentadoria, é aquele sufoco; a rotina mensal é o saque no banco rumo à farmácia. Deveria, desde criança, a orientação de poupança. Seja qual for o ganho mensal, poupar; no mínimo 10%, para uso emergencial, aquisição de um bem de maior valor, passeio... e aposentadoria tranquila.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

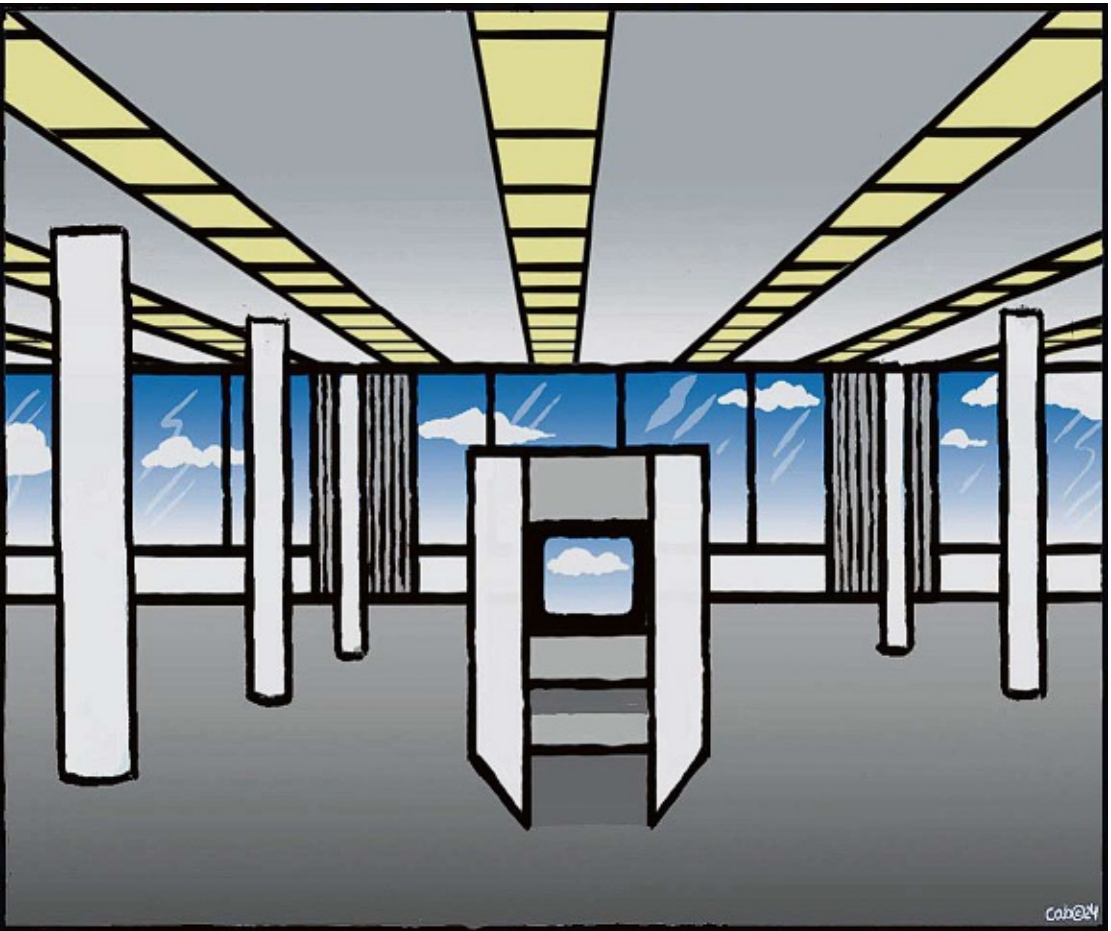
Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

É urgente repensar todo o sistema educacional. Por **Francisco Gaetani e Virgílio Almeida**

IA e a mutação no trabalho

O transbordamento das discussões sobre Inteligência Artificial (IA) para todas as áreas da vida econômica e social trouxe à tona com mais força ainda um dos temas mais importantes e mais sensíveis do processo de transformação digital: o trabalho. A pergunta que surge é qual (e como o) trabalho será afetado: o das pessoas, o das máquinas, o dos algoritmos, todos juntos e misturados? É uma questão sensível pela simples razão de que a remuneração das pessoas é uma função do seu trabalho, seu meio de vida. O saldo do balanço quantitativo da expressão schumpeteriana "destruição criadora" é ainda indeterminado. O senso comum sugere que em um primeiro momento a extinção de postos de trabalhos aparentemente supera a criação de novas ocupações. Mas estudos recentes indicam que regiões e setores que mais crescem e que geram novos postos de trabalho são os mais intensivos em tecnologia.

Talvez seja o momento de recordar um dispositivo constitucional esquecido pela torrente de assuntos que disputam nossa atenção cotidiana, que fala de forma simples, porém clara, que é preciso cuidar do impacto da tecnologia sobre o trabalho. Está lá no artigo sétimo: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, (...) XXVII — proteção em face da automação, na forma da lei". O mundo era outro em 1988 e viria a mudar intensamente com episódios como a Queda do Muro de Berlim em 1989, os eventos de 11 de setembro de 2001, a crise financeira global de 2007/2008, o advento do smartphone, as redes sociais, a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, dentre outros. A redação presente na Constituição de 1988 parece quase singela à luz da realidade de hoje. Como fazer frente à marcha da história?

A incerteza sobre o impacto da IA no trabalho é uma questão global. Diferentes países e governos buscam criar mecanismos de proteção para minimizar a turbulência que as tecnologias de IA podem trazer ao mercado de emprego. Recentemente, um grupo de trabalho sobre IA, formado por uma comissão bipartidária do Senado americano, publicou um relatório com o título "Impulsionando a Inovação nos Estados Unidos em Inteligência Artificial: Um Roteiro para a Política de Inteligência Artificial no Senado dos Estados Unidos". O informe foi motivado pelo reconhecimento comum por parte de ambos os partidos das profundas mudanças que a IA poderá trazer para o país, mudanças estas que afetarão a economia, produtividade, a segurança nacional e a capacidade da força de trabalho dos EUA.

Se governo e sociedade não se mobilizarem, teremos que lidar com uma massa crescente de trabalhadores obsoletos, disfuncionais e ociosos que precisarão ter seu sustento e sua inserção social de alguma forma equacionados. Ou não, com as consequências previsíveis

O relatório americano enfatiza a necessidade de se incluir grupos da sociedade civil, sindicatos, trabalhadores e empresários nas discussões sobre o desenvolvimento e implantação de serviços baseados na IA. Recomenda também a proposição de legislações visando treinar e melhorar a força de trabalho do setor privado para que ela possa se adaptar à economia da inteligência artificial. Sugere a adoção de legislações e políticas públicas que ofereçam incentivos para as empresas desenvolverem estratégias que incorporem novas tecnologias aproveitando funcionários requalificados. Propõe o apoio a ações de treinamento para trabalhadores que buscam se requalificar para as novas funções em um mundo cada vez mais operado por tecnologias intensivas em IA.

O relatório americano nos coloca frente a uma questão estratégica: quais os planos do Brasil para se preparar para as ondas de automações que se anteveem? O avanço acelerado das tecnologias de IA, de uso geral, atinge praticamente todos os tipos de trabalho, incluindo aquelas profissões que até então se consideravam imunes as automações, como médicos, advogados, professores, publicitários, designers e outros.

O importante é observar que a operação das novas tecnologias conjugadas com a capacidade humana apresenta resultados mais ricos e promissores em termos de gestão de riscos, qualidade do produto, aderência às necessidades das pessoas, desempenho institucional e resultados financeiros em certos casos. As possibilidades de inovação têm mais espaço no desenvolvimento de serviços e sistemas que incluem a colaboração entre os humanos, as máquinas e os algoritmos do que na automação que busca simplesmente substituir o elemento humano.

Estamos observando a eliminação do contato humano na interação do cliente com o comércio varejista, a "despersonalização" em curso na maioria das atividades econômicas e o desparecimento das pessoas em estabelecimentos como bancos, hospitais, consultas médicas, escolas, repartições públicas, aeroportos e lojas, dentre outros. Os "call centers" estão sujeitos a um impacto brutal devido ao avanço da IA generativa. Os ganhos de produtividade são indiscutíveis, mas a busca contínua por eficiência sem limites esbarra na possibilidade da deterioração da qualidade, acurácia e quantidade de produtos e serviços, com a exclusão do elemento humano.

As mudanças na natureza do trabalho irão demandar novas habilidades visando a preparação da força de trabalho para a era da IA. Todo o sistema educacional precisa ser repensado, de forma urgente e profunda. A ampliação da capacidade e do escopo das aplicações de IA deve levar a um futuro em que a IA será um componente de quase todos os empregos. A criação de uma força de trabalho preparada para a automação e IA é um passo fundamental para os novos tempos. Isso exigirá políticas públicas e parcerias que possam promover um espectro de habilidades em IA como parte da formação das novas gerações.

A inação levará à formação de gerações futuras para um mundo que já não existirá mais em pouco tempo. Noutras palavras: produziremos uma exclusão social em uma escala sem precedentes na nossa história. Se governo e sociedade não se mobilizarem em torno do valor do trabalho humano frente à revolução digital, teremos que lidar com uma massa crescente de trabalhadores obsoletos, disfuncionais e ociosos que precisarão ter seu sustento e sua inserção social de alguma forma equacionados. Ou não, com as consequências previsíveis.

Francisco Gaetani é professor da EBAPE/FGV e secretário extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Virgílio Almeida é professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard, professor emérito da UFMG e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Especial

Conjuntura Estudo mostra que impacto positivo sobre emprego e finanças públicas é reduzido

Parques de energia fazem PIB do interior crescer sem ter efeito local

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Mercado bastante aquecido nos últimos anos, a construção de grandes parques de energia eólica e solar acumula números chamativos de investimentos e empregos gerados. Nas pequenas cidades do interior do país onde muitos dos maiores empreendimentos do setor estão localizados, no entanto, a realidade é menos vistosa. É o que sugere um estudo que pesquisou os efeitos da chegada desses empreendimentos sobre a economia, emprego e finanças públicas das cidades que os recebem.

Segundo o trabalho dos economistas Fabian Scheifele e David Popp, esses investimentos causam um salto do Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios. Já a criação de postos de trabalho é pequena e temporária, concentrada na fase de construção e entrada em operação das usinas. Os efeitos fiscais, por sua vez, dependem do tipo de tecnologia instalada: enquanto municípios que receberam parques fotovoltaicos percebem um impulso mais pontual, aqueles escolhidos para abrigar usinas eólicas veem efeitos mais duradouros na coleta de impostos.

Scheifele e Popp estudaram 91 cidades brasileiras, sobretudo no Nordeste, que receberam, entre 2007 e 2021, pelo menos um empreendimento com capacidade instalada mínima de 5 megawatts (MW) — universo que abrange quase a totalidade dos parques eólicos, mas apenas empreendimentos de geração centralizada no caso da solar, modalidade representam cerca de um terço da capacidade total instalada no país. Para isolar os efeitos que podem ser atribuídos às usinas, eles compararam essas cidades com municípios de porte parecido do mesmo Estado.

Os pesquisadores encontraram que a instalação dos empreendimentos solares gera, em média, de 1 a 1,5 emprego por MW instalado até 15 meses antes da entrada em operação de um parque solar, momento a partir do qual o efeito fica insignificante. Essas vagas, no entanto, são sobretudo relacionadas à instalação do parque e rapidamente deixam de existir.

Uma vez que o tamanho médio do parque fotovoltaico no início da operação era de 64 MW, isso se traduz em até 96 postos de trabalho no auge do período da obra. São resultados modestos, avaliam os pesquisadores, mas que precisam levar em consideração também o tamanho mediano das cidades estudadas, de 20,7 mil habitantes.

Já no caso da usina eólica, a situação se inverte: o impacto sobre o emprego é praticamente nulo durante o período de construção e, em geral, beneficia trabalhadores e empresas registradas fora do município escolhido. No primeiro ano de operação, no entanto, esse efeito sobe temporariamente a 0,25 posto de trabalho por MW, puxado por atividades de manutenção e por empresas e trabalhadores que são contratados localmente. Uma vez que o tamanho médio da amostra de parques eólicos foi de 51,3 MW, esses números se traduzem em uma geração temporária de 13 vagas de emprego.

"Vale ressaltar que os resultados encontrados são específicos sobre o efeito local. A indústria eólica e solar cresceu bastante no Brasil e gerou muito mais investimentos, receitas com tributos e empregos nas últimas décadas. No entanto, esses efeitos estão espalhados por todo o país", afirma Scheifele, da Universidade Técnica de Berlim e do Banco Mundial. "A grande produção de componentes e outros serviços, por exemplo, não é feita nessas cidades. O que buscamos foi isolar o efeito que as cidades que recebem esses parques veem."

Se o impacto sobre o emprego local é baixo, o valor adicionado dessas cidades têm forte impulso. Cidades que recebem parques solares veem crescimento médio de 23% do PIB no primeiro ano após a entrada em operação, enquanto no caso da energia eólica esse crescimento chega a 18% cinco anos depois da entrada em operação.

Em ambos os casos esse salto ocorre quase que exclusivamente pela venda de eletricidade. Enquanto ela faz saltar o PIB industrial da cidade, outros segmentos da economia, como serviços, agricultura, não são impactados pela entrada em operação dos parques.

Cidades vizinhas também não mostraram mudança estatisticamente significativa no padrão de atividade. Isso sugere que esses investimentos não são o pontapé de transformações mais estruturais na economia cidade ou da região.

"A conclusão que vejo é que os investimentos solares e eólicos fazem o que se propõem a fazer, mas não muito mais. A vida dessas cidades não muda muito", diz Scheifele. "Mas não dá para dizer que o efeito é negativo. É um investimento volumoso, especialmente se pensarmos que eles ocorreram em cidades pequenas do Nordeste."

Do ponto de vista fiscal, o trabalho encontrou um aumento pontual de 11% das receitas com tributos nas cidades que recebem parques solares de geração centralizada no ano antes da entrada em operação e de 26% no primeiro ano de existência, mas esse efeito praticamente desaparece depois.

Já no caso das usinas eólicas, o crescimento médio da receita das prefeituras chega a 4% no segundo ano e a 15% no quinto ano. A receita extra, inclusive, se transforma em mais gastos por parte dos governos anos subsequentes, especialmente com infraestrutura, educação e programas de assistência. Esse efeito não é encontrado nos municípios que recebem parques solares.

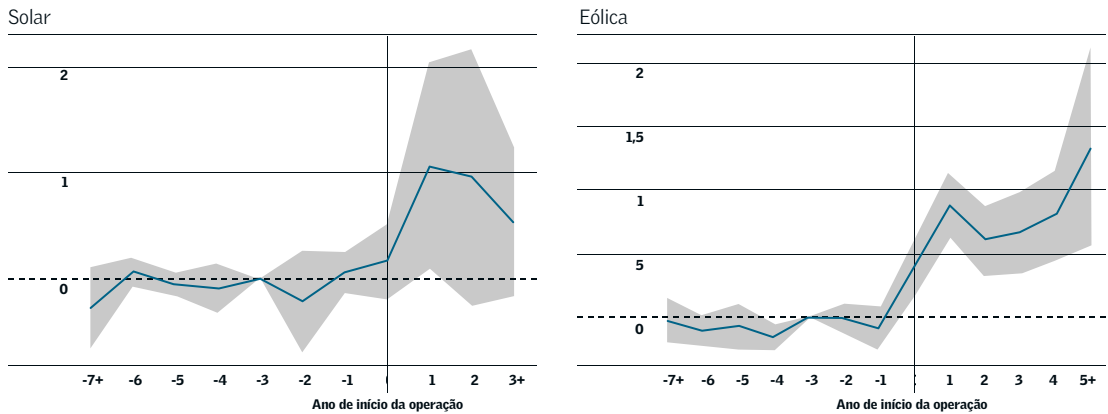
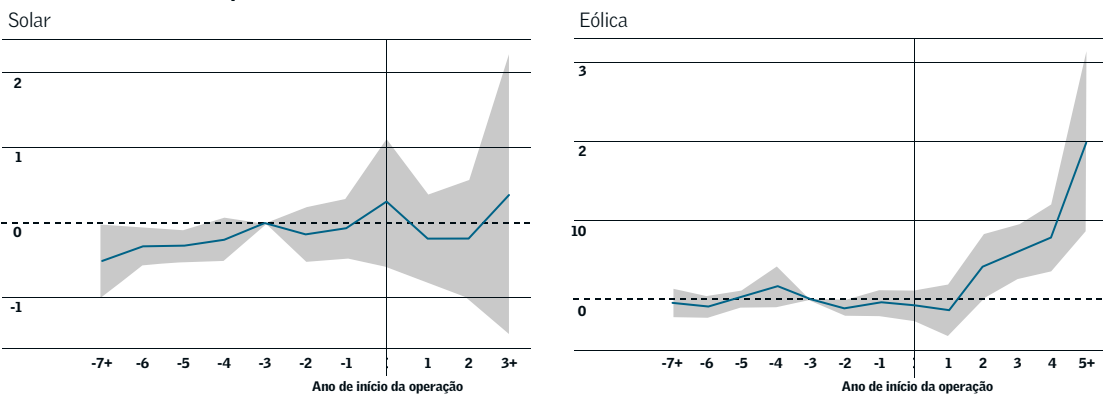
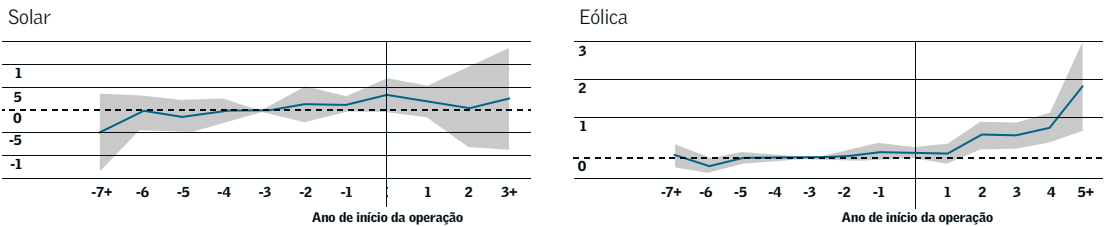
Os pesquisadores não souberam dizer qual o motivo dessa diferença. "Infelizmente, é uma questão que ficou em aberto. É preciso lembrar, no entanto, que o estudo usa dados até 2021, e a maior parte dos parques foi criada depois de 2020", ressalta Scheifele.

Para Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), uma explicação possível é o fato de que a produtividade por MW instalado da tecnologia eólica é maior. "O fator de capacidade [indicador de quanto uma usina gera em relação ao seu potencial máximo] por megawatt instalado é, aproximadamente, 25% no caso dos painéis solares e entre 50% a 60% nos parques eólicos localizados no Nordeste", explica. "A tributação sobre a energia gerada é a mesma em ambos os casos. Só que se produz mais energia por capacidade instalada no segundo caso".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Borges: "Ao olhar apenas para impacto sobre os municípios, o estudo deixa de fora o impacto total sobre a economia"

O que vem do céu

Impacto sobre municípios que sediam usinas solares e eólicas, em R$ milhões por MW

Fonte: Siga Aneel, IBGE e Siconfi, elaboração de Fabian Scheifele e David Popp

> "Investimentos solares e eólicos fazem o que se propõem a fazer, mas não muito mais. A vida dessas cidades não muda muito"
> *Fabian Scheifele*

Borges, que é autor de um estudo para a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), reforça o escopo específico do estudo. "Ao olhar apenas para impacto sobre os municípios onde ocorrem esses investimentos, o estudo deixa de fora o impacto total do setor sobre a economia brasileira. Por isso, ele não é comparável com a maioria dos estudos do setor, que foca nos impactos macroeconômicos", diz. "Além disso, como os empreendimentos são relativamente recentes, ele não abarca efeitos mais amplos de impactos diferidos no tempo, como o efeito do crescimento dos gastos com educação e infraestrutura no médio e longo prazo."

No caso específico da geração solar, outro ponto a destacar é o fato de que o estudo focou nos grandes empreendimentos. Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a geração centralizada é responsável por 13 gigawatts (GW) dos 41 GW de capacidade instalada no país. O restante é fornecido pela geração distribuída, também conhecida por geração "de telhado", presente em todo o país.

"A Absolar realiza levantamentos de mercado desde 2012 e, segundo os indicadores, o setor solar fotovoltaico já trouxe mais R$ 199 bilhões em investimentos acumulados, que correspondem a R$ 61 bilhões em arrecadação de impostos", afirma a entidade.

Em seus cálculos, a indústria gerou 1,2 milhão de empregos verdes no país desde então. Já o índice de emprego gerado por cada MW instalado chegaria a 3,41 no caso da centralizada e 1,03 no caso da distribuída, segue a Absolar, citando estudo da agência alemã GIZ em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

O estudo de Borges para a Abeeólica estimou que o setor gerou 10,7 empregos por MW no país entre 2011 e 2020, ou 195,5 mil empregos, ou 10,7 vagas por MW instalado. A indústria também teria acrescentado 0,51 ponto porcentual ao PIB, considerando o investimento, operação, manutenção e geração de energia.

Outro trabalho, produzido para a Abeeólica pela GO Associados, calculou que as regiões Nordeste e Sul receberam R$ 67 bilhões em investimentos de 2011 a 2019. Esses que resultaram no pagamento de R$ 22,4 bilhões em tributos e criaram, em média, de 103,8 mil empregos diretos por ano, além de 394,3 mil empregos indiretos.

Usando metodologia semelhante à de Scheifele e Popp, o estudo também estimou que os investimentos do setor em 44 cidades das duas regiões elevaram, em média, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 20,19% de 2000 a 2010. O setor também teria contribuído para um PIB 21,1% maior na comparação com cidades vizinhas entre 1999 e 2017.

Finanças
Assets de bancos fecham seus fundos de debêntures para captação
C6

Valor B
Sábado, domingo e segunda-feira, 8, 9 e 10 de junho de 2024

Empresas

Imóveis Empreendimentos que seguem novo Plano Diretor ainda não podem ser lançados

Atraso para aprovação de projetos em SP pode criar lacuna

CLAUDIO BELLI/VALOR

Wertheim, do Secovi-SP: pode haver um "gap contratado de falta de projetos" em algum momento de 2025 pela demora na aprovação de novos empreendimentos

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Incorporadores de São Paulo aguardam a publicação de um decreto pela prefeitura da cidade para que projetos que seguem as regras estabelecidas após a revisão do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, que foram atualizados em julho de 2023 e janeiro deste ano, possam chegar às ruas. O setor destaca que não estão sendo aprovados novos empreendimentos de médio e alto padrão na cidade desde meados do ano passado, o que pode atrasar o ciclo de lançamentos na capital.

O decreto trata dos valores cobrados pela outorga onerosa, taxa para se construir acima de um determinado limite em uma área. Com a revisão das leis, houve mudanças em como o cálculo deve ser feito e os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) não podem emitir alvarás para novos projetos enquanto o entendimento não for pacificado. Um grupo de trabalho foi criado em março pela prefeitura para definir os critérios. O grupo tinha um prazo de 30 dias úteis para analisar o problema.

Perguntada no início de maio sobre o andamento do grupo de trabalho, a SMUL afirmou que essa etapa já havia sido concluída e que o decreto seria publicado nas próximas semanas. Na última quinta-feira (6), a secretaria afirmou que o documento ainda não foi publicado.

Ely Wertheim, presidente-executivo do Secovi-SP, entidade que reúne entes do mercado imobiliário paulista, afirma que uma certa demora já era esperada pelo setor, porque ela também ocorreu com os planos diretores passados.

No entanto, ele ressalta que pode haver um "gap contratado de falta de projetos" em algum momento de 2025, em decorrência da demora na aprovação de novos empreendimentos. Quanto mais o tempo passa, mais projetos entram na fila de aprovações.

No ano passado, 232 empreendimentos residenciais foram aprovados pela prefeitura em todos os segmentos, menos da metade das 501 liberações em 2022 — o auge de aprovações na última década foi em 2020, com 900 projetos.

A incorporadora Vitacon, que já lançou dois empreendimentos neste ano e quer terminar 2024 com dez, adiou por causa da paralisação das aprovações o lançamento do projeto que será "uma das joias" do seu ano, segundo o CEO Ariel Frankel, na Bela Vista. "Está travado, a prefeitura 'puxou o freio de mão'", diz. Agora, a previsão, é iniciar as vendas em agosto. A empresa tem ainda mais oito empreendimentos na fila. "Está todo mundo esperando que isso se resolva até a próxima semana, para as coisas começarem a andar", afirma Frankel.

> "Está todo mundo esperando que isso se resolva, para as coisas começarem a andar"
> *Ariel Frankel*

O diretor de uma gestora de recursos que investe em incorporações, que pediu para não ser nomeado, teme que haja um acúmulo de pedidos de aprovação, com a demora para o decreto sobre a outorga onerosa, que vai sobrecarregar a prefeitura. Ele cita a sazonalidade do segmento imobiliário como um agravante.

"Tem desaceleração natural no meio e no fim do ano, quando as pessoas estão de férias, então um atraso de um ou dois meses, na prática, significa transferir o lançamento deste ano para o próximo", afirma.

O mesmo executivo, que tem dois projetos parados em fase de aprovação, reforça que não há "má vontade" na prefeitura, e que o tema é complexo. Para ele, o fato de a Lei de Zoneamento ter sofrido vetos do prefeito Ricardo Nunes, parte deles derrubados pela Câmara apenas em abril, contribuiu para esse atraso.

Duas incorporadoras de capital aberto consultadas pelo **Valor** também citaram preocupação com atraso nos lançamentos.

Esse problema afeta exclusivamente empreendimentos de médio e alto padrão, porque os projetos populares, classificados como Habitação de Interesse Social (HIS) ou Habitação de Mercado Popular (HMP) são isentos do pagamento de outorga onerosa.

O diretor de uma incorporadora que atua nessa área afirma que os empreendimentos da empresa estão sendo aprovados "em um prazo razoável". "Mas tenho ouvido reclamações do pessoal de média e alta renda", afirma, citando que o vai e vem de aprovações "trouxe insegurança" sobre o que vale ou não no regramento urbanístico da cidade.

Ao **Valor**, a SMUL afirmou que segue analisando e emitindo alvarás para empreendimentos protocolados antes da revisão do PDE, mas que é necessária a regulamentação dos novos dispositivos de outorga onerosa para que possam ser analisados os processos autuados depois da revisão do plano.

É usual que as incorporadoras tentem protocolar empreendimentos na prefeitura antes de mudanças nas leis de urbanismo, para garantir que projetos já iniciados — com terrenos comprados, por exemplo — possam ser construídos como originalmente previstos. Essa antecedência permite que os lançamentos continuem ocorrendo por um tempo, mesmo com a paralisação de análise de novos projetos. Por isso, afirma Wertheim, é difícil precisar quando essa lacuna nos lançamentos deve ocorrer.

De janeiro a abril deste ano, foram lançadas na cidade 9,1 mil unidades de médio e alto padrão, crescimento de 5% sobre o mesmo período de 2023. Já as vendas avançaram 35%, para 14,8 mil unidades no mesmo intervalo, o que ocasionou uma redução do prazo de escoamento da oferta desse tipo de imóvel na cidade, de 12 meses ao fim de 2023 para 9 meses em março deste ano.

Destaques

Celesc não quer privatizar

O presidente da estatal Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Tarcísio Estefano Rosa, prometeu que a companhia continuará sendo estatal sob controle do governo de Santa Catarina enquanto os serviços prestados à população forem adequados. A empresa é uma das últimas distribuidoras de energia do Brasil que não foi privatizada e tem chamado atenção do mercado. Atualmente apenas a Celesc e a Cemig são distribuidoras públicas. Todas as outras concessionárias já foram privatizadas. A última foi a Copel, que em 2023 se tornou uma corporação, ou seja, se tornou uma empresa de capital disperso e sem acionista controlador. No caso da Cemig, o governador mineiro Romeu Zema (Novo) tenta desde o primeiro dia de sua gestão privatizar a companhia, mas encontra resistência na Assembleia Legislativa. Já com a Celesc, o governador Jorginho Mello (PL) se comprometeu a manter a empresa sob controle do Estado. O governo detém 50,3% das ações da empresa, mas há uma participação privada relevante, já que o grupo português EDP tem 30% das ações e a Eletrobras tem 10% e o restante dos papéis está pulverizado.

Petrobras rejeita AGE

O conselho de administração da Petrobras rejeitou na sexta-feira (7), por nove votos a dois, proposta de acionistas minoritários da companhia de convocar uma assembleia geral extraordinária (AGE) para que o colegiado passe por nova eleição. Na avaliação de fontes envolvidas na discussão, os minoritários ainda têm caminhos para tentar reverter a decisão e buscar a realização da assembleia.

Irmãos Batista em O&G

A Fluxus, empresa dos empresários Joesley e Wesley Batista que atua no setor de óleo e gás, anunciou que comprou o braço boliviano da Pluspetrol, petroleira independente privada que opera 412 mil barris de óleo equivalente por dia e que possui três campos na bacia Tarija-Chaco. O valor da transação não foi divulgado. Juntos, os campos Tacobo, Tajibo e Yacuiba possuem produção conjunta atual de aproximadamente 100 mil metros cúbicos de gás natural por dia, com potencial para mais de um milhão de metros cúbicos diários. Além das reservas de gás, os ativos incluem duas estações de tratamento de gás e capacidade de transporte da produção para os mercados da Bolívia, Brasil e Argentina.

Participação de fundos imobiliários em galpões cresce 54% em cinco anos

De São Paulo

A participação de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) na locação de galpões industriais e de logística cresceu 54% nos últimos cinco anos, nos principais mercados do Brasil. Nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, 34% do estoque pertencia a fundos do tipo ao fim de 2023, ante 22% em 2018, segundo dados da consultoria imobiliária JLL.

Esse período foi marcado por um forte crescimento do número de investidores em FIIs, que saltou de 208 mil para 2,5 milhões no mesmo intervalo.

Caio Maia, líder de pesquisa e estratégia da JLL, destaca que os condomínios industriais e de logística também se tornaram mais atrativos nesse período, por causa dos efeitos da pandemia sobre o setor de comércio virtual e de entregas rápidas. Isso fez crescer o número de projetos no setor, que passou de 14,3 milhões para 22,1 milhões de metros quadrados locáveis nos três Estados — e atraiu a atenção dos FIIs.

O Estado de São Paulo reúne quase metade do estoque de galpões de alto padrão no Brasil e viu a participação de FIIs na área subir de 18% para 22% entre 2018 e 2023. Crescimento maior ocorreu em Minas Gerais, onde a região sul do Estado, no município de Extrema, foi alavancada pela pandemia e puxou o interesse dos fundos de investimento. Por lá, a participação dos FIIs passou de 18% para 38% do total do estoque.

Também houve crescimento na penetração dos FIIS entre os escritórios de alto padrão. Em São Paulo, a parcela do estoque para locação que está sob controle dos fundos subiu de 23% para 28% em cinco anos, de acordo com a JLL — atingiu um pico de 30% em 2022.

A região da cidade que tem a maior parcela de lajes corporativas em FIIs é a da avenida Juscelino Kubitschek, com 58%. Já em quantidade de espaço para locação, lidera a área da Berrini/Chucri, com 432,3 mil metros quadrados.

> **38%**
> **é a participação dos fundos nos galpões de Minas Gerais**

Os fundos buscam ativos que combinem preços atrativos para o prédio e para a locação. Segundo Maia, isso explica porque há menos prédios corporativos geridos por FIIs na região da Faria Lima, por exemplo. "A vacância é muito baixa, mas os preços são muito altos, o retorno fica mais travado", afirma. "Quando olham para a Berrini, por exemplo, conseguem encontrar oportunidades".

As regiões mais buscadas pelos fundos são aquelas consideradas "primárias" pelas consultorias, ou seja, já consolidadas como áreas de escritório de alto padrão. Isso ocorre porque os fundos buscam segurança de que a vacância será controlada.

Maia acredita que a parcela de prédios geridos por FIIs deve seguir crescendo na cidade, assim como a exposição desses fundos ao setor de galpões. O ciclo de queda dos juros, mesmo que menor do que previamente imaginado, ajuda a atrair investidores para os FIIs e alimenta esse mercado.

Para empresas que desejam alugar um espaço, isso pode significar aluguéis mais caros. Maia afirma que os fundos tentam manter o preço elevado, mas podem ceder em outros pontos dos contratos, como períodos de carência. "Aí ele mantém o valor de base do contrato mais alto", diz.

A rentabilidade média dos FIIs de galpões industriais e de logística foi de 8,88% ao ano no Brasil, nos últimos 12 meses. Nos escritórios, a média foi de 10,02%. O líder da JLL explica que o risco que o FII toma ao investir em um imóvel corporativo é mais alto do que em um galpão, o que pressupõe retornos maiores para atrair o investidor.

A taxa de vacância de escritórios de alto padrão em São Paulo foi de 23,2% no primeiro trimestre, enquanto o setor de galpões industriais e logísticos tinha 9,8% de vacância no país. Além dessas áreas, Maia destaca que têm crescido o interesse dos FIIs por ativos residenciais, de hotelaria e de shoppings. *(ALT)*

Governança Ao atuar em diferentes organizações, profissionais entregam visões de negócios diversas e ajudam a formar parcerias

Cresce parcela de conselheiros que atuam em vários "boards"

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Conselheiros "múltiplos" ou que participam de colegiados em várias empresas estão mais comuns no mercado. De acordo com especialistas, a presença dos executivos em "boards" diferentes pode trazer vantagens para as operações, como a entrega de visões de negócios mais diversas, conexões que ajudam na costura de parcerias estratégicas e conhecimentos sobre outros setores que podem ser aplicados nas companhias que orientam.

O conselheiro pode "transportar" aprendizados entre as organizações, diz Luiz Martha, diretor de conhecimento e impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). "Isso inclui boas práticas de governança e informações de mercado que não sejam confidenciais", afirma. "O profissional pode estar, por exemplo, em um conselho que adota avaliações de desempenho e ajuda a levar essa rotina para um grupo que não faz."

Na opinião de Jandaraci Araújo, conselheira de administração e cofundadora do Instituto Conselheira 101, programa de incentivo à diversidade nos colegiados, a presença em mais de um comitê é benéfica para a gestão, mas devem-se tomar alguns cuidados.

A participação em vários comitês traz vantagens para as companhias, como a variedade de perspectivas, além de enriquecer os processos de tomada de decisões, explica. "Mas é importante que as companhias considerem os desafios associados aos conselheiros múltiplos, como a limitação de tempo para o trabalho e conflitos de interesse. Não é cabível um conselheiro atuar com concorrentes diretos."

De acordo com a especialista, está crescendo o número de conselheiros "multitarefa". "Das 105 formadas no Conselheira 101 desde 2020, 49% estão no mercado e, dessa parcela, aproximadamente 10% pertencem a mais de um conselho", revela.

Araújo, aos 51 anos, é conselheira desde 2019. Tem assentos em cinco organizações: na Future Carbon, do mercado de carbono; na Kunumi, de inteligência artificial; no Instituto Inhotim, do setor de arte e cultura; e na Motriz, de educação pública — também atua no conselho fiscal da mineradora Vale como suplente. "Cada conselho tem, em média, de cinco a seis reuniões por ano", explica a administradora de empresas. Antes das reuniões, ela separa de quatro a oito horas por dia para estudar os dados das operações. "A rotina também envolve encontros com o C-level das companhias, novos planos de atuação e um almoço ou café de networking."

Christiane Aché, diretora do Advanced Boardroom Program for Women (ABP-W) da Saint Paul Escola de Negócios, curso de 300 horas que desenvolve competências técnicas e comportamentais para conselheiras e futuras conselheiras, diz que o código de melhores práticas de governança do IBGC não crava uma limitação sobre o número máximo de colegiados que um profissional pode participar. "No entanto, o documento destaca a importância de ter tempo e dedicação suficientes para cumprir com todas as responsabilidades", pontua.

É o que faz Jacyr Costa Filho, 67, desde o primeiro mandato como conselheiro, em 2013, na produtora de açúcar Guarani. Atualmente, o ex-diretor da região Brasil da multinacional francesa Tereos contribui em três boards: no Grupo Tracbel, distribuidor de equipamentos agrícolas de marcas como Volvo e John Deere; na Caeté, com três usinas em Alagoas e São Paulo; e na Uisa, biorrefinaria do Mato Grosso, onde, no final de maio, assumiu a presidência do conselho administrativo.

Costa diz que a decisão de ser conselheiro foi um caminho natural na carreira de gestor. "Tinha vontade de compartilhar experiências, principalmente as que acumulei em quase 40 anos no setor canavieiro", explica. Para dar conta das tarefas, o executivo, que também é produtor rural, mantém na Uisa reuniões trimestrais e mensais com os acionistas e o CEO. Na Caeté e Tracbel, a agenda é mensal. "Os encontros podem durar o dia inteiro com questões que demandam mais tempo, como a discussão do orçamento anual", detalha.

> "Documento [do IBGC] destaca a importância de ter tempo e dedicação suficientes para cumprir com todas as responsabilidades"
> *Christiane Aché*

As conversas, dependendo das sedes das companhias, acontecem em São Paulo, Maceió (AL) e Nova Olímpia (MT). "Normalmente, recebo o material [das reuniões] com uma antecedência de três a sete dias", conta. "No caso da Uisa, em que presido o conselho, preparo a pauta com o apoio do CEO e de executivos que cuidam do relacionamento com a diretoria."

O trabalho simultâneo em diversos nichos do agronegócio encorpa um fluxo de informações que contribui para a administração das operações, garante. "Nos conselhos, trocamos ideias com executivos de setores correlatos", diz Costa, um entusiasta de projetos de descarbonização no agronegócio. "Posso estar ao lado de um CEO de uma marca líder da citricultura, de um economista renomado, de gente do mercado financeiro. É um aprendizado contínuo."

Na avaliação da conselheira Geórgia Pessoa, 49, especialista em filantropia estratégica e diretrizes ESG, é essencial pautar o aconselhamento com um olhar de longo prazo. "Sempre faço um planejamento da 'jornada'", afirma. "Se vou trabalhar por dois anos [em um conselho], penso no impacto que pretendo gerar nessa passagem. Uma pergunta central me guia: 'qual será a minha contribuição para o legado que está sendo construído nessa empresa?'."

A partir desse movimento inicial, Pessoa diz que desenha uma trilha de envolvimento com os pares do conselho e a alta gestão. "Vou diluindo o trabalho que preciso entregar a cada trimestre", ensina. "Em seguida, parto para o 'planejamento fino' ou detalhado do que farei por mês e semanalmente em cada um dos colegiados."

A ex-diretora executiva da instituição do terceiro setor Instituto humanize, que começou os expedientes em conselhos há 17 anos, quando tinha 32, participa de seis colegiados — dois administrativos e quatro consultivos. A lista inclui a Fundação Educacional Dom André Arco Verde (FAA), em Valença (RJ), que congrega unidades de saúde e educação, e o comitê científico do Museu do Amanhã, na capital fluminense. "[É preciso] manter-se atualizada e preparada o tempo inteiro para tomadas de decisões difíceis", afirma a advogada com mestrado em gestão ambiental. "Cada membro de um colegiado tem um perfil e função a exercer. Precisa saber também o que a empresa espera dele, para que haja respostas efetivas para o negócio."

GABRIEL REIS/VALOR

A conselheira Jandaraci Araújo diz não ser cabível atuar em concorrentes diretos

Profissional deve combinar expertise com atuação generalista

De São Paulo

Maturidade para compreender diferentes cenários de negócios e expertise em áreas ligadas à administração de empresas. Em termos gerais, segundo especialistas em governança, esse é o perfil procurado hoje para ocupar uma cadeira de conselho. "O que inclui conhecimentos sobre estratégia, gestão de talentos e de riscos, finanças e questões jurídicas", complementa Luiz Martha, diretor de conhecimento e impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que oferece cursos para conselheiros de administração desde 1998.

De acordo com Martha, não é necessário que todos os membros do colegiado sejam especialistas em tudo. "A riqueza do conselho reside na complementaridade das habilidades dos integrantes", diz. "Mas é essencial que estejam sempre atualizados, uma vez que o ambiente de negócios muda constantemente."

O especialista explica que um bom conselheiro precisa saber como "desafiar" os gestores da organização, ao questioná-los se estão no caminho certo. "Os executivos conhecem o mercado e as oportunidades", justifica. "O papel do conselheiro é garantir que nenhum aspecto seja negligenciado na condução dos objetivos". A próxima edição on-line do curso para conselheiros do IBGC começa em agosto.

Na avaliação de Dalton Sardenberg, professor do programa de desenvolvimento de conselheiros da Fundação Dom Cabral (FDC), um conselheiro sempre traz à mesa uma expertise específica, mas a atuação deve ser generalista, opinando em todas as matérias em deliberação. Para corporações em busca de novos orientadores, ele sugere fazer um mapeamento do capital humano disponível nas assembleias. "É recomendado avaliar o conjunto de competências presentes no conselho e as experiências que um futuro membro pode aportar", ensina.

> **71%**
> **acreditam que o conhecimento dos conselhos sobre tecnologia pode melhorar**

Uma pesquisa realizada em 2023 pela consultoria Maio com 97 CEOs no Brasil indica que 71% acreditam que o conhecimento dos conselhos sobre tecnologia pode melhorar, assim como o envolvimento com a gestão de pessoas (53%).

De acordo com Sardenberg, baseado em levantamentos da FDC e das consultorias Spencer Stuart e Neo Executive Searching, a remuneração mensal média dos conselheiros pode variar de R$ 10 mil (em empresas de capital fechado) a R$ 71 mil (aberto).

Hoje, a oferta de candidatos é abundante e mais executivos em transição de carreira optam pela função, diz o professor, que participa de dois conselhos consultivos. A FDC, que formou mais de 2,5 mil conselheiros nos últimos 15 anos, inicia uma nova turma em agosto.

Christiane Aché, diretora do curso para conselheiras Advanced Boardroom Program for Women (ABP-W) da Saint Paul Escola de Negócios, lembra que os conselheiros de administração têm um papel importante na seleção das lideranças. "Devem identificar talentos e desenvolver planos de sucessão para garantir a continuidade das empresas", pontua.

O ABP-W, com aulas a partir de setembro, existe desde 2016 e graduou mais de 500 executivas.

"A disponibilidade de profissionais qualificados varia de acordo com a demanda do mercado", afirma. "Em setores altamente competitivos, pode ser difícil encontrar candidatos adequados."

Com seu primeiro mandato iniciado no final de 2023, a ex-diretora sênior da categoria de saúde da P&G Roberta Farina, 43, contribui como conselheira de administração na Brasilata, gigante do setor de embalagens, e como consultiva na plataforma de recrutamento Connectabil. "A minha entrada nesses conselhos acontece para trazer à tona a discussão dos negócios a partir do ponto de vista do cliente e na construção de uma reputação corporativa ainda mais forte", diz. *(JS)*

A assinatura no fim do e-mail não é mais a mesma

Banda executiva

Pilita Clark

Recentemente, descobri que algo que eu nem sabia que existia já é considerado completamente fora de moda.

Encerrar um e-mail se exibindo a respeito de um livro que você está "lendo no momento" está saindo de moda tão rapidamente quanto o macacão de treino, proclamou a revista "Style", do "Sunday Times".

Achei essa notícia desconcertante. "Quem põe algo assim no fim de um e-mail?", perguntei aos que estavam por perto no escritório.

Muita gente, foi a resposta que ouvi. Isso era verídico, como uma vasculhada em minha caixa de entrada confirmou.

Ao que parece, já faz um tempão que as pessoas me contam que estão lendo livros sobre o custo oculto do estresse, abortos autoinduzidos e algo chamado "synchrodestiny" [uma palavra em inglês que combina "sincronização" com "destino"], do guru da autoajuda Deepak Chopra.

Nem todos estavam tentando se exibir. Alguns trabalham para editoras de livros, que incentivam os funcionários a encerrarem os e-mails dessa forma. Outros trabalham para coaches de desempenho, que sem dúvida também encorajam suas equipes a escreverem coisas desse tipo.

Mas uma delas era uma coach de desempenho de fato e ela terminava seu e-mail com notícias sobre outra coisa: seu atual "foco de bem-estar", que era caminhar na natureza três vezes por semana.

Acho esse tipo de comportamento mais descabido do que irritante. O fato de eu não ter notado o que as pessoas estavam lendo, ou no que se concentravam, até que fui fazer uma busca sobre isso, sugere que esses alertas são menos úteis do que os remetentes imaginam.

Também acho que são menos chatos do que as assinaturas de e-mails que anunciam que o remetente é um oficial da Ordem do Império Britânico (OBE) ou que fazem propaganda de um aplicativo que monitora quantos quilômetros fazem de bicicleta.

Mas tudo isso confirma como foi longo o caminho que a humilde assinatura de e-mail percorreu desde os primórdios dos e-mails de trabalho, quando ela se resumia a pouco mais do que a palavra "atenciosamente", seguida de um nome e um cargo. Não se sabe exatamente quando a assinatura se transformou em mais uma ferramenta no arsenal de autopromoção usado em uma parte tão grande da vida empresarial moderna, mas não acho que ela vai desaparecer tão cedo.

O mesmo vale para uma evolução mais preocupante, que é em si um comentário revelador sobre o estado dos e-mails de trabalho: o número cada vez maior de pessoas que recorrem a uma assinatura que diz de maneira educada aos remetentes que não esperem uma resposta.

Tenho um conhecido que trabalha com uma rede internacional grande em que o bombardeio de e-mails é uma ameaça constante. Sua assinatura diz: "Recebo muitos e-mails e não consigo responder a todos. Por favor, telefone se for algo urgente."

Ele põe a mensagem entre parênteses, o que suaviza seu impacto, da mesma forma que faz uma jornalista que conheço, que usa uma assinatura similar para manejar o dilúvio de e-mails não solicitados que recebe diariamente do mundo todo.

Alguns vão ainda mais longe nos seus esforços e usam algo que algumas vezes penso em configurar para mim: uma mensagem permanente de ausência do escritório que avisa os remetentes para se prepararem para uma decepção.

A professora Amy Edmondson, da Harvard Business School, tem uma dessas há muito tempo, que desde a semana passada diz o seguinte: "Obrigada por seu e-mail. Dado o volume de mensagens diárias, que normalmente excedem em número os minutos do dia de trabalho, lamento muito não poder responder a todas. Meus alunos, colegas e parentes continuam a ser minhas maiores prioridades, e quando tiver algum tempo livre trabalharei nas mensagens acumuladas, na tentativa de responder a tantas quanto puder". Em seguida, Edmondson acrescenta os endereços das pessoas que cuidam de sua agenda e das solicitações de palestras.

Ela me conta que a mensagem é permanente, mas às vezes é atualizada para lidar com coisas que a tornam ainda mais indisponível, como ter um de seus assistentes em férias.

"Na minha opinião é melhor prevenir as pessoas de que as pressões de capacidade farão com que seja muito pouco provável que eu responda à maioria das mensagens, em vez de simplesmente não responder", diz Edmondson. "E, sinceramente, a um ritmo de mais de 500 e-mails por dia, não seria viável responder a todas elas... infelizmente."

Ela está certa. As mensagens de e-mail se multiplicaram a tal ponto que um trabalhador médio no Reino Unido e nos Estados Unidos recebeu pelo menos 32 e-mails por dia em 2022. Isso sem contar 21 mensagens de chat, 13 mensagens de texto e 12 ligações telefônicas individuais, segundo a plataforma Statista.

Outra pesquisa sugere que o número de e-mails recebidos é maior. Mas seja ele qual for, é demais. Então, use uma assinatura de e-mail para relações públicas pessoais se quiser. Mas não se surpreenda se ela não for lida, nem se ofenda com um aviso de que ela pode não receber uma resposta nunca. *(Tradução de Lilian Carmona)*

Pilita Clark é colunista do "Financial Times"

Tributação MP que altera as regras do uso de crédito do PIS/Cofins é alvo de crítica do setor privado

O bode na sala entre empresários e governo

Maria Luísa Filgueiras
Do Guarujá (SP)

Rubens Ometto não desceu ao Guarujá na manhã do sábado para amenidades. Foi ao painel inicial do evento promovido pela Esfera Brasil para dar recado à Brasília, abrindo o verbo — como raras vezes fez publicamente — sobre a insatisfação do empresariado com o atual governo federal e a sanha arrecadatória. "Estão mordendo pelas bordas, mudando as normas para arrecadar mais", disse.

O empresário, que teve bom relacionamento com o presidente Lula em governos anteriores, não tem encontrado mais a porta aberta no Planalto — e, de seu lado, parece já ter jogado a toalha de que valha a pena ou haja espaço reconstruir essa ponte.

"Quero falar do copo meio vazio, do que está errado e precisamos nos unir para corrigir. Desde que esse arcabouço foi lançado eu não acreditei nele, pois se baseia na ideia de permitir o aumento de despesas à medida que aumenta a receita. É uma questão lógica: é claro que o governo ia trabalhar furiosamente para aumentar a arrecadação e assim poder gastar mais", disse. É esse apetite para gastos, apontou, que mantém os juros altos. "Para se aprovar a reforma tributária, foram feitas uma série de concessões e, depois, o Executivo, através da Receita Federal, da Procuradoria-Geral, da Fazenda, está mordendo pelas bordas. Eles estão mudando as normas, mudando as regulamentações para arrecadar mais."

E seguiu: "Sai a lei de um jeito e depois soltam normas para te morder, para te autuar. Isso aconteceu com a mudança na regra do Carf, com a mudança no aproveitamento do ágio de aquisições, mudança no crédito presumido do IPI e com a mudança no crédito do PIS/Cofins que saiu nesta semana." A cada frase, Ometto era interrompido por palmas do auditório do hotel Jequitimar. Falou ainda sobre o avanço no crime organizado na distribuição de combustíveis, já donos de mil postos e quatro zonas de etanol, e da lei do devedor contumaz emperrada no Senado há cinco anos — "que forças a seguram?"

O bode se alojou na sala, reflexo do mal-estar que a MP do PIS/Cofins causou no setor privado ao longo da semana. No palco, coube ao ministro de energia Alexandre da Silveira se ajustar na cadeira — ele, que tinha passado a bola a Ometto enaltecendo a Raízen e seu etanol de segunda geração e os avanços de descarbonização.

Foi o tema do corredor e do cafezinho. "Se você observar, os negócios de Ometto têm correlação com governo então para ele abrir o verbo desta forma é porque já desistiu deste e está mirando o próximo", avaliou um espectador gabaritado, lembrando que era o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, quem estava sentado ao lado do empresário no painel.

Se Ometto puxou também o tema do crime organizado, o assunto esquentou a pregação de Ronaldo Caiado, governador de Goiás, que se gabava da melhoria de segurança em seu Estado a despeito do governo federal, que não teria capacidade de execução, quando foi interrompido pelo secretário nacional de segurança pública, Mario Sarrubbo.

R$ 25 bi
é a estimativa de arrecadar este ano

"Só para lembrar que o senhor é o sexto Estado que mais acessa o fundo de segurança nacional."

Quando Dario Durigan, secretário-executivo da Fazenda, e Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, subiram ao palco ao lado de Roberto Campos Neto, André Esteves, Rubens Menin e Wesley Batista, já estavam a par dos discursos e da temperatura. "Tem político que gosta de palco. Mas agora é empresário que está precisando descer do palanque", alfinetou Mercadante, em clara referência ao discurso de Ometto, antes de fazer uma lista de indicadores positivos da economia brasileira.

Durigan não tentou amenizar o impacto da MP, apontando que a Fazenda tenta acertar contas extras criadas no Congresso. "Essa MP não está sendo editada de forma isolada no tempo. É preciso encontrar equilíbrio fiscal para ter credibilidade no país e lançar novas bases de desenvolvimento. No ano passado fizemos um trabalho intenso no Congresso, aprovamos mais de 10 leis, o que não aconteceu em governos inteiros passados, e elas compuseram o orçamento aprovado. Ele tem equilíbrio fiscal. Quatro itens fugiram ao orçamento, como desoneração de 17 setores e benefícios de municípios."

"A equipe da Fazenda não está brincando com o fiscal. Fomos ao Supremo (…) e ele deu 60 dias para manter benefícios e ter compensação. Do que ouvimos em Brasília, nada compensava, então nós apresentamos a ideia da compensação. Ou a gente revê todos os benefícios e fica com orçamento aprovado com déficit zero ou mantém a compensação que apresentamos ou se acha uma alternativa", disse Durigan.

O setor privado e membros do setor público querem que o Congresso devolva a MP, o que raras vezes aconteceu. Mas, até agora, pouco andou a conversa de Rodrigo Pacheco com a Fazenda, disseram fontes próximas ao ministério para outras alternativas de compensação.

"Apresentaram propostas que não tapam o buraco do dente, como nova repatriação de ativos, que dá R$ 1,3 bilhão. Tem gente sugerindo aumentar CSLL de bancos", disse a fonte, reforçando Durigan. "Precisamos cobrir R$ 25 bilhões. Se não quiserem a MP, apresentem propostas. Ou derruba tudo, a MP e os benefícios, e se executa o orçamento. O Congresso deu os benefícios, aí a culpa é do governo?"

Em tom mais polido, seguiram-se as trocas de provocações. Enquanto Menin reclamava dos juros — "sem demérito ao trabalho do Banco Central, mas não sei até que ponto vamos aguentar essa quimioterapia" —, Campos Neto lembrava que a taxa Selic é consequência de decisões econômicas e políticas, e não causa. "O governo financia sua dívida, entre hoje e 2055, a uma taxa média de 6,3% e isso não tem nada a ver com o Banco Central, que não determina esses juros longos", comparou. "A Selic não determina o prêmio de risco longo, mas o trabalho com credibilidade faz com que a taxa de juros real caia,"

Esteves, que se formou na UFRJ mas merece diploma do Instituto Rio Branco, concordou com Mercadante sobre as melhorias do Brasil — "está melhor do que em qualquer momento da história", citando o aumento da massa salarial brasileira; acenou a Ometto: "o mercado está sinalizando que chegou ao limite o aumento da carga tributária", mas afagou o secretário reconhecendo "a obstinação da Fazenda em entregar equilíbrio fiscal". Deu discreto suporte a Menin sobre a pressão de juros altos, concordando com Campos Neto que taxa não se resolve com artificialismos.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Vinhos de Portugal 2024

Evento está em sua décima primeira edição

São Paulo

Datas: 13 a 15 de junho
Local: Pavilhão da Bienal, Parque Ibirapuera
95 produtores
85 estandes

Confira algumas provas

Prova	Data
"Harmonização de vinhos de Lisboa", com **Cecília Aldaz** e o chef **Filipe Leite**, do restaurante Selvagem	**13/06 (quinta-feira) às 20h30**
"Vinhos verdes, frescos e intensos, com **Manuel Carvalho** e **Jorge Lucki**	**14/06 (sexta-feira) às 16h30**
"Alentejo: um guia de enoturismo", com **Luis Lopes**	**14/06 (sexta-feira) às 19h30**
"Lagar: a tradição de pisar as uvas com os pés", com **Luis Lopes**	**15/06 (sábado) às 12h**
"Setúbal, vinhos de areia e mar", com **Manuel Carvalho** e **Alexandra Prado Coelho**	**15/06 (sábado) às 16h**
"Beira Interior, uma região a descobrir", com **Luis Lopes** e **Jorge Lucki**	**15/06 (sábado) às 17h30**

Mais informações
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
Instagram: vinhosdeportugalbr_
Facebook: /vinhosdeportugal

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais O Globo, Valor Econômico e Público, em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Turismo de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição de São Paulo, conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

Após sucesso no Rio, Vinhos de Portugal vai a SP

Evento

O Globo, do Rio

O Jockey Club do Rio recebeu nestes últimos três dias uma imersão "lés a lés" — expressão lusa que significa norte a sul — na enologia da terrinha. Em número recorde, mais de 10 mil pessoas passaram pela 11ª edição do Vinhos de Portugal. De sexta-feira (7) até ontem, o Salão de Degustação, Sala de Provas e Área de Convivência lotaram.

Os dias clássicos do outono carioca — céu azul e temperatura perto dos 20 graus — fizeram o ambiente perfeito para os encontros entre produtores e o público carioca, tudo isso emoldurado pelo Cristo Redentor, nosso cartão postal. Nas mesas e esteiras espalhadas pelo gramado o público saboreava garrafas de vinho e quitutes portugueses, como bolinhos de bacalhau e pastéis de nata, hits da área gastronômica.

A médica Ângela Araújo marcou presença nos três dias de evento e assistiu oito conversas do Tomar um Pouco, o bate-papo que reúne críticos, produtores e um convidado especial. "Eu fui a todas as edições, é uma viagem sem sair do Brasil. Mas não tinha maturidade para o Salão de Degustação", brincou. "Este ano, eu vim para o Tomar um Copo e amei todas! Quero aprender mais, para beber menos e com qualidade."

Ontem, a programação da Sala de Provas começou com a sommelière Cecilia Aldaz apresentando "Um Guia de Enoturismo no Alentejo". Em seguida, foi a vez de "Setúbal, vinhos de areia e mar" com os jornalistas portugueses Manuel Carvalho e Alexandra Prado Coelho. "No Brasil, o Moscatel tem uma imagem que precisa ser trabalhada, mostrando que há uma qualidade que eu acho extraordinária", observou Alexandra.

Na sequência, o master of wine Dirceu Vianna Júnior apresentou "Grandes Vinhos do Tejo e suas Histórias", logo seguida por Jorge Lucki e a "Beira Interior, uma região a descobrir". Para fechar o dia, Cecilia convidou Manuel para a harmonização de vinhos do Dão com pratos do chef Carlos Gleyson, da Quinta da Henriqueta.

No Salão de Degustação, o fim do evento deixou um gostinho de quero mais. "Cada vez está melhor e as pessoas sabem mais sobre vinhos", avaliou Anselmo Mendes, "o rei da Alvarinho", que esteve presente desde a primeira edição.

A satisfação de Mendes é compartilhada por outra lenda da vinicultura portuguesa, Domingos Alves de Sousa. "O Brasil é um dos maiores e mais antigos mercados", disse ele, acompanhado do filho, Tiago, que vai representar os vinhos da família em São Paulo, onde o Vinhos de Portugal chegará na quinta-feira. "Geralmente, meu pai quer vir ao Brasil porque tem muito carinho e é muito bem recebido. Há um ano, começamos a fazer essa transição", contou Tiago.

REBECCA MARIA/O GLOBO
Evento reuniu de sexta a domingo mais de 10 mil pessoas no Jockey Club do Rio

O evento ficará em São Paulo de quinta-feira a domingo. O Vinhos de Portugal vai estar em nova casa: o Pavilhão Ciccillo Matarazzo, no Parque do Ibirapuera. Os ingressos estão à venda no site: ingresse.com.

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais "O Globo", **Valor** e "Público", em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Turismo de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição de São Paulo conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 07/06/24	Há uma semana	Fim de maio	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.578,5	2.677,0	2.677,0	2.335,5	2.169,0	-3,68	-3,68	10,40	18,88	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.629,0	2.712,5	2.712,5	2.382,0	2.215,0	-3,08	-3,08	10,37	18,69	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.200,0	2.200,0	2.200,0	1.550,0	1.950,0	0,00	0,00	41,94	12,82	1.450,0	2.200,0
Três meses	2.200,0	2.200,0	2.200,0	1.550,0	2.007,0	0,00	0,00	41,94	9,62	1.503,0	2.200,0
Chumbo											
Disponível	2.179,0	2.246,0	2.246,0	2.031,0	2.057,0	-2,98	-2,98	7,29	5,93	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.226,5	2.302,0	2.302,0	2.068,0	2.039,0	-3,28	-3,28	7,66	9,20	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.840,0	9.985,0	9.985,0	8.476,0	8.352,0	-1,45	-1,45	16,09	17,82	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.955,0	10.110,0	10.110,0	8.580,0	8.354,0	-1,53	-1,53	16,03	19,16	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	32.105,0	33.300,0	33.300,0	25.175,0	26.050,0	-3,59	-3,59	27,53	23,24	22.910,0	35.685,0
Três meses	32.420,0	33.525,0	33.525,0	25.500,0	25.600,0	-3,30	-3,30	27,14	26,64	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	17.950,0	19.830,0	19.830,0	16.300,0	21.005,0	-9,48	-9,48	10,12	-14,54	15.620,0	23.140,0
Três meses	18.210,0	20.125,0	20.125,0	16.570,0	21.150,0	-9,52	-9,52	9,90	-13,90	15.880,0	23.275,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.834,0	2.994,5	2.994,5	2.640,5	2.382,0	-5,36	-5,36	7,33	18,98	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.892,0	3.041,5	3.041,5	2.654,0	2.380,5	-4,92	-4,92	8,97	21,49	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**07/06/24**	**Há uma semana**	**Fim de maio**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	75,22	76,73	76,73	71,84	72,64	-1,97	-1,97	4,70	3,55	67,29	91,30
Brent - mercado futuro	79,34	81,11	81,11	76,91	76,84	-2,18	-2,18	3,16	3,25	71,82	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Araguaia Níquel Metais Ltda. -** CNPJ: 97.515.035/0001-03 - Endereço: Av. Raja Gabaglia, 1143, Salas 1401 e 1402, Bairro Luxemburgo - Requerente: Alexandre de Thomazo - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Home Center Brasil Materiais Para Construção Ltda., Nome Fantasia Home Center Tendtudo -** CNPJ: 83.817.858/0001-70 - Endereço: Av. T12, Nº 35,quadra 123, Lotes 17/18, Setor Bueno - Requerente: Isystem Desenvolvimento de Sistema Ltda. - Vara/Comarca: 29a Vara de Goiânia/GO

Requerido: **Lm Rosa Gomez de Souza Me, Nome Fantasia C. L. T. Serviços -** CNPJ: 14.125.394/0001-19 - Endereço: Rua Benfica, 100, Sala 01, Bairro Jardim Sandra - Requerente: Forbo Pisos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Cotia/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Gamec Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Ltda., em Liquidação Extrajudicial -** CNPJ: 05.676.572/0001-09 - Endereço: Av. Carlos Jereissati, 561, Sala 210, Bairro Jereissati - Administrador Judicial: Dr. Breno Vieira Sindeaux Neto - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Tmn Terminal Multimodal do Nordeste Ltda. -** CNPJ: 24.915.385/0001-85 - Endereço: Av. Contorno Oeste, 764, Conjunto Industrial, Bairro Industrial, Maracanaú/ce - Administrador Judicial: Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Economista Sr. José Luiz Lindoso da Silva - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Xavantes Engenharia e Construções Ltda. -** CNPJ: 05.427.664/0001-55 - Endereço: Rodovia Vicente Palma, S/nº, Km 03 D, Bairro Água Branca - Administrador Judicial: Wfsp Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Fábio Souza Pinto - Vara/Comarca: 1a Vara de Boituva/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Belmerix Projetos e Serviços de Telecomunicações Ltda. -** CNPJ: 03.001.406/0001-87 - Endereço: Rua Fidêncio Ramos, 100, 8° Andar - Requerente: Rms Instalações Elétricas Ltda. - Vara/Comarca: 7a Vara de São José Dos Campos/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Independência Agrícola Ltda., Nome Fantasia Agro Independência -** CNPJ: 08.055.299/0001-93 - Endereço: Av. Dorvalino Dos Santos, 161, Centro, Sidrolândia/ms - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **J. P. R. de O. Vilela Atividade Rural, Nome Fantasia Jpv Agropecuária -** CNPJ: 54.760.059/0001-07 - Endereço: Estrada Placa 09, 95 651 5141, Fazenda Maria Joana, S/nº, Zona Rural, Francisco Alves/pr - Vara/Comarca: Vara Cível de Iporã/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Pma Comércio e Serviços Automotores Ltda., Nome Fantasia Stetcar -** CNPJ: 20.493.413/0001-62 - Endereço: Rua 25 a 89, Setor Aeroporto - Administrador Judicial: Sr. Reginaldo José de Almeida - Vara/Comarca: 20a Vara de Goiânia/GO

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Nova Embalagens e Filmes Técnicos Ltda. -** CNPJ: 56.394.281/0001-69 - Endereço: Rua São Roque, 170, Chácara São José, Mairiporã/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Agro Sandri Ltda., Nome Fantasia Agrocomercial Sandri -** CNPJ: 79.658.134/0001-54 - Endereço: Av. Franz Xavier Mainhardt, 545, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Comesul Beef Agro Industrial Ltda. -** CNPJ: 15.548.956/0001-08 - Endereço: Rodovia Br 471, Km 173, S/nº, Bairro Boa Vista, Pântano Grande/rs - Vara/Comarca: 2a Vara de Rio Pardo/RS - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Eclética Agrícola Importação e Exportação Ltda., Nome Fantasia Bertanha -** CNPJ: 03.379.255/0001-03 - Endereço: Rua Comendador Justino Dias de Moraes, 1453, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Batatais/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sandri Distribuição de Máquinas, Equipamentos & Insumos Agropecuários Ltda. -** CNPJ: 27.565.965/0001-88 - Endereço: Rua Henrique Wichmann, 45, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sandri Stern & Filhos Participações Ltda. -** CNPJ: 33.320.944/0001-03 - Endereço: Av. Franz Xavier Mainhardt, 545, Sala 03, Bairro Padre Eduardo, Taió/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Epman Comércio de Ferragens, Manutenção e Serviços Ltda., Nome Fantasia Epman Manutenção e Serviços -** CNPJ: 07.502.178/0001-80 - Endereço: Av. Luiz Viana Filho, 13223, Hangar Business Park, Torre 06, Sala 03, Bairro São Cristóvão - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Salvador/BA - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
10	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020*	Maio/2024
10	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Outros Rendimentos		
	Juros de empréstimos externos	5299*	Maio/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

INÊS 249

13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

INÊS 249

Ensino Faculdade terá curso de Administração focado em tecnologia para suprir demanda de mercado

Inteli, de sócios do BTG, abre nova graduação

Beth Koike
De São Paulo

O curso de Administração de Empresas era historicamente o segundo com o maior número de alunos no ensino superior presencial, mas em 2020 caiu um degrau e desde então vem perdendo alunos. Em 2022, já estava na quinta colocação e a demanda continua caindo. Uma das explicações é que essa graduação está sendo substituída por cursos na área de tecnologia que oferecem mais oportunidades de emprego. Nesse cenário, o Inteli — faculdade fundada pelos banqueiros André Esteves e Roberto Sallouti, do BTG — criou uma nova graduação de Administração direcionada para tecnologia.

"Começamos com as engenharias focadas em tecnologia devido à carência desse profissional no país. Mas percebemos uma necessidade de formar também lideranças de negócios, gestão, mas sempre com um conhecimento digital robusto. Essa é uma necessidade presente em todos os mercados", disse Sallouti.

O Inteli foi criado em 2019 após os banqueiros ouvirem de dois investidores americanos, durante o Brazil at Silicon Valley (evento organizado por brasileiros ligados à universidades americanas), que não colocavam dinheiro no mercado brasileiro porque o país carecia de engenheiros com conhecimentos em tecnologia e potencial para se tornarem líderes. Esteves, graduado em Ciência da Computação e Matemática pela UFRJ, e Sallouti, formado em economia pela The Wharton School, concordaram com a argumentação dos investidores, mas não se conformaram. Decidiram, então, criar uma faculdade para cobrir esse 'gap'.

A família Esteves doou R$ 200 milhões para montar do zero uma faculdade. Hoje, três anos depois, o Inteli tem 449 alunos que estudam os dois primeiros anos em período integral. Do total de estudantes, 55% são bolsistas que podem ter desde um abatimento parcial na mensalidade de R$ 6,7 mil até uma ajuda completa. Nesse caso, o jovem tem direito à mensalidade, moradia, alimentação, transporte, notebook e curso de inglês pagos. O custo desse estudante é de R$ 460 mil (considerando os quatro anos de curso) que são bancados por doações.

Além da equipe de captação de recursos, o próprio Sallouti "passa o chapéu" uma vez por mês num café da manhã em que apresenta a faculdade a empresários e interessados em apoiar o Inteli com as doações e parcerias pedagógicas.

O grande diferencial do modelo acadêmico da escola é que desde o primeiro dia de aula os alunos estudam com projetos, não apenas teoria. Esses projetos são demandas reais apresentadas por empresas que trazem suas dores para os alunos criarem soluções. Mais de 50 companhias locais e multinacionais, ONGs, hospitais privados e públicos, consultorias e startups já levaram suas necessidades para os futuros profissionais — a primeira turma se forma no próximo ano.

55%
é o percentual de alunos com bolsa integral ou parcial

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Sallouti e Maíra, do Inteli: alunos desenvolvem, desde os primeiros dias de aula, projetos para solucionar problemas reais apresentados por empresas parceiras

O Inteli já registrou, inclusive, uma patente e todos os projetos apresentados têm código aberto.

A fim de evitar que os alunos desistam do curso atraídos por uma proposta generosa de emprego — algo comum na graduação de tecnologia —, as empresas parceiras não podem contratar esses jovens. "Nos dois primeiros anos, o curso é integral. A partir do terceiro ano, os alunos podem apenas fazer estágio", disse Maira Habimorad, presidente do Inteli. "O BTG não tem preferência de escolha, quem define é o aluno", disse o presidente do banco.

A chamada "Aprendizagem por Projeto" é uma metodologia ainda pouca adotada devido à complexidade de adequar o currículo obrigatório estabelecido pelo MEC às atividades práticas. A cada dez semanas, o aluno desenvolver uma nova solução.

Com todos os cursos baseados em tecnologia, cujo conhecimento se renova a todo momento, a capacitação junto com a indústria tem atraído jovens com potencial para ingressar em outras universidades tradicionais e concorridas. No Inteli, criado há apenas três anos, a relação candidato-vaga no vestibular é de dez para um. O programa de bolsas foi criado para que os melhores alunos possam abrir mão da universidade pública.

"No meu primeiro semestre de curso apresentei um game para a Meta. Estavam lá, no prédio deles na Faria Lima, diretores globais da empresa. Numa faculdade tradicional, isso nunca aconteceria", disse Bernardo Meirelles, 18 anos, um dos bolsistas do Inteli.

O novo curso terá dupla titulação, ou seja, o aluno será bacharelado em administração e tecnologia. "Essa graduação formará gestores com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios proporcionados pela era digital. O aluno tem uma base teórica completa e experiência prática", disse Maira. A faculdade fica dentro da Cidade Universitária, junto ao Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), onde há um centro de inovação com empresas, startups, entidades governamentais.

A meta do Inteli é ter 1 mil alunos no fim de 2025, quando deve atingir seu equilíbrio financeiro. A faculdade é uma instituição sem fins lucrativos. "Enquanto for necessário, vamos aportar. Mas tenho certeza que o Inteli vai se retroalimentar, vamos ser apenas os fundadores. Entraremos num ciclo de alunos se formando, retornando com doações como acontece em várias universidades americanas", disse Sallouti. O próximo passo é criar um fundo endowment (patrimonial) dos ex-estudantes e outros doadores que apoiam a causa da educação.

Em movimento inédito, Vitru migra para B3 hoje

De São Paulo

Maior grupo de ensino a distância com quase 1 milhão de alunos, a Vitru passa a negociar suas ações na B3 a partir de hoje (10). É a primeira companhia a migrar da americana Nasdaq para a bolsa brasileira e outras podem seguir o mesmo caminho.

A Vitru abriu seu capital em 2020, com o papel a US$ 16 e foi avaliada por US$ 350 milhões. Nessa migração, a ação da companhia vai ser desmembrada em quatro e o valor deve ser equivalente à média da cotação da última semana, cerca de US$ 9, convertida para a moeda brasileira. A fatia das ações em circulação (free float) deve permanecer na casa dos 24%.

"Não nos arrependemos de ter feito IPO na Nasdaq. Mas o mercado mudou, ficamos peixe pequeno diante de tantos tubarões na bolsa americana. Agora, com a repatriação, vamos acessar um leque maior de investidores que tinham dificuldade de se enquadrar às regras americanas. Por outro lado, os fundos estrangeiros podem continuar investindo na companhia", disse William Matos, CEO da Vitru, holding que reúne a Uniasselvi e Cesumar.

A migração para a B3 acontece num momento em que o MEC aumenta a pressão sobre os cursos de ensino a distância. Na sexta-feira à noite, a pasta publicou portaria suspendendo até 10 de março de 2025 a abertura de novos cursos e polos, além de expansão de vagas de todas as graduações na modalidade EAD.

A companhia informou que está analisando a portaria e aos prazos estabelecidos e que informará ao mercado sobre os desdobramentos e ações a serem tomadas.

Recentemente, a pasta determinou que, nos cursos de pedagogia e licenciatura, pelo menos 50% do conteúdo seja ministrado presencialmente. "Temos dois anos para nos adaptar às novas regras e parte dos nossos cursos já tem tutores presenciais nos polos. Não esperamos por aumento de preço da mensalidade", disse Matos.

O executivo é da família fundadora da UniCesumar, adquirida pela Vitru por cerca de R$ 3,2 bilhões, em 2021. A migração para a B3 não altera a composição acionária da companhia. A família Matos tem 21,5%. O bloco de controle é formado pelos fundos Carlyle SPX, Neuberger Berman, Crescera e Vinci Partners que, juntos, têm 50,1% da companhia.

"Estamos olhando aquisições de ativos de cursos técnicos e de pós-graduação a distância"
William Matos

Nessa nova etapa, o grupo está analisando aquisições de escolas de pós-graduação e cursos técnicos na modalidade EAD (modalidades que não entraram na portaria do MEC). No primeiro trimestre, a receita dessa divisão subiu 46% em relação há um ano. A ideia é que o aluno recém-formado continue estudando no grupo com a pós-graduação. "Estamos olhando M&As [fusões e aquisições] de áreas adjacentes", disse.

A companhia tem ainda na manga sua faculdade de medicina que é bastante cobiçada pelo mercado. Em 2022, a companhia colocou o ativo à venda por cerca R$ 1,3 bilhão. Mas, na época, a companhia conseguiu trazer um novo acionista, o fundo Crescera que fez um aporte de R$ 300 milhões por 10% da Vitru, e interrompeu a venda do ativo. A companhia ainda analisa o destino da faculdade de medicina, que tem cerca de 1,6 mil alunos, e traz diversificação.

Para efeitos de comparação: a Vitru tem 916 mil alunos em cursos on-line, o equivalente a 97% do total de matriculados, e cerca de 1,6 mil estudantes na graduação de medicina, mas esse pequeno contingente representa cerca de 15% da receita. *(BK)*

Curta

MEC suspende EAD

O Ministério da Educação (MEC) suspendeu a abertura de novos cursos, expansão de vagas e polos de ensino a distância até o dia 10 de março de 2025. A medida vale para todos os cursos de instituições de ensino privadas, inclusive, aquelas com autonomia universitária que, até então, não precisavam de autorização da pasta para expansão. A pasta informou ainda que, até 31 de dezembro deste ano, vai concluir o marco regulatório da educação a distância. A partir desse mês haverá reuniões do ministério com gestores, especialistas, conselhos federais e representantes das instituições de educação superior sobre a oferta de cursos a distância. Para isso foi criado o Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão de Educação Superior (CC-Pares) para discutir o tema.

Inovação Desenvolvida internamente, plataforma Hstory reúne dados críticos do paciente e em minutos fornece relatório analítico ao médico

No Einstein, IA generativa chega ao consultório

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Sidney Klajner, presidente do Einstein: "Paciente me perguntou como eu sabia tanto sem que ele falasse nada"

João Luiz Rosa
De São Paulo

Dias atrás, um paciente do cirurgião Sidney Klajner ficou intrigado durante a consulta. Antes de falar qualquer coisa sobre seu histórico de saúde, o médico passou a descrever os problemas médicos pelos quais ele já passara, além de detalhes de diagnósticos e cirurgias. "Ele me perguntou como eu sabia tanto sem ter falado nada", conta Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein e especialista em aparelho digestivo e coloproctologia. A resposta? Inteligência artificial generativa.

O uso da IA na saúde não é novidade, mas até agora se concentrou na área de gestão, com algoritmos usados para melhorar processos internos e tornar essas instituições mais eficientes. Agora, no entanto, a inteligência artificial começa a chegar ao consultório, com mudanças na dinâmica entre médico e paciente.

O Einstein está lançando uma plataforma de IA batizada de Hstory, concebida e desenvolvida internamente, que varre os prontuários médicos, extrai os dados mais relevantes e os apresenta, em minutos, na forma de um relatório analítico. A ordem pode ser cronológica, com dados de todos os eventos, independentemente da especialidade médica, ou por órgão do corpo humano.

Com o Hstory, o Einstein é o primeiro hospital do país a lançar uma plataforma que combina IA e Big Data no atendimento direto ao paciente, e um dos poucos no mundo até agora. A Escola de Medicina da Universidade Stanford, primeira instituição a lançar um sistema com essas características, o fez em janeiro.

"Faltava engajar o profissional de saúde, cuja formação geralmente é muito tradicional", diz Klajner. Sob esse pano de fundo, muitos médicos acabam vendo a tecnologia com desconfiança. Ao mostrar que a IA pode proporcionar vantagens também no atendimento, a expectativa é vencer a resistência do profissional de saúde e sedimentar o caminho da inovação. "De adversário, o médico passa a ser um aliado", afirma o presidente do Einstein.

> "Faltava engajar o profissional de saúde, que é muito tradicional"
> *Sidney Klajner*

Economia de tempo é a principal vantagem do Hstory. Para traçar um diagnóstico confiável, o médico precisa fazer longas entrevistas com o paciente e consultar sistemas diferentes para obter resultados de exames e outros dados críticos. Ao automatizar esse trabalho, o médico pode reorientar o tempo disponível para outros aspectos durante a consulta. Klajner conta ter feito uma simulação com seu próprio prontuário médico. Com o Hstory, economizou 20 minutos.

A nova plataforma do Einstein é resultado de um plano de investimento de longo prazo. Os esforços tiveram início em 2016, quando diretores da instituição viajaram para os Estados Unidos com o objetivo de acompanhar as experiências de outros hospitais e conceber um projeto próprio. Se seguiu a criação de uma área de Big Data, que ganhou peso com o passar do tempo. De seis pessoas no início, a equipe cresceu para cerca de cem atualmente.

Fazer as perguntas certas é um passo importante para escolher o caminho a seguir, diz Klajner. Uma das perguntas que os médicos do Einstein se faziam é por que muitos pacientes voltavam a ser internados algum tempo depois de receber alta.

O hospital criou um algoritmo para identificar se o paciente seguia a dieta e tomava a medicação em casa, entre outras variáveis, o que ajudou a melhorar a identificar pontos frágeis e melhorar os procedimentos de alta, diz o neurorradiologista Edson Amaro Junior, responsável pela área de Big Data do Einstein.

O algoritmo aumentou em quatro vezes as chances de identificar pessoas com alto risco de readmissão no intervalo de 30 dias e levou ao reforço das ações preventivas entre esses pacientes. Também abriu espaço para mais 34 cirurgias mensais de curta duração ao racionalizar o uso de leitos e salas cirúrgicas. Outro efeito foi a redução de 20% do chamado "tempo de escritório" — gasto com medidas burocráticas — das equipes de enfermagem. Por mês, foram liberadas 83 horas de trabalho desses profissionais, segundo o hospital.

O Einstein já criou mais de cem algoritmos de Big Data, sendo 20 de predição. Atualmente, 49 sistemas usam inteligência artificial em 16 áreas da instituição. Desse total, 18 sistemas estão em uso e os demais em fase de teste.

O Hstory já está disponível a todos os médicos que têm acesso ao sistema de prontuário eletrônico do Einstein. São cerca de 3 mil profissionais, incluindo os que atendem no Hospital Municipal Vila Santa Catarina, que é público, com administração do Einstein em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS).

A despeito dos rápidos avanços da IA na medicina, a tecnologia não vai substituir o trabalho do médico em decisões vitais como escolha do tratamento, prescrição de medicamentos ou indicação de cirurgias, afirma Klajner. "Essa prática não será substituída. A inteligência artificial não fará nada disso."

100
algoritmos já foram criados no Einstein

O futuro da IA na saúde reserva desafios estratégicos que empresas, governos e agências regulatórias terão de superar. É o caso da interoperabilidade dos sistemas digitais das instituições, o que permitiria criar o prontuário eletrônico único. Quando o paciente chegasse a um hospital, mesmo que pela primeira vez, o médico teria acesso integral a seu histórico, com dados de todos os hospitais e clínicas pelas quais ele já passou.

Chegar a esse patamar, no entanto, depende do investimento de hospitais públicos e privados em Big Data e segurança digital e de definições como a criação de padrões tecnológicos comuns. Outro ponto é quem financiaria a infraestrutura eventualmente necessária para estabelecer essa conexão. "Israel conta com o prontuário único há anos, mas tem 9,5 milhões de habitantes e não 200 milhões como o Brasil", diz Klajner. "O futuro tem de ser almejado o tempo todo."

Marketing O Brasil é um dos cinco países mais premiados no "Oscar" da publicidade, que será realizado de 17 a 21 de junho, na França

Criatividade gera negócios, afirma CEO do Cannes Lions

TRISTAN FEWINGS/GETTY IMAGES/ CANNES LIONS

Simon Cook: "O consumidor está mudando e suas expectativas são altas"

Daniela Braun
De São Paulo

Levar "leões" de Cannes para casa faz bem para os negócios de anunciantes e agências, sinaliza Simon Cook, executivo-chefe do festival Cannes Lions, em entrevista ao **Valor**. O festival é organizado pela Cannes Lions, da consultoria britânica Ascential.

A uma semana do início do festival, considerado o "Oscar" da publicidade mundial, Cook destaca a consistência criativa do Brasil no mercado. O festival será realizado de 17 a 21 de junho em Cannes, na França. O país é um dos cinco mais premiados no Cannes Lions desde 2001. "Continuamos a nos surpreender com a consistência do desempenho criativo da indústria brasileira", diz o executivo.

O **Valor** lançou uma cobertura especial do evento e estará presente no festival de criatividade trazendo reportagens diretamente de Cannes para os seus leitores.

Os desafios das marcas diante de consumidores mais exigentes, a ampliação do evento a um público mais diverso e o potencial do mercado de luxo, que ganhou uma nova categoria em Cannes este ano, são outros assuntos abordados por Cook. Veja a entrevista completa.

Valor: *O Cannes Lions sinaliza os rumos do mercado global de publicidade, marketing e comunicação. Quais os maiores desafios de criatividade e marcas, atualmente?*

Simon Cook: O comportamento do consumidor está mudando rapidamente e acho que suas expectativas são muito altas. Também estamos vendo um cliente muito experiente. Ele sabe o que quer, como quer e está se tornando muito confortável com a troca de valor. Acho interessante ver os clientes se sentirem confortáveis em abrir mão de seus dados em troca de hiperpersonalização.

Também estamos vendo uma mudança de ênfase na publicidade de "topo de funil". As marcas voltadas para o futuro estão vendo cada ponto de contato como oportunidade de entregar mensagens criativas de construção de marca.

Valor: *O Brasil tem sido destaque no Cannes Lions nos últimos anos. Embora os EUA e a Europa sejam mercados maiores, podemos dizer que a criatividade supera orçamentos restritos?*

Cook: Continuamos surpresos com o desempenho criativo consistente da indústria brasileira. A presença dos brasileiros no Cannes Lions — em nossos júris, nossos participantes e nos trabalhos — é muito importante para o festival e a indústria global.

Começamos a classificar o desempenho por país anualmente em 2001, e nos 23 anos seguintes o Brasil tem se classificado entre os cinco países com melhor desempenho no Cannes Lions. É um desempenho incrível e reflexo de um país que tem a criatividade arraigada em sua cultura.

> "Lançamos o 'Luxury Lion' para fornecer uma referência global para marcas
> *Simon Cook*

Valor: *Nos balanços recentes de grandes grupos multinacionais de publicidade, vimos a América Latina emergir com taxas de crescimento de dois dígitos. O mercado latino-americano é a aposta do mercado?*

Cook: Vamos pegar a agência GUT como exemplo aqui. Quando foi lançada, esta startup de cinco anos de idade estabeleceu seus objetivos ao ganhar como "Agência do Ano" no Cannes Lions 2023. Ela também foi premiada como "Rede Independente do Ano" e "Agência Independente do Ano". Após essa impressionante sequência de vitórias, a GUT não apenas relatou que seus lucros dobraram, mas no fim do ano passado, a consultoria Globant adquiriu uma participação majoritária na agência, demonstrando o poder da criatividade de ganhadores do Leão.

Outro exemplo é a recente aquisição feita pela Accenture Song. Eles [Accenture Song] são uma empresa que começou a ver um enorme sucesso no festival, nos últimos anos, e agora adquiriram a agência criativa independente brasileira Soko, que se juntará à Droga5 São Paulo [parte da Accenture Song].

Isso é evidência de um mercado que está crescendo e realmente demonstra a força da indústria na América Latina, juntamente com a crença da região na criatividade como um motor de crescimento.

Valor: *Além de agências do mundo todo, o festival tem recebido mais profissionais de marketing nos últimos anos. O que essa participação crescente das empresas representa?*

Cook: Temos décadas de insights e dados que mostram que se você incorporar a criatividade em seu negócio, sua cultura e seu marketing, você impulsionará o progresso para os negócios, para a sociedade e para o bem. As marcas que mostram um compromisso contínuo com a criatividade de como um impulsionador do crescimento são aquelas que apresentam sucesso contínuo.

É por isso que temos uma presença tão grande de marcas. Este ano, temos perto de 400 marcas diferentes participando. Elas estão reconhecendo a importância de investir em criatividade.

Sabemos que marcas e agências estão sob pressão para provar o ROI da criatividade [retorno sobre investimento]. Então também temos um fluxo dedicado ao Impacto Criativo no Festival. Ele foi projetado para fornecer aos profissionais de marketing e agências os dados, ferramentas e evidências de que precisam para defender a criatividade e conectar o que fazem com a agenda de crescimento dos conselhos das empresas.

Valor: *Pela primeira vez, o festival pediu que os concorrentes descrevessem o uso de inteligência artificial (IA) em seus trabalhos. A IA veio para ajudar ou mascarar a criatividade?*

Cook: É uma nova pergunta obrigatória pedindo aos participantes que revelem se usaram IA em seu trabalhos e, em caso afirmativo, como. Isso ajuda o júri a julgar com a máxima transparência.

Uma das razões pelas quais introduzimos o aviso de isenção de responsabilidade de IA é porque queremos entender como a IA está sendo usada pela indústria, pelos criativos. Dessa forma, podemos começar a construir uma imagem para criar esse espaço e aprender mais sobre o tema como uma comunidade global.

Valor: *Outra novidade deste ano é a categoria Luxo e Estilo de Vida. O que motivou essa criação?*

> **400**
> **marcas participarão do festival este ano**

Cook: Lançamos o "Luxury Lion" para fornecer uma referência global para marcas, reconhecendo e celebrando o trabalho criativo, as experiências e as propostas criativas de negócios mais impactantes para o setor de luxo e estilo de vida. Trata-se de criar uma nova referência para cadeias de suprimentos, sustentabilidade, diversidade, equidade e inclusão e novos modelos de negócios.

Segundo a consultoria Bain & Company, o mercado global de luxo é avaliado em € 1,5 trilhão (R$ 8,6 trilhões) e as gerações Z e Alfa serão responsáveis por 80% das compras de luxo até 2030. Antes um mercado unidirecional baseado em exclusividade, o novo setor de luxo vê o conhecimento, o acesso e a comunidade assumirem o centro das atenções. Adicione a isso novos dados demográficos, a definição evolutiva de luxo em mercados não ocidentais e a necessidade de foco na sustentabilidade e no consumo consciente, e você começa a ver o papel fundamental que a criatividade pode desempenhar nessa transformação.

Fomento à produção audiovisual brasileira

De São Paulo

O festival de criatividade Cannes Lions também é considerado uma oportunidade de fomento à produção audiovisual brasileira no exterior. Em 2023, as 55 produtoras associadas à plataforma de internacionalização FilmBrazil exportaram US$ 9,2 milhões em projetos gerados no Cannes Lions 2023.

Esse montante combinado corresponde a 18% dos mais de US$ 50 milhões em projetos audiovisuais exportados pelo mercado publicitário em 2023, volume 50% superior ao de 2022, informa a plataforma desenvolvida pela Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

"A entrada de novos talentos e a questão do câmbio ajudam a abrir portas para as produtoras brasileiras", afirma ao **Valor**, Marianna Souza, presidente da Apro e gerente-executiva da FilmBrazil. O volume de exportações do setor em 2023 superou a receita de 2018 (R$ 48 milhões), destaca Souza. "Estamos em uma curva ascendente neste mercado, então nosso trabalho é muito voltado a posicionar a imagem do Brasil no exterior, mostrando que o país tem produtoras organizadas por meio de ações locais de relacionamento."

DIVULGAÇÃO / FILMBRAZIL

Marianna Souza, da Apro e FilmBrazil: "A entrada de talentos e o câmbio ajudam a abrir portas para as produtoras"

No Cannes Lions 2024, a plataforma promete ações mais robustas em um espaço de eventos para superar a geração de negócios de 2023. Para tanto, além da ApexBrasil, a FilmBrazil também conta com apoio da Globo, da produtora BR Media Group e com a entrada da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP), ligada à Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, e da empresa de cinema e audiovisual de São Paulo (SPCine), da Prefeitura de São Paulo.

Este ano, a FilmBrazil leva 28 produtoras ao evento, oferecendo as credenciais, suporte de conteúdo e contatos com potenciais clientes. A ideia é reunir entre 100 e 200 pessoas por dia no café montado em Cannes para promover as produtoras brasileiras, incluindo um show da cantora brasileira Liniker, na quinta-feira (20). "Hoje, 6% dos participantes do festival são da América Latina", nota Souza. "Por ser um festival caro, é um desafio para produtoras pequenas participarem sozinhas, então é muito importante esse apoio."

A InvestSP também investiu para ampliar a presença de produtoras brasileiras de menor porte no evento, oferecendo um subsídio de US$ 3.000 por participante, para amortizar os custos da viagem e dos ingressos do festival. Foram selecionados representantes de dez produtoras brasileiras por meio do CreativeSP — programa de apoio ao setor criativo e cultural do Governo do Estado de São Paulo. O critério de seleção, entre 58 candidatos, foi a experiência e o potencial para gerar novos negócios, informa a InvestSP.

"Se estamos falando de um mercado em crescimento, é importante que o pequeno e o médio [produtor] também estejam nesse espaço", diz ao **Valor**, Marília Marlon, secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo. A InvestSP vem participando de eventos internacionais desde 2022 por meio do CreativeSP.

Segundo a agência, o festival de cinema de Cannes, realizado em maio, gerou R$ 253 milhões em contratos fechados de coprodução com empresas brasileiras. "Entendemos que é importante o Estado estimular também o mercado de publicidade", observa Marlon. "É uma grande cadeia produtiva, na qual um setor impulsiona outro, incluindo atividades de produção de roteiro e música, por exemplo." *(DB)*

> "É importante que o pequeno e o médio [produtor] também estejam nesse espaço"
> *Marília Marlon*

Valor cobre festival direto da França

De São Paulo

O **Valor Econômico** faz, desde o início de maio, uma cobertura especial do Cannes Lions 2024, considerado o "Oscar" da publicidade global, e estará presente no festival de criatividade, trazendo notícias e reportagens diretamente de Cannes, na França, de 17 a 21 de junho.

No jornal impresso e no site do **Valor**, o leitor já encontra a cobertura da 71ª edição do evento que movimenta o mercado mundial de publicidade, marketing e comunicação. Na semana do evento, a repórter Daniela Braun trará notícias e entrevistas diretamente de Cannes, onde são reveladas as tendências do mercado publicitário para o mundo. A cobertura também contará com as informações e análises de Guilherme Ravache, colunista de Mídia e Tecnologia do **Valor**, que estará no evento.

O Brasil é um dos destaques em premiações no Cannes Lions. No ano passado, foi o segundo país com o maior número de troféus, os chamados "leões", no festival, depois dos Estados Unidos.

"Continuamos a nos surpreender com a consistência do desempenho criativo da indústria brasileira", diz Simon Cook, executivo-chefe do Cannes Lions, ao **Valor**. "É um desempenho incrível e reflexo de um país que tem a criatividade arraigada em sua cultura."

Dia dos Namorados foi lançado em 1948 para aquecer o comércio

História

Natália Flach
De São Paulo

Quatro meses separam a comemoração do Dia dos Namorados em boa parte do mundo em relação à celebração no Brasil. O lapso no calendário (de fevereiro a junho) foi estrategicamente calculado para aproveitar o apelo comercial da data, que foi criada para aquecer o varejo brasileiro em meados do ano, quando as vendas costumam ser mais fracas.

Por aqui, a história de 12 de junho tem início em 1948 com o publicitário João Dória, pai do ex-governador de São Paulo e empresário homônimo. Na época, a agência de publicidade dele, a Standard Propaganda, foi contratada para aumentar o faturamento da loja Exposição Clipper, cuja receita costumava cair no meio do ano por falta de atrativos comerciais. O especialista, então, inspirou-se no sucesso do Dia das Mães para conceber o Dia dos Namorados e, assim, incentivar a troca de presentes.

"Foi uma grande sacada por uma campanha intimamente ligada ao negócio durante a entressafra de comerciais", afirma Antonio Fadiga, vice-presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), além de sócio e presidente da Artplan.

Não por um acaso, outras empresas adotaram a ideia — a ponto de hoje a efeméride ser a terceira principal data do ano para o varejo físico, perdendo apenas para o Natal e o Dia das Mães.

É bom frisar que 12 de junho não foi escolhido aleatoriamente. Ele antecede o Dia de Santo Antônio, tido como o santo casamenteiro no Brasil, o que dá ares religiosos à comemoração.

Independentemente do motivo, 6 em cada 10 brasileiros dizem que a celebração é tão importante quanto o aniversário de namoro ou de casamento, de acordo com pesquisa da Globo PiniOn. Às vésperas da data, já há 140 mil menções sobre 'Dia dos Namorados' nas redes sociais, ante 915 mil durante todo o ano de 2023, de acordo com estudo BrandWatch.

Políticas Robson França, que trabalhou com o secretário de Política Agrícola quando ele era deputado, é dono da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso e da corretora Foco

Ex-assessor de Neri Geller negociou arroz em leilão de compra da Conab

Camila Souza Ramos, Raphael Salomão, Patrick Cruz e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

O leilão de compra de arroz importado que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou na semana passada teve lances arrematados por uma corretora de um ex-assessor de Neri Geller, atual secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, e uma pequena empresa de varejo de queijos. O resultado gerou dúvidas no setor produtivo e foi alvo de críticas da oposição ao governo.

Assessor de Neri Geller quando o ex-ministro da Agricultura e hoje secretário da Pasta era deputado federal por Mato Grosso, o advogado Robson Luiz de Almeida França é dono da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e da Foco Corretora de Grãos. As duas empresas negociaram 116 mil das 263,3 mil toneladas vendidas no certame (ou 44% do total), e seus clientes ficarão com R$ 580,1 milhões do valor total que o leilão movimentou, R$ 1,3 bilhão. A BMT e a Foco, que faturam comissões de corretagem sobre esses valores, representaram três das quatro arrematantes: ARS Locação de Veículos e Máquinas, Zafira Trading e Icefruit Indústria e Comércio de Alimentos.

A Bolsa de Cereais e Mercadorias de Londrina (BCLM) negociou as outras 147,3 mil toneladas para a Queijo Minas, uma loja de queijos em Macapá, que receberá R$ 736 milhões da Conab.

CONAB/REPRODUÇÃO

Unidade da Conab: autarquia convocou empresas vencedoras do leilão para que comprovem sua capacidade

O governo decidiu importar arroz para evitar especulações de preço após as enchentes no Rio Grande do Sul. A medida foi alvo de críticas dos produtores nacionais, que garantiram que teriam como abastecer o mercado.

França foi funcionário do gabinete de Geller entre 2019 e 2020. Ele também abriu uma empresa com Marcelo Piccini Geller, filho de Neri, em agosto de 2023, segundo a Receita Federal. No gabinete de Geller, foi colega de Thiago dos Santos, atual diretor de Operações e Abastecimento da Conab. França negou ter tido favorecimento no leilão e disse que não tem contato frequente com Geller nem com Santos, da Conab.

> "Não houve direcionamento, não houve facilidade"
> *Thiago dos Santos*

A Conab tem hoje 13 bolsas credenciadas, das quais três foram registradas no ano passado — uma delas, a BMT. A autarquia nega qualquer tipo de favorecimento. "Não houve direcionamento, facilidade nem nada. Estamos à disposição para quem quiser participar [dos leilões]", disse Santos.

Ele afirmou que seis bolsas estavam habilitadas para o leilão, mas que apenas duas apresentaram lances. "Com essas duas bolsas, havia quatro empresas. Não sabíamos quem estava participando até a finalização do leilão", afirmou. Santos ressaltou que "a Conab só pode saber após o término quais bolsas estavam participando para não ter direcionamento".

Para ele, o baixo número de propostas deveu-se à margem apertada que a Conab apresentou para a compra. "Nossa expectativa já era que fosse vazio, porque colocamos uma margem ajustada", afirmou.

Geller disse que "nem sabia" que França havia participado do leilão e que não conversa com seu ex-assessor há pelo menos dois meses. "O que tem que se verificar é se a corretora está habilitada e se ele estava habilitado para participar", disse. "Não posso restringir a atividade dele [só] por ele [ter] trabalhado comigo. Tem que verificar se ele está habilitado ou não. Fora isso, no meu entendimento, não tem nenhum impedimento", afirmou.

Questionado sobre a participação de França em outros leilões, Geller mostrou-se surpreso. "Participou do [leilão] de milho? Então, gente, ele está na ativa. Não tenho nenhum contato sobre isso, nenhum vínculo. Não sabia que tinha participado", afirmou.

Wisley Alves de Souza, da Queijo Minas, disse, em nota, que tem experiência de 17 anos no comércio de alimentos e que lamenta que "grupos com interesses contrariados estejam tentando afetar sua imagem e deturpar a realidade". Ele afirmou estar disposto a "acelerar a importação de modo que o consumidor não seja penalizado com o aumento" do preço do arroz, que pode chegar a até 40%.

O resultado do leilão levou deputados gaúchos do Novo e do PL, da oposição, a acionar o Tribunal de Contas da União (TCU) com a alegação de "possível fraude na condução de leilão". Eles começaram a reunir assinaturas para a abertura de uma CPI.

Em nota, a Conab disse que convocará os vencedores do leilão para que comprovem que têm capacidade de entrega.

valor.com.br

Chuvas

Perdas do agro do RS já somam R$ 3,7 bilhões

A agropecuária do Rio Grande do Sul teve perdas de R$ 3,7 bilhões com as inundações que ocorreram no Estado entre abril e maio, conforme novo balanço da Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre os prejuízos. Na agricultura, as perdas já somam R$ 3,4 bilhões, e na pecuária, R$ 293,5 milhões.

valor.com.br/agro

Comércio exterior

Exportação de carne bovina bate recorde

No mês passado, o Brasil exportou 240,6 mil toneladas de carne bovina, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). O volume, recorde, foi 26,2% superior ao de maio do ano passado. A receita com os embarques cresceu 11%, para US$ 1,05 bilhão.

valor.com.br/agro

Rastreabilidade

Manejo do pirarucu terá protocolo

O manejo do pirarucu, peixe nativo da Amazônia e uma das principais fontes de renda das populações do Médio Solimões, terá um protocolo próprio de rastreabilidade. A medida poderá elevar o pagamento aos extrativistas. Em 2019, os pescadores locais ficaram com apenas 15% do lucro com a comercialização da espécie.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Biocombustíveis Prestes a ganhar duas usinas que usam cereal como matéria-prima, Estado deve disputar com Mato Grosso e Goiás a vice-liderança do segmento no país

Investimentos em plantas de etanol de milho aceleram produção em MS

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Depois de Mato Grosso assistir ao surgimento dos primeiros projetos de usinas de etanol de milho "puro sangue" no Estado e de uma segunda onda de usinas de cana decidir apostar no processamento do cereal em Goiás, Mato Grosso do Sul é o novo polo de atração de investimentos em etanol de milho no Centro-Oeste do país. Segundo estimativas da União Nacional do Etanol de Milho (Unem), os aportes no segmento no Estado já somam R$ 4,6 bilhões. Uma nova planta de etanol de milho entrou em operação neste ano, e um projeto de ampliação está a caminho.

Na última safra, as usinas de Mato Grosso do Sul produziram 3,9 bilhões de litros de etanol (tanto de cana quanto de milho), de acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). A Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul) estima que as usinas do Estado vão acrescentar a esse volume cerca de 500 milhões de litros do biocombustível por temporada.

Caso a projeção se confirme, o Estado disputará a segunda posição na produção nacional de etanol em duas a três safras, diz Amaury Pekelman, presidente da Biosul. São Paulo, que produziu 11,9 bilhões de litros na safra passada, é o Estado que lidera a produção brasileira. O segundo colocado é Mato Grosso, que produziu 5,7 bilhões de litros de etanol na última safra; desse total, 4,5 bilhões foram de milho. Goiás produziu 5,5 bilhões de litros no último ciclo, sendo 725 milhões de litros do grão.

Puxada por novos projetos em etanol de milho, a produção também deve crescer nesses Estados, acirrando a competição pela vice-liderança. Em Goiás, a previsão, hoje, é de investimentos, ainda não divulgados, em três indústrias de etanol de milho nos próximos três anos, entre projetos "greenfield" (construção de novas usinas) e ampliações, diz André Rocha, presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol de Goiás (Sifaeg).

Etanol no Centro-Oeste
Evolução da produção nos Estados da região - em bilhões de litros

Safra	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
2020/21	5,2	3,3	2,9
2021/22	5,0	4,1	2,5
2022/23	5,1	4,3	3,4
2023/24	5,5	5,7	4,0

Fonte: Unica

"Há uma competição saudável no Centro-Oeste"
Amaury Pekelman

Os investimentos deverão ser de pequeno porte — nas contas do dirigente, esses aportes devem ampliar a oferta goiana de etanol em 500 milhões de litros. Rocha estima que, até o momento, o Estado recebeu R$ 3,3 bilhões em investimentos em etanol de milho.

Em Mato Grosso, a FS, que possui três usinas de etanol de milho, quer construir mais três usinas até 2027. Esses projetos devem adicionar 3 bilhões de litros por ano à oferta de etanol no Estado.

No curto prazo, devem entrar em operação em Mato Grosso três novas usinas de etanol de milho — que já estão em construção —, e uma quarta deverá ser erguida em 2025. Ao todo, os investimentos nessas unidades chegarão a R$ 5 bilhões, diz Silvio Rangel, presidente da Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Bioind).

As novas plantas vão acrescentar 1,5 bilhão de litros por ano à capacidade instalada de produção de etanol no Estado, que, com isso, passará de 6 bilhões de litros anuais. Essas usinas devem manter Mato Grosso na segunda posição do ranking de produção de etanol.

Para Pekelman, da Biosul, há uma "competição saudável" no Centro-Oeste pelo aumento da oferta de etanol. O governo de Mato Grosso do Sul estima que, apenas na área industrial, as indústrias de etanol de cana e milho preveem desembolsar R$ 5,8 bilhões nos próximos anos.

O aumento da oferta em Mato Grosso do Sul deve contar também com a contribuição da cana, que tem espaço para ganhos de produtividade e de área sobre pastos degradados, diz Pekelman. "Isso pode dar oportunidade para mais investimentos no Estado", afirma.

Nesta safra, a escassez de chuvas deve fazer com que a produtividade da cana fique estagnada em 85 toneladas por hectare em Mato Grosso do Sul, mas o presidente da Biosul vê espaço para o indicador subir no médio prazo.

Em Goiás, o Sifaeg estima que o setor sucroalcooleiro já "contratou" investimentos de R$ 20 bilhões. Entram na conta processamento de matéria-prima, reposição de frota e novas fábricas e refinarias de açúcar, segundo Rocha. Nesta safra, a produção goiana deve ter um aumento de 200 milhões de litros, a 5,3 bilhões, puxada pela oferta adicional do milho.

Já em Mato Grosso, as usinas de cana deverão direcionar os investimentos para linhas de processamento de milho ou para fábricas de açúcar.

Nos três Estados, a abundância de milho vem despertando o interesse da indústria por novos investimentos, mas não é o único motivo. Segundo Rangel, da Bioind, o elevado número de cabeças de gado na região também estimula a propagação de usinas de etanol de milho ao criar uma demanda pelo DDG (subproduto do processamento do cereal, de alto valor proteico) para confinamentos.

"O etanol de milho já enfrentou resistência, mas hoje é estratégico no abastecimento. Se não fosse por ele, teríamos problemas de abastecimento nesta safra e nem poderíamos falar em aumento de mistura", diz Guilherme Nolasco, presidente da Unem. O governo discute o aumento da mistura do etanol anidro à gasolina para 30%.

Além disso, os governos do Centro-Oeste oferecem benefícios fiscais para que o etanol da região possa competir com o do Sudeste. Os benefícios compensam o custo de envio do etanol para São Paulo, o maior centro consumidor.

Biodiesel brasileiro inspira Moçambique

De São Paulo

CTJ/DIVULGAÇÃO

João Macaringue (esq.), coordenador do gabinete de formas econômicas de Moçambique: 'Temos um potencial enorme para produção de biocombustíveis'

O governo de Moçambique decidiu buscar apoio da indústria brasileira para perseguir o objetivo de estimular a criação de uma indústria nacional de biodiesel. O país africano ainda não produz o biocombustível, mas já tem até um política de mistura do biodiesel ao diesel fóssil e quer conhecer as políticas e tecnologias para replicar a experiência em seu mercado e atrair investidores brasileiros.

"Temos um potencial enorme para a produção de biocombustíveis e matéria-prima para fazer a transformação local, mas não temos capacidade técnica nem investimentos consolidados", disse ao **Valor** João Macaringue, coordenador do Gabinete de Coordenação de Reformas Económicas do Ministério de Economia e Finanças de Moçambique.

Macaringue esteve no Brasil na última semana e assinou um memorando de entendimento com representantes da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio). A aproximação teve o apoio da consultoria CTJ, de Marcelo Tertuliano, ex-executivo da Vale em Moçambique.

"O próximo passo é criar um grupo de trabalho que vai estudar o programa de biodiesel no Brasil e planejar as etapas para implementar o plano em Moçambique, mapeando o que precisa ser feito", disse Tertuliano.

Moçambique tem um cronograma de mistura de biodiesel ao diesel que prevê uso de 3% do biocombustível no diesel neste ano e aumento do teor para 10% em dez anos, além de um plano de elevar a mistura para 20% "conforme evoluir a tecnologia", afirma Gustavo Santos, coordenador do Instituto Tony Blair, que apoia o gabinete moçambicano. Porém, as autoridades do país entendem que não há infraestrutura para atender o objetivo de curto prazo e admitem alguma importação no início.

Ainda assim, o plano é produzir o biodiesel no próprio país, como parte de uma estratégia mais ampla do governo de Moçambique de promoção do desenvolvimento. Depois de a pandemia provocar uma recessão no país — o PIB encolheu 1,2% em 2020 —, a economia moçambicana cresceu 2,4% em 2021 e 4,4% em 2022. O Banco de Desenvolvimento Africano estima que o país cresceu 4,8% em 2023 e deverá ter uma expansão ce 8,3% neste ano.

A agricultura representa 24% do PIB do país, mas Macaringue avalia que o setor tem muito a avançar, já que, dos 36 milhões de hectares de terras agricultáveis, o país utiliza apenas 15%. "São poucas empresas agrícolas, a maior parte é agricultura familiar", explica.

Segundo o coordenador do gabinete moçambicano, a ideia de incentivar a indústria de biodiesel também tem como objetivo fomentar o ganho de escala para que as populações do campo produzam para uma indústria local.

O país ainda vai estudar quais matérias-primas podem ser usadas na produção local de biodiesel, mas Macaringue antecipa que coco, palma e caroço de algodão têm potencial. Hoje, duas empresas estrangeiras fazem testes de produção de biodiesel em Moçambique. A francesa Total está testando uma variedade de coco de ciclo curto, mais resistente a pragas, e a italiana Eni também tem realizado estudos, mas ainda sem escala comercial.

O mercado moçambicano de diesel é de 1,5 bilhão de litros por ano. O volume equivale a apenas 2% do mercado brasileiro.

Ainda que a escala dos dois mercados seja muito diferente, a intenção de Moçambique não é atender apenas à demanda interna. Localizado no leste da África, o país tem uma costa extensa e três centros portuários, o que dá a ele capacidade tanto de exportar biodiesel para outros países africanos, como África do Sul, Suazilândia, Botsuana, Zâmbia e República Democrática do Congo, como para outras regiões, como Oriente Médio e Ásia. *(CSR)*

Lucro líquido da Ourofino Agrociência caiu 70% em 2023/24

Balanço

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A Ourofino Agrociência, fabricante de defensivos agrícolas de Uberaba (MG), teve lucro líquido de R$ 70 milhões no ano fiscal encerrado em março, o que representou uma queda de 70% em comparação com o ano fiscal anterior. Os solavancos que ocorreram no mercado de commodities em 2023 e no início de 2024 afetaram os resultados da empresa.

De acordo com o vice-presidente da companhia, Alessandro Flamini, o recuo só não foi maior porque a Ourofino Agrociência adota uma estratégia "conservadora" na gestão de seus estoques de passagem, com retenção de poucos produtos. Com a queda de preços e o aumento da oferta desenhando-se desde 2022, a empresa optou por reduzir custos e limitar suas importações de matérias-primas.

"Isso prejudicou o nosso resultado, mas com um impacto menor do que o que poderia ter ocorrido se considerássemos o portfólio como um todo ou [se adotássemos] um movimento muito desenfreado de formação de estoque", disse.

Os produtores ficaram mais cautelosos no último ano, já que havia a perspectiva de declínio da produção e dos preços dos grãos. A diminuição da oferta pressionou os preços dos insumos. "Tudo isso, aliado à ação de um El Niño severo, nos levou a números piores do que os do ano anterior", afirmou o executivo.

A receita líquida da Ourofino Agrociência recuou 16,5% no ano fiscal 2023/24, para R$ 1,75 bilhão. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 70%, para R$ 87,1 milhões.

Flamini observou que os preços dos insumos estavam excepcionalmente elevados no ano anterior, o que deixou a base de comparação da receita em ponto fora da curva. "Os preços dos produtos subiram em 2022/23, o que elevou a receita, mas, agora, temos deflação. Isso puxou o resultado para baixo, mesmo que os volumes de vendas tenham crescido", afirmou.

Ainda que o lucro tenha caído, o executivo ressaltou que a participação de mercado da empresa subiu de 2,8% para 3,7%. Flamini está otimista com as perspectivas para este ano. "Já começamos o novo ano fiscal entendendo o que estava acontecendo", pontuou.

Políticas
Leilão de arroz teve entre vencedores ex-assessor de secretário de Política Agrícola
B11

Política monetária
Bancos como Citi, de Andrew Hollenhorst, jogam para frente expectativa de corte de juros do Fed C2

Investimentos
Com queda de spreads, assets fecham fundos de debêntures isentos de IR C6

Crédito
Brasilprev testa utilização de previdência como garantia de empréstimo C3

Mercados Taxa das NTN-Bs sobe ao maior nível em 14 meses com piora fiscal e pressão externa

Juro real de longo prazo se firma em 6% e não dá sinal de alívio

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Para Taschetto, da Ace, desequilíbrios desde a tributação dos fundos exclusivos aumentaram a competição contra as NTN-Bs longas e pressionaram as taxas

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Os juros reais de longo prazo voltaram à casa dos 6% há dois meses, estão nas máximas em 14 meses e não têm dado sinal de alívio. Com os ativos bastante sensíveis, a deterioração na percepção de risco e o aumento da incerteza com as contas públicas mudaram o humor dos agentes econômicos em um ambiente de juros mais altos nos Estados Unidos.

E, se os fundamentos continuam a pesar contra um alívio nos juros reais, também ações tomadas pelo governo não jogam a favor, já que, após a taxação de fundos fechados exclusivos e restritos, a migração de capital para papéis isentos de tributação aumentou a concorrência das NTN-Bs de longo prazo.

Embora não costumem ser afetados diretamente pelos ciclos da política monetária, chama atenção o fato de os juros reais extraídos das NTN-Bs de longo prazo estarem em níveis bastante diferentes do último ciclo de flexibilização da Selic. Se, em 2020, a taxa de um papel com vencimento em 2045 era negociada entre 3,5% e 4,5%, hoje o mesmo título tem taxas acima de 6%. Em quatro anos, a deterioração das contas públicas se intensificou, o que ajudou a elevar o juro neutro, ao mesmo tempo em que a política monetária americana está contracionista.

No entanto, há um descolamento do mercado local em relação aos EUA nas últimas semanas. A diferença entre os juros reais brasileiros e os americanos aumentou de forma expressiva, o que pode indicar um prêmio adicional exigido pelo mercado para carregar posições nos títulos nacionais.

"As taxas estão altas, não há dúvida. É um patamar elevado e que não parece ser um nível de taxa que se sustenta do ponto de vista fiscal", diz o chefe de renda fixa e multimercados da BNP Paribas Asset Management, Michael Kusunoki. Ele, porém, adverte que o Brasil está em um momento crítico. "Estamos com problemas de credibilidade na política fiscal e na monetária. Ambas estão sob suspeita de serem lenientes. E, com esses dois pilares com problemas de credibilidade, há um aumento do risco e o mercado exige um aumento de prêmio."

Kusunoki nota que, nas últimas semanas, houve um alívio nos juros americanos que não foi acompanhado pelo mercado local. "O lado externo até tentou ajudar, mas o que não ajudou mesmo foi o componente local. Se ainda tivéssemos um quadro ruim lá fora, o movimento aqui poderia ser pior", diz. Na sexta-feira, a taxa da NTN-B para maio de 2045 atingiu 6,30%.

As taxas reais de longo prazo devem continuar em níveis elevados por algum tempo, segundo o diretor de investimentos (CIO) da G5 Partners, Renan Rego. "É uma questão de fundamento, de deterioração fiscal e de incertezas. As incertezas maiores, como mudanças no BC e aumento de gastos, tornam o patamar da NTN-B mais alto. Já existe um deslocamento natural e, associado a isso, vem uma questão técnica de fluxo", diz.

O executivo nota que as NTN-Bs têm enfrentado uma competição maior nos últimos meses e, assim, a demanda pelos papéis do Tesouro tem diminuído. Com os papéis menos procurados, os juros pagos pelos títulos tendem a subir com a finalidade de tornar os papéis mais atrativos para os investidores.

"Fazia sentido para os fundos fechados ter alocação em ativos não isentos, como as NTN-Bs, mas a questão do come-cotas pegou em cheio. A partir do momento em que existe a tributação, o investidor paga o estoque de imposto acumulado e se torna mais propenso a diminuir a alocação nos fundos e aumentar a exposição a carteiras administradas com títulos isentos, o que acaba tirando alocação das NTN-Bs", afirma Rego.

> "Com os pilares fiscal e monetário com problemas de credibilidade, o risco aumenta e o mercado exige prêmio"
> *Michael Kusunoki*

A mudança na alocação diminui o "pool" de compradores de NTN-Bs, em um momento no qual os multimercados estão mais frágeis. "Eles sempre foram compradores de NTN-Bs quando julgavam que estava em patamar interessante. O resgate que vem acontecendo na indústria de multimercados é muito relevante e diminuiu ainda mais a demanda por esse ativo, o que tende a manter as taxas mais altas."

A avaliação é compartilhada pelo diretor de investimentos (CIO) da Ace Capital, Fabricio Taschetto, para quem os fatores técnicos de fluxo são a principal explicação para a manutenção dos juros reais de longo prazo em níveis elevados.

"Quando o governo resolveu mexer no ano passado na tributação de fundos exclusivos afetou o mercado de fundos e letras bancárias, que estava bem equilibrado há décadas. Uma vez que você paga o imposto sobre o estoque dos fundos fechados, fica livre para dar outro destino para aquele dinheiro e, então, vimos uma corrida para produtos que são isentos", nota.

Ele observa, ainda, que, com as NTN-Bs indo mal, os fundos ligados ao IMA-B (índice da Anbima de títulos públicos atrelados à inflação) também têm um desempenho ruim, o que gera como consequência uma onda de resgates que também afeta esses fundos. "Na prática, é menos gente para financiar a dívida pública. A concorrência contra as NTN-Bs aumentou e aumentou por produtos isentos. O governo precisa arrecadar, tem dificuldade para se financiar sua dívida por esses títulos e o dinheiro está correndo para produtos isentos, ou seja, o governo está perdendo."

Além disso, Taschetto observa que, em alguns casos, as NTN-Bs podem ser penalizadas duplamente. "Quando uma gestora de fundos de papéis incentivados recebe um aporte, ele compra um papel incentivado que é atrelado ao IPCA e precisa fazer um 'hedge' [proteção] para essa posição e, em geral, esse 'hedge' se dá pela venda [short] da NTN-B. Então, o dinheiro sai de um fundo que estava alocado em NTN-B e que vai precisar vender e vai para um outro fundo em que o gestor também precisa vender a NTN-B. É um efeito dobrado do que recai sobre esses papéis."

A Ace tem posições em NTN-Bs longas, mas menores do que já foram. "Depois que entendemos o que estava acontecendo, a vontade de ter NTN-B na carteira diminuiu muito. Reduzimos a posição pela metade. Com esses fatores técnicos, que não vão desaparecer da noite para o dia, vamos continuar com as posições até acontecer uma nova acomodação dos estoques. A NTN-B perto de 6,2% está muito barata, mas não vemos um grande gatilho no curto prazo", diz Taschetto.

É o que também aponta Miguel Sano, gestor de renda fixa da SulAmérica Investimentos, que não se mostra muito otimista com os juros reais mais longos. "Tem bastante prêmio na parte longa, mas não vemos nenhum 'driver' [gatilho] para melhora. Inclusive, vimos que os juros das Treasuries de 10 anos caíram bastante na semana e tanto o mercado local quanto outros emergentes não acompanharam."

Na visão de Sano, as taxas reais têm exibido maior dificuldade para exibir um movimento de queda sustentado pelo mesmo motivo observado em outros ativos. "Para entrar compra, precisa haver o dinheiro de compradores. Os fundos multimercados vêm sofrendo resgates no último ano e meio. Tampouco os fundos IMA-B e fundações têm mostrado apetite. Falta um gatilho. A mesma coisa é observada na bolsa… Há muito tempo dizemos que ela está barata e ela não anda", afirma o gestor.

> "Tem bastante prêmio no juro real longo, mas não vemos nenhum 'driver' [gatilho] para melhora."
> *Miguel Sano*

Outro fator que pode reduzir a atratividade das NTN-Bs está relacionado ao nível do juro neutro. "Se efetivamente o juro neutro estiver mais alto, o potencial de ganho nessa NTN-B é reduzido", aponta.

Sano não descarta a possibilidade de as taxas testarem níveis ainda mais altos. "Quando tivemos os Treasuries rodando nos patamares dos últimos dias, de 4,7%, por volta de 2007, as NTN-Bs longas eram negociadas com taxas de 7%. Não dá para descartar que possam subir mais em caso de piora no cenário."

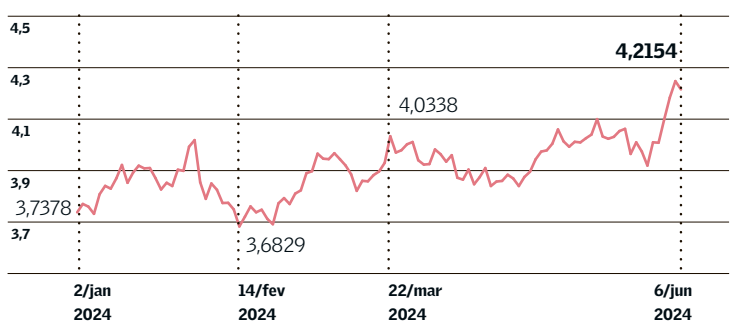
Segundo Lucas Queiroz, estrategista de renda fixa do Itaú BBA, é possível observar que, nos últimos meses, houve um movimento coordenado de redução de risco no Brasil. "Começamos a ver uma correlação muito forte dos juros com o câmbio e esse é um movimento clássico de aversão a risco. Os investidores vão desfazendo suas posições e notamos isso de forma mais aguda nos meses de abril e maio."

Para ele, parece que há "muita coisa precificada" com as taxas nesses níveis. "Pelo [Boletim] Focus, o mercado calcula uma taxa neutra real próxima de 5%. Estamos falando, portanto, que se você carregar um título pós-fixado em um horizonte de cinco anos, vai ter uma rentabilidade próxima de IPCA+5%. A NTN-B está pagando em torno de 6,2%. Há um prêmio aí e este é o cerne do nosso otimismo [com alguma redução das taxas]", diz.

Leia mais na C2

6% é o novo piso?
Taxa da NTN-B para maio de 2045 (em % a.a.)

Fonte: Anbima

Prêmio de risco nas alturas
Diferença entre taxas da NTN-B 45 e TIPS de 10 anos (em p.b.)

Fonte: Anbima, Tesouro dos EUA. Elaboração: Valor

Destaques

Seguros batem R$ 100 bi
A arrecadação do setor de seguros alcançou R$ 103 bilhões no primeiro trimestre do ano sem considerar saúde, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros, Previdência e Vida (CNseg). A cifra representa uma alta de 13,7% na comparação com o mesmo período de 2023. Foi a primeira vez que a marca dos R$ 100 bilhões em prêmios foi atingida nos três primeiros meses de um ano. O setor pagou no primeiro trimestre mais de R$ 56,9 bilhões em indenizações, benefícios, resgates e sorteios. O volume foi 5% inferior ao do mesmo período de 2023. A queda ocorreu, principalmente, pela redução de R$ 3 bilhões no volume de resgates dos planos de previdência aberta da família VGB. Um dos destaques foi o seguro habitacional, que avançou 10,7%, totalizando mais de R$ 1,7 bilhão em arrecadação. *(Sérgio Tauhata)*

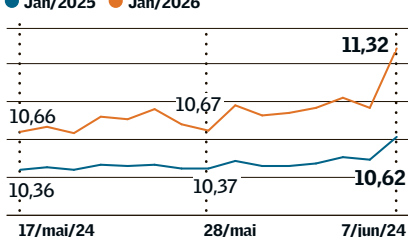
IA para corretores
A insurtech Azos acaba de lançar uma das primeiras ferramentas de inteligência artificial voltadas a corretores e assessoria de investimentos para acelerar e simplificar o processo de cotação de seguros de vida. Batizada de "Cotador Inteligente", a solução permite, via Whatsapp, fazer cotações de seguro de vida individual por meio de áudio e obter em segundos uma prévia de custos e condições. Segundo o cofundador da Azos, Bernardo Ribeiro, para isso basta a pessoa "conversar" naturalmente com a IA". Os dados do pedido podem ser enviados também por texto. *(ST)*

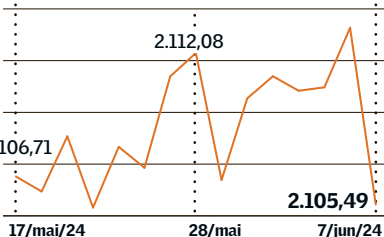
Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 7/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,22
S&P 500	-0,11
Euronext 100	-0,38
DAX	-0,51
CAC-40	-0,48
Nikkei-225	-0,05
SSE Composite	0,08

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Política monetária Economistas e investidores voltaram a esperar apenas uma redução de taxas neste ano após surpresa com dados de trabalho

Emprego forte joga para frente expectativa de corte de juros nos EUA

Eduardo Magossi
De São Paulo

Bancos como Citi e J.P. Morgan jogaram para a frente suas projeções de primeiro corte de juros nos Estados Unidos depois que a leitura de maio do relatório de empregos do país, o "payroll", divulgado na sexta-feira, mostrou um surpreendente crescimento no número de novos postos de trabalho. Os dados mais fortes que o esperado vieram às vésperas da reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), nesta quarta-feira.

Os 272 mil empregos criados no período junto com uma reaceleração dos salários — de alta de 0,2% em abril para 0,4% em maio — contrariaram a narrativa que ganhou força na última semana de que o mercado de trabalho estava esfriando e a economia americana, desacelerando. Dados recentes de empregos haviam mostrado queda no número de vagas e um aumento nos pedidos de seguro-desemprego, levando o mercado a voltar a esperar dois cortes nas taxas de juros dos Estados Unidos em 2024. Porém, o payroll superaquecido fez investidores voltarem a precificar maior chance de apenas uma redução, de 0,25 ponto percentual, neste ano.

Com isso, os rendimentos dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano, saltaram e reverteram praticamente todo o alívio do restante da semana passada, com a taxa da T-note de 2 anos se aproximando de 4,9% e a da T-note de 10 anos, subindo a 4,4%.

Da mesma forma, o dólar retomou um nível mais apreciado ante moedas rivais, e o índice DXY — que mede a variação da divisa americana ante seis pares — encerrou a sexta-feira em alta de 0,80%, a 104,935 pontos.

Depois do payroll, o Citi mudou a sua projeção do primeiro corte de julho para setembro. Ao contrário do consenso do mercado, o Citi era um dos últimos bancos com a expectativa de que o Fed reduziria os juros em julho. Apesar da mudança de data, o economista-chefe para os EUA da instituição financeira, Andrew Hollenhorst, afirmou que o relatório de maio não mudou sua visão de que a demanda por contratações e a economia estão desacelerando e que isso vai levar o Fed a diminuir as taxas a partir de setembro.

Agora, o Citi prevê que o Fed realizará três cortes em 2024: em setembro, novembro e dezembro, de 0,25 ponto percentual cada. Anteriormente, a expectativa era de quatro. "Um crescimento surpreendente nas vagas deve deixar o presidente do Fed, Jerome Powell, e o comitê mantendo os juros inalterados em junho e julho, esperando mais dados que mostrem uma desaceleração na atividade e na inflação se acumular", disse.

Já os analistas do J.P. Morgan revisaram a data do primeiro corte pelo Fed ainda para mais longe, de setembro para novembro. O economista-chefe para os EUA do banco, Michael Feroli, diz que o forte número de vagas — bem acima das 190 mil esperadas e das 165 mil registradas em abril — ofuscou o crescimento da taxa de desemprego, que atingiu 4%, o maior nível desde janeiro de 2022.

"Nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego subiu 0,4% e durante o mesmo período a média de criação de empregos foi de 230 mil por mês", escreveram os analistas, apontando que na reunião do Fed de maio, quando o desemprego era de 3,8%, Powell disse que "alguns decimais de aumento no desemprego não seriam suficientes para cortar os juros" e que ele gostaria de ver um enfraquecimento mais amplo para iniciar o afrouxamento monetário. "O crescimento surpreendente do payroll de maio e o aumento persistente dos salários estão longe de levar a um enfraquecimento mais amplo", afirmou Feroli.

O relatório parece confuso ao mostrar forte crescimento de empregos e aumento do desemprego ao mesmo tempo. Para o economista da Kinea Investimentos André Diniz, a forte imigração registrada nos Estados Unidos pode estar por trás desse embaralhamento na análise dos dados de mercado de trabalho.

272 mil
foi o número de postos de trabalho criados em maio

DIVULGAÇÃO

Hollenhorst, do Citi: Fed vai cortar taxas a partir de setembro

Segundo ele, enquanto o payroll mostrou um crescimento de 272 mil novas vagas em maio, uma pesquisa paralela, feita com as famílias americanas revelou perda de 408 mil empregos no mesmo período. Enquanto o payroll é elaborado pelo Escritório de Estatísticas Trabalhistas (BLS, da sigla em inglês) do Departamento de Trabalho com base nos dados das empresas, a pesquisa das famílias (conhecida como "household survey") é calculado pelo Departamento do Censo por meio de questionários realizados nos domicílios. "A pesquisa com as famílias é a utilizada para calcular a taxa de desemprego e a perda de 408 mil empregos explica o aumento do desemprego em maio", explicou.

"Essas pesquisas não vêm dialogando há algum tempo e uma das explicações para isso é que o aumento da imigração está provocando ruído na pesquisa das famílias", afirmou Diniz. No último ano, os dois dados divergiram em quase 2,5 milhões de empregos.

Para o economista, as empresas estariam contratando esses imigrantes, o que apareceria no forte número do payroll. "Mas por algum motivo esses imigrantes não estariam sendo bem contabilizados na amostragem da pesquisa das famílias", disse. Diniz afirmou acreditar que o Fed tende a reagir mais ao payroll que aos levantamentos domiciliares.

'A Selic não determina o prêmio de risco longo'

Rodrigo Carro e Gabriel Caldeira
Do Guarujá (SP)

Para o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a taxa de juros alta no Brasil é consequência de uma série de fatores, incluindo a política fiscal, que puxam para cima o juro estrutural do país. "A gente precisa entender que temos um tema de causa e consequência. O Banco Central determina a taxa de um dia (Selic). E se a gente determinar a taxa de um dia sem credibilidade, o juro real longo vai subir."

Segundo ele, o Banco Central "gostaria de ter a taxa de juros mais baixa possível", mas questões estruturais que fogem do controle da autoridade monetária impedem uma redução maior da Selic.

O banqueiro central respondia a questionamentos do empresário Rubens Menin, durante painel em evento do Esfera Brasil, em Guarujá, litoral de São Paulo. Menin havia dito não saber "até que ponto nós vamos aguentar essa quimioterapia pesada", ao se referir à política monetária do Banco Central.

"A Selic não determina o prêmio de risco [do juro] longo", argumentou Campos Neto. "Quais foram os momentos na história do Brasil que a gente teve taxa de juro real longa caindo? Foram exatamente os momentos em que as pessoas entenderam que tinha uma credibilidade da política econômica", disse o presidente do BC, ao citar o teto de gastos e o arcabouço fiscal foram aprovados.

Campos Neto ainda comparou a chamada taxa neutra — que não provoca inflação nem desinflação — do Chile, de cerca de 2%, com a do Brasil que roda em torno de 4,5% a 5%. "Se a minha taxa de juros neutra fosse baixa, eu também viveria com uma taxa de juros real mais baixa também", afirmou. "A gente precisa combater a causa do por que os juros estruturais do Brasil são tão altos", complementou o presidente do BC.

Ele afirmou, ainda, que o que mais importa para a autoridade monetária é que haja uma convergência da dívida fiscal do Brasil, e não tanto as medidas que são tomadas no dia a dia pelo Ministério da Fazenda. Campos Neto defendeu o sistema de metas do Banco Central baseado no horizonte relevante de 12 a 18 meses. "Pra gente é importante a sustentabilidade", disse. "Às vezes, as pessoas olham muito a inflação corrente, mas se o Banco Central fizesse política monetária olhando a inflação corrente, seria como dirigir um carro olhando o retrovisor. Você vai bater o carro", disse Campos, ao defender a tomada de decisão com base nas expectativas de inflação dos agentes econômicos, que segundo ele são "bem racionais".

O presidente do BC ainda lembrou que foi contra as desonerações para baixar o preço da gasolina adotadas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. "A gente faz uma desoneração, o preço abaixa hoje e aí eu tenho que aumentar o preço no ano que vem de novo se for feito de uma forma artificial. E, no final das contas, eu estou transferindo uma inflação presente para uma inflação futura", afirmou.

Na sexta-feira, os juros futuros dispararam, em reação a dados de emprego nos Estados Unidos, mas também a ruídos envolvendo declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma reunião privada com agentes de mercado durante a tarde. Alguns vencimentos chegaram a superar a marca dos 12%.

Metáfora de 'janela' para IPO é uma vidraça

Análise

Corrie Driebusch
Dow Jones Newswires

A "janela" de IPOs "se fechou". Espere, agora ela está se abrindo, ou "pelo menos uma fresta". Espere aí: alguns dizem que "a janela de IPOs está sempre aberta para as boas empresas".

Quando se trata de avaliar até que ponto os investidores acolherão as ofertas públicas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês), banqueiros, analistas e jornalistas não resistem à tentação de citar a metafórica "janela" que abre e fecha. Mas desde quando observar janelas se tornou um dos esportes favoritos de Wall Street? E por que uma janela, e não uma porta?

Depois do espalhafatoso IPO do Reddit em março, os banqueiros estão ansiosos pela próxima grande listagem. Eles proclamam em reuniões com executivos de empresas e gestores de fundos que a chamada janela de IPO se abriu após dois anos de relativa dormência.

Este verão no Hemisfério Norte poderá ser um dos mais movimentados em anos para IPOs nos EUA. A companhia de software de pagamentos de saúde Waystar fez sua estreia na sexta-feira e empresas como o marketplace de ingressos StubHub preparam suas listagens.

"Tenho certeza que alguém em uma mesa de negociações inventou isso há 50 anos. Essas pessoas provavelmente deveriam tê-lo patenteado", diz Karen Snow, chefe global de listagens da Nasdaq, meio que de brincadeira.

Snow, uma veterana de Wall Street, diz que o burburinho sobre a situação da "janela" chegou a tal ponto que a Bolsa de Nova York lançou um índice especial este ano para tentar avaliar a receptividade do mercado a IPOs a qualquer momento.

A mídia também não se cansa dessa expressão. Só no ano passado, a "janela de IPOs" apareceu em matérias nos meios de comunicação especializados em finanças e negócios mais de 200 vezes, segundo a Factiva.

Uma das primeiras menções a isso na grande imprensa ocorreu em artigo publicado pelo "The Wall Street Journal" em 1992, no qual o autor citou Charles Morris, gerente de portfólio da T Rowe Price, falando sobre uma janela de IPO "ainda aberta", apesar de alguns desempenhos vacilantes de novas emissões.

Não se sabe exatamente quem popularizou o termo. Alguns banqueiros apontam Mark Bayless e Susan Chaplinsky, professores de finanças que escreveram sobre "janelas de oportunidade" para IPOs em 1996. Jay Ritter, professor de finanças do Warrington College of Business da Universidade da Flórida, disse acreditar merecer algum crédito, citando um artigo que ele coescreveu sobre os mercados de ações e como ele encontrou "janelas de oportunidade" quando empresas correram para listar suas ações.

Alguns ex-banqueiros de IPOs afirmam que, embora o jargão da "janela de oportunidade" não estivesse em voga na década de 80, a ideia de que alguns curtos períodos de tempo eram melhores para as empresas abrirem capital do que outros sempre foi verdadeira. Na época, as ações às vezes oscilavam descontroladamente, com setores ganhando ou perdendo popularidade, o que significava que os banqueiros e as empresas interessadas em abrir capital tinham que escolher cuidadosamente os momentos.

Bruce Foerster, presidente da South Beach Capital Markets e professor de finanças na Universidade da Flórida, lembra de ter invocado o termo "janela de IPO" dezenas de vezes durante os anos em que trabalhou na PaineWebber e no Lehman Brothers nos anos 80 e 90. "Uma das coisas que realmente define Wall Street é que ela tem suas próprias definições e terminologia", afirma ele, acrescentando que é a "linguagem das finanças".

> "Isso evoluiu para ser uma forma comum de pensar se o mercado em geral está favorável ou desfavorável"
> *Jim Cooney*

Foerster diz que depois da Segunda-Feira Negra do mercado de ações em 1987, os banqueiros e a maior parte das empresas desistiram de lançar ofertas públicas, preferindo ganhar tempo. No fim de 1989 e começo de 1990, esse momento havia chegado, diz ele, que se lembra de dizer a banqueiros da PaineWebber: "Desafio vocês a lançar um IPO que não possamos vender".

"Quando uma janela de IPO abre no mercado, é dever de todo banqueiro enfiar o maior número possível de ofertas por essa janela antes que ela se feche", diz ele, acrescentando que não se pode permitir que um negócio superestimado "paralise" a fila de ofertas.

Jitendra Mohan, presidente-executivo da Astera Labs, diz que, ao se preparar para abrir capital neste ano, ele tentou ser uma "empresa de IPO perene", capaz de listar suas ações com sucesso independentemente da janela. Em março, a Astera estreou no mercado de ações e encerrou seu primeiro dia com a ação em alta de mais de 70%.

Mohan diz que recebeu um e-mail de um banqueiro agradecendo-o por "abrir a janela de IPOs". (O banqueiro não trabalhava para nenhum dos subscritores da operação da Astera.)

Alguns banqueiros afirmam que a janela já teve uma definição mais rigorosa, referindo-se coloquialmente ao período em que uma empresa de capital fechado não estava em um "apagão" de lucros e seus números financeiros eram recentes.

"Isso agora evoluiu para ser uma forma comum de pensar se o mercado em geral está favorável ou desfavorável", diz Jim Cooney, chefe de mercados de ações do Bank of America que trabalha como banqueiro de IPO desde os anos 90.

"Em janeiro eu diria que a janela de IPO estava aberta para algumas empresas. Hoje, ela está mais aberta", afirma Jesse Mark, chefe global de mercados de ações do Jefferies. No fim de abril, o Jefferies liderou o IPO da fabricante de peças aeroespaciais Loar Holdings, cuja ação subiu mais de 70% na estreia no mercado.

Embora Cooney, do BofA, acredite que a definição ficou muito ampla, ele gosta da analogia da janela. "Ao contrário das portas, as janelas permitem a você ver as condições do clima de uma distância segura", diz ele, para quem a metáfora da porta é ruim. "Você não pode ver através das portas. Normalmente, elas ficam fechadas independentemente do clima."

Crédito Nova lei permite que saldo em planos seja utilizado para lastrear empréstimos, reduzindo juro

Brasilprev testa previdência como garantia

Álvaro Campos
De São Paulo

A Brasilprev, maior empresa de previdência da América Latina, com R$ 406 bilhões em reservas, e que faz parte do conglomerado da BB Seguridade, implementou nos últimos meses um programa piloto para testar o uso da previdência como garantia de empréstimos, em parceria com o Banco do Brasil. Os resultados iniciais são promissores e o programa pode ser expandido para toda a base de clientes no segundo semestre.

Publicada em agosto do ano passado, a lei 14.652/23 permite a clientes de planos de previdência privada que utilizem o seu plano como garantia para operações de crédito, como empréstimos e financiamentos. O objetivo é garantir juros mais atrativos.

Quando o cliente opta por essa modalidade de crédito, o seu plano de previdência privada passa a contar com algumas alterações. Não é possível realizar portabilidade e o valor utilizado como garantia não poderá ser resgatado, apesar de continuar rendendo.

Segundo a presidente da Brasilprev, Ângela Assis, o piloto já está em funcionamento em 1,3 mil agências do BB, mas ainda de forma controlada. "Estamos investindo bastante nisso, no desenvolvimento de jornadas, treinamento de gerentes. Ainda temos uma parte de desenvolvimento para fazer, que deve terminar este mês, mas temos visto uma boa demanda, acima das nossas expectativas".

Ela diz que a decisão de optar pelo empréstimo lastreado na previdência ou, eventualmente, fazer o resgate do saldo, vai ser do cliente, que terá de fazer as contas e ver o que compensa mais. "Ele vai ter de ver se a taxa de juros menor [em função de ter dado a previdência como garantia] compensa. Tem pessoas que vão preferir resgatar o saldo e, depois, com o tempo, recompor a previdência. Mas tem muita gente, de classe B, C, que não quer tirar aquele dinheiro guardado há tanto tempo, e que tem condição de pagar a prestação dos empréstimos", explica. Para a CEO, essa modalidade também pode ser um novo fator a impulsionar a previdência, inclusive aumentando o tempo de permanência.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Mudamos de transformação digital para maturidade digital"
Ângela Assis

Com 2,6 milhões de clientes, a Brasilprev tem captado entre 80 mil e 100 mil novos usuários por ano. Depois de a indústria viver momentos difíceis durante a pandemia, quando os resgates aumentaram muito, a empresa teve captação líquida de R$ 9 bilhões em 2023 e R$ 5,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Segundo a executiva, além de uma recuperação da economia como um todo, a empresa colhe os frutos de investimentos feitos nos últimos anos, como expansão da oferta de produtos, revisão de jornadas, comunicação mais assertiva com os clientes e uma abordagem mais consultiva.

Ela conta que, no ano passado, a Brasilprev teve R$ 12 bilhões em recursos que entraram graças ao melhor uso de dados. São frutos de estratégias de oferta direcionada, assessoria qualificada, uso intensivo do WhatsApp, uma nova plataforma com dados de inteligência criada para os gerentes do BB, além de outras iniciativas. "Para cada dez ofertas com base em modelo analítico que nós fazemos, convertemos três, o que é muito alto. Todos os investimentos que fizemos em dados estão surtindo bastante efeito. Eu tenho dito que mudamos nosso objetivo de 'transformação digital' para 'maturidade digital', porque a transformação nós já fizemos boa parte dela".

Com uma participação de mercado de 28,6%, a CEO diz que a Brasilprev tem conseguido manter a liderança, apesar de ter sido muito atacada nos últimos anos por novos entrantes. Para ela, muitos desses players, que cresceram rapidamente, hoje sofrem com índices de saídas de clientes elevados. "A concorrência é boa, faz a gente se movimentar. Mas o crescimento desses novos players é em cima de uma base de clientes já existentes, e não faz parte da nossa estratégia ficar nesse rouba-monte. O importante é trazer novos poupadores para o mercado, respeitando o perfil do cliente. Tem player que agora está com um índice de saída elevado, talvez porque trouxe um cliente mais volátil, para um fundo que rendia muito, mas não era para o perfil dele."

Sobre o "open insurance", cuja fase 3 — em que os consumidores poderão escolher os serviços sem necessidade de acessar os canais das seguradoras — deve ser implementada até novembro, Assis diz que isso permitirá ver quanto o cliente tem investido em outras empresas. Para a Brasilprev, que lidera o mercado, pode ser um risco e uma oportunidade. "Já temos testado ações pró-ativas de retenção, mas somos os maiores e estamos acostumados a ser atacados, até mesmo em função da portabilidade. Então, essa nova fase também pode ser uma oportunidade, considerando nossa quantidade de clientes, o tamanho que o BB tem, é uma vantagem competitiva. Talvez a situação seja até melhor, dado que vamos conseguir enxergar o 'share of wallet' do cliente".

Em relação à possibilidade de o cliente escolher o regime tributário no momento do resgate — e não mais na adesão, como ocorre atualmente —, a presidente da Brasilprev diz que a medida é muito positiva. Segundo ela, o setor ainda está discutindo alguns detalhes operacionais com a Receita Federal e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), mas isso deve ser solucionado em breve. "Algumas coisas da norma ainda precisam ser esclarecidas, mas são detalhes pequenos de operacionalização".

Susep autoriza Iza a atuar como seguradora independente

Juliana Schincariol
Do Rio

A insurtech Iza recebeu autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para deixar o "sandbox" regulatório e começar a operar como uma seguradora independente.

Em duas edições do sandbox, a autoridade do mercado de seguros selecionou 32 projetos, que terão até três anos para atuar com menor custo regulatório e flexibilidade para inovar. Duas participantes do programa obtiveram a licença definitiva: Pier e Darwin. A Split é outra que pretende seguir o mesmo caminho.

A Iza foi aprovada em 2020 para a primeira edição do sandbox, criado para introduzir novos concorrentes no mercado, e começou a operar em abril de 2021. O foco inicial foram os entregadores das empresas de delivery, dentro de um universo de 45 milhões de trabalhadores autônomos no Brasil que não possuem seguro. As contratações aceleraram depois que se tornou obrigatório que essas companhias ofereçam cobertura aos prestadores de serviços ou funcionários, em janeiro, com a edição da lei 1.665.

"Trabalhamos com o mesmo produto de acidentes pessoais aprovado pela Susep e alcançamos mais de 500 mil CPFs", diz o fundador da empresa, Gabriel de Ségur. O produto da companhia reúne quatro coberturas tradicionais em uma: despesas médicas e odontológicas, diárias de incapacidade temporária e permanente, morte por acidente e assistência funeral.

500 mil
são os CPFs de clientes da seguradora

Em vez de o usuário realizar o pagamento das despesas e solicitar o reembolso, a própria seguradora se encarrega das despesas hospitalares, quando necessário, reduzindo a possibilidade de fraudes.

A seguradora trabalha com a proteção no formato "liga e desliga" ou intermitente, ou seja, por um dia, por algumas horas, durante uma entrega ou prestação de serviços.

Além dos entregadores, a insurtech ampliou sua oferta de seguros para motoristas autônomos e seus passageiros. Também fez parceria com a plataforma de serviços domésticos Mary Help, que conecta profissionais de limpeza, lavanderia, passadeira, entre outros, a clientes.

No primeiro ano de operação, a receita da Iza foi de R$ 78 mil, passando para R$ 1,7 milhão no segundo e R$ 6 milhões no terceiro. Para 2024, a expectativa é triplicar esse valor.

"Nossos investidores originais estão animados com a saída do sandbox e temos tidos conversas interessantes com fundos locais e internacionais para investimentos significativos", diz Ségur, sem detalhar. Até o momento, a empresa tem investidores anjos não oriundos da indústria de seguros.

Desde que o ambiente experimental foi criado, o cenário econômico mudou, assim como o apetite dos fundos de private equity e venture capital, potenciais investidores das insurtechs. A Susep pretende lançar uma terceira edição do programa, e envolver no projeto entidades fomentadoras de crédito, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O objetivo é levantar recursos para os participantes ou empresas que desenvolvem tecnologia para as insurtechs. Ainda não há definição de data.

Oferta de ações da Saudi Aramco atrai estrangeiros

Bloomberg

Os investidores estrangeiros alocaram cerca de 60% das ações em oferta na venda de US$ 11,2 bilhões de ações da Saudi Aramco, segundo pessoas familiarizadas com o assunto, marcando uma reviravolta em relação à listagem da gigante do petróleo em 2019, que acabou sendo um tema em grande parte local.

A operação gerou uma forte procura por parte dos EUA e da Europa, segundo fontes. Fundos do Reino Unido, Hong Kong e Japão também apoiaram a venda de ações que atraiu reservas de mais de US$ 65 bilhões.

As ações da Aramco inicialmente caíram 1,4% em Riade no domingo, o primeiro dia de negociação após a conclusão da oferta secundária, mas reagiram, fechando com valorização de quase 1%. A oferta secundária atraiu cerca de 450 fundos e mais de 125 novos investidores internacionais.

A Aramco confirmou que a maioria das ações foi alocada para fundos estrangeiros. Os investidores institucionais internacionais detêm agora cerca de 0,73% da empresa, afirmou num comunicado no domingo. Um dos principais atrativos desta vez são os dividendos da empresa, que é um dos maiores do mundo.

Os investidores ignoraram um "valuation" alto de olho num pagamento anual de US$ 124 bilhões. A "Bloomberg Intelligence" estima que a cifra embute um retorno em dividendos de 6,6%.

A oferta foi encerrada na quinta-feira e o reino vai levantar pelo menos US$ 11,2 bilhões, excluindo lotes excedentes — dinheiro que ajudará a financiar um esforço multitrilionário para transformar a economia. O governo saudita possui cerca de 82% da Aramco, enquanto o fundo soberano detém outros 16%. O reino continuará a ser o principal acionista após a oferta.

Governança Mudança parece iminente para instituições icônicas de Wall Sreet, como J.P. Morgan, Blackstone e BlackRock

Sucessão em gigantes financeiros ganha holofotes

Dow Jones Newswires
Nova York

Uma mudança de guarda está iminente para os gigantes J.P. Morgan, Blackstone e BlackRock. É uma mudança de poder que ocorre uma vez a cada geração em três empresas e que tem potencial para causar impacto em Wall Street.

Os executivos-chefes Jamie Dimon, do gigante bancário J.P. Morgan Chase, Steve Schwarzman, da gestora de private equity Blackstone e Larry Fink, da BlackRock, a maior gestora de recursos do mundo, não indicaram que suas saídas sejam iminentes. No entanto, eles já ultrapassaram o que antes era considerado uma idade típica de aposentadoria e têm enviado mensagens de que se aproximam da saída, promovendo as listas de prováveis sucessores, ou ambos.

Os investidores agora avaliam os candidatos para substituir este trio. Fink, 71, Schwarzman, 77, e Dimon, 68, tornaram-se mais do que CEOs de vasta riqueza e poder que inspiram admiração e desgosto por parte do público. Especialmente desde a crise financeira de 2008, assumiram o papel de influenciadores do LinkedIn, diplomatas viajantes e comentaristas sobre política e sociedade.

"Há uma mudança geracional em curso", diz Grace Lee, gestora líder de carteiras da Columbia Threadneedle Investments, cujo fundo Columbia Dividend Opportunity, de US$ 2,1 bilhões, detém Blackstone, BlackRock e J.P. Morgan. Seguir os passos destes três líderes da indústria e manter seu ímpeto será difícil. "Não invejo ninguém que vai assumir essas funções."

O plano de sucessão do CEO da Blackstone é o mais claro dos três. Jonathan Gray, presidente e diretor de operações da Blackstone, de 54 anos, é amplamente esperado que seja o herdeiro de Schwarzman, um ex-executivo do Lehman Brothers que cofundou a Blackstone em 1985 com o ex-CEO do Lehman Pete Peterson. Entre as realizações de Schwarzman está a abertura do capital da Blackstone em 2007, a primeira grande de private equity a fazê-lo.

> "Há uma mudança geracional em curso; Não invejo quem vai assumir"
> *Grace Lee*

Gray passou toda a sua carreira na Blackstone, que é hoje o maior investidor em mercados privados do mundo, com cerca de US$ 1 trilhão em ativos. "Sua personalidade é muito diferente da de Steve. Steve não tolera tolos, mas pode admitir quando está errado. Mas ele pressiona bastante. Jon é realmente muito mais ouvinte", diz Jeffrey Sonnenfeld, professor da área de negócios da Universidade de Yale, que lidera um instituto focado em liderança de CEOs e governança corporativa. "Eles podem ter diferenças políticas modestas, mas tiveram uma grande complementaridade". Schwarzman apoia há muito tempo o ex-presidente Donald Trump, enquanto Gray apoia o presidente Joe Biden.

Embora Dimon seja o mais jovem dos três, aos 68 anos, sua eventual aposentadoria tem recebido mais atenção. As ações do J.P. Morgan tiveram o pior desempenho no S&P 500 em 20 de maio, quando Dimon, que dirige o maior banco americano há 18 anos, fez comentários sobre uma eventual saída. O declínio ressaltou a "ansiedade dos investidores em relação à sucessão do CEO", escreveu Ebrahim Poonawala, analista do Bank of America, aos clientes.

Dimon tornou-se CEO em substituição a William Harrison. Ele foi o protegido de Sandy Weill enquanto construía seu império financeiro: Travellers, Salomon e Citigroup. No J.P., Dimon planejou as aquisições do Bear Stearns e do Washington Mutual durante a crise, e evitou a devastação que atingiu os seus pares. Investidores veem três líderes-chave – Marianne Lake, Jennifer Piepszak e Troy Rohrbaugh, todos com 54 anos — como candidatos à sucessão.

SILVIA COSTANTI / VALOR

Eventual aposentadoria de Dimon, do J.P., trouxe ansiedade para investidor

A BlackRock domina o negócio de fundos em bolsa (ETF), um jogo de escala. Embora tenha sido fundada em 1988 por oito sócios — incluindo Rob Kapito, o atual presidente, e Susan Wagner, membro do conselho – a gestora tornou-se sinônimo de Fink, que a criou a partir da Blackstone. Ele planejou a aquisição do negócio iShares do Barclays em 2009, um movimento que transformou a empresa.

US$ 1 tri é o patrimônio da Blackstone

"Não pretendo deixar a BlackRock tão cedo, mas meu objetivo sempre foi garantir que, quando Rob Kapito e eu seguirmos em frente, a empresa esteja em mãos ainda melhores do que está hoje", disse Fink a investidores em julho. "E estou confiante de que vamos conseguir isso."

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 07/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.805,0239970	-0,05	0,09	3,94
IRF-M	1+**	19.957,5992530	-1,03	-0,85	0,08
IRF-M	Total	18.165,6520390	-0,73	-0,56	1,24
IMA-B	5***	9.228,3813970	-0,24	-0,11	2,80
IMA-B	5+****	11.146,3886650	-0,84	-1,13	-3,95
IMA-B	Total	9.831,1974110	-0,55	-0,64	-0,77
IMA-S	Total	6.690,0792670	0,04	0,20	4,69
IMA-Geral	Total	8.120,7873250	-0,31	-0,22	2,15

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	23/05	22/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,79	32,35	38,87	32,64	32,58	33,62
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,49	24,37	25,88	24,32	26,52	27,90
Conta garantida pré - a.a.	43,57	46,47	42,35	40,86	45,00	47,03
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,45	21,85	24,99	24,12	22,27	26,92
Vendor pré - a.a.	16,18	15,77	15,15	15,47	15,83	18,95
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,69	17,29	16,00	18,21	20,69	21,29
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,65	18,45	17,17	17,70	17,92	18,75
Conta garantida pós - a.a.	24,05	23,87	24,89	26,56	24,24	28,66
ACC pós - a.a.	8,27	8,52	8,90	7,89	8,35	9,05
Factoring - a.m.	3,33	3,32	3,31	3,35	3,36	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	07/06/24	06/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3400	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3297	5,3243	5,3243	5,3237	5,0676
3 meses	-	5,3515	5,3496	5,3496	5,3478	4,8938
6 meses	-	5,3885	5,3886	5,3886	5,3899	4,6685
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,8920	3,8920	3,9050	3,1440
1 mês	-	3,9123	3,9122	3,9122	3,9132	3,1146
3 meses	-	3,9257	3,9257	3,9257	3,9256	2,9035
6 meses	-	3,9437	3,9437	3,9437	3,9429	2,4530
1 ano	-	3,8548	3,9419	3,9419	3,7910	1,3565
Euribor ***						
1 mês	-	3,688	3,717	3,717	3,870	3,271
3 meses	-	3,755	3,785	3,785	3,814	3,459
6 meses	-	3,744	3,745	3,745	3,795	3,733
1 ano	-	3,684	3,711	3,711	3,642	3,923
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,37	5,37	5,37	5,37	4,94
T-Bill (3 meses)	5,38	5,38	5,39	5,39	5,39	5,29
T-Bill (6 meses)	5,34	5,34	5,37	5,37	5,36	5,42
T-Note (2 anos)	4,90	4,73	4,87	4,87	4,84	4,56
T-Note (5 anos)	4,47	4,30	4,51	4,51	4,50	3,94
T-Note (10 anos)	4,44	4,29	4,50	4,50	4,50	3,80
T-Bond (30 anos)	4,56	4,44	4,65	4,65	4,64	3,95

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês: jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado: Ano*	12 meses**
Selic	0,20	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,60	11,99
CDI	0,20	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,60	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,56	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,24	10,51
IMA-B	-0,64	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,77	6,56
IMA-S	0,20	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,69	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-1,09	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-10,00	12,70
Índice Small Cap	-1,36	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-15,68	-4,39
IBrX 50	-1,29	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,82	14,94
ISE	-0,15	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-11,26	1,45
IMOB	1,32	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,62	-0,55
IDIV	-1,03	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-6,27	19,55
IFIX	-0,69	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,43	12,24
Dólar Ptax (BC)	0,74	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	9,07	2,86
Dólar Comercial (mercado)	1,43	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	9,72	3,47
Euro (BC) (4)	0,38	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	6,65	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	0,95	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,09	5,03
Ouro (BC)	-0,31	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	21,76	21,74
Inflação								
IPCA (5)	-	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	2,20	3,85
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 7/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 04/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - %: no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões: no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.452.818,30					6.474,72	1.975,68	175.410,54	192.135,46
RF Indexados (2)	153.026,08	-0,02	0,01	2,18	8,55	-1,79	154,56	-1.014,91	-9.116,75
RF Duração Baixa Soberano (2)	676.250,49	0,04	0,07	4,13	11,10	3.561,51	2.651,56	42.331,91	49.859,32
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	817.494,47	0,04	0,08	4,71	12,64	1.110,71	2.346,32	27.655,86	31.798,63
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	155.457,41	0,05	0,05	4,73	12,66	306,63	627,09	50.652,69	57.875,15
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.199,57	0,02	0,06	3,69	8,88	35,19	-53,21	-4.011,68	-5.853,03
RF Duração Livre Soberano (2)	224.497,40	0,02	0,06	3,68	10,35	-382,20	-527,22	-1.305,81	-9.060,34
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	668.700,20	0,03	0,07	4,10	11,18	1.657,45	324,68	-952,91	-17.112,63
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	338.832,62	0,00	0,03	4,00	12,23	2,27	-760,08	57.450,33	114.278,86
Ações	596.288,49					-47,95	-292,05	-4.153,45	31.159,15
Ações Indexados (2)	9.925,22	-0,20	-0,24	-9,20	7,88	-44,70	-88,34	405,60	-1.208,81
Ações Índice Ativo (2)	30.917,68	-0,30	-0,17	-9,54	6,12	0,70	-17,55	-3.701,14	-4.947,44
Ações Livre	212.435,39	-0,28	-0,13	-6,86	8,43	-4,83	-171,52	-2.976,69	-10.450,48
Fechados de Ações	125.438,55	-0,08	0,37	-3,95	-1,20	0,00	31,23	-548,47	29.828,87
Multimercados	1.647.031,86					230,02	-10,36	-54.455,28	-188.953,56
Multimercados Macro	153.186,81	-0,11	-0,19	0,01	6,12	-230,47	-840,98	-21.909,75	-47.950,01
Multimercados Livre	626.334,21	0,06	0,08	2,05	8,84	649,09	1.456,75	9.289,84	-42.636,96
Multimercados Juros e Moedas	52.583,23	0,02	0,05	3,82	11,32	-59,15	-131,64	-4.648,87	-14.140,69
Multimercados Invest. no Exterior (2)	734.003,22	0,38	0,20	2,92	10,47	-112,98	-392,73	-38.433,56	-79.095,30
Cambial	6.438,30	1,28	0,87	11,67	13,09	151,27	188,46	-155,38	-1.121,44
Previdência	1.421.453,04					51,26	-270,43	15.514,55	40.193,13
ETF	43.188,79					145,09	92,58	-2.309,45	-2.976,80
Demais Tipos	1.971.309,16					220,64	-3.206,08	24.033,94	32.465,81
Total Fundos de Investimentos	**7.167.218,77**					**7.004,42**	**1.683,89**	**129.851,54**	**70.435,95**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.616.972,75**					**735,27**	**2.498,35**	**33.315,49**	**109.510,79**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.831.721,98**					**7.739,69**	**4.182,24**	**163.167,03**	**179.946,74**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	07/06/24	06/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,68
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0001
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,51
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9874
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,38	10,38	10,38	10,28	13,56
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,57	10,43	10,43	10,43	10,22	13,22
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,38	10,39	10,39	10,37	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,38	10,37	10,37	10,32	13,62
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,38	10,36	10,36	10,28	13,56
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,39	10,36	10,36	10,26	13,47
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,43	10,39	10,39	10,23	13,23
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,97	10,62	10,56	10,56	10,27	12,24

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 07/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.373,55	10,404	454.991	10,386	10,424	10,420
Vencimento em ago/24	98.478,10	10,417	5.335	10,386	10,424	10,412
Vencimento em set/24	97.625,13	10,439	9.770	10,380	10,464	10,432
Vencimento em out/24	96.812,40	10,468	780.430	10,375	10,495	10,490
Vencimento em nov/24	95.919,70	10,515	17.436	10,435	10,515	10,480
Vencimento em dez/24	95.174,36	10,574	66.437	10,450	10,580	10,535
Vencimento em jan/25	94.355,93	10,624	2.013.586	10,420	10,665	10,605
Vencimento em fev/25	93.489,80	10,692	2.101	10,575	10,745	10,650
Vencimento em mar/25	92.678,24	10,790	499	10,570	10,650	10,650
Vencimento em abr/25	91.936,51	10,832	250.151	10,545	10,895	10,785
Vencimento em mai/25	91.141,95	10,896	3.418	10,590	10,955	10,835

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.312,41	1,09	370.900	5.252,00	5.374,00	5.365,00
Vencimento em ago/24	5.330,42	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.347,01	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.362,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.380,72	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.745,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.774,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.799,79	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	120.834	-1,86	116.950	120.400	123.360	120.575
Vencimento em ago/24	122.808	-1,85	965	122.810	124.250	122.890
Vencimento em out/24	124.704	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 07/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações %: No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2796	5,2802	0,23	0,74	9,07	7,50
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,3236	5,3242	1,42	1,43	9,72	8,12
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3245	5,5045	1,00	0,93	9,05	7,94
Euro (BC) - (R$/€)	5,7046	5,7074	-0,46	0,38	6,65	8,56
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7495	5,7502	0,59	0,95	7,09	9,18
Euro Turismo (R$/€)	5,7812	5,9612	0,23	0,48	6,31	8,80
Euro (BC) - (US$/€)	1,0805	1,0809	-0,69	-0,35	-2,22	0,99
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	391,3714	391,4159	-2,67	-0,31	21,76	27,34
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.293,31	-3,51	-1,39	11,04	17,94
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.338,00	-0,97	-0,21	13,36	19,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	07/06/24	06/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em %: dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.865,71	152.672,48	152.338,81	173.997,89	-1,18	-0,97	-13,29
Valor-Coppead Mínima Variância	93.333,97	94.306,53	93.649,60	93.533,91	-1,03	-0,34	-0,21

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 07/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 07/06/24

Índice	07/06/24	06/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 07/06/23	Variação - em %: dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,54	186,25	183,18	165,54	151,86	-0,92	0,74	11,48	21,52
S&P BNY Emergentes	349,79	350,64	341,77	312,75	292,67	-0,24	2,35	11,85	19,52
S&P BNY América Latina	194,04	200,01	204,45	225,28	200,11	-2,98	-5,09	-13,87	-3,03
S&P BNY Brasil	190,31	196,36	197,69	232,95	199,38	-3,08	-3,73	-18,31	-4,55
S&P BNY México	301,34	312,48	329,09	331,67	324,65	-3,57	-8,43	-9,14	-7,18
S&P BNY Argentina	229,05	229,62	262,91	178,27	139,06	-0,25	-12,88	28,49	64,71
S&P BNY Chile	145,91	149,58	148,41	162,12	173,38	-2,46	-1,69	-10,00	-15,84
S&P BNY Índia	2.829,09	2.801,37	2.747,17	2.923,01	2.723,55	0,99	2,98	-3,21	3,88
S&P BNY Ásia	216,65	217,38	212,76	189,60	174,14	-0,33	1,83	14,27	24,41
S&P BNY China	326,14	330,43	329,83	336,11	320,36	-1,30	-1,12	-2,97	1,80
S&P BNY África do Sul	195,88	206,26	206,33	199,87	236,10	-5,03	-5,06	-1,99	-17,03
S&P BNY Turquia	33,54	34,30	34,31	22,45	18,04	-2,21	-2,24	49,37	85,92

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 07/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	120.767	-1,73	-1,09	-10,00	4,57
IBrX	51.002	-1,78	-1,18	-9,65	5,01
IBrX 50	20.258	-1,84	-1,29	-8,82	6,32
IEE	88.141	-1,74	0,95	-7,18	3,01
SMLL	1.984	-1,85	-1,36	-15,68	-10,91
ISE	3.340	-1,76	-0,15	-11,26	-4,60
IMOB	843	-2,39	1,32	-16,62	-4,93
IDIV	8.505	-1,64	-1,03	-6,27	12,43
IFIX	3.359	0,00	-0,69	1,43	10,53
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.872	-1,96	-1,81	-17,48	-2,72
IBrX	9.659	-2,01	-1,90	-17,16	-2,32
IBrX 50	3.837	-2,07	-2,01	-16,40	-1,10
IEE	16.693	-1,97	0,21	-14,89	-4,17
SMLL	376	-2,07	-2,08	-22,69	-17,12
ISE	633	-1,99	-0,88	-18,64	-11,25
IMOB	160	-2,61	0,58	-23,55	-11,57
IDIV	1.611	-1,87	-1,76	-14,06	4,59
IFIX	636	-0,23	-1,42	-7,00	2,82

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread: 07/06/24	06/06/24	Variação - em pontos: No dia	No mês	No ano
Geral	383	388	-5,0	13,0	38,0
África do Sul	360	368	-8,0	2,0	34,0
Argentina	1.581	1.588	-7,0	240,0	-326,0
Brasil	221	227	-6,0	8,0	26,0
Colômbia	299	312	-13,0	-4,0	34,0
Filipinas	72	74	-2,0	-6,0	14,0
México	183	183	0,0	17,0	16,0
Peru	107	108	-1,0	2,0	5,0
Turquia	246	255	-9,0	3,0	-30,0
Venezuela	17.255	17.132	123,0	791,0	-6.837,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	27/05/24	355.573
nov/23	348.406	28/05/24	355.667
dez/23	355.034	29/05/24	354.406
jan/24	353.563	31/05/24	355.560
fev/24	352.705	03/06/24	356.576
mar/24	355.008	04/06/24	357.069
abr/24	351.599	05/06/24	357.497
mai/24	355.560	06/06/24	357.843

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	07/06/24	06/06/24	05/06/24	04/06/24	03/06/24	31/05/24
Índice	2.105,49	2.113,18	2.110,59	2.110,44	2.111,07	2.110,11
Var. no dia	-0,36%	0,12%	0,01%	-0,03%	0,05%	0,17%
Var. no mês	-0,22%	0,15%	0,02%	0,02%	0,05%	0,64%
Var. no ano	1,95%	2,32%	2,20%	2,19%	2,22%	2,17%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 07/06/24

Moeda	Em US$ *: Compra	Venda	Em R$ **: Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,7800	36,8100	0,14340	0,14360
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2796	5,2802
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3970	36,4882	0,1447000	0,1451000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7542	0,7708
Colon (Costa Rica)	526,1300	531,0000	0,009943	0,010040
Coroa (Dinamarca)	6,9025	6,9029	0,7648	0,7650
Coroa (Islândia)	138,4400	138,6200	0,03809	0,03814
Coroa (Noruega)	10,7051	10,7082	0,4930	0,4932
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7880	22,7950	0,2316	0,2317
Coroa (Suécia)	10,5343	10,5369	0,5011	0,5012
Dinar (Argélia)	134,1915	134,7815	0,03917	0,03935
Dinar (Kuwait)	0,3066	0,3067	17,2142	17,2218
Dinar (Líbia)	4,8239	4,8462	1,0894	1,0946
Direitos Especiais de Saque ***	1,3266	1,3266	7,0039	7,0047
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4374	1,4376
Dirham (Marrocos)	9,9144	9,9234	0,5320	0,5326
Dólar (Austrália)***	0,6587	0,6588	3,4777	3,4786
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2796	5,2802
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5967	2,6425
Dólar (Canadá)	1,3747	1,3751	3,8394	3,8410
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3229	6,4002
Dólar (Cingapura)	1,3509	1,3514	3,9068	3,9087
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2796	5,2802
Dólar (Hong Kong)	7,8107	7,8110	0,6759	0,6760
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6109	0,6113	3,2253	3,2278
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7311	6,8260	0,7735	0,7844
Euro (Comunidade Européia)***	1,0805	1,0809	5,7046	5,7074
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9009	2,9589
Franco (Suíça)	0,8958	0,8962	5,8911	5,8944
Guarani (Paraguai)	7526,5900	7529,6200	0,0007012	0,0007015
Hryvnia (Ucrânia)	40,1900	40,2800	0,1311	0,1314
Iene (Japão)	156,5800	156,6100	0,03371	0,03372
Lev (Bulgária)	1,8094	1,8102	2,9166	2,9182
Libra (Egito)	47,4800	47,5800	0,1110	0,1112
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2723	1,2727	6,7172	6,7201
Naira (Nigéria)	1400,0000	1500,0000	0,00352	0,00377
Lira (Turquia)	32,3415	32,3498	0,1632	0,1633
Novo Dólar (Taiwan)	32,3930	32,4230	0,16280	0,16300
Novo Sol (Peru)	3,7363	3,7662	1,4018	1,4132
Peso (Argentina)	899,0000	899,5000	0,00587	0,00587
Peso (Chile)	915,7500	916,5500	0,005760	0,005766
Peso (Colômbia)	3942,8000	3944,8000	0,001338	0,001339
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2200	0,2200
Peso (Filipinas)	58,6900	58,7200	0,08991	0,08997
Peso (México)	18,2800	18,2910	0,2886	0,2889
Peso (Rep. Dominicana)	59,1900	59,5700	0,08863	0,08921
Peso (Uruguai)	38,8300	38,8700	0,13580	0,13600
Rande (África do Sul)	18,8747	18,8897	0,2795	0,2798
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,4077	1,4079
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001257	0,0001257
Ringgit (Malásia)	4,6880	4,6940	1,1248	1,1263
Rublo (Rússia)	88,6330	89,4670	0,05901	0,05957
Rúpia (Índia)	83,4803	83,4993	0,06323	0,06325
Rúpia (Indonésia)	16190,0000	16199,0000	0,0003259	0,0003261
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01894	0,01898
Shekel (Israel)	3,7615	3,7648	1,4024	1,4037
Won (Coréia do Sul)	1376,4000	1377,0000	0,003834	0,003836
Yuan Renminbi (China)	7,2466	7,2475	0,7285	0,7286
Zloty (Polônia)	3,9877	3,9888	1,3236	1,3241

	Cotações: Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1): Compra	Venda
Dólar Ouro	2305,29	0,01349	391,3714	391,4159

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	07/06/24	06/06/24	Variações %: No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses: Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.798,99	38.886,17	-0,22	0,29	2,94	15,25	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.000,95	19.021,19	-0,11	2,50	12,93	32,84	14.109,57	19.035,05
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.133,13	17.173,12	-0,23	2,38	14,13	30,74	12.595,61	17.187,91
EUA	Nova York	S&P 500	5.346,99	5.352,96	-0,11	1,32	12,10	25,30	4.117,37	5.354,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.007,00	22.229,10	-1,00	-1,18	5,00	10,12	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.977,32	54.477,25	-2,75	-3,99	-7,68	-2,42	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.411,99	1.410,53	0,10	0,86	18,14	17,70	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	71.570,16	71.084,94	0,68	3,41	23,75	112,67	32.850,05	71.570,16
Chile	Santiago	IPSA	6.637,66	6.688,12	-0,75	0,07	7,10	16,87	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	Feriado	29.826,14	-	-1,30	14,89	34,94	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.519.209,13	1.503.728,31	1,03	-8,01	63,41	299,34	378.695,36	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.540,61	1.546,53	-0,38	0,65	10,40	14,62	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.557,27	18.652,67	-0,51	0,32	10,78	16,27	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.001,80	8.040,12	-0,48	0,11	6,08	11,09	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.660,38	34.834,30	-0,50	0,49	14,20	28,11	27.055,50	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.900,39	3.916,97	-0,42	-0,45	5,20	6,85	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.888,92	2.866,17	0,79	4,32	26,51	41,63	1.962,58	2.888,92
Espanha	Madri	IBEX-35	11.404,90	11.444,00	-0,34	0,73	12,90	21,85	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.458,37	1.452,85	0,38	1,85	12,78	16,61	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	923,71	923,36	0,04	2,22	17,40	21,28	714,05	923,71
Hungria	Budapeste	BUX	69.879,43	69.669,74	0,30	2,91	15,27	43,19	48.800,45	69.879,43
Polônia	Varsóvia	WIG	84.902,67	85.782,83	-1,03	-1,64	8,21	28,46	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.737,11	6.814,45	-1,13	-1,95	5,33	13,86	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.143,22	1.131,97	0,99	1,56	5,51	10,36	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.623,59	Feriado	0,53	0,75	9,40	13,80	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.254,76	12.241,25	0,11	2,12	10,03	7,99	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.138,97	10.279,69	-1,37	-2,51	35,73	82,32	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.943,94	-	-2,48	3,63	8,57	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.851,78	77.123,64	-0,35	0,19	-0,05	-0,36	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.683,93	38.703,51	-0,05	0,51	15,60	21,21	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.112,80	8.074,30	0,48	1,78	3,62	10,98	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.679,31	1.677,68	0,10	-2,91	-8,63	-15,84	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.051,28	3.048,79	0,08	-1,15	2,57	-4,58	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.722,67	Feriado	1,23	3,27	2,54	4,09	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.366,95	18.476,80	-0,59	1,59	7,74	-4,60	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.693,36	75.074,51	2,16	3,69	6,16	21,46	62.625,63	76.693,36
Indonésia	Jacarta	JCI	6.897,95	6.974,90	-1,10	-1,04	-5,15	4,20	6.619,76	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.332,74	1.328,41	0,33	-0,96	-5,87	-13,08	1.328,41	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.858,38	21.902,70	-0,20	3,23	21,90	29,17	16.001,27	21.902,70

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC.
PROTOCOLO Nº 21.922.782-5

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90600/2024- UASG 928750 GMS 600/2024
OBJETO: Aquisição de 167 freezers adesivados, para atender à demanda do Programa Leite das Crianças- PLC- SEAB, conforme quantidades e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/06/2024, às 09h00
DATA E HORA DA DISPUTA: 25/06/2024, às 09h150.
SITE DA DISPUTA: https://www.licitacoes-e.com.br
VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 590.172,71
AUTORIZAÇÃO: Secretário da Agricultura: 06/06/2024.
INFORMAÇÕES: Rua Dr Goulin nº 910, Bairro Alto da Gloria, CEP 80.040-280 - Curitiba-PR., telefones (41) 3313-4112 e (41) 3313-4076, Email: licitacao@seab.pr.gov.br
OBSERVAÇÃO: O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas, **https://pncp.gov.br/**, www.comprasparana.pr.gov.br e site da Secretaria da Agricultura.

Curitiba, 06 de junho de 2024.
ELISETE JURASZEK SOURIENT - Pregoeiro(a)/SEAB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL

Protocolado nº 20.846.355-1
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Retifico o Termo de Homologação publicado no DOE, Edição 11.660, de 29 de maio de 2024, à pré-qualificação das empresas T**ratorcase Máquinas Agrícolas Ltda, Forza Máquinas Agrícolas e Construção Ltda., Macponta Máquinas Agrícolas Ltda. e M.A. Máquinas Agrícolas Ltda.** considerando que as empresas retro mencionadas estão relacionadas na Segunda Ata da Sessão de Abertura de Envelopes, realizada em 16 de maio de 2024 pela Comissão Especial de Credenciamento designada pela Resolução nº 16/2024-SEAB.
Adicionalmente, verificados os atos praticados pelos membros da referida Comissão, e em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 02/2024, além do registrado na Terceira Ata da Sessão de Abertura de Envelopes, realizada em 24 de maio de 2024, que instrui o processo de número 20.846.355-1, homologo a pré-qualificação da empresa **Verdesul Máquinas Agrícolas Ltda**.
Esta homologação confere às empresas a denominação de Empresas Credenciadas para, em caráter privado, comercializarem tratores, pulverizadores e colhedoras agrícolas, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital nº 02/2024 e os preços na Resolução nº 15/2024, com os agricultores familiares com propriedades/domicílio no âmbito do Estado do Paraná, passíveis de serem beneficiados com a subvenção econômica, na modalidade de equivalência em produto.
Publique-se.

Curitiba, 06 de junho de 2024.
Natalino Avance de Souza,
Secretário de Estado.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL

PROTOCOLOS: 20.846.355-0 e EDITAL: 02/2024

Programa: Trator, Implementos e Equipamentos Solidários - PTS
Objeto: As Empresas AGCO DO BRASIL SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA. e GLOBAL TRATORES LTDA. estão credenciadas para, em caráter privado, comercializar Tratores, Pulverizadores e Colhedoras Agrícolas, aos Produtores com propriedade **agropecuária** no Estado do Paraná.

A Comissão de Credenciamento. Curitiba, 06 de junho de 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 040/2024 – GMS/FUNDEPAR
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 90040/2024 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 18.049.308-5. **OBJETO**: Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico legal e executivo de arquitetura, projetos complementares e execução da obra em sistema construtivo pré-fabricado da Unidade Nova Escolar (UNV) Professora Godomá Bevilacqua de Oliveira, NO Município de Apucarana. **VALOR MÁXIMO**: R$ 19.239.263,15 (dezenove milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta e três reais e quinze centavos), **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 09 de setembro de 2024, às 09h30** (nove horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA**: 07/06/2024 Comissão de Contratação.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024

PROCESSO SEI-GDF nº: 00050-00016264/2023-01. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa telefônica de opinião pública em abordagem metodológica quantitativa, para aferir a qualidade do atendimento emergencial realizado pelos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e da reputação dos serviços prestados junto aos públicos de interesse, compreendendo o planejamento, a coleta de dados, análise dos achados, elaboração de relatórios e apresentação de resultados, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: SIGILOSO. DOTAÇÃO: UO 24.909 – PROG. TRAB.: 06.181.6217.4220.0010 FR: 392 – ND: 3.3.90.39. PRAZOS: de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. Vigência do contrato: 18 (dezoito) meses. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/06/2024, às 10h, no portal https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço citado e no http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 07 de junho de 2024.
GABRIELLA ALVES DA CUNHA ROCHA
Pregoeira

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da **Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 15:00 horas, no edifício da sede da Companhia, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, térreo, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102 ("Assembleia"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1)** Aumentar o capital social da Companhia no montante de R$ 170.000.000,00, mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações; e **(2)** Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir a deliberação objeto do item (1) acima, caso aprovada, bem como consolidar os termos do Estatuto Social. Informações Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente presencial. Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os documentos para comprovação da identidade do acionista ou do seu representante e, se for este o caso, devidamente acompanhados dos respectivos instrumentos de mandato que deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Adicionalmente, o acionista deverá apresentar o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia. Tais documentos poderão ser encaminhados previamente à Companhia (i) por meio eletrônico, ao e-mail ri@multiplan.com.br, identificado com o assunto "AGE Multiplan 28.06.2024"; ou (ii) por meio físico, devendo ser depositados na sua sede social, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, sendo também aceitos os documentos dos acionistas que o apresentarem, tempestivamente, no dia da Assembleia, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. A Companhia solicita que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail ri@multiplan.com.br (Assunto: Confirmação de Participação), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 26 de junho de 2024. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações divulgadas pela Companhia por meio do Manual de Participação de Acionista. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração, bem como cópia dos demais documentos exigidos para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.multiplan.com.br) e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 07 de junho de 2024. **José Isaac Peres -** Presidente do Conselho de Administração.

CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT

CNPJ/MF 09.315.871/0001-79 - NIRE 33.5.0002214-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA DO CONSÓRCIO

A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia"), na qualidade de administradora do *Run-off* do Consórcio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT (o "Consórcio"), nos termos da Cláusula 10 do Instrumento de Consórcio, convoca as Seguradoras Consorciadas a se reunirem em **Assembleia do Consórcio** ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, no dia **27 de junho de 2024, às 10h00,** por meio da plataforma digital, nos termos da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020, cujo *link* de acesso será individual e enviado às Seguradoras Consorciadas, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1) Contribuições financeiras pelas Seguradoras Consorciadas em favor do Consórcio** - Deliberar sobre a realização de contribuição financeira pelas Seguradoras Consorciadas em favor do Consórcio, em caráter extraordinário, no valor global de **R$ 12.497.188,41 (doze milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos),** para fins do custeio, pelo Consórcio, de determinadas despesas vencidas e de despesas que são certas, líquidas e vincendas no ano de 2024 ("Despesas"), em ambos os casos da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT ("Companhia"), tendo em vista que a Companhia não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com tais compromissos, remanescendo a obrigação de devolução dos montantes às Seguradoras Consorciadas, caso a Companhia venha a obter os recursos necessários ao reembolso. **Informações Gerais: 1.** A Proposta da Administração da Companhia e a documentação relativa às matérias constantes da ordem do dia, e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizadas às Seguradoras Consorciadas na página https://governancaexterna.seguradoralider.com.br/ da rede mundial de computadores. **2.** A Assembleia será de modo exclusivamente digital, nos termos da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. **3.** As Consorciadas poderão participar da Assembleia, de acordo com as instruções a seguir: **(a)** por meio do envio prévio de **Boletim de Voto** a distância ("**Boletim**"), cujo modelo e orientação de preenchimento e envio serão oportunamente disponibilizados às Seguradoras Consorciadas; e **(b)** por meio da Plataforma Digital no dia e horário da Assembleia, por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído. **4.** Para participação na Assembleia, seja por meio de Boletim ou por meio da Plataforma Digital, a Seguradora Consorciada deverá apresentar à Companhia cópia eletrônica dos seguintes documentos de representação, conforme o caso: (a) documento de identidade com foto do representante legal da Seguradora Consorciada ou procurador devidamente constituído que participará da Assembleia; (b) Estatuto Social consolidado e atualizado; (c) ata de eleição de administradores; e (d) instrumentos de mandato para representação da Seguradora Consorciada por procurador ("Documentos de Representação"). **5.** A Seguradora Consorciada que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim deverá enviar para a Companhia cópia eletrônica da via original do Boletim, devidamente preenchido e acompanhado de cópia eletrônica dos Documentos de Representação. Essa documentação deve ser enviada para o endereço eletrônico governancalider@seguradoralider.com.br. Em todo caso, a documentação deverá ser recebida pela Companhia até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até **20 de junho de 2024, quinta-feira**. Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados. **6.** A Seguradora Consorciada que optar por acompanhar a Assembleia e/ou exercer seu direito de voto por meio da Plataforma Digital deverá enviar para a Companhia solicitação eletrônica prévia para participação via Plataforma Digital, acompanhada de cópia eletrônica dos Documentos de Representação, para o endereço eletrônico governancalider@seguradoralider.com.br. Com o objetivo de conferir celeridade e viabilizar a execução do processo de realização da Assembleia, a solicitação de participação deverá ser enviada **até às 10h00 do dia 20 de junho de 2024, quinta-feira**.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2024
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.
Leandro Martins Alves - Diretor-Presidente
Helio Bitton Rodrigues - Diretor Executivo

INÊS 249

Renda fixa Segundo gestoras, objetivo é preservar rentabilidade das aplicações após mudança que elevou demanda pelos papéis e derrubou os prêmios de risco

Com queda nas taxas, bancos fecham fundos de debêntures isentos de IR

Liane Thedim
Do Rio

Depois de sucessivos recordes de captação de fevereiro para cá nos fundos de debêntures incentivadas, que dão isenção de Imposto de Renda a pessoas físicas, grandes gestoras tiveram que colocar o pé no freio. Em um cenário de spreads (diferença entre os juros pagos pelo papel e o título público de referência) bastante reduzidos por causa da grande demanda, as assets dos maiores bancos privados do país, Itaú, Bradesco e Santander, fecharam fundos para captação, medida que já havia sido adotada por Kinea e Sparta. Já a BTG Pactual Asset adotou a estratégia de manter os fundos em banho-maria e não vem fazendo qualquer esforço de captação.

No Bradesco, o fechamento foi comunicado aos clientes na última quarta-feira, quando o patrimônio dos dois fundos de debêntures incentivadas da asset atingiu R$ 9 bilhões, após captar R$ 3,5 bilhões neste ano. "Não falta papel no mercado, mas temos visto spreads muito apertados. A regra número um é fechar para preservar a rentabilidade dos atuais cotistas", diz Ricardo Eleuterio, diretor da asset. "O crédito privado tem brilhado em todos os segmentos, da alta renda ao varejo, e as debêntures incentivadas são as protagonistas, com uma explosão na procura."

Na Itaú Asset, o fundo suspenso, o Itaú Debêntures Incentivadas CDI, começou o ano com R$ 2,8 bilhões em patrimônio líquido e em menos de três meses chegou a R$ 6,8 bilhões. De acordo com a gestora, o objetivo foi "a preservação de valor para os cotistas atuais do fundo". A empresa manteve abertos outros quatro fundos de incentivadas, mas com perfis diferentes.

No Santander, são quatro fundos, que começaram o ano com R$ 3 bilhões e hoje têm R$ 5 bilhões. Fechados ao longo dos últimos dois meses, um deles chegou a reabrir na semana passada, mas em poucos dias atingiu a capacidade de máxima novamente e voltou a cerrar as portas. Guilherme D'Aurea, gestor de crédito privado da Santander Asset, explica que a legislação determina que o fundo mantenha 85% do patrimônio em incentivadas, mas o atual cenário não permite garantir a qualidade de retorno dos títulos, mesmo com a isenção fiscal. "Estamos confortáveis com a carteira agora, mas sem uma previsibilidade de ofertas que permita captar valores mais altos. Portanto, não vislumbramos novas janelas para aportes."

Assim como D'Aurea, nenhum dos gestores diz conseguir prever quando o mercado vai se normalizar. "A gente sabe que não vai construir portfólio com a mesma perspectiva de retorno do ano passado, mas ainda assim é preciso controle", afirma D'Aurea. Para Eleuterio, o fechamento das captações pelas assets de bancos pode até ajudar a equilibrar demanda e oferta no curto prazo, já que são as que vêm recebendo a maior parte dos investimentos, mas ele também vê o cenário muito nebuloso. "Não há espaço para pensar em normalizar as estruturas atuais."

Segundo relatório da área de pesquisa do Banco ABC Brasil, em 2024 até maio os fundos de infraestrutura somam captação líquida positiva de R$ 32,8 bilhões, recorde da série histórica, iniciada em 2022. O patrimônio líquido total atingiu R$ 117,8 bilhões em 581 fundos, enquanto em maio do ano passado era de R$ 45,7 bilhões em 266 produtos. "Tivemos uma mudança estrutural, com menos emissões de títulos e certificados bancários. Várias empresas aproveitaram e anteciparam emissões para captar a preços muito baixos. É normal que haja essa ressaca agora", avalia Roberto Dumke, chefe de pesquisa do banco.

> "Estamos sem uma previsibilidade de ofertas que permita captar valores mais altos"
> *Guilherme D'Aurea*

Ele se refere à mudança nas regras por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), em fevereiro, que restringiu a emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), do Agronegócio (LCAs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs), reduziu drasticamente o volume disponível para aplicações e levou a essa migração para as debêntures isentas.

Com as gestoras evitando comprar os papéis a qualquer preço, com casos até de retorno oferecido abaixo da NTN-B (cerca de IPCA mais 6% ao ano), o volume distribuído a mercado nas emissões primárias atingiu em maio o menor patamar do ano. Pelo relatório do ABC, apenas 49% do total de R$ 61,9 bilhões em operações foram vendidos, bem abaixo dos 66% de abril. No secundário, os spreads estão nos menores níveis desde 2022, em 60 pontos-base (ou 0,6 ponto percentual) acima da NTN-B, ainda conforme o estudo.

"Os gestores estão segurando as compras e os bancos, encarteirando os papéis", avalia Dumke. Ulisses Nehmi, CEO da Sparta, vê "racionalidade" nas gestoras. "Tem sobrado muita coisa na mão dos coordenadores. Houve alguma euforia na precificação pós-CMN e o mercado não aceitou." A Sparta, que tem R$ 13 bilhões sob gestão, fechou dois fundos para captação, um em fevereiro e outro em abril. O Sparta Debêntures Incentivadas Inflação, por exemplo, que há um ano tinha PL de R$ 180 milhões, iniciou o ano com R$ 450 milhões e somava R$ 1,5 bilhão quando vedou novos aportes, em 30 de abril.

Na Kinea, do grupo Itaú, são R$ 11 bilhões em infraestrutura, sendo quase R$ 8 bilhões em fundos que fecharam para captação em março, após ingressos de R$ 1 bilhão em 45 dias. O restante, R$ 2,8 bilhões, está num fundo listado na B3. "O interesse estava sensivelmente maior do que nossa capacidade de alocar bem", diz Aymar Almeida, sócio da gestora. "A gente vai retornar a captar quando e se conseguir originar operações de baixo risco com bons prêmios."

A BTG Asset, por sua vez, não chegou a registrar a avalanche vista em gestoras de bancos de varejo, mas a forte aceleração levou a empresa a manter seus fundos em "ponto morto", comenta Eduardo Arraes, sócio e responsável pelos fundos de crédito. Com R$ 1 bilhão em três fundos abertos — volume que dobrou neste ano —, a asset optou por fazer apenas uma emissão de R$ 500 milhões para o fundo listado na B3 em abril, que agora tem PL de R$ 2 bilhões. "Fomos cautelosos. Temos tentado surfar nesse mercado de forma conservadora, evitando a tentação de captar a qualquer custo, porque alocar está difícil. Vejo um segundo semestre forte de oferta, mas não dá para precisar quando vai reativar."

GABRIEL REIS/VALOR

Eleuterio, da Bradesco Asset: "Fechar para preservar atuais cotistas"

Startup mira impostos e contabilidade de criptoativo

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A TaxBit, desenvolvedora de um software que automatiza a declaração de impostos e a contabilidade de criptoativos, está de olho no Brasil como oportunidade de expansão diante da maior clareza regulatória que o país deverá ter assim que for editada pelo Banco Central (BC) a regulação infralegal do setor. A empresa já tem entre os clientes tanto a receita federal dos Estados Unidos (IRS) quanto grandes plataformas de ativos digitais, como Binance e Kraken, e provedoras de infraestrutura de blockchain como Ripple e Circle. Em 2021, a companhia foi avaliada em US$ 1,33 bilhão em uma rodada de investimento série B na qual levantou US$ 130 milhões.

Segundo a CEO da TaxBit, Lindsey Argalas, o Brasil é um mercado muito importante na arena global para criptoativos. "Há convicção sobre a tecnologia, de que ativos digitais podem modernizar a infraestrutura financeira", afirma.

A executiva destaca que a volatilidade das criptomoedas tem sido um desafio no mundo todo para empresas e investidores que precisam declarar tributos sobre esse tipo de ativo. "Criptomoedas podem ser negociadas 24 horas por dia, diferentemente do mercado financeiro tradicional", lembra.

O trabalho junto ao fisco americano, de acordo com Lindsey, acaba sendo um diferencial na confiabilidade do software da TaxBit, visto que a empresa opera nas duas pontas e, assim, pode checar se as informações fornecidas por um contribuinte batem com as registradas pelo órgão de arrecadação.

A executiva conta que a internacionalização acabou se tornando um desenvolvimento natural para o negócio apesar dos desafios em adaptar a solução para os diversos sistemas tributários que existem no mundo. "Começamos nos EUA, mas rapidamente percebemos que 70% dos nossos clientes possuíam operações globais e queriam que nós pudéssemos ajudá-los no Brasil, na Europa e outras regiões."

Itaú abre negociação de 'cripto' a todos os usuários do íon

De São Paulo

O Itaú disponibiliza a partir de hoje a negociação das criptomoedas bitcoin e ether a todos os usuários de sua plataforma de investimentos íon. A operação com "cripto" estava sendo liberada aos poucos desde dezembro de 2023, e agora todos os clientes que baixarem o aplicativo da plataforma poderão comprar e vender os dois criptoativos.

De acordo com Guto Antunes, chefe da Itaú Digital Assets, o banco fez pesquisas semanais com os clientes para quem a operação com criptomoedas estava liberada e encontrou um grau elevado de aceitação. Um ponto que se destacou, segundo Antunes, foi a confiança na custódia do Itaú. Apesar de o desenvolvimento da solução ter contado com o apoio da tokenizadora Liqi, a instituição financeira não contratou os serviços de terceiros para manter seguras as carteiras de criptoativos dos clientes e criou internamente a ferramenta para isso.

"Temos uma participação e uma parceria com a Liqi, mas nada no tocante à custódia. Toda a solução de custódia, desde que foi concebida, foi feita com arquitetura e dever fiduciário dentro do Itaú", diz. O executivo afirma que foi criada uma carteira digital separada para cada cliente, de modo a se antecipar aos requisitos de segregação patrimonial que poderão ser exigidos pelo Banco Central na regulamentação infralegal dos criptoativos, que deverá sair até o início de 2025.

> **3,5**
> **milhões é o total de downloads do app íon**

Apesar de o banco não informar oficialmente o número de usuários do íon, o app já foi baixado 3,5 milhões de vezes em smartphones, somando os sistemas operacionais Android e IOS. "Mesmo na fase escalonada foi um número relevante para o universo cripto e que surpreendeu", diz.

Por ora, a oferta aos usuários será limitada aos criptoativos bitcoin e ether, os dois maiores do mundo em valor de mercado. Antunes diz que os clientes estão pedindo outras criptomoedas e novos lançamentos estão no radar. No entanto, eles dependeriam de um processo criterioso de análise de riscos regulatórios. No caso das stablecoins — criptomoedas de valor pareado a divisas tradicionais fortes, como o dólar —, que respondem por mais de 80% das negociações no Brasil, o Itaú ainda espera que o BC apresente um conjunto de normas que traga clareza sobre como elas poderão ser operadas no país. "Estamos alinhados com o BC no desenvolvimento da regulação, queremos crescer do jeito certo."

O chefe da Itaú Digital Assets diz que um dos desafios da fase de testes foi treinar os gerentes a assessorar os clientes quanto ao novo tipo de ativo. "Criamos uma primeira solução de rede, um IA chatbot, ao qual os especialistas e gerentes têm acesso para entender as principais perguntas dos clientes."

Na esteira de declarações recentes de Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual, de que o blockchain deve ser o trilho financeiro do futuro, Antunes diz que o Itaú vê a tecnologia como potencial infraestrutura para os sistemas dos bancos. "Estamos vendo uma nova geração de ativos tokenizados", defende. ***(RB)***

Como obter renda livre de IR na aposentadoria?

Consultório financeiro

Quais as alternativas disponíveis para obter renda livre de imposto de renda na aposentadoria?

Caio Paganini, CFP, responde:

Quando se trata de planejar a aposentadoria, uma das principais preocupações dos investidores é garantir uma fonte estável de renda. No entanto, é comum encontrar casos em que as pessoas não consideram o impacto dos impostos ao longo do tempo. Felizmente, existem várias maneiras de gerar renda livre de impostos durante a aposentadoria.

A diversidade de ativos livres de imposto de renda no mercado brasileiro permite, além da própria vantagem tributária, a composição de portfólios diversificados, que trazem maior segurança ao investidor no momento de usufruir do patrimônio acumulado ao longo da vida.

Entre as opções mais atrativas, as mais populares são as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Trata-se de títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras e lastreados em operações imobiliárias e do agronegócio. Esses títulos podem ter suas taxas de retorno prefixadas, indexadas ao CDI ou ao IPCA. Além disso, ambas as opções contam com a garantia do FGC, no limite de R$ 250 mil por CPF e por instituição financeira.

Com o recente amadurecimento do mercado de crédito privado no Brasil, surgem como opções os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e as debêntures incentivadas.

Os CRIs e CRAs são títulos securitizados de renda fixa. Securitização é a transformação de créditos a receber em títulos que podem ser comprados por investidores no mercado. Esses ativos podem ser encontrados com vencimentos mais longos, trazendo ao investidor a possibilidade de manter a taxa negociada por um período maior, e podem ser indexados ao CDI ou ao IPCA. No entanto, alguns pontos devem ser considerados: são títulos de baixa liquidez, podendo haver dificuldades de venda antes do vencimento, e que não contam com a garantia do FGC.

As debêntures são títulos de renda fixa provenientes de dívidas emitidas por empresas para execução de projetos específicos. Quando o projeto está relacionado à infraestrutura, a emissão é classificada como incentivada, o que garante ao investidor a isenção do imposto de renda sobre os rendimentos do título. O IPCA é o indexador mais comum nesse tipo de ativo, e há opções com diferentes modalidades de pagamento de juros: mensais, semestrais ou anuais. Assim como os CRIs e os CRAs, são investimentos de longo prazo, de baixa liquidez e que não são cobertos pelo FGC, o que demanda do investidor a análise minuciosa da empresa emissora da debênture.

Embora a maioria dos ativos isentos de imposto de renda sejam de renda fixa, há também outras opções, como os fundos de investimento imobiliário (FIIs) e fundos de investimento em cadeias agroindustriais (Fiagros). Em ambos os casos a regra tributária é a mesma: há isenção de imposto de renda para pessoas físicas na distribuição dos rendimentos do fundo. No entanto, no caso da venda das cotas, haverá tributação de 20% sobre o ganho de capital.

Existem várias maneiras de garantir renda livre de impostos na aposentadoria por meio de investimentos. É importante diversificar a carteira e considerar as necessidades individuais de cada investidor ao escolher as melhores opções para alcançar esse objetivo. Consultar um profissional CFP é importante para desenvolver uma estratégia personalizada, que leve em consideração o perfil de risco, os objetivos e a situação fiscal de cada pessoa.

Caio Paganini é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: paganinicaio@gmail.com

Valor E
Sábado, domingo e segunda-feira, 8, 9 e 10 de junho de 2024

Tributário Com base em nova lei, frigorífico gaúcho conseguiu reduzir dívida de R$ 290 milhões para cerca de R$ 80 milhões

Contribuintes renegociam acordos firmados com a PGFN

Arthur Rosa
De São Paulo

Contribuintes têm voltado à Fazenda Nacional para renegociar acordos e aproveitar as condições mais vantajosas estabelecidas pela Lei nº 14.375, de 2022, que alterou as regras para as chamadas transações tributárias. Um frigorífico gaúcho conseguiu um desconto maior para dívidas de tributos federais e contribuições previdenciárias, alongar o parcelamento, além de usar prejuízo fiscal e base negativa de CSLL — o que não foi possível na primeira negociação.

Pela legislação anterior, de nº 13.988, de 2020, o limite de descontos era de 50% sobre juros e multas. O teto, com a nova norma, passou para 65%. O limite do parcelamento também foi estendido, passando de 84 meses para 120 meses — no caso de tributos federais. Para contribuições previdenciárias, o teto constitucional, que não pode ser alterado, é de 60 meses.

Outra novidade da nova lei e posteriores regulamentações foi autorizar o uso de prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da CSLL, até o limite de 70% do valor remanescente, após a aplicação dos descontos. Vale para valores considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Precatório ou direito creditório com sentença de valor transitada em julgado — inclusive se o precatório ainda não estiver emitido — também podem ser usados para amortização da dívida tributária principal, multa e juros.

Tributaristas já previam esse movimento de revisão de transações tributárias, pelas vantagens adicionais trazidas pela nova lei e regulamentações. André Oliveira, sócio do escritório Castro Barros Advogados, apostava nesse cenário e já acompanhou três casos de revisão de transações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

"A nova lei [nº 14.375, de 2022] alterou as regras. E o contribuinte que fechou uma transação tributária antes dela estaria numa posição desigual em relação àquele que negociou em melhores condições", diz o tributarista.

DIVULGAÇÃO

"PGFN entendeu a situação da empresa e que poderia renegociar" *Marcelo P. Ribeiro*

No caso do frigorífico gaúcho, o que o levou a bater novamente na porta da PGFN foi a redução da sua capacidade de pagamento e a entrada em vigor da nova lei, segundo o advogado Marcelo Pinto Ribeiro, do Grupo Consultoria Empresarial, que conduziu a negociação. "A PGFN entendeu a situação da empresa e que poderia renegociar, com base nas novas condições estabelecidas", diz.

Com a renegociação, o contribuinte conseguiu reduzir dívida total de R$ 290 milhões — que reconsolidada ficou com valor maior que o inicial, com correção — para cerca de R$ 80 milhões, uma redução de 72,5%. Esse percentual foi alcançado com desconto de 65% mais uso de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de R$ 30,8 milhões.

Esse montante, agora, está sendo pago em 120 parcelas, no caso de tributos federais, e em 60 meses, em relação às contribuições previdenciárias. Na primeira negociação, o prazo foi de 84 e 60 meses, respectivamente. O contribuinte quitou integralmente 32 parcelas e fez, posteriormente, amortizações.

"Foi uma das primeiras renegociações no Sul do país. Com as edições das leis de 2020 e 2022, criou-se mecanismos efetivos que viabilizam o retorno à regularidade de grandes devedores e a manutenção da suas atividades empresariais", diz o advogado.

De acordo com o tributarista Caio Quintella, sócio da Nader Quintella Advogados, muitos contribuintes têm feito esse pleito junto à Fazenda Nacional. "E está totalmente acertada a posição da PGFN em deferir, vez que observa a isonomia entre contribuintes e a lealdade da administração pública, garantindo não só a confiabilidade nos seus programas, mas também a tão esperada cooperação entre Fisco e iniciativa privada."

Neste ano, a PGFN estima recuperar R$ 24 bilhões de valores inscritos na dívida ativa da União com transações tributárias e mais cerca de R$ 22 bilhões com outras medidas de cobrança. No primeiro trimestre já ingressaram no caixa do Tesouro R$ 5,4 bilhões referentes a valores de transações fechadas e pagos nesse período.

Em 2023, foram recuperados R$ 48,3 bilhões — R$ 20,7 bilhões originados de transações tributárias e o restante das demais formas de cobrança. O valor é 23% maior em relação ao ano anterior.

Para alcançar a meta, a Fazenda Nacional aposta também nas chamadas transações por adesão no contencioso tributário. Recentemente, foram publicados três editais: sobre subvenções de ICMS, lucros de coligadas e controladas no exterior e dívidas decorrentes de contratos de afretamento de embarcações ou plataformas petrolíferas — o que afeta a Petrobras.

União conta com adesão da Petrobras a transação tributária

Jéssica Sant'Ana, Murillo Camarotto, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta
De Brasília

A equipe econômica ainda conta com a adesão da Petrobras à transação tributária sobre a tese do afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, lançada no dia 20 de maio pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mesmo com a mudança recente na diretoria da estatal. As empresas têm até o dia 31 de julho para solicitar adesão.

A transação é uma espécie de acordo feito entre grandes empresas e a União para encerrar processos administrativos ou judiciais. No caso da Petrobras, a adesão deve pôr fim a uma disputa de R$ 55,2 bilhões no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), e render cerca de R$ 12 bilhões aos cofres públicos. Conforme mostrou o **Valor** em abril, o montante esperado era maior, de cerca de R$ 20 bilhões. A queda acontece por alguns motivos.

O primeiro é que a versão final do edital, após passar por consulta pública e receber sugestões das próprias empresas interessadas, trouxe um desconto maior do que o previsto na minuta para a quitação dos débitos. Outra razão é que a Petrobras poderá descontar garantias pagas à União nos últimos anos, além de utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possui.

A tendência, segundo apurou o **Valor** com fontes da equipe econômica e da Petrobras, é que a estatal venha aderir à opção 1 do edital, que prevê desconto de 65% sobre o valor elegível à transação, com entrada de 30% sobre o valor remanescente, e o pagamento do restante do saldo em seis parcelas mensais. A segunda opção disponível no edital prevê desconto de 35% sobre o débito, com entrada de 10% e pagamento em 24 parcelas.

Conforme mostrou o **Valor** em abril, a adesão da Petrobras à transação do afretamento vem sendo negociada desde a gestão de Jean Paul Prates. A avaliação é que o negócio será benéfico tanto para o governo federal quanto para a Petrobras, já que os processos primeiro correm no Carf e depois há o risco de a parte derrotada levar para o Judiciário, arrastando o tema para uma disputa ao longo de anos.

Além da Petrobras, a equipe econômica espera que empresas privadas venham aderir à transação, como a Shell e a Galp, mas o impacto fiscal será bem menor. Ainda assim, um integrante da equipe avalia que a adesão das empresas será importante para "limpar" o estoque de julgamentos do Carf. A meta é dar celeridade ao conselho, julgando ou tirando via transação processos com volume elevado de dinheiro envolvido.

No caso da transação do afretamento, ela faz parte da chamada "transação de grandes teses tributárias", que vem sendo feita pela Receita e pela PGFN, uma das principais apostas da Fazenda para zerar o déficit primário neste ano.

São, ao todo, quatro editais previstos para o ano. Dois já foram lançados: o do afretamento, em 20 de maio, e o da subvenção do ICMS, em 16 de maio. Ainda está pendente o edital sobre cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Em dezembro do ano passado, foi lançado um edital de transação para negociar teses relacionadas à tributação sobre lucros no exterior.

Procurada, a Petrobras respondeu que "o tema segue em análise". Em 8 de abril, em notícia veiculada pelo **Valor**, a empresa confirmou que avaliava "tecnicamente a minuta do edital colocada em consulta pública" sobre o afretamento. Disse, ainda, que "eventuais decisões relativas à adesão ou não da transação tributária proposta serão pautadas em análises técnicas criteriosas e avaliação de vantajosidade econômica, observando a Política Tributária da Petrobras, o rito de governança e os procedimentos internos aplicáveis à avaliação da proposta". Shell e Galp não retornaram.

Fazenda e empresas discutem multa isolada

Beatriz Olivon
De Brasília

Contribuintes têm tentado convencer a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a tratar a chamada multa isolada como uma multa, para que também sejam aplicados sobre ela os descontos previstos para as chamadas transações tributárias. Hoje, os procuradores entendem que, em autuação fiscal em que aparece apenas essa penalidade, sem valor de tributo, ela seria o montante principal, sobre o qual não haveria nenhum tipo de redução.

"Tanto a Receita Federal como a procuradoria tratam a multa isolada como débito principal", afirma Lígia Regini, sócia do escritório BMA Advogados. "E sobre a penalidade acaba não sendo concedido desconto."

A advogada explica que existem alguns tipos de multa isolada que vêm separadas. Esse tipo de autuação é feita pelo auditor fiscal por problema com nota fiscal, por exemplo. Ou como reflexo de outra autuação. Geralmente, a penalidade é aplicada pelo descumprimento de uma obrigação acessória.

Lígia Regini lembra, porém, que a lei da transação tributária estabelece que os descontos incidem sobre as multas, de forma geral, sem distinguir quais.

A tributarista exemplifica com uma cobrança de IPI em que há uma autuação sobre o principal, mais multa e juros, e outra com multa isolada sobre nota fiscal inidônea, de 100% do valor da operação. "São duas autuações, mas se for transacionar a Receita Federal não concede desconto nessa multa", afirma.

100%
é o percentual da multa por nota fiscal inidônea

Para Regini, o tratamento é equivocado e contraria a natureza do débito. A advogada destaca que a multa isolada, em reais, pode ser três vezes maior que o valor do tributo cobrado.

Em "Perguntas e Respostas", a Fazenda Nacional já informou que não há desconto para multa isolada. "Em uma multa pequena ninguém cria caso, mas se ela é elevada, mais alta que o próprio tributo, ela inviabiliza a transação", afirma.

A regra geral está prevista na Lei nº 13.988, de 2020, que veda transação tributária que reduza o montante principal do crédito — e, em caso de multa isolada, Receita e PGFN costumam tratar a penalidade como principal, resultando na não aceitação da redução.

Segundo a advogada Diana Piatti Lobo, sócia do escritório Machado Meyer Advogados, a depender do tipo específico de transação, os argumentos são mais sólidos para a redução da multa isolada. A advogada afirma que, em situações específicas, a própria PGFN se manifestou pela possibilidade de incluir e transacionar multas, inclusive isoladas — como na transação no Contencioso Tributário de Relevante Controvérsia Jurídica, em que há a possibilidade expressa de redução do principal, o que abarcaria a multa isolada.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaques

Execução fiscal

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu, por maioria de votos, que não é possível, antes do trânsito em julgado da sentença, intimar a companhia seguradora para que deposite o valor do seguro oferecido como garantia em execução fiscal. O entendimento foi adotado pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que considerou possível a liquidação antecipada do seguro garantia, com o depósito judicial da quantia. Para os desembargadores, contudo, o valor deveria ficar depositado em juízo até o trânsito em julgado da sentença da execução fiscal, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, da Lei nº 6.830, de 1980 — Lei de Execuções Fiscais. Prevaleceu no STJ, o voto do ministro Gurgel de Faria, que foi seguido pela maioria (AREsp 2310912).

Roubos nos Correios

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a pagar indenização de R$ 20 mil ao gerente da Agência de Careaçu (MG), que funciona como banco postal e sofreu quatro assaltos em seis anos. A decisão segue o entendimento do TST de que o risco inerente às atividades desenvolvidas em agências com banco postal justifica a responsabilização da empresa. Na ação, o empregado da ECT relatou que, desde 2002, trabalha na maior parte do tempo em agências que atuam como banco postal, com maior movimentação financeira de valores em espécie. Nos seis anos anteriores a 2021, ele presenciou pelo menos quatro assaltos, com armas de fogo. E, além do trauma, ainda foi responsabilizado por parte do prejuízo apurado na agência (RR-10202-24.2021.5.03.0153).

Prescrição intercorrente e multas aduaneiras

Opinião Jurídica

Thalles Niemeyer e Daniel Tessari

A Lei nº 9.873/1999 prevê em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que "incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada". Trata-se da chamada prescrição administrativa trienal.

Mais adiante, o artigo 5º do mesmo diploma legal estabelece que "o disposto nesta lei não se aplica às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária."

O fato é que, ao longo dos anos, a vedação acima apontada vem sendo aplicada, genérica e indiscriminadamente pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não apenas nos casos que tratem dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), como também nos processos administrativos que decorram do exercício do poder de polícia exercido pela RFB, inerente ao controle e à fiscalização do comércio exterior, muitas vezes tendo como base a Súmula Carf nº 11, que estabelece que "não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal".

No entanto, a jurisprudência judicial tem reconhecido que a referida prescrição deve alcançar os processos administrativos em que se discute a imposição de multa por infração à legislação aduaneira, em especial quando não possuam relação direta com a ausência ou com a insuficiência no recolhimento de tributos. É o que se verifica em recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já vêm sendo observadas pelos demais Tribunais Regionais Federais.

E, certamente, o entendimento não poderia ser outro.

Como se sabe, o Direito Aduaneiro é um ramo do direito público que consubstancia um conjunto de normas que, em última análise, foram editadas para regular e controlar as operações de comércio exterior.

Apesar de ser possível admitir que existam pontos de interseção do direito material com outros ramos do Direito, deve ser compreendida a natureza do crédito exigido pela RFB, se tributário ou não tributário. E, para isso, oportuno destacar algumas de suas distinções. A primeira delas refere-se ao arcabouço normativo.

As multas aduaneiras, em regra, são exigidas em decorrência de ação/omissão, voluntária/involuntária, que importe inobservância de norma estabelecida ou disciplinada no Regulamento Aduaneiro ou em ato normativo destinado a completá-lo.

Noutro giro, para os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias, devem ser aplicadas as regras previstas na Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN).

Nesse ponto, por si só, é de se notar que são distintos os fundamentos validade e seara de aplicação.

Outrossim, não se pode ignorar a realidade de que, em regra, as infrações nessa seara possuem diferentes vertentes, podendo decorrer (i) da inobservância de deveres administrativos ligados, exclusivamente, ao controle aduaneiro; (ii) da arrecadação/fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior; ou (iii) relacionados tanto ao controle aduaneiro quanto à arrecadação/fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior.

Pode-se dizer que as infrações enquadráveis no item i acima consubstanciam, essencialmente, o crédito de natureza não tributária. Seriam a parte da área aduaneira que não intersecciona a tributária, estando, portanto, sujeito à prescrição administrativa trienal.

Por sua vez, no item ii, a situação se inverte, sendo de fácil percepção a natureza tributária do crédito, atraindo a aplicação do regramento previsto no CTN.

O item iii, por fim, assumiria um caráter "híbrido", o que, naturalmente, eleva a complexidade da determinação de sua natureza e regime aplicáveis.

Ocorre que, muito embora as infrações enquadráveis no item i, reconhecidamente, estejam sujeitas ao rito do Decreto nº 70.235/1972, tal condição não afeta a sua natureza não tributária, vez que as normas referentes ao procedimento não se confundem — quanto mais diante da ausência de remissão ao CTN — ao direito material em discussão.

Com efeito, o fato de a sanção aduaneira ser exigida por meio de auto de infração, ser julgada pelo Carf e ser passível de inscrição em dívida ativa, por si só, não seria suficiente para alterar a natureza de crédito não tributário das infrações enquadráveis no item i.

Outra importante distinção é que a prescrição e a decadência são institutos de direito material que, na seara tributária, são reguladas pelo CTN, ao passo que os créditos não tributários, como visto, observariam o disposto na Lei nº 9.873/1999.

Logo, parece razoável afirmar que os processos administrativos que tratem de crédito de natureza não tributária, à exemplo das multas aduaneiras, poderão observar não apenas o disposto no Decreto nº 70.235/1972, como também o previsto na Lei nº 9.873/1999, por não se enquadrarem na vedação direcionada aos processos e procedimentos de natureza tributária.

Além disso, deve haver o inafastável distinguishing entre a Súmula Carf nº 11 e os casos que se enquadram no item i acima, de modo a viabilizar a aplicação da prescrição administrativa trienal.

De todo modo, a sinalização advinda do Judiciário acerca da aplicação da prescrição intercorrente administrativa é positiva e pode surgir como uma importante alternativa aos contribuintes que estejam discutindo, durante anos, o cabimento de determinadas multas aduaneiras.

Thalles Niemeyer e Daniel Tessari são advogados do Kincaid Mendes Vianna Advogados

---

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

CARTA DO PRESIDENTE

No ano de 2023, o Clube encerrou seu exercício fiscal com resultados que reforçam a presença da marca Flamengo como uma das mais importantes no segmento do futebol, não só nas Américas, mas em todo o mundo. Além de ultrapassarmos novamente a cifra de R$ 1 bilhão em receitas, o clube fechou 2023 com superávit histórico de R$ 320 milhões. Esse resultado foi tão expressivo que, vale citar, nos colocou num ranking seleto de clubes europeus de renome como veremos mais adiante. Essa marca foi obtida com muito empenho e trabalho incansável de todas as nossas equipes, sempre buscando novas fontes de receita, melhoria contínua na gestão e o comprometimento com o orçamento do Clube. Outro fator relevante para a apresentação desse resultado foi, mais uma vez, a participação de nossa Nação, que, mais uma vez, lotou os estádios em todas as competições. Recordes de público[1] foram quebrados e a maior média do ano, mais uma vez, foi da nossa torcida: mais de 57 mil pessoas. Nesse mesmo sentido, o programa Nação Sócio Torcedor cada vez mais se consolida como uma contribuição de imensa importância para os resultados do Clube e sua sustentabilidade. A negociação de jogadores que vieram das nossas categorias de base e que se destacaram nas competições de 2022 e 2023, colaborou de forma relevante para o resultado de 2023, mantendo a tradição de clube formador de craques. João Gomes e Matheus França foram as mais relevantes negociações, mas não foram as únicas. O clube faturou mais de R$ 40 milhões com direitos econômicos e mecanismo de solidariedade de jogadores já vendidos em anos anteriores, mas que, por conta de negociações em 2023 decorrentes do sucesso que eles alcançaram no mercado internacional (como o caso do Vinicius Souza), acabaram trazendo este volume relevante de receitas adicionais. Mas queremos ir sempre mais além, incansavelmente buscando o equilíbrio ideal entre as receitas e os investimentos no clube, em especial no futebol profissional. Acreditamos firmemente que para manter o Clube sempre disputando os títulos das competições das quais participa, é fundamental manter um ciclo constante de investimentos responsáveis, de forma a garantir a sustentabilidade e o crescimento do clube e, desta forma, atender aos anseios por títulos da Maior Torcida do Mundo. Neste sentido, fizemos um exercício comparando o Flamengo com os trinta maiores clubes europeus[2] e, considerando os resultados acumulados nos últimos cinco anos, somente sete destes clubes mundialmente renomados obtiveram lucro/superávit neste período. O Flamengo está entre os três clubes cujo resultado acumulado no período superou 20 milhões de euros, se colocando nesta métrica, ao lado de clubes como Real Madrid e Bayern de Munique, e apenas dois deles ficaram acima de 100 milhões de euros, sendo o Flamengo um deles. Podemos perceber que, todos os três clubes desta lista seleta são associações esportivas ou controlados por uma, que dependem de sua geração operacional de caixa própria para se manterem sustentáveis, exatamente como o Flamengo. Ao depender de nossa própria geração operacional de caixa para suportar e honrar os investimentos feitos, não podemos olhar só para um ou dois anos à frente, mas pensar a médio e longo prazo. De novo, destacamos a sustentabilidade como base da nossa visão de que os resultados esportivos são consequência quase inevitável da manutenção contínua de uma equipe de alta performance e que estará sempre disputando os títulos das competições que participa. Essa é a nossa receita de regularidade, que objetiva nos manter no topo da lista de clubes mais competitivos do Brasil e da América do Sul, disputando títulos e fazendo a alegria de nossa imensa torcida. Mas essa visão não se restringe somente ao futebol profissional masculino, o Flamengo entende perfeitamente a sua dimensão e o papel que representa na sociedade na qual está inserido. Por isso, mantendo uma política que tem sido seguida durante todo o ciclo de nossa Gestão, investimos fortemente nas categorias de base do futebol masculino, nos esportes olímpicos, no futebol feminino, que ganha mais destaque a cada ano, na gestão do clube investindo em sistemas, processos, na busca e retenção de talentos e, com especial carinho, na nossa histórica sede da Gávea. Vamos falar um pouco sobre cada uma dessas áreas. No futebol, nossa visão de crescimento também se reflete nos investimentos nas categorias de base. Na última temporada, o Flamengo comemorou mais uma marca histórica com os Garotos do Ninho, que conquistaram 44 títulos em 2023, igualando a marca recorde de 2022 para o clube. Das 13 categorias do futebol de base, todas foram campeãs em um ou mais torneios que disputaram. Os números refletem a excelência do trabalho realizado diariamente com os jovens e todos os profissionais que trabalham nos bastidores para desenvolver nossos talentos. Não à toa, é cada vez maior o número de Garotos do Ninho que chegam à equipe profissional, conquistam títulos e que caem nas graças da Nação: foram 14 os atletas formados no Clube que atuaram na equipe principal durante o ano, sem contar com a marca de 15 atletas do Flamengo convocados para as seleções brasileiras de base em 2023. Nos esportes olímpicos, tivemos mais um ano vitorioso, com destaque especial, mais uma vez, para nossas atletas da ginástica artística, Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Lorrane Oliveira e Jade Barbosa que conquistaram, juntas, no Campeonato Mundial, cinco medalhas - uma de ouro, duas de prata e duas de bronze -, garantindo também a vaga para Paris-2024 e reforçando a posição da Rebeca entre as melhores do mundo. Vale ainda destacar a campanha histórica dos atletas rubro-negros nos Jogos Pan-Americanos realizados em Santiago, no Chile: 40 atletas e três treinadores, que juntos conquistaram 30 medalhas. Foram 10 de ouro, 12 de prata e oito de bronze. Se a Nação Rubro-Negra fosse um país, estaríamos em 9º lugar na classificação geral entre os 41 países que participaram dos jogos. Já no Futebol Feminino, o ano foi de afirmação, com relevantes investimentos feitos na estrutura e no time principal, que ganhou mais visibilidade, mantendo uma equipe profissional forte e com reforços de renome, com atletas que acumulam passagens pela Seleção Brasileira. Na categoria Sub-20, a conquista da primeira edição da Copinha Feminina de forma invicta mostra o desenvolvimento do trabalho de formação que vem sendo feito desde 2019. A base teve, no total, 13 atletas convocadas para a Seleção Brasileira. Em nossa sede na Gávea, buscamos, cada vez mais, modernizar as instalações e atender os anseios de nossos associados por melhorias contínuas. Neste ano, tivemos o início das obras de recuperação da arquibancada do estádio na Gávea, a construção de novas instalações administrativas dos esportes olímpicos, a abertura de novas opções gastronômicas, tais como o VAMO, que adicionalmente revigorou uma área do Clube que se encontrava sem utilização, e muitas outras melhorias nas instalações esportivas e sociais da sede. No Centro de Treinamento George Helal, também foram realizados relevantes investimentos em novos equipamentos, na construção de dois novos campos e na aquisição de um terreno para ampliação das instalações. Sabemos que, além dos resultados esportivos e da solidez da gestão, temos a missão e a honra de zelar pela mítica tradição do Manto que veste a Maior Torcida do Mundo e com a história centenária daqueles que a fizeram tão grande e mágica. Neste sentido, em agosto de 2023, com muita alegria, pudemos realizar um sonho antigo: a inauguração do Museu do Flamengo, um espaço moderno e com um acervo riquíssimo, oferecendo o destaque que nossa história merece, guardando nossas memórias da melhor forma para que as novas gerações de rubro-negros possam conhecer toda a grandeza de nossa trajetória. No segmento das mídias digitais, a cada ano nos empenhamos em estar mais perto de toda a Nação, levando mais conteúdo a todos os apaixonados pelo clube e para todos que querem saber o que está acontecendo com o Mais Querido. Nos consolidamos cada vez mais como o maior clube das Américas e um dos maiores do mundo no que tange a plataformas digitais: em 2023, contamos com 77 milhões de seguidores em 17 perfis de sete plataformas, o maior número de seguidores em todas as redes no Brasil. Com relação a interações, continuamos sendo o 1º clube das Américas em todas as redes sociais nessa métrica, reforçando nossa dimensão global. Na área da responsabilidade social, o Flamengo vem continuamente reafirmando seu papel de clube socialmente responsável, entendendo e desenvolvendo a sua missão e o compromisso do Clube através de suas iniciativas de ESG – Environment, Social and Governance - em somar esforços na promoção do desenvolvimento social. Neste sentido, em 2023, o clube apoiou diversos projetos e ações desenvolvidos pelo setor da Responsabilidade Social do Clube, pautados nos segmentos Educação, Inclusão Social, Saúde e Sustentabilidade. Abaixo, destaco alguns deles: • No projeto Jogaremos Juntos, que atua sobre a educação através da prática esportiva de diferentes modalidades esportivas, 600 crianças foram impactadas em 2023; • O Recicla Nação, projeto de educação ambiental, destinou à reciclagem, em seu terceiro ano de existência, 53 toneladas de resíduos sólidos (plástico e papelão), possibilitando cestas básicas e refeições para 5 mil famílias em situação de extrema vulnerabilidade; • Com o projeto Pé de Gol, 810 mudas de árvore foram plantadas - 10 a cada gol do Flamengo nos campeonatos brasileiros feminino e masculino; • No projeto Ombro a Ombro, 65 mulheres entre brasileiras e refugiadas, em situação de baixa renda, tiveram a oportunidade de aprender um novo ofício e assim poder gerar renda para suas famílias; • O Nação no Maraca foi um dos projetos de maior engajamento nas redes. Por seu intermédio, milhares de pessoas em situação de rua, acolhidas de instituições de reinserção social, estudantes da rede pública, assistidos de projetos sociais, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, puderam vivenciar momentos inesquecíveis no Maracanã. Não podemos deixar de fazer uma menção especial: terminamos este ano de 2023 com um total de 500 embaixadas e consulados, presentes em todos os estados brasileiros e em mais de 26 países. No total, são mais de 50 mil rubro- negros vinculados ao projeto. Além de ampliar os horizontes de nossa marca no âmbito nacional e internacional, toda essa energia foi traduzida não só em ações para impulsionar nossas equipes, mas também para apoiar campanhas sociais em suas cidades de atuação. Foram mais de 600 ações, tais como: doação de sangue, campanha do cobertor e agasalho, cadastro consciente de medula óssea, natal solidário, arrecadação de material escolar, entre outros. No campo institucional, nos mantivemos fortemente engajados em discussões em prol da modernização do futebol brasileiro, como naquelas acerca da nova liga e do calendário de competições. Concluindo, ao apresentarmos nossas Demonstrações Financeiras de 2023, é com orgulho que avaliamos o que construímos desde 2019, neste retrospecto no qual chegamos em múltiplas decisões, conquistamos dois títulos da Libertadores, dois Campeonatos Brasileiros, uma Copa do Brasil entre outros (campeonatos estaduais, Recopa e Supercopa) e no qual fortalecemos ainda mais a solidez financeira do nosso clube do coração. Em 2024, continuaremos trabalhando com o mesmo entusiasmo que nos trouxe até aqui, para que todos os que são apaixonados pelo Flamengo possam continuar a sonhar alto, sabendo que realizar esses sonhos é possível, vide as inúmeras conquistas neste passado recente. O resultado financeiro, que mencionamos no primeiro parágrafo desta carta, não é um objetivo em si, mas sim a base que, transformada em investimento, será o combustível para seguirmos chegando longe em todas as competições, sempre com o apoio da Maior Torcida do Mundo, encantando os estádios por onde passa. Estamos fazendo - e sempre faremos - todo o possível para que este ano que se inicia seja de mais conquistas e de continuidade do trabalho de excelência. Neste início de 2024, tivemos uma janela de fortes investimentos para qualificar ainda mais o nosso elenco em posições pontuais, detalhadamente planejadas. Buscamos nos aproximar ainda mais de nossa torcida, e apostamos na transformação da pré-temporada em um evento nacional - e até internacional - movendo multidões e reafirmando nossa grandeza, tendo cada vez mais certeza de como nossa torcida é gigante e apaixonada por todo canto do Brasil e fora dele. Enfim, entregar o clube vencedor e sólido em todas as áreas que atua, com uma sede renovada, com uma política de gestão consolidada, com um caixa robusto, com baixo endividamento e com inúmeros títulos relevantes em todos os esportes nos quais competimos, é o maior LEGADO que deixamos, até aqui, para as próximas gerações de rubro-negros.

Rodolfo Landim
Presidente do Clube de Regatas do Flamengo

[1] O jogo contra o Independiente Del Valle, válido pela Recopa Sul-Americana, teve público presente de 71.411 pessoas, o maior em jogos entre clubes no "Novo" Maracanã.
[2] Com base no relatório Football Money League publicado pela Consultoria Deloitte em janeiro de 2024.

RELATÓRIO DE GESTÃO ECONÔMICA

SUMÁRIO EXECUTIVO

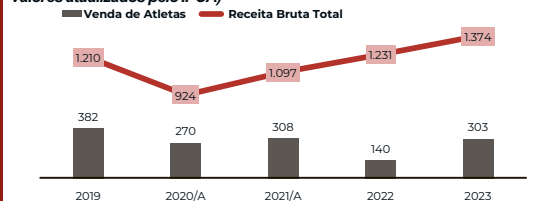
Desempenho esportivo do Futebol Profissional Masculino e performance financeira do Clube (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)[3]

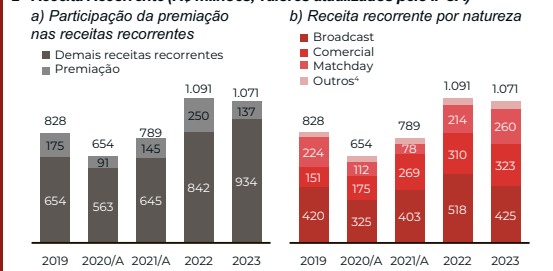
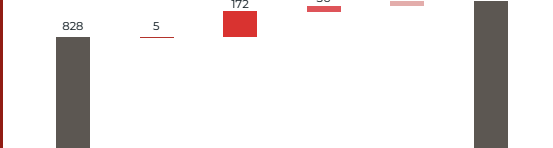
	2023	2022	2021/A
Copa Libertadores da América	**Oitavas**	Campeão	Final
Campeonato Brasileiro	**4º Lugar**	5º Lugar	2º Lugar
Copa do Brasil	**Final**	Campeão	Semifinal
Supercopa do Brasil	**Final**	Final	Campeão
Campeonato Carioca	**Final**	Final	Campeão
Receita Bruta	**1.374**	1.231	1.097
Receita Recorrente	**1.071**	1.091	789
Ebitda	**485**	358	360
Superávit	**320**	142	144
Dívida Operacional Líquida	**48**	227	292

Em 2023, o clube divulgou resultados financeiros expressivos, evidenciados pelos principais indicadores de desempenho financeiro adotados: receita bruta, Ebitda e superávit alcançaram patamares recordes, enquanto a dívida operacional líquida registrou o menor nível deste século. Nesse ano, o aumento das receitas comerciais e de matchday, impulsionado pelo fortalecimento da marca Flamengo e pelo apoio constante da torcida, refletido nas receitas de bilheteria e do programa Sócio Torcedor, compensou a diminuição das receitas provenientes de premiações esportivas, mantendo as receitas recorrentes acima de R$ 1 bilhão. As vendas de atletas também contribuíram significativamente, com receitas superando R$ 300 milhões, resultado do investimento contínuo nas categorias de base. Esses recursos são cruciais para sustentar as operações do clube, que vão além dos custos de manutenção de um elenco de alta qualidade, incluindo a oferta de condições de trabalho de excelência, infraestruturas de ponta para todos os esportes, estrutura corporativa e pessoal qualificado em diversas áreas. Além disso, a consistência de um Ebitda significativo é vital para manter a capacidade de investimento em novos atletas e a aspiração natural do Flamengo de buscar a vitória em todas as competições das quais participa. No modelo associativo adotado pelo clube, a alternativa ao uso de recursos gerados internamente é a contração de dívidas, o que pode comprometer a sustentabilidade e a competitividade a longo prazo. Portanto, a diminuição da dívida operacional líquida e os investimentos feitos em 2024, utilizando os recursos gerados no ano anterior, reforçam a eficácia da estratégia adotada, visando manter a competitividade constante.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O Clube atingiu uma receita operacional bruta de R$ 1.374 milhões em 2023. Este valor representa um recorde para o Flamengo e para o futebol brasileiro, mesmo considerando a atualização dos valores históricos pela inflação, conforme mostra o gráfico 1. Este patamar inédito de receitas foi atingido em função do crescimento sustentado de receitas comerciais e de matchday, e de um resultado expressivo de vendas de atletas, que compensaram a queda na linha de broadcast em função do resultado esportivo de 2023 e de uma premiação consequentemente menor que a registrada em 2022, quando o clube se sagrou campeão da Copa do Brasil e da Copa Libertadores, dois torneios que pagam relevante premiação aos primeiros colocados. O gráfico apresenta a expressiva recuperação que o clube teve em suas receitas após a pandemia, atingindo uma receita total 48% maior do que a realizada no ano de 2020, e 13% maior do que a registrada no ano anterior à pandemia, em termos reais.

1 - Receita Operacional Bruta e Receita com Venda de Atletas (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)

O grupo de receitas de broadcast é naturalmente volátil, visto que o componente de premiações decorre diretamente do desempenho esportivo. A natureza competitiva da indústria do futebol e a estrutura de premiação das competições em questão tornam essa origem de recursos incerta, mesmo para os clubes de maior investimento como é o caso do Flamengo. Nesse sentido, o esforço do clube em manter um crescimento sustentado nas demais receitas recorrentes é fundamental para que eventuais resultados adversos em campo não comprometam a capacidade do clube de arcar com seus compromissos. Os gráficos abaixo permitem identificar os efeitos acima descritos (queda de premiações compensada pelo crescimento das demais receitas recorrentes). No gráfico 2(a), pode-se verificar que o grupo de receitas recorrentes sem premiação cresceu 11% entre 2022 e 2023 e 9% ao ano desde 2019, em termos reais. Analisando em mais detalhes a variação de receitas entre 2019 e 2023, o grupo de receitas comerciais destaca-se como o principal vetor do aumento, responsável por 72% da variação percebida no período. O crescimento de receitas de matchday e do grupo de outras receitas também foi relevante, representando 15% e 12% da variação, respectivamente. As receitas de broadcast, por outro lado, tiveram variação mínima em termos reais, em função da performance esportiva nos 2 anos que estamos comparando.

2 - Receita Recorrente (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)

BENCHMARKING | COMPARAÇÃO COM CLUBES EUROPEUS

Em função da natureza global da nossa indústria, com a competição pelos melhores jogadores e pela atenção dos consumidores não se restringindo a fronteiras geográficas, é importante que realizemos um benchmark do Flamengo contra clubes de todo o mundo – sendo fato indiscutível que as principais equipes estão concentradas no continente europeu. Em relatório recente publicado pela Deloitte (Deloitte Football Money League), que anualmente divulga as maiores receitas do futebol mundial (ranking no qual não são consideradas as receitas com vendas de atletas), o Flamengo foi citado como um clube não europeu que está 'às portas' da Money League. De fato, considerando a cotação média do euro para o ano de 2023, o clube atingiu a receita de € 198 milhões, número similar ao registrado pelo 30º colocado no estudo da consultoria[5].

[3] Esta tabela utiliza valores ajustados para o ano de 2021, para desconsiderar o efeito do atraso da realização do Campeonato Brasileiro de 2020, que terminou somente em fevereiro de 2021. Nesse caso, bem como nos gráficos apresentando séries históricas que apresentam os anos de 2020 e 2021, a legenda indicará que se trata de um valor ajustado ao referir-se a "2020/A" e "2021/A".
[4] Grupo de Outros compreende receitas do Clube Social, como mensalidades, aluguel de espaços e escolinhas, além de valores eventuais, como receitas com acordos judiciais. O gráfico não apresenta valores desse grupo por questões de formatação. O valor em 2023 foi de R$ 62 milhões.
[5] O estudo da Deloitte, publicado em janeiro de 2024, utilizou os últimos números publicados pelo Flamengo à época (DF 2022). A comparação apresentada aqui utiliza, naturalmente, o resultado de 2023 de que trata este relatório de gestão Utilizamos, para a conversão dos valores em reais, a cotação média do euro durante o ano de 2023 (R$ 5,4023).

3 – Distribuição da Receita Recorrente do Flamengo (€ milhões)

Broadcast 79 | Comercial 71 | Matchday 48

Se analisarmos as maiores receitas pelos seus componentes, percebemos que a maior lacuna é encontrada na linha de broadcast. Os gráficos abaixo comparam o Flamengo com os 20 primeiros colocados no relatório da Deloitte, para os quais há o detalhamento das receitas entre broadcast, comercial e matchday. No grupo de receitas de matchday, o clube aparece em 18º no levantamento, com uma receita equivalente a 56% da mediana dos 20 clubes da Money League, ou 29% da maior receita com matchday.

4 – Comparação entre Flamengo e clubes da Money League – receitas de matchday (2023) (€ milhões)

166 153 151 135 122 121 118 103 90 88 83 79 75 64 60 57 54 48 47 44 44

No caso das receitas comerciais, em que pese a maior distância para os clubes das primeiras posições – a receita do Flamengo neste grupo equivale a 34% da mediana e 17% da maior receita – o clube aparece em 17º.

5 – Comparação entre Flamengo e clubes da Money League – receitas comerciais (2023) (€ milhões)[6]

419 412 403 400 399 355 298 261 242 218 195 188 124 122 99 73 71 61 58 57 54

É nas receitas de broadcast que há um maior distanciamento em relação à Money League: todos os clubes da lista apresentam receitas de broadcast bem superiores à registrada pelo Flamengo – a receita do Flamengo representa somente 57% do 20º colocado na lista.

6 – Comparação entre Flamengo e clubes da Money League – receitas de broadcast (2023) (€ milhões)

344 306 282 260 249 240 235 222 220 216 204 190 182 182 170 163 158 157 141 138 79

O distanciamento entre Flamengo e clubes europeus verificado no grupo de receitas de broadcast deve-se não somente à maior receita que os clubes conseguem em seus contratos de transmissão das ligas domésticas, em função do maior grau de desenvolvimento do produto, mas também das receitas com as competições da UEFA – cujo volume permite que clubes de mercados bem menores que o brasileiro, como Portugal e Holanda obtenham receitas de patamares equivalentes aos nossos. O gráfico a seguir compara especificamente os 20 clubes com maiores receitas oriundas de premiações de competições UEFA na temporada passada[7], com as receitas de premiação do Flamengo na Copa Libertadores em 2022 e 2023. Em que pese o aumento na premiação da Libertadores nos últimos anos, é patente a discrepância, o que torna o cenário para os clubes da América do Sul muito desafiador na competição com as equipes europeias.

7 – Comparação entre Flamengo e clubes europeus – receitas com premiação de competições continentais (2023) (€ milhões)

131 122 110 101 100 93 89 85 77 77 77 75 74 65 65 62 61 58 51 47 33 5

Custos, despesas e eficiência operacional

Passando à análise da eficiência operacional, medida pelo Ebitda, em primeiro lugar é preciso analisar a evolução dos custos e despesas operacionais. O crescimento de 5% em relação a 2022 explica-se pelos maiores custos com transferências de atletas – decorrência natural do maior volume de vendas de 2023. A série histórica, apresentada no gráfico abaixo, demonstra que o patamar de custos e despesas está relativamente estável, com valores ainda inferiores a 2019 em termos reais.

8 – Custos e Despesas Operacionais (R$ milhões, atualizados pelo IPCA)

2019: 763 | 2020/A: 674 | 2021/A: 623 | 2022: 782 | 2023: 792

Analisando-se especificamente as despesas com pessoal, principal vetor das despesas operacionais, verificamos a manutenção da gestão responsável, com o indicador de despesas com pessoal sobre receita recorrente em valores similares aos percebidos nos últimos 2 anos.

9 – Razão de Despesas de Pessoal sobre Receita Líquida

	2019	2020/A	2021/A	2022	2023
Razão (Rec. Total)	42%	54%	38%	44%	40%
Razão (Rec. Recorrente)	58%	76%	53%	49%	51%

Benchmarking | Comparação com clubes europeus

A razão entre despesas de pessoal e receita recorrente está em linha com o patamar registrado por clubes europeus, conforme o gráfico abaixo. Para assegurar uma análise justa com times europeus, acrescentamos o Direito de Arena e as contribuições ao INSS incidentes sobre a receita no valor de despesas com pessoal. Devido a essa diferença metodológica, o valor apresentado é diferente nos gráficos 10 e 11. Vale ressaltar que alguns dos clubes que possuem as maiores razões percentuais tem em seus modelos de negócio a possibilidade de aportes significativos dos proprietários. O Flamengo tem indicadores parecidos com outros clubes que operam sob o regime de associação civil sem fins lucrativos, como o Real Madrid, ou são controlados por tais associações, como o Bayern de Munique, e em linha com a mediana dos 19 clubes europeus do levantamento[8].

[6] Para esta comparação, agrupamos as receitas que apresentamos neste relatório na rubrica 'Outras' no grupo de receitas comerciais.
[7] Dados obtidos do relatório "The European Club Finance and Investment Landscape", publicado pela UEFA e disponível em https://ecfil.uefa.com/2023.
[8] O relatório da Deloitte Football Money League, de onde foram extraídos os dados relativos aos clubes europeus, não apresenta o indicador para o Olympique Marseille, que figura na 20ª posição do ranking.

10 – Comparação entre Flamengo e clubes europeus – razão de despesas com pessoal total sobre receita recorrente (2023)

O crescimento dos custos e despesas operacionais em nível inferior ao das receitas totais (impulsionadas pelo nível de venda de atletas) resultou em um Ebitda de R$ 485 milhões, recorde da série histórica, e uma margem de 36% - melhor índice dos últimos 5 anos. O Ebitda recorrente, que não inclui o resultado da venda de atletas, apresentou uma redução comparado a 2022, em função da queda de receitas com prêmios. Não obstante, o clube atingiu novamente uma margem Ebitda recorrente superior a 20%.

11 – Ebitda (R$ milhões) e margem Ebitda (%) (valores atualizados pelo IPCA)

	2019	2020/A	2021/A	2022	2023
a) Total	262 (24%)	141 (16%)	360 (35%)	358 (31%)	485 (36%)
b) Recorrente	(2%)	(60) (10%)	114 (15%)	242 (24%)	220 (22%)

Resultado e Patrimônio Líquido

O gráfico 12 ilustra a origem dos recursos e seu uso. O Ebitda recorrente, que representa o valor das receitas recorrentes que excede os gastos operacionais, é suficiente para cobrir as depreciações e amortizações que resultam principalmente do investimento em atletas. As receitas com atletas e o resultado financeiro positivo fluem para o superávit.

12 – Usos e Fontes (origem de recursos e seus destinos)

O Clube teve um superávit de R$ 320 milhões em 2023. Nos últimos 5 anos, somente em 2020 (ano no qual a pandemia da Covid-19 interrompeu as atividades em diversos setores da economia) o resultado foi deficitário, sendo que o acumulado no período é de R$ 613 milhões, em valores já atualizados pelo IPCA. O superávit dos últimos anos elevou o patrimônio líquido do Clube para R$ 654 milhões. Conforme o box "Comparação com clubes europeus", o resultado é expressivo em uma indústria em que estruturalmente há pressões para maximizar o resultado esportivo à custa da sustentabilidade financeira no longo prazo.

13 – Resultado atualizado pelo IPCA e Patrimônio Líquido nominal por ano (R$ milhões)

Benchmarking | Comparação com clubes europeus

14 – Resultado acumulado nos últimos 5 exercícios (€ milhões)

Vale ressaltar o nível e a consistência dos superávits do Flamengo, uma vez que não é usual, na indústria do futebol, a manutenção de resultados positivos. A competitividade do esporte, conjugada com um ambiente de controle financeiro ainda limitado (embora crescente), atua para que clubes gastem o máximo possível no curto prazo para atingir resultados esportivos. Em um estudo comparativo realizado internamente, identificamos que, de 28 times[9] citados no relatório da Deloitte Football Money League, somente 6 tiveram um resultado acumulado nos últimos 5 anos positivo. Os demais 22 clubes tiveram prejuízo acumulado no período. No caso de clubes que têm proprietários com capacidade financeira para tal, essa estratégia pode resultar em títulos enquanto tais proprietários estiverem dispostos a financiar os déficits gerados pelo clube. No caso de associações, no entanto, tal estratégia pode ter resultados nocivos para a sustentabilidade a longo prazo, dado que a associação só pode se financiar com capital de terceiros, que tende, com o tempo, a onerar o clube e diminuir sua capacidade competitiva, criando o conhecido círculo vicioso de alto custo financeiro e endividamento crescente e impagável.

[9] O levantamento não inclui dados do Olympique Marseille e do Eintracht Frankfurt diante da ausência de resultados financeiros disponíveis.

Caixa, Endividamento e Capital Circulante Líquido

O saldo de caixa ao fim de 2023 foi de R$ 263 milhões (incluindo o caixa restrito, reservado para projetos incentivados). A manutenção de um saldo robusto permite ao clube mais flexibilidade em negociações, possibilitando o pagamento de investimentos, seja em atletas ou em infraestrutura, sem depender do financiamento de terceiros e sendo um amortecedor para choques externos, como foi a pandemia em 2020 e 2021. O endividamento líquido operacional, ou dívida operacional líquida (DOL)[10] é uma métrica que busca medir o valor total devido a fornecedores, clubes, bancos e entes governamentais, descontado do que o Clube tem em caixa e a receber de outros clubes. Ao incluir no cálculo o valor a receber de transferências de atletas, a métrica reflete uma característica da indústria do futebol: atletas são comprados e vendidos a prazo, e incluir as parcelas a pagar de compras de atletas ignorando as parcelas a receber de vendas de atletas pode sugerir um endividamento maior do que o endividamento efetivo do Clube. No gráfico 15, podemos ver a evolução do Caixa e do Endividamento Líquido Operacional desde 2019, em valores atualizados pela inflação, bem como a composição do endividamento. O indicador atingiu, em 2023, o menor valor da série histórica, inferior a R$ 50 milhões de reais, e é fortemente influenciado pelo saldo de caixa.

15 – Caixa e Endividamento Líquido Operacional (R$ milhões, atualizados pelo IPCA)

A alavancagem, que compara a dívida líquida operacional com o Ebitda, demonstra que o endividamento está equacionado, representando 0,1x o Ebitda. Além disso, o clube tinha, em dezembro de 2023, capital circulante líquido positivo. Isto significa que, gerados pela. operação em 2024 (Ebitda), os ativos de que o clube já dispunha eram suficientes para saldar os compromissos vincendos no ano de 2024. Conforme indica o gráfico 16, esta situação representa uma mudança de paradigma em relação aos anos anteriores.

16 – Alavancagem e Capital Circulante Líquido (em R$ milhões, atualizados pelo IPCA)

INVESTIMENTOS

A sequência de superávits e a manutenção da dívida em um nível adequado, permite que o clube direcione seus recursos para investimentos em infraestrutura e, em especial, na qualificação do elenco. O investimento em direitos econômicos, que ultrapassou R$ 273 milhões em 2023, já soma mais de R$ 1,1 bilhão desde 2019 em valores atualizados pelo IPCA - outra evidência da continuidade do processo, que não se restringe a uma única temporada de fortes investimentos, mas tem características de perenidade. A geração de superávits sucessivos permite tal volume de investimentos, que por sua vez, impulsionam a performance esportiva e financeira, sustentando esse ciclo virtuoso.

17 – Investimento em direitos econômicos de atletas: valor total por ano (R$ milhões, atualizados pelo IPCA)

As figuras representam as maiores aquisições de cada ano.

BENCHMARKING | COMPARAÇÃO COM CLUBES EUROPEUS

Comparando a razão do valor histórico de aquisição do elenco atual de cada equipe (sem amortização) sobre a receita recorrente do Flamengo e dos principais clubes europeus, percebe-se que o nível de investimento do clube é semelhante a seus pares, especialmente em relação aos clubes de modelo associativo – que tem a receita recorrente como uma âncora natural para a capacidade de investimento.

18 - Valor histórico de aquisição do elenco atual / receita recorrente

PERSPECTIVAS 2024

À medida que o Flamengo olha para 2024, o clube está otimista com um orçamento que projeta novamente mais de R$ 1 bilhão em receitas. No entanto, também estamos cientes dos desafios e mudanças no cenário macroeconômico e nas tendências do mercado esportivo. O cenário macroeconômico global é marcado por altas taxas de juros que foram implementadas para combater a inflação após um período de alta liquidez. Esse ambiente anterior impulsionou várias indústrias, incluindo criptomoedas e apostas esportivas on-line, que estabeleceram parcerias com diversas entidades esportivas como o Flamengo. À medida que navegamos neste novo cenário, monitoraremos de perto o impacto dessas mudanças macroeconômicas em nossas parcerias e no mercado em geral. Nos últimos anos, os provedores de streaming vêm competindo ferozmente por participação de mercado e os esportes ao vivo se consolidaram como um ativo-chave de grande audiência. Essa intensa competição valorizou ainda mais os direitos de transmissão. Esse ambiente representa uma oportunidade para ligas que atualmente têm direitos de transmissão de valor relativamente mais baixo, como no caso do Brasil. O Flamengo está ativamente engajado na formação de uma liga de futebol no Brasil com o objetivo de melhorar o produto oferecido aos torcedores. Ao proporcionar partidas de alta qualidade, em estádios melhores e com jogadores de primeira linha, nos esforçamos para atrair uma base de fãs maior e mais engajada, fortalecendo o futebol brasileiro como um todo. Essa liga permitirá que os clubes tenham maior controle sobre seus recursos e direitos, levando a um crescimento mais sustentável de suas receitas e do "PIB do Futebol" capturado pelos clubes. Além disso, as mudanças regulatórias no mercado brasileiro abriram as portas para investidores estrangeiros entrarem na indústria esportiva local, trazendo maior competitividade e elevando o padrão contra o qual devemos competir. Como clube, o Flamengo estuda continuamente essas mudanças regulatórias para entender as novas alternativas que se tornaram disponíveis e avaliar possíveis oportunidades de negócios. Esses temas não estão isolados, mas sim interligados. O ambiente macroeconômico, a competição entre os provedores de streaming, a formação de uma liga de futebol e a entrada de investidores estrangeiros moldam o cenário em que o Flamengo opera. Olhando para o futuro, estamos confiantes em nossa capacidade de navegar por esses desafios interconectados, trabalhando de forma estratégica para fortalecer o clube e garantir o sucesso dentro e fora de campo.

[10] O cálculo do endividamento líquido operacional não inclui provisões para contingências, uma vez que não há certeza de que o Clube terá de pagar tais valores, nem adiantamentos, visto que tais valores também não são pagos – o valor sai do ativo à medida que as receitas relativas aos adiantamentos são reconhecidas no resultado, sem efeito no caixa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**234.487**	236.887
Caixa restrito	3	**28.073**	17.581
Contas a receber	4	**38.686**	17.720
Contas a receber com a transferência de jogadores	5	**123.423**	53.821
Estoques		**3.780**	4.113
Despesas antecipadas		**11.272**	2.462
Outros		**16.193**	10.974
Total do ativo circulante		**455.914**	343.558
Ativo não circulante disponível para venda	6.1	**59.953**	-
Não circulante			
Contas a receber com a transferência de jogadores	5	**54.196**	37.034
Depósitos judiciais	14	**58.780**	53.076
Propriedades para investimento	6.2	**38.625**	104.893
Intangível	7	**469.080**	372.299
Imobilizado	8	**247.794**	216.165
Outros		**5.560**	4.868
Total do ativo não circulante		**874.035**	788.335
Total do ativo		**1.389.902**	1.131.893

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores e outras obrigações	9	**60.225**	34.566
Contas a pagar com a transferência de jogadores	10	**137.159**	145.368
Empréstimos	11	**-**	35.948
Impostos e contribuições sociais	12	**32.546**	48.246
Obrigações trabalhistas e sociais	13	**24.580**	33.347
Adiantamentos recebidos	15	**120.772**	94.692
Total do passivo circulante		**375.282**	392.167
Não circulante			
Fornecedores e outras obrigações	9	**19.872**	17.198
Contas a pagar com a transferência de jogadores	10	**97.070**	69.171
Impostos e contribuições sociais	12	**155.543**	196.588
Provisão para contingências	14	**88.044**	100.247
Adiantamentos recebidos	15	**-**	21.976
Total do passivo não circulante		**360.529**	405.180
Total do passivo		**735.812**	797.347
Patrimônio líquido	16		
Reserva de reavaliação		**192.980**	201.331
Superávits acumulados		**461.111**	133.215
Total do patrimônio líquido		**654.091**	334.546
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.389.902**	1.131.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	1.315.873	1.112.429
Custo das atividades sociais e esportivas	18	(936.084)	(827.538)
Resultado bruto		379.789	284.891
Despesas administrativas	19	(74.523)	(78.698)
Despesas comerciais	20	(31.871)	(31.171)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	18.304	(18.346)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		291.698	156.676
Despesas financeiras	22	(30.657)	(34.274)
Receitas financeiras	22	58.503	13.288
Superávit do exercício		319.545	135.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	319.545	135.690
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	319.545	135.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits (déficits) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	204.321	(5.465)	198.856
Superávit do exercício	-	135.690	135.690
Realização do custo atribuído	(2.990)	2.990	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	201.331	133.215	334.546
Superávit do exercício	-	319.545	319.545
Realização do custo atribuído	(8.351)	8.351	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.980	461.111	654.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**319.545**	135.690
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Amortização dos direitos sobre jogadores	**175.729**	181.335
Depreciação de imobilizado e amortização de outros ativos	**7.731**	6.913
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	**(4.748)**	12.235
Provisão para contingências	**(12.203)**	(7.248)
Despesas financeiras - juros de empréstimos	**1.748**	8.290
Despesas financeiras - correção monetária de impostos a pagar	**16.810**	9.882
Outras atualizações monetárias de ativos e passivos	**(4.537)**	(5.620)
Alienação de ativo não circulante mantido para venda	**(3.118)**	-
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Contas a receber	**(16.218)**	8.472
Estoques	**333**	(722)
Despesas antecipadas	**(8.810)**	14.772
Depósitos judiciais	**(1.167)**	5.502
Outros ativos	**(5.911)**	4.593
Fornecedores	**28.334**	23.377
Impostos e contribuições sociais	**(58.988)**	(26.278)
Obrigações trabalhistas e sociais	**(8.767)**	1.571
Adiantamentos recebidos	**4.104**	(19.960)
Outros passivos	**-**	(11.186)
	429.867	341.618
Pagamento de juros	**(11.704)**	(12.399)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**418.163**	329.219
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	**(10.492)**	7.651
Pagamento pela compra de direitos de jogadores	**(272.510)**	(245.081)
Contas a pagar com a transferência de jogadores	**19.690**	9.804
Contas a receber com a transferência de jogadores	**(86.764)**	68.282
Compras de imobilizado	**(39.341)**	(13.894)
Alienação de ativo não circulante mantido para venda	**9.414**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(380.003)**	(173.238)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	**(31.533)**	(35.944)
Pagamento de impostos parcelados	**(9.027)**	(10.333)
Caixa consumido (gerado) nas (pelas) atividades de financiamentos	**(40.560)**	(46.277)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**236.887**	127.182
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**234.487**	236.887
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(2.400)**	109.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Clube de Regatas do Flamengo ("Flamengo" ou "Clube"), com sede na Avenida Borges de Medeiros nº 997, Rio de Janeiro, é uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover reuniões e diversões de caráter desportivo, cultural, cívico e recreativo, reconhecido como de utilidade pública pela Lei nº 1.516, de 8 de novembro de 1967. O Flamengo foi constituído por prazo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube. Em 31 de dezembro de 2023, o Clube apresenta um capital circulante líquido positivo no montante de R$80.632 (R$53.748 negativo em 31 de dezembro de 2022). Sazonalidade. Existem efeitos sazonais significativos nas operações do Clube, pois as receitas do futebol (que representam aproximadamente 91% e 92% das receitas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente), tendem a ocorrer durante os períodos das competições anuais, que no exercício de 2023 ocorreram conforme abaixo:

Competição	Período de participação do Clube
Supercopa do Brasil	28/01/2023
Campeonato Carioca	12/01/2023 a 09/04/2023
Copa do Mundo de Clubes da Fifa	01/02/2023 a 11/02/2023
Recopa Sul-Americana	21/02/2023 e 28/02/2023
Campeonato Brasileiro	15/04/2023 a 03/12/2023
Copa Libertadores da América	07/02/2023 a 11/11/2023
Copa do Brasil	21/02/2023 a 23/09/2023

Além disso, existem períodos específicos do ano em que os clubes de futebol podem transferir jogadores de outros países para a sua equipe ("janela de transferência"). Essa transferência é completada após registrar o jogador no novo clube através da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que regula o processo de forma geral e estabelece duas janelas, sendo uma no intervalo entre as duas temporadas (máximo de 12 semanas) e outra janela mais curta (máximo de um mês) no meio de

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/0001-99

uma temporada. Os períodos específicos dependem do ciclo da temporada e são determinados pelas autoridades nacionais de futebol. A janela de transferência de uma determinada confederação de futebol regula apenas as transferências internacionais. A janela da confederação que o jogador está deixando, não precisa estar aberta para que ocorra esta transferência. No Brasil, a janela de pré-temporada em 2023 ocorreu no período entre 10 de janeiro a 03 de abril de 2023 e a janela no meio da temporada ocorreu entre 03 de julho a 2 de agosto de 2023. Porém, as janelas dos Clubes europeus destoam da brasileira, devido ao período das suas competições, que de forma geral, resulta em uma janela de pré-temporada até o fim de agosto e uma no meio da temporada, no mês de janeiro. Nesse sentido, nota-se uma movimentação relevante de compra de direitos sobre atletas nos períodos das janelas de transferência brasileira e de vendas nos períodos das janelas europeias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho Diretor ocorreu em 11 de março de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, específicas para entidades desportivas (ITG 2003 (R1)) e sem fins lucrativos (ITG 2002(R1)). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Clube no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. O Clube revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Clube. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Conversão em moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que o Clube reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, o Clube determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. **2.2. Ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais. **2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.4. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro, de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. A norma de instrumentos financeiros contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensuradas ao custo amortizado; (ii) valor justo dos outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado. O Clube considerou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma. O Clube reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros. Essa categoria inclui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos financeiros. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada. O Clube classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. *Ativos financeiros - custo amortizado.* São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. *Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado.* São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. *Ativos financeiros - mensuração inicial.* No reconhecimento inicial o Clube mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. *Ativos financeiros - mensuração subsequente.* Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. *Redução ao valor recuperável.* O Clube reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Administração levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e das contrapartes e estabeleceu uma matriz de provisionamento baseada em sua taxa histórica de inadimplência, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico. *Passivos financeiros - reconhecimento inicial.* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). *Passivos financeiros - mensuração subsequente.* Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Os principais ativos e passivos financeiros do Clube são: Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Contas a receber (incluindo transferência de jogadores). O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades do Clube, licenciamento de marca e patrocínios, sendo avaliado no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Clube não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente, representando a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Contas a pagar a fornecedores (incluindo na transferência de jogadores). As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Outros ativos e passivos financeiros. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.5. Propriedades para investimento.** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao custo histórico, menos provisão para depreciação e, quando aplicável, por perda na redução ao valor recuperável, porém com divulgação adicional de seu valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento o Clube avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Clube contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso. **2.6. Imobilizado.** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Custo atribuído. Terrenos e edificações estão demonstrados pelo custo atribuído ("*deemed cost*" nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012), calculados a partir de 1º de janeiro de 2012 (suportado por laudo de peritos independentes), deduzidos de depreciação (quando aplicável), e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) a partir dessa data. **2.7. Intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em transferência de direitos sobre atletas corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Atletas profissionais. Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com atletas profissionais, formados na base, que são transferidos da rubrica "atletas em formação" para "atletas profissionais", quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato profissional. Atletas em formação. Neste saldo são reconhecidos os gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica etc.), considerando os valores para os quais são esperados benefícios econômicos, tomando como base o percentual de sucesso que considera o histórico de atletas que se tornam profissionais sobre o total de atletas em formação, sendo revisado anualmente. Essa taxa é revisada a partir do momento em que os atletas em formação assinam contratos de trabalho como profissionais. Para tanto, a gestão do futebol de base, realiza semestralmente a avaliação dos atletas da base para avaliar a viabilidade técnica e definir os atletas aptos a continuarem o processo de formação profissional. Nesta avaliação, aqueles que não apresentarem bom desempenho são dispensados e todo o saldo previamente contabilizado como intangível é baixado contra o resultado do exercício. Direitos econômicos sobre atletas profissionais. Nessa rubrica são registrados os direitos econômicos de atletas profissionais adquiridos pelo Clube pelos valores nominais constantes nos contratos de compra dos atletas, líquidos e das amortizações realizadas de acordo com o prazo contratual para a parcela ativa. Os pagamentos são realizados de acordo com os cronogramas financeiros previstos contratualmente. **2.8. Impostos e contribuições.** O Clube é uma associação sem fins lucrativos, portanto goza dos seguintes benefícios fiscais: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal. Programa para Integração Social (PIS): pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): recolhimento da quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta. **2.9. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso. O Clube é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Reconhecimento de receita.** A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Clube conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Clube estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos direitos ou serviços. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de direitos profissionais sobre atletas fornecem aos clientes o direito de rescisão caso algumas condições não sejam satisfeitas em um período pré-determinado, condições essas que dão origem a contraprestação variável. Receita de repasse de direitos federativos sobre atletas. Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas quando os contratos são assinados e/ou os direitos profissionais sobre atleta são transferidos ao outro clube. Receita de mecanismo de solidariedade. Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes contratuais de cada transação de venda de direitos profissionais sobre atletas não são de conhecimento público, o processo de solidariedade é efetuado através da FIFA, que centraliza a captura das informações junto ao Clubes, calcula os montantes devidos e informa aos clubes formadores. Portanto, somente neste momento os valores passam a ser conhecidos, mensuráveis e as respectivas receitas reconhecidas. Receita com direito de transmissão de jogos. As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos. Nos casos de torneios como a Copa do Brasil e Libertadores, a receita é reconhecida pelos valores determinados e recebidos conforme participação em cada fase do torneio. Receitas de publicidade (patrocínios diretos). As receitas com patrocínios diretos são contabilizadas por competência com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube. Receitas de publicidade (patrocínios incentivados). As receitas com patrocínios incentivados são contabilizadas com base na utilização dos recursos incentivados, pois em caso de não utilização de recursos durante o período do projeto, o mesmo pode ser prorrogado e/ou se faz necessário a devolução do saldo remanescente ao Governo que liberou a compensação, podendo ser estadual pelo ICMS ou Federal com o Imposto de Renda. Receitas de royalties (Licenciamento de produtos). A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados. Receitas com quadro social. A receita com associados é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nas associações, podendo ser de sócios do Clube, de fora do Rio e Torcedor. Receitas de bônus de assinatura (Luvas). A taxa inicial não restituível é reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços são prestados, pelo regime de competência. Receitas de bilheteria. As receitas de bilheteria são contabilizadas com base nos borderôs dos jogos conforme a realização dos eventos. **2.11. Informações por segmento.** O Clube opera apenas no segmento desportivo. Além da análise do segmento como um todo, foi incluída divulgação adicional do resultado, para atendimento à ITG 2003 (R1), desagregando o resultado de cada esporte (Futebol, Olímpicos, Clube Social e Outros). **2.12. Demonstração dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **2.13. Demonstração do resultado abrangente.** O Clube não possui itens de receitas e despesas com natureza que afete a demonstração do resultado abrangente. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras do Clube requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: *Provisões esperadas para créditos de liquidação duvidosa.* As provisões esperadas para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores a receber, considerando o histórico de recebimento por devedor, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Vida útil dos ativos imobilizado e intangível.* A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso do Clube, a avaliação considera o impacto gerado sobre a unidade geradora de caixa e faz uma avaliação de indicativos de *impairment* para cada um dos jogadores, para identificação de potenciais evidências claras de desvalorizações individuais. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Este critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida, os quais são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso e quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. *Provisão para contingências.* O Clube registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. O Clube também está sujeito a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. *Intangíveis - viabilidade técnica para capitalização de despesas de custos com formação.* Semestralmente é realizada uma avaliação dos atletas das categorias de base para avaliar a viabilidade técnica e definir os atletas aptos a continuarem o processo de formação profissional. Essa avaliação, considera em suas premissas o desempenho, histórico de profissionalização e projeções de recuperabilidade dos candidatos a atleta. *Programa de pontos de fidelidade.* O Clube possui um programa de pontos de fidelidade, que permite aos associados acumularem pontos que podem ser trocados majoritariamente por experiências ou eventualmente por produtos gratuitamente. Os pontos de fidelidade geram uma obrigação de performance separada, pois fornecem um direito ao sócio de acordo com as regras do programa. Desta forma, uma parcela do preço da transação seria alocada aos pontos de fidelidade concedidos com base no preço de venda individual relativo, e reconhecida como um passivo de contrato até que os pontos sejam resgatados. A receita seria reconhecida no momento do resgate de produtos pelo sócio. Ao estimar o preço de venda individual dos pontos de fidelidade, o Clube considera a probabilidade de o associado resgatar os pontos. O Clube atualiza suas estimativas dos pontos que serão resgatados, e quando cabível realiza ajustes ao saldo passivo do contrato são lançados contra receita. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração concluiu que a obrigação gerada pelo programa não é material para fins de registro e divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	2023	2022
Caixa e bancos	**440**	63.340
Aplicações financeiras	**234.047**	173.547
	234.487	236.887
Caixa restrito	**28.073**	17.581
	262.560	**254.468**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa contempla numerário em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, baixo risco de variação no valor de mercado e vencimentos não superior a três meses. Os equivalentes de caixa estão representados por depósitos em aplicações financeiras de renda fixa que tiveram uma remuneração média entre 101,17% CDI (CDB) e 104,25% CDI, rendimentos de poupança para as contas incentivadas em 2023 média de 11,27% a.a. e fundos de liquidez imediata com remuneração média de 89,57% do CDI. O caixa restrito refere-se aos valores destinados aos projetos incentivados do Clube, voltados principalmente para o desenvolvimento de esportes olímpicos. Esses recursos podem ser usados apenas nesses projetos previamente aprovados.

4. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber é composto, substancialmente, pelos valores a receber pelo licenciamento da marca do Flamengo, patrocínios e rendas dos jogos, conforme segue:

	2023	2022
Licenciamento de marca e patrocínio	**62.878**	45.250
Renda de jogos	**2.736**	3.218
Outros	**4.606**	3.223
Provisão premiação	**1.370**	-
Cessão jogadores - Copa do mundo 2022	**-**	3.681
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	**(32.904)**	(37.652)
	38.686	17.720
Circulante	**38.686**	17.720
Não circulante	**-**	-

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**(37.652)**	(25.417)
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**4.748**	(12.235)
Saldo no final do exercício	**(32.904)**	(37.652)

Em 31 de dezembro, a composição dos saldos de contas a receber por vencimento era como segue:

			Vencido			
	Total	A vencer	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	Acima de 180 dias
2023	71.590	5.855	8.510	13.831	10.490	32.904
2022	55.372	12.351	4.110	1.824	3.254	33.833

5. CONTAS A RECEBER COM A TRANSFERÊNCIA DE JOGADORES

		2023	2022
Arsenal Football Association Limited	(i)	**6.954**	-
Crystal Palace Footbaal Club	(ii)	**58.839**	-
Eintracht Frankfurt Fussball AG	(iii)	**2.140**	-
Fenerbaçe Futbol		**-**	5.845
Gangwon Football Club	(iv)	**3.873**	-
Lommel SK	(v)	**20.435**	-
Olympiacos FC	(vi)	**2.243**	-
Olympique De Marseille		**-**	36.419
Olympique Lyonnais Sasu	(vii)	**436**	4.009
Red Bull Bragantino Futebol Ltda.	(viii)	**3.041**	5.368
Union Deportiva Almeria, SAD	(ix)	**12.832**	27.833
West Ham United Football	(x)	**6.044**	7.297
Wolverhampton Wanderes Football	(xi)	**59.992**	-
Outros		**790**	3.994
		177.619	90.855
Circulante		**123.423**	53.821
Não circulante		**54.196**	37.034

(i) Refere-se ao *sell on fee* da venda do atleta Pablo Mari Villar pelo Arsenal ao Monza, representado por 2 parcelas de EUR 650 com vencimento em 30/08/2024 e 30/08/2025. (ii) Em 1º de agosto de 2023, o Clube realizou a venda dos direitos federativos do atleta Matheus França de Oliveira ao Crystal Palace Football Club por EUR 20.000, sendo a 1ª parcela de EUR 9.000 paga em 27/09/2023, sendo a condição de pagamento do saldo remanescente da seguinte forma: 2ª parcela de EUR 9.000 com vencimento em 31/07/2024 e um total de 3 parcelas adicionais com valor individual de EUR 666 com vencimento em 31/07 de cada ano a partir de 2025. (iii) O saldo em aberto refere-se à última parcela de EUR 400 dos direitos econômicos do atleta Kauã Morais Vieira dos Santos ao Eitracht Frankfurt Fussball AG com vencimento em 20/09/2024. (iv) Em 3 de julho de 2023, o Clube vendeu os direitos econômicos do atleta Victor Gabriel Ferreira ao Gangwon Football Club por USD 1.200, sendo o saldo remanescente a receber em 31/12/2023 com vencimento da seguinte forma: total de 2 parcelas iguais de USD 400, sendo a primeira paga em 31/01/2024 e a segunda com vencimento em 30/06/2024. (v) Refere-se ao *sell on fee* na venda dos direitos federativos do atleta Vinicius de Souza Costa pelo Lommel SK ao Sheffield United no valor total de EUR 3.720 em 3 parcelas de EUR 1.240 com vencimento anual em 31/08 a partir de 2024. (vi) Em 21 de janeiro de 2023, o Clube concluiu a venda do jogador Ramon Ramos Lima ao Olympiacos FC pelo montante de EUR 1.500, sendo o saldo remanescente em 31/12/2023 no valor de EUR 425 sendo paga em 31 de janeiro de 2024. (vii) O saldo em aberto de EUR 82 refere-se ao mecanismo de solidariedade da venda do atleta profissional Lucas Paquetá do Olympique Lyonnais Sasu ao West Ham United Football, sendo EUR 21 com vencimento em 31 de outubro de 2024 e o saldo remanescente de EUR 61 parcelado até 2027. (viii) Saldo em aberto refere-se à 2 parcelas de EUR 285 referentes ao *sell on fee* da venda do atleta Natan Bernardo de Souza pelo Red Bull Bragantino Futebol Ltda. Ao Napoli, com vencimento em 30/09/2024 e 30/09/2025. (ix) Em 31 de agosto de 2022, o Clube formalizou a venda do atleta profissional Lázaro Marques ao Union Deportiva Almeria, SAD. O saldo em aberto refere-se a EUR 1.200 sendo paga em 31/01/2024 e EUR 1.200 vencendo em 30/09/2024. (x) O saldo em aberto de EUR 1.130 refere-se ao mecanismo de solidariedade da venda do atleta profissional Lucas Paquetá do Olympique Lyonnais Sasu ao West Ham United Football, sendo o saldo remanescente em aberto em 31/1/2023 com o seguinte vencimento: parcela de EUR 283 com vencimento 31/08/2024, parcela de EUR 283 com vencimento em 31/08/2025, parcela de EUR 283 com vencimento em 31/08/2026 e última parcela com o mesmo valor com vencimento em 31/08/2027. (xi) Em 26 de janeiro de 2023, o Clube concluiu a venda do jogador João Victor Gomes da Silva ao Wolverhampton Wanderers Football Club pelo montante de EUR 18.700, sendo o saldo remanescente em aberto em 31/1/2023 com o seguinte vencimento: parcela de EUR 3.740 recebida em 31/01/2024 e outras duas parcelas iguais de EUR 3.740 com vencimento em 31/07/2024 e 31/01/2025.

6. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 22 de junho de 2018, o Clube celebrou acordo com a CBR 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo a Cyrela Brazi Realty S/A a garantidora fiadora, para comercialização de 103 unidades do Edifício Hilton Santos. O valor da contraprestação acordada foi de R$130.000, a ser adimplido pela incorporadora da seguinte forma: R$ 26.000, em caixa, sendo a primeira parcela de R$ 6.500, recebida em 2 de fevereiro de 2018, e a segunda parcela, de R$ 19.500, recebida em 22 de junho de 2018. R$ 104.000, através do adimplemento da obrigação de fazer a reforma e entrega ao Flamengo de 45 unidades, acrescidas de mais 1 área útil comum do condomínio, prontas e acabadas, do referido edifício, que permaneceram com o Clube. Durante o ano de 2023 o clube realizou a venda de 3 unidades, restando ainda 42 unidades registradas conforme a seguir no balanço do clube: **6.1. Ativo não circulante mantido para venda.** O Clube possui um total de 26 unidades do empreendimento Rio By Yoo (antigo Edifício Hilton Santos) com um custo de aquisição no valor de R$ 59.953 registrado no balanço patrimonial como ativo circulante mantido para venda; que se encontram desocupadas e disponíveis para venda imediata, sobre as quais existe a formalização quanto a decisão pela venda por parte da Administração, corroborada na ata de reunião extraordinária do conselho deliberativo realizada em 07 de agosto de 2023. O valor justo dessas unidades foi apurado de acordo com o preço médio do metro quadrado das unidades alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do referido empreendimento, totalizando o montante de R$ 88.850. **6.2. Propriedade para investimento.** As outras 16 unidades que o Clube possui no empreendimento Rio By Yoo (antigo Edifício Hilton Santos) estão registradas no grupo de propriedade para investimento no balanço patrimonial do Clube com um custo de aquisição no valor de R$ 38.625. Estas unidades se encontram desocupadas e são alvo de penhoras judiciais, sendo por isso mantidas no grupo de propriedades para investimento pelo valor do custo de aquisição. O valor justo dessas unidades foi apurado de acordo com o preço médio por metro quadrado das unidades alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do referido empreendimento, totalizando o montante de R$ 58.614.

7. INTANGÍVEL

Descrição	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Valor líquido	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Valor líquido
Atletas profissionais formados	**34.404**	**(25.663)**	**8.741**	29.343	(22.015)	7.328
Atletas em formação	**34.897**	**-**	**34.897**	33.462	-	33.462
Direitos econômicos	**1.129.238**	**(705.212)**	**424.026**	863.224	(533.443)	329.781
Software	**3.139**	**(1.723)**	**1.416**	3.139	(1.411)	1.728
	1.201.678	**(732.598)**	**469.080**	929.168	(556.869)	372.299

Movimentações do custo e amortização

	2021	Adições	dispensas	2022	Adições	dispensas	2023
Custo							
Atletas profissionais formados	24.960	4.745	(362)	29.343	**7.447**	**(2.386)**	**34.404**
Atletas em formação	23.811	28.062	(18.411)	33.462	**16.470**	**(15.035)**	**34.897**
Direitos econômicos	825.669	231.047	(193.492)	863.224	**273.143**	**(7.129)**	**1.129.238**
Softwares	3.139	-	-	3.139	**-**	**-**	**3.139**
	877.579	263.854	(212.265)	929.168	**297.060**	**(24.550)**	**1.201.678**
Amortização							
Atletas profissionais formados	(17.828)	(4.187)	-	(22.015)	**(3.648)**	**-**	**(25.663)**
Direitos econômicos	(549.787)	(177.148)	193.492	(533.443)	**(171.769)**	**-**	**(705.212)**
Software	(1.099)	(312)	-	(1.411)	**(312)**	**-**	**(1.723)**
	(568.714)	(181.647)	193.492	(556.869)	**(175.729)**	**-**	**(732.598)**
Intangível líquido	308.865	82.207	(18.773)	372.299	**121.331**	**(24.550)**	**469.080**

Composição das adições dos direitos federativos no ativo intangível realizadas em 2023

Jogador	Contraparte	Intermediador	Direitos federativos e luvas	Custos de transação com intermediação	Total reconhecido, incluindo custos Necessários
Allan Rodrigues De Souza	Clube Atletico Mineiro	Bertolucci Prop. Asses. Esport. Ltda. / Buga Assessoria em Marketing Ltda .	43.011	5.838	48.849
Ayrton Lucas Dantas de Medeiros	FC Spartak-Moscow JSC	B&C Consultoria e Assessoria Esportiva Ltda. / D&F Assessoria Esportiva Ltda. / SC & PB Consult. Asses. Esport. Ltda.	42.461	6.707	49.168
Filipe Luis Kasmirski	-	Savio Soccer Agenciamento Esportivo Ltda.	-	590	590
Gerson Santos da Silva	Olympique de Marseille SASP	TM9 Sports Ltda.	85.715	4.095	89.810
Giorgian Daniel de Arrascaeta	Deffensor Sporting Club	-	3.813	-	3.813
Guillermo Varela Oliveira	-	Soc Unip Oscar Betancourt / Imposto de Renda Intermediação	-	2.784	2.784
Leonardo Pereira	-	R13 Fussball Agenciamento Esportivo Ltda.	-	2.265	2.265
Luiz Araujo Guimaraes Neto	Major League Soccer LLC	Trust Sports Consultoria Esportiva Ltda	46.204	9.509	55.713
Matheus Cunha Queiroz	-	FJB Sports Ltda	-	485	485
Matheus França Silva	-	Life Pro Assessoria e Consultoria	-	1.138	1.138
Pedro Guilherme Abreu Dos Santos	-	Agência 90 Minutos Empreend. e Part. Ltda. / Football Capital Gestão Desportiva Ltda. / PGB Sports Management EPP / Pnine Sports Ltda.	4.304	3.263	7.567
Outros	-	-	10.492	469	10.961
			236.000	**37.143**	**273.143**

Composição das adições dos direitos federativos no ativo intangível realizadas em 2022

Jogador	Contraparte	Intermediador	Direitos federativos e luvas	Custos de transação com intermediação	Total reconhecido, incluindo custos Necessários
Aderbar Melo Dos Santos Neto	Club Athletico Paranaense	Team Of Future Brasil C.E. Ltda. / Juan Antonio Recasens Isart	15.563	1.951	17.514
Arturo Erasmo Vidal Prado	Arturo Erasmo Vidal Prado	-	4.504	-	4.504
David Luiz Moreira Marinho	-	Data Soccer Sports Administração	-	1.137	1,137
Erick Antônio Pulgar Farfan	ACF Fiorentina S.P.A.	Link Asses. Esportiva Prop. Ltda. / Fernando Felicevich	13.247	3.236	16.483
Everton Sousa Soares	Sport Lisboa E Benfica Futebol, S.A.D. / Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense / Fortaleza Esporte Clube Fabricio Bruno Soares De Faria /	Mrc31 Assessoria Esportiva Eireli	84.703	9.790	94.493
Fabricio Bruno Soares De Faria	Red Bull Bragantino	The Agency Brasil Ltda.	15.585	1.472	17.057
Filipe Luis Kasmirski	Filipe Luis Kasmirski	Savio Soccer Agenc. Esportivo Ltda.	3.408	999	4.407
Gabriel Barbosa Almeida	-	Bertolucci Asses. Prop. Esport. Ltda.	-	4.878	4.878
Giorgian Daniel De Arrascaeta	Defensor Sporting Club	Link Asses. Esport. Prop. Ltda. / Daniel Fonseca Sports Ltda.	-	7.688	7.688
João Victor Gomes Da Silva	-	B&C Consult. Asses. Esport. Ltda.	-	942	942
Mario Sérgio Santos Costa	Santos Fc	Treze Mz / Gjp Intermediação	-	1.590	1.590
Pablo Nascimento Castro	Fc Lokomotiv Moscow	-	17.342	-	17.342
Thiago Maia Alencar	Losc Lille As	Data Soccer Sports Adm. Ltda.	24.068	3.579	27.647
Outros	-	-	11.068	4.297	15.365
			189.488	**41.559**	**231.047**

Percentuais de direitos econômicos

Percentuais	2023 Profissionais	2023 Base	2023 Total	2022 Profissionais	2022 Base	2022 Total
0%	**4**	**6**	**10**	25	6	31
até 30%	**2**	**3**	**5**	12	4	16
31% a 50%	**2**	**2**	**4**	9	4	13
51% a 80%	**6**	**29**	**35**	8	41	49
81% a 99%	**8**	**15**	**23**	6	14	20
100%	**18**	**28**	**46**	12	44	56
	40	**83**	**123**	72	113	185

Redução ao valor recuperável. Os intangíveis do Clube são formados pelos custos de formação, de atletas profissionais formados e direitos federativos adquiridos. A Unidade Geradora de Caixa (UGC), foi identificada pela Administração como sendo a equipe, sendo adicionalmente feita uma avaliação individualizada sobre os indicativos de desvalorização. A Administração analisou o atual cenário e concluiu não haver indicativos de *impairment* que requeiram a realização do teste do valor recuperável.

8. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor líquido	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Valor Líquido
Benfeitorias na sede social	2,00%	**82.642**	**(16.968)**	**65.674**	71.125	(15.241)	55.884
Terreno	n/a	**57.466**	**-**	**57.466**	56.000	-	56.000
Benfeitorias	2,00%	**83.702**	**(14.651)**	**69.051**	75.691	(13.306)	62.385
Aparelhos, máquinas e acessórios	10%	**27.226**	**(13.202)**	**14.024**	18.067	(9.545)	8.522
Ativo/Obras em andamento	n/a	**32.767**	**-**	**32.767**	27.167	-	27.167
Outros	20%	**15.372**	**(6.560)**	**8.812**	11.727	(5.520)	6.207
		299.175	**(51.381)**	**247.794**	259.777	(43.612)	216.165

Movimentações do custo e depreciação

	2021	Adições	Vendas/ alienações	2022	Adições	Vendas/ alienações	2023
Custo							
Benfeitorias na sede social	71.125	-	-	71.125	**11.517**	**-**	**82.642**
Terreno	56.000	-	-	56.000	**1.466**	**-**	**57.466**
Benfeitorias	75.628	63	-	75.691	**8.011**	**-**	**83.702**
Aparelhos máquinas e acessórios	13.412	4.655	-	18.067	**9.159**	**-**	**27.226**
Ativo/Obras em andamento	19.300	7.867	-	27.167	**5.600**	**-**	**32.767**
Outros	10.418	1.309	-	11.727	**3.645**	**-**	**15.372**
	245.883	13.894		259.777	**39.398**	**-**	**299.175**
Depreciação							
Benfeitorias na sede social	(13.562)	(1.679)	-	(15.241)	**(1.727)**	**-**	**(16.968)**
Benfeitorias	(11.995)	(1.311)	-	(13.306)	**(1.345)**	**-**	**(14.651)**
Aparelhos máquinas e acessórios	(6.808)	(2.737)	-	(9.545)	**(3.657)**	**-**	**(13.202)**
Outros	(4.664)	(856)	-	(5.520)	**(983)**	**(57)**	**(6.560)**
	(37.029)	(6.583)	-	(43.612)	**(7.712)**	**(57)**	**(51.381)**
Imobilizado líquido	208.854	7.311	-	216.165	**31.686**	**(57)**	**247.794**

Análise de *impairment* do imobilizado. A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor dos itens que compõem o ativo imobilizado.

9. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Fornecedores nacionais	**72.167**	43.352
Fornecedores internacionais	**2.071**	85
Outros	**5.858**	8.327
	80.097	51.764
Circulante	**60.225**	34.566
Não circulante	**19.872**	17.198

10. CONTAS A PAGAR COM A TRANSFERÊNCIA DE JOGADORES

		2023	2022
Direitos sobre atletas, incluindo custos de aquisição	(i)	**248.224**	227.517
Ajuste a valor presente	(ii)	**(13.995)**	(12.978)
		234.229	214.539
Circulante		**137.159**	145.368
Não circulante		**97.070**	69.171

(i) Os direitos sobre atletas referem-se às aquisições de jogadores vindos de outros clubes. Do montante em aberto em 31/12/2023, R$3.011 refere- se à obrigação junto à Associazione Sportiva Roma S.P.A. devido à compra do atleta profissional Gerson Silva, R$6.686 se refere a compra do atleta profissional Thiago Maia junto ao Losc Lille S.A., R$285 à obrigação junto ao Defensor Sporting Club referente à compra de percentual de direitos econômicos do atleta profissional Giorgian De Arrascaeta, R$34.547 junto ao Sport Lisboa Benfica Futebol relacionada à compra do atleta profissional Everton Soares, R$21.269 junto ao FC Spartak-Moscow JSC referente à compra dos direitos econômicos do atleta Ayrton Lucas, R$40.116 referente à obrigação ao Olympique de Marseille SASP pela recompra do atleta Gerson Silva, R$20.376 junto ao Clube Atlético Mineiro referente à compra dos direitos do atleta Allan Rodrigues, R$36.679 junto à Major League Soccer LLC referente à compra do atleta Luiz Araújo e o restante pulverizado em obrigações também relacionadas com outras aquisições. Do montante em aberto em 31/12/2022, R$30.616 se refere ao à obrigação com a F.C. Internazionale de Milano S.P.A. relacionada à compra do atleta profissional Gabriel Barbosa, R$25.940 se refere à obrigação relacionada à compra junto à ACF Fiorentina do atleta profissional Pedro Guilherme, R$9.465 refere-se à obrigação junto à Associazione Sportiva Roma S.P.A. devido à compra do atleta profissional Gerson Silva, R$13.916 se refere à compra do atleta profissional Thiago Maia junto ao Losc Lille S.A., R$5.566 junto ao F.C Lokomotiv Moscow referente à compra do atleta profissional Pablo Casto, R$6.552 à obrigação junto ao Defensor Sporting Club referente a obrigação pela compra de percentual de direitos econômicos do atleta profissional Giorgian De Arrascaeta, R$7.514 junto ao Clube Atlhetico Paranaense referente a compra do atleta Profissional Aderbar Santos, R$56.361 junto ao Sport Lisboa Benfica Futebol relacionada à compra do atleta profissional Everton Soares, R$9.285 junto à ACF Fiorentina relacionada à compra do atleta profissional Erick Pulgar e o restante pulverizada em outros custos de aquisições. Os saldos acima mencionados não possuem juros e atualização monetária e por isso a entidade faz o cálculo de AVP. (ii) Os saldos acima não possuem juros e correção monetária, sendo apenas alvo de variação cambial quando aplicável.

11. EMPRÉSTIMOS

Banco	Spread	Moeda	Principal	Vencimento	Amortização	Garantia	2023	2022
Banco BRB	CDI + 0,27%	BRL	70.000	01/08/2023	Mensal	Contrato de Parceria com o BRB, Patrocínio Adidas e Contrato Globo	-	35.948
Circulante							-	35.948
Não circulante							-	35.948

Não havia quaisquer cláusulas restritivas previstas no contrato de empréstimo que foi liquidado pelo Clube antecipadamente em abril de 2023.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
Parcelamentos Lei nº 13.155 (i)		
IRRF	51.435	135.575
INSS	69.503	69.284
FGTS	7.307	7.710
Parcelamento Lei nº 14.148 (ii)		
IRRF	38.907	-
	167.152	212.569
Encargos sobre salário	11.486	17.416
IR sobre pagamento exterior	-	8.211
Outros impostos a recolher	9.451	6.638
	188.089	244.834
Circulante	32.546	48.246
Não Circulante	155.543	196.588

(i) Parcelamento de acordo com a Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento ao longo de 20 anos e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais, resultando em uma redução das obrigações de aproximadamente R$ 91.000, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Desde setembro de 2015, o Clube está recolhendo os tributos incluídos no referido Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. Dentre as condições estabelecidas pela portaria destaca-se o inciso 2º, do artigo 5º que determina que a entidade desportiva poderá reduzir: 50% da 1ª a 24ª parcela; 25% da 25ª a 48ª parcela; 10% da 49ª a 60ª parcela. (ii) Em agosto de 2023, com base na Lei nº 14.148/21, o Clube obteve uma redução de R$ 46.376 sobre o parcelamento constituído originalmente com base na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Referida redução obtida pelo Clube no contexto das condições do parcelamento realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecida no resultado do exercício, conforme Notas 21 e 22. De acordo com a portaria da PGFN nº 7.917/2021 as novas condições de pagamento são as seguintes: Da 1ª a 12ª prestação: 0,3% do saldo devedor; Da 13ª a 24ª prestação: 0,4% do saldo devedor; Da 25ª à 36ª prestação: 0,5% do saldo devedor; Da 37ª em diante: percentual correspondente à divisão do saldo devedor restante pela quantidade de prestações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de logo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2023 Valor	2022 Valor
2024	**12.687**	16.672
2025	**13.145**	16.672
2026 a 2035	**141.320**	179.225

A confirmação dos efeitos do Parcelamento "PROFUT" depende também da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que parte do montante hoje reconhecido no passivo do Clube poderá sofrer alterações. Adicionalmente, a manutenção do Clube no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa. Durante o ano de 2016, parte dos débitos referente ao parcelamento da Lei nº 13.155 foi homologada pela autoridade fiscal, conforme abaixo:

	2023 Homologado pela autoridade fiscal	2023 Pendente homologação	2023 Total	2022 Homologado pela autoridade fiscal	2022 Pendente homologação	2022 Total
Parcelamento Lei nº 13.155						
IRRF	**-**	**51.435**	**51.435**	84.070	51.505	135.575
INSS	**69.503**	**-**	**69.503**	69.284	-	69.284
FGTS	**7.307**	**-**	**7.307**	7.710	-	7.710
Parcelamento Lei nº 14.148						
IRRF	**38.907**	**-**	**38.907**	-	-	-
	115.717	**51.435**	**167.152**	161.064	51.505	212.569

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2023	2022
Salários a pagar	6.941	10.673
Provisão de férias	13.615	14.134
Rescisões a pagar	3.308	6.553
Outros	716	1.987
	24.580	33.347

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Clube é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, sendo essas discussões, quando aplicável, amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Composição do saldo

		Depósitos judiciais 2023	Depósitos judiciais 2022	Provisão para contingências 2023	Provisão para contingências 2022
Trabalhistas	(i)	11.400	10.679	80.752	84.075
Cíveis		41.872	37.822	7.292	16.172
Tributários		5.508	4.575	-	-
		58.780	53.076	88.044	100.247

(i) Entre as provisões de contingências trabalhistas, destacamos as causas relacionadas com a Superintendência Regional do Trabalho/Rio de Janeiro referente a diversas autuações da área trabalhista/ previdenciária, tendo como principais motivos o não pagamento do FGTS e multa indenizatória de 40%, no momento da demissão de colaboradores. Estas causas estão na esfera administrativa e tiveram início no período de 2013 a 2017.

Movimentação dos depósitos judiciais e da provisão para contingências

	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2021	52.958	117.726
Adições e atualizações	19.525	5.454
Transferência para contas a pagar	(13.627)	(10.231)
Reversão	(5.780)	(12.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.076	100.247
Adições e atualizações (i)	12.506	4.682
Reversão (ii)	(6.802)	(16.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.780	88.044

(i) Nas adições em depósitos judiciais temos: (a) R$ 5.600 referentes ao processo nº 0348001-52.2011.8.19.0001 da Federação da Associação dos Atletas Profissionais (FAAP). Posteriormente este mesmo valor foi baixado para resultado com a conclusão do acordo indenizatório entre as partes durante o ano de 2023. (b) R$974 depositados em função processo 5006766-09.2023.4.02.5101 referente ao cálculo do IR a ser recolhido da operação de câmbio relativo à aquisição dos direitos econômicos do Gerson. (c) R$ 4.537 referem-se à atualização monetárias dos depósitos judiciais em aberto em 31/12/2023. (ii) Em reversões temos: (a) R$ 9.384 de reversão de contingência provisionada ainda como consequência do acordo indenizatório com a Federação da Associação dos Atletas Profissionais (FAAP). (b) As demais reversões foram diluídas em contingências de processos trabalhistas. Perdas possíveis. Os processos envolvendo riscos de perda avaliados como possíveis, para os quais não foram registradas provisões, são resumidos como segue:

	2023	2022
Fiscais e previdenciárias	14.508	9.083
Trabalhistas (a)	86.994	85.240
Cíveis (b)	92.956	168.696
	194.458	263.018

(a) Entre os processos trabalhistas destacamos o processo de um ex-colaborador que requer a condenação do Clube ao pagamento de indenização por acidente de trabalho e pensão vitalícia decorrente de suposta lesão ocorrida em 2007 no montante de R$40.000. No entendimento do Clube este processo está fadado pela prescrição bienal. Outros processos são relacionados principalmente a reclamações de horas extras, 13º salário, aviso prévio, férias e FGTS e, nestes processos, não existem processos individualmente relevantes. (b) As principais discussões referem-se: (i) à ação Popular com o intuito de ver declarado nulo os contratos de patrocínios entre a CEF e o Clube, no valor original de R$ 25.000, distribuído sob o número 5023905-83.2013.4.04.7100. A ação foi julgada improcedente em 28/10/2016, aguardando-se o julgamento do recurso da parte autora; (ii) Processo 0312197- 52.2013.8.19.0001, no valor de R$ 2.000 trata-se de ação coletiva de consumo promovida pela Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – Procon – RJ (iii) Processo 0434584-64.2016.8.19.0001, no valor de R$ 14.500 trata-se de ação promovida pela HSports Comércio de Artigos Esportivos Ltda, em função de desacordo com os valores pendentes de recebimento pelo Flamengo, bem como cobrança de valores a título de reparação civil. (iv) Processo 0736141- 41.2019.8.07.0001, no valor de R$ 2.800 Trata-se de ação promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) – referente a ação civil pública pleiteando possíveis danos morais coletivos. (v)Processo 0030722-25.1994.8.19.0001 no valor de R$ 12.800 trata-se de ação promovida por Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. - refere-se à ação revisional de aluguel.

15. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS

		2023	2022
Televisionamento	(i)	21.969	43.185
Licenciamentos de marcas e patrocínio	(ii)	53.328	42.224
Projetos incentivados	(iii)	27.285	17.666
Receita a realizar Sócio Torcedor		219	2.680
Adiantamento Camarotes e Pacote Maracanã	(iv)	11.040	5.840
Outros adiantamentos		6.931	5.073
		120.772	116.668
Circulante		120.772	94.692
Não circulante		-	21.976

(i) Em 2016, o Clube assinou novo contrato de longo prazo para televisionamento dos jogos de futebol do Campeonato Brasileiro para as temporadas de 2019 a 2024. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao adiantamento a ser apropriado no próximo ano. (ii) Os adiantamentos recebidos de licenciamento de marcas e patrocínio refere-se, principalmente aos seguintes contratos: (i) em 05/10/2023, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Pix Star Brasilian N.V. pelo valor bruto de R$ 170.100 com validade até 31/12/2025, havendo um saldo de adiantamento de R$ 31.053 em 31/12/2023 que será apropriado ao longo do contrato; (ii) em 19/06/2023, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Tim Celular S.A., pelo valor bruto de R$ 7.000 com validade até 16/06/2024, havendo um saldo de adiantamento de R$ 6.650 em 31/12/2023 que será apropriado ao longo do contrato; (iii) em 10/01/2023, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Brax Produções e Publicidade Ltda., no valor bruto de R$ 24.000 com validade até 31/12/2024, havendo um saldo de adiantamento de R$ 2.880 em 31/12/2023 que será apropriado ao longo do contrato; (v) em 01/11/2021, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Ambev S.A. no valor bruto de R$ 27.500 com vigência de 6 anos a partir de 04/01/2022, havendo saldo de adiantamento de R$ 7.890 a ser apropriado ao longo do contrato. (iii) Leis federais e estaduais atualmente vigentes permitem que os contribuintes invistam parte do que pagariam a título de impostos em projetos esportivos aprovados pelo poder público. Os percentuais a serem destinados aos projetos como incentivo fiscal variam de acordo com o imposto em questão (por ex.: IRPJ, IRPF, ICMS) e a natureza do contribuinte - pessoas físicas ou jurídicas. Geralmente, os recursos obtidos pelo Clube são administrados em conta bancária específica, segundo procedimentos definidos pelos órgãos competentes, e estão sujeitos à prestação de contas, com o posterior arquivamento do projeto concluído. (iv) Valores referentes a adiantamentos recebidos de aluguel de camarotes para o ano de 2024.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme mencionado na Nota 1, o Flamengo foi constituído por prazo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube. Na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", o Clube reconheceu, em exercícios anteriores, os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre seus ativos fixos e propriedade para investimento, tendo sido o saldo realizado, nos exercícios de 2023 e 2022, pela depreciação dos ativos que lhe deram origem. Na rubrica "Superávit acumulado" estão refletidos os Superávits acumulados, líquidos de superávits, desde a constituição do Clube.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Futebol	1.245.194	1.082.190
Clube social e esportes amadores	128.629	94.544
Receita operacional bruta	**1.373.823**	1.176.734
Impostos e contribuições	(39.351)	(40.995)
Direito de arena	(18.599)	(23.310)
Deduções da receita	(57.950)	(64.305)
Receita operacional líquida	**1.315.873**	1.112.429

Receita operacional líquida por atividade:

Futebol	2023		2022
Mídia e publicidade convencional	422.259		495.586
Direitos de transmissão fixos	149.870		57.637
Participação, exposição e performance	96.286		264.739
Mídias digitais e serviços *"on demand"*	176.103		173.210
Patrocínio, publicidade e licenciamento	242.274		237.866
Licenciamento e royalties	58.879		88.063
Patrocínio e publicidade	183.395		149.803
Operações de jogos	258.976		199.275
Bilheteria	122.892	(i)	101.231
Estádio	46.132		25.561
Sócio Torcedor	89.952		72.483
Transferência de atletas	303.493		133.351
Venda de direitos federativos	294.379	(ii)	119.111
Empréstimos/Mecanismo de solidariedade	9.114		14.240
Outros	18.192		16.112
	1.245.194		1.082.190

(i) O Clube obteve R$122.892 em rendas de jogos no exercício de 2023 (R$101.231 em 2022), conforme detalhado a seguir:

2023	Renda bruta dos jogos	Custos diretos dos jogos	Resultado líquido	% do resultado líquido sobre a renda bruta	Quantidade de jogos
Libertadores	13.199	(8.620)	4.579	35%	4
Campeonato Carioca	21.356	(17.860)	3.496	16%	15
Campeonato Brasileiro	50.417	(31.901)	18.516	37%	19
Copa do Brasil	32.051	(15.053)	16.998	53%	5
Recopa Sul-americana	5.868	(3.231)	2.638	45%	1
	122.892	(76.665)	46.227	38%	44

2022	Renda bruta dos jogos	Custos diretos dos jogos	Resultado líquido	% do resultado líquido sobre a renda bruta	Quantidade de jogos
Libertadores	36.334	(14.163)	22.171	61%	6
Campeonato Carioca	8.246	(8.618)	(372)	-5%	14
Campeonato Brasileiro	42.700	(26.222)	16.478	39%	19
Copa do Brasil	13.755	(7.957)	5.798	42%	5
Supercopa do Brasil	196	-	196	100%	1
	101.231	(56.960)	44.271	44%	45

(ii) As principais vendas de 2023 e 2022 foram:

Atleta	Clube		Valor (USD/ EUR)	Valor R$
João Victor Gomes da Silva	Wolverhampton Wanderers Football Club	EUR	18.700	103.394
Matheus Soares Thuler	Rakuten Vissel Kobe Inc.	USD	1.000	5.343
Ramon Ramos Lima	Olympiacos FC	EUR	1.500	8.444
Mario Sergio Santos Costa	Fortaleza Esporte Clube	USD	400	1.912
Otavio Ataide da Silva	Futebol Clube Famalicão	EUR	500	2.680
Richard Rios Montoya	Guarani Futebol Clube	BRL	-	1.500
Max Alves da Silva	Major League Soccer (Colorado Rapids)	USD	250	1.236
Gustavo Henrique	Fenerbahçe Futbol As	EUR	1.300	6.796
Mateus Dias	Shabab Al Ahli Dubai	EUR	2.200	11.573
Pablo Mari	Football Association Limited	EUR	1.950	10.399
Vitor Gabriel	Gangwon Football Clube	EUR	1.200	5.746
Kauã Morais Vieira	Eintracht Frankfurt Fussball Ag	EUR	800	4.232
Matheus França	Crystal Palace Football Club	EUR	20.000	104.778
Leidiane Vila	Sas FC Fleury 91 Coeur D'Essonne	EUR	30	161
Natan Bernardo de Souza	Red Bull Bragantino	EUR	1.140	5.925
Vinicius de Souza	NV LOMMEL SK	EUR	3.720	20.260
				294.379

Atleta	Clube		Valor (USD/ EUR)	Valor R$
Fabricio Rodrigues Silva Ferreira	DNIPRO-1	USD	400	2.271
Kayque Soares Campos	Shabab Al Ahli Dubai Company LLC	USD	300	1.618
Max Alves da Silva	Major League Soccer, L.C.	USD	750	4.185
Michael Richard Delgado Oliveira	Al Hilal Saudi Club	USD	8.000	45.197
Robert Ayrton Piris da Motta Mendoza	Club Cerro Porteño	USD	1.000	5.673
Hugo Moura Arruda da Silva	Club Athletico Paranaense	EUR	1.200	6.595
William Souza Arão da Silva	Fenerbahçe Futbol	EUR	3.150	17.160
Lázaro Vinicius Marques	Union Deportiva Almeria, SAD	EUR	7.000	36.412
				119.111

Clube social e esportes amadores	2023	2022
Mídia e publicidade convencional	3.137	861
Direitos de transmissão fixos	-	108
Participação, exposição e performance	706	-
Mídias digitais e serviços *"on demand"*	2.431	753
Patrocínio, publicidade e licenciamento	80.719	58.538
Licenciamento e *royalties*	38.075	30.215
Patrocínio e publicidade	42.644	28.323
Operações de jogos	1.295	1.095
Bilheteria	375	363
Estádio	11	-
Sócio Torcedor	909	732
Outros	43.478	34.050
Quadro social	23.611	21.130
Escolas esportivas	7.162	6.301
Outras	12.705	6.619
	128.629	94.544

18. CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS E ESPORTIVAS

	2023	2022
Salários, encargos e benefícios a funcionários	(339.050)	(348.980)
Amortizações de direitos sobre atletas	(175.729)	(121.656)
Gastos com jogos e competições	(125.152)	(97.214)
Direito de imagem	(124.000)	(89.456)
Baixa de direitos econômicos de atletas profissionais	(9.515)	(41.580)
Materiais	(24.297)	(22.448)
Gastos com negociações de atletas	(31.831)	(18.366)
Baixa de direitos econômicos de atletas em formação	(15.035)	(18.411)
Manutenção	(13.141)	(15.469)
Luz, telefone e gás	(10.197)	(9.870)
Serviços profissionais	(7.600)	(7.599)
Repasse direitos econômicos	(25.941)	(6.400)
Depreciação de imobilizado/amortização de outros ativos	(7.097)	(6.032)
Água e esgoto	(7.186)	(4.269)
Assessorias e consultorias	(3.829)	(3.911)
Frete e transportes	(1.209)	(523)
Outros	(15.275)	(15.354)
	(936.084)	(827.538)

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Salários, encargos e benefícios a funcionários	(40.389)	(36.731)
Acordos diversos	(16.885)	(36.391)
Assessorias e consultorias	(18.278)	(9.831)
Honorários de advogados	(5.241)	(6.210)
Provisão para contingências	12.203	17.479
Serviços de terceiros	(1.925)	(1.203)
Outros gastos	(4.008)	(5.811)
	(74.523)	(78.698)

20. DESPESAS COMERCIAIS

	2023	2022
Anúncios e publicações	(13.757)	(11.724)
Fretes e transportes	(667)	(448)
Manutenção	(7.671)	(6.281)
Materiais	(3.583)	(1.730)
Outros gastos	(3.318)	(5.991)
Serviços profissionais	(2.875)	(4.997)
	(31.871)	(31.171)

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
Desconto obtido em reparcelamento tributário (NE 12)	19.440	-
Depreciação e amortização de outros ativos	(1.230)	(1.098)
Atividades sociais e esportivas	(2.737)	(3.142)
Reversão (Constituição) perda de créditos de liquidação duvidosa	4.748	(12.236)
Outros gastos	(1.917)	(1.870)
	18.304	(18.346)

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre empréstimos	(1.185)	(8.290)
Correção monetária	(16.810)	(9.882)
Variação cambial	-	(4.527)
Ajuste a valor presente	(7.636)	(7.745)
Outros	(5.026)	(3.830)
Total despesas financeiras	(30.657)	(34.274)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos (NE12)	27.887	21
Atualização monetária	6.298	6.823
Variação cambial	8.062	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	16.256	6.444
Total receitas financeiras	58.503	13.288
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27.846	(20.986)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

i) Remuneração do pessoal-chave da administração e da governança

	2023	2022
Salários e encargos sociais	9.157	8.408
	9.157	8.408

O pessoal-chave da Administração e da governança representa os diretores do Clube que atuam no dia a dia das operações.

24. DIVULGAÇÃO ADICIONAL DO RESULTADO

Apresentação do resultado operacional, para atendimento às diretrizes emanadas pela ITG 2003 (R1), conforme segue:

2023	Futebol (profissional e amador)	Esportes olímpicos	Clube Social	Outros	Total
Receita operacional líquida	1.193.418	43.527	26.164	52.764	1.315.873
Custo das atividades sociais e esportivas	(848.923)	(49.627)	(29.493)	(8.041)	(936.084)
Resultado bruto	344.494	(6.100)	(3.329)	44.723	379.789
Despesas/receitas operacionais					
Despesas administrativas	(2.680)	-	-	(71.843)	(74.523)
Despesas comerciais	(1.318)	-	-	(30.553)	(31.871)
Outras despesas/receitas	(2.632)	-	-	20.936	18.304
	(6.630)	-	-	(81.460)	(88.090)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	337.864	(6.100)	(3.329)	(36.737)	291.699

2022	Futebol (profissional e amador)	Esportes olímpicos	Clube Social	Outros	Total
Receita operacional líquida	1.016.087	41.117	23.534	31.691	1.112.429
Custo das atividades sociais e esportivas	(747.828)	(47.230)	(25.443)	(7.037)	(827.538)
Resultado bruto	268.259	(6.113)	(1.909)	24.654	284.891
Despesas/receitas operacionais					
Despesas administrativas	(2.725)	-	(319)	(75.654)	(78.698)
Despesas comerciais	(2.468)	-	(15)	(28.688)	(31.171)
Outras despesas/receitas	(2.797)	-	-	(15.549)	(18.346)
	(7.990)	-	(334)	(119.891)	(128.215)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	260.269	(6.113)	(2.243)	(95.237)	156.676

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria. Valor justo hierárquico. Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). • Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2023	Saldo contábil 2022
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	234.487	236.887
Contas a receber	Custo amortizado	-	38.686	17.720
Contas a receber da transferência de jogadores	Custo amortizado	-	177.619	90.855
Despesas antecipadas	Custo amortizado	-	11.272	2.462
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	58.780	53.076
			520.844	401.000

Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2023	Saldo contábil 2022
Fornecedores e outras obrigações	Custo amortizado	-	80.097	51.764
Contas a pagar da transferência de jogadores	Custo amortizado	-	234.229	214.539
Empréstimos	Custo amortizado	-	-	35.948
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	-	24.580	33.347
Adiantamentos recebidos	Custo amortizado	-	120.772	116.668
			459.678	452.266

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **25.2. Gestão de riscos.** As atividades do Clube a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Clube, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas. As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Clube está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Clube. Os principais riscos para o Clube são analisados a seguir. a) Risco de mercado e taxas de juros. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados do Clube ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Administração do Clube monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado, utilizando sempre que possível, a proteção natural proveniente do contas a pagar e do contas a receber mantidos em moeda estrangeiras em valores mais próximos possíveis. O Clube sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo ou do endividamento bancário. b) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de o Clube encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Clube na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Clube. O Clube monitora também, através do orçamento e revisões mensais, o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações, também a análise do risco através dos indicadores do *fair play* financeiro recentemente adotado pela CBF. c) Risco de crédito. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. O Clube está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao Contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Clube registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. d) Moeda estrangeira solicitada. O Clube possui contas a receber e pagar contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar norte-americano e euro), em decorrência de transações internacionais relacionadas principalmente com a negociação de direitos sobre atletas profissionais. O risco vinculado a estes ativos e passivos decorre da possibilidade de o Clube incorrer perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos em moeda estrangeira representam 31% do total do passivo em 31 de dezembro de 2023 (20% em 31 de dezembro de 2022). O Clube não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio. A administração entende que o risco de exposição a moeda estrangeira não é relevante frente a posição patrimonial e financeira.

26. SEGUROS

O Clube possui contratos de seguro de vida de todos os atletas, incluindo aqueles que possuem bolsa aprendizagem, conforme estabelecido no Art. 45 da Lei 9.615/98 e alterações posteriores. O prêmio contratado é de R$41 para 611 atletas, com capital total segurado de R$160.246. O Clube possui contratos de seguros para cobertura de operacional (danos materiais) para os seguintes ativos (i) Sede Gávea - R$108.915; e (ii) CT e Vargem Grande - R$54.138, com limite máximo de indenização de R$100.000 e vigência até 07 de agosto de 2024. O Clube possui contratos de seguros de responsabilidade civil com cobertura para Gávea e o Centro de Treinamento, com limite máximo de indenização de R$30.000 e vigência até 25 de julho de 2024.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo listamos eventos subsequentes que ocorreram até o momento e trarão impactos nas demonstrações financeiras do próximo exercício: Compras de direitos econômicos: Em 05 de janeiro de 2024, o Clube adquiriu os direitos econômicos do atleta Diego Nicolas de La Cruz Arcosa com um custo de aquisição de 16.000 USD pagos integralmente no dia 05/01/2024. Em 24 de janeiro de 2024, o Clube adquiriu os direitos econômicos do atleta Matias Nicolas Vina Susperreguy com um custo de aquisição de EUR 8.100, com o seguinte vencimento: primeira parcela de EUR 1.100 até 30/06/2024, segunda e terceira parcelas com montantes iguais de EUR 2.500 com vencimento em 20/06/2025 e 20/06/2026 e a última parcela de EUR 2.000 com vencimento em 20/06/2027. Em 1º de março de 2024 o Clube adquiriu os direitos econômicos do atleta Leo Rech Ortiz, com custo de aquisição de EUR 7.000, sendo a primeira e segunda parcelas no valor de EUR 2.250 com vencimento em 15/03/2024 e 15/10/2024 respectivamente, a terceira parcela no valor de EUR 1.000 com vencimento em 15/03/2025 e a quarta parcela no valor de EUR 1.500 com vencimento em 15/10/2025. Venda de direitos econômicos: Em 12 de janeiro de 2024, o Clube vendeu os direitos econômicos do atleta Aderbar Melo dos Santos Neto, para o Fortaleza Esporte Clube, por um valor total de USD 1.000, em dez parcelas iguais de USD 100, com a primeira parcela paga em 05/02/2024 e as demais com os seguintes vencimentos: 05/03/2024 a 05/06/2024 e 05/01/2025 a 05/05/2025. Em 12 de fevereiro de 2024, o clube vendeu os direitos econômicos do atleta Matheus França da Silva para o Sport Club Corinthians por R$ 21.480; sendo a primeira parcela no valor de R$4.027 paga no dia 04/03/2024, a segunda parcela no valor de R$ 4.027 tem vencimento no dia 17/03/2024, a terceira parcela cujo valor é R$ 8.055 tem vencimento no dia 05/08/2024, e a quarta e quinta parcelas no valor de R$ 2.685 vencendo em 05/08/2025 e 05/08/2026.

DIRETORIA

Luiz Rodolfo Landim Machado
Presidente
Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Vice-Presidente de Finanças

CONTADOR

Cristiano Siqueira Zubelli -
Contador - CRCRJ 087966/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

O Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo, no uso das atribuições definidas pelo artigo 115 do Estatuto, em deliberação realizada nesta data, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e havendo procedido à análise das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, as quais incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, ciente das observações registradas nesse Relatório, é de opinião que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente a situação patrimonial e financeira do Clube de Regatas do Flamengo em 31 de dezembro de 2023 e, por conseguinte, estão em condições de serem submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 26 de Março de 2024.

Sebastião Pedrazzi - Presidente. **José Pires da Costa Filho -** Vice-Presidente. **Carlos Bogel Borges -** Secretário Interino.
Henrique de Azevedo Ávila - Conselheiro Efetivo. **Paulo Roberto Gomes** - Conselheiro Efetivo.
Ricardo Jorge Hinrichsen Jr. Conselheiro Efetivo Interino. **Arian Bechara Ferreira -** Conselheiro Efetivo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria do **Clube de Regatas do Flamengo. Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras do Clube de Regatas do Flamengo (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Clube em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).** Conforme mencionado na nota explicativa 12, o Clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) em outubro de 2015 e, desde então, vem atualizando os débitos e recolhendo os tributos e contribuições incluídos no referido programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340, sendo que parte desses débitos, no montante de R$ 51.435 mil, ainda se encontra em fase de homologação pela autoridade fiscal. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC RJ-094644/O

MAIOR DO MUNDO | C.R FLAMENGO | www.flamengo.com.br

INÊS 249

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 260 LOTES - DIA: 11.06.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 11.06.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: SALVA2BG6CH629124 - 94DFCAP15NB129372 - 9BHBG51DBKP946580 - 9BGJB75E0GB103422 - 9BWAG45U2MT057328 - 9BD19713HJ3337079 - 9BFZC52P0CB910493 - 9BWJB09N06P011650 - 9BFZF55A8E8061468 - 9BWDA05U6DT273271 - 9BGXF19X04C159762 - 93YHSR6P5DJ508745 - 9BWAG45U2HT001007 - 9BFZD55P9EB651045 - 935SUNFN1JB505184 - 9BD27833A87028536 - 9BGRP4820FG401385 - 9BWAG412XFT561472 - 9BWAA05Z2C4067601 - 93YRBB006NJ950717 - 8AD2MKFWXBG021059 - 9BD11960SG1137331 - 93YBSR76HEJ895245 - 9BFZE16P858695412 - 9C2KC2220KR004578 - 9BGRG08F0CG194264REM - 9BGKL69U0JG265390 - 93HFA6670BZ135632 - 9BFZE55H4C8700832 - 9BGCA80X0DB242983 - LVVDB12B1ED011370 - 9BWAG412XHT520990 - 9BGKL48U0KB187237 - 9BD341A6NHB432383 - 3VWJE61K49M007176 - 9BGKT69L0EG151452 - 9BFZH54S2L8404194 - 9BHBG51CAFP392812 - 3N1AB6AD4DL634846 - 9BGKL48U0JB100438 - 9BFZH55L3K8246180 - 94DBCAN17KB103584 - 9BGSA1910AB225296 - 9BWDB05U0AT210675 - 9BWAB45U3ET014133 - 9BD15822AA6449872 - 9BGAV48C0BB216066 - 9BWDA05U6AT000598 - 935FCKFV87B514698 - 9BWDA05U1AT038370 - 93YHSRC4AGJ271860 - KNAKN811DB5064343 - 9BRB29BT2F2061192 - 9BGAB69C0AB170907REM - 9BGXH68607C133187REM - 9BGSU19F0CB236306 - 9BD17206LA3487092 - 935FCKFV88B536918 - 99ADJ78V5G4000652 - 9BGSU19F0CC201385 - 93HGM2620DZ115820 - 9BWAA05U3DT199634 - 8AD2MKFWXDG035942 - KMHDC51EBBU264349 - 9BGCA80X0DB282635 - 9BHBG51DBFP322707 - 9BD17101632297642 - 9BD197163E3143225 - 9BFZF55A4B8196412 - 9BFZF55A5D8344652 - LJ12EKS34N4705134 - 9BD19713NJ3338786 - 9BGJB69X0DB200874 - 9BGKS48L0DG238252 - 9C2KC2210PR001922 - 9BD11812EE1290461 - 9BGSA19X06B117989 - 8AD3DRFJ29G020909 - 93HGE6850AZ201669 - 9BGTW75C0AC216086 - 9BWAA05Z6A4104145 - 93YJA00254J504487 - 9BWHB09A73P012124 - 9BGRG08F0DG167469 - 93Y4SRD04FJ548876 - SALFA2BA8AH179005 - 9BD17144ZF7545995 - 9BWAA01J644027622 - 9362NKFWXBB028302 - 9BGAB69W08B194409 - 9BR72ZEC488690759 - 9BD119609D1103791 - 93HGM2500EZ201091 - 8AFFZZFFC9J207093 - 9BGXH75P0AC129650REM - 9362MKFWXBB045024 - 93YJA2B159J136430 - 9BWAA05ZXC4058905 - 93HGD38805Z104844 - 8A1BB8V059L287421 - 9BGXL75X0CC125249REM - 3KPF341EBLE199840 - 9BD341A5XKY572145 - 8AP17206LA2050310 - 9BGKS48V0KG100542 - 9BHBG51CAEP183301 - 93XPRK94W7C706343 - 93HGE6730BZ122037 - KMHSH81DP7U150560 - 9BWCA05W87T075292 - JSAJTD54VB4611174 - 9BFZF55A5A8042886 - 93YLSR7UHCJ198328 - 3FAHP0JA4AR330947 - 3FA6P0K92ER309323 - 9BFZK53P59B104014 - 8BCNDRFJVEG532015 - KNAHH811BA7297937 - 9BWAL45Z7G4017588 - 93YBSR7RHEJ770585 - 8AJDA8CB4R6055795 - 9BG148FK0MC405043 - 3VWDJ2164DM061011 - JMYLYV98WBJA00826 - 98861110XJK181560 - 8AFAR20FXFJ280726 - 9BGKS48U0JG148097 - 8AFSZZFFCJJ091916 - 94DBCAN17LB213315 - 93YLSR6RHBJ480284 - 9C6DG2550J0008844 - 9CDVU51AXKM100202 - 97NE67DF1RMBN6429 - 9C2KC2200KR083403 - 9C2ND1120KR001434 - 96PEXSJ13RFS00026 - 2FMDK4KC1DBB99652 - 93YHSR2LADJ596418 - 93YRHAMH7LJ145608 - 9BHGC813BLP162314 - 9BWBH6BFXL4089357 - 9BGRJ69809G195620 - 8A1LZBW26DL302495 - 936CLNFNVJB046155 - 988671171NKN10758 - 9BD17106LE5893022 - 8AGSA19109R137547 - 9BD27803A72555683 - 8BCLDRFJ29G522794 - 9BWDA05U1AT097418 - 9BD195152E0602995 - 3VW2J2168GM026130 - 9BD118121A1109490 - 8AD4CRFJUFG017267 - 1G1Z95EU2BF236227 - 3GNALHEV1AS507232 - 93HFB9640EZ174646 - 9BFZF55A0B8065347 - 9BFZD55J1EB724291 - 9BFZF54P9B8165629 - 3C63R3EL8NG349635 - 988591275RKR60604 - 935SLYFYYEB532162 - 9BWAA05W4CP032160 - 9BGSU19F0BB285641 - 93YHSR6P5DJ379280 - 9BGSU19F0CB219082 - 9BGKS48G0FG352625 - 9BWAA05U0AT123624 - 9BGRJ69809G224839 - 93YBSR7RHBJ800109 - 9BGEX76H0MB119624 - 8ANBD33B1ML760337 - 3N1CN8AE0ML864646 - 9BG138SF0BC406856 - SALCA2BE2GH571900 - 9BGRG08F0EG103587 - 93HGE68509Z121752 - 95PBFK31DRB047214 - 98861112XKK249505 - 8A1LZBW2TBL822293 - 9BWCA01J714052436 - 9BFZB55P0H8609984 - 9C2KC2500GR023387 - 9C2KC2200JR129393 - 9C2MC4400NR020605 - 9C6RG3140J0015364 - 9C2KF4300NR101487 - 9C2KC2200RR313910 - 93ZC0359ZL8490878 - 9BGRG08F0CG214338 - 9BD13531CC2191780 - 93Y5SRD04HJ416830 - SALFA2BA8AH209197 - 8AWPB05Z58A004513 - 8BCLCRFJWAG536585 - KNAKU811BF5583233 - 93HGD17607Z109099 - 9BGTR48C0BB209593 - 94DFCAP15LB226163 - 8AWPB05Z17A337824 - 9BGTD75J0CC195855 - 9BRB29BT5E2049083 - 935FCKFVYCB551324 - 9BFZK53A7DB439277 - 8A1BB8W05BL794855 - 8C3GM2640D1410229 - 93XSNKB8TECD82762 - 8A1FC1605GL792977.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - *ONLINE*
DATA: 1º Público Leilão 18/06/2024 às 14h45 | 2º Público Leilão 20/06/2024 às 14h45

ERBE INCORPORADORA

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **ERBE INCORPORADORA 019 S/A** - CNPJ nº 58.877.812/0001-08, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 122, 12º ANDAR**, "**TORRE Nº 04 – EDIFÍCIO COTOVIA**", **CONDOMÍNIO ILE ECO LIFE**, situado à Rua Francisco Marcondes Vieira, nº 3, esquina com a Rua Dr. Martins de Oliveira, no Jardim Londrina, 13º Subdistrito do Butantã, São Paulo/SP. Áreas: privativa coberta edificada de 94,730m²; comum coberta edificada de 69,134m², nela incluído o direito ao estacionamento de 02 veículos na garagem coletiva; total edificada de 163,864m²; comum descoberta de 39,722m²; total de 203,586m². FIT: 0,1868%. Matrícula nº 189.631 do 18º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 171.271.0438-6. Consolidação da Propriedade em 09/05/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 696.632,83. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 532.642,84**. **Ônus do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões; **iv)** **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **v)** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi)** constam indisponibilidades (Av.8, Av.12, Av.13, Av.15 e Av.19), e penhoras (Av.14 e Av.16) gravadas na matrícula do imóvel, que não impedem a venda do bem em leilão, cujas baixas ficarão a cargo exclusivo do arrematante, tendo a propriedade sido consolidada em favor da Credora Fiduciária. Ficam os Fiduciantes, **BRASIL D'ALLESSANDRO DE CAMARGO** – CPF: 084.703.008-30 e **RENATA MARIA ZANINI DE CAMARGO** – CPF: 148.673.538-09, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90046/2024,** referente ao processo nº **024.00065121/2024-03**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EQUOTERAPIA, EM ATENDIMENTO DE DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 24/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 10/06/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

("Companhia") - C.N.P.J./M.F. nº 14.522.178/0001-07 - NIRE 35.3.0041396-2

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2.024.

1. Data, Horário e Local da Assembleia: Realizada em 26/04/2024, às 15h00min, por meio de videoconferência eletrônica, nos termos do artigo 124, §2°- A da Lei n° 6.404, de 15/12/1976 ("Lei da S.A."), considerada realizada na sede social da Companhia, na Cidade de Campinas/SP, Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, Prédio Administrativo. **2. Convocação e Presença:** Conforme convocação enviada em 17 de abril de 2024, compareceram à presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionistas"), sendo regularmente instalado o conclave na forma do §4° do artigo 124 da Lei da S.A. Registra-se, também, que os representantes da Diretoria Executiva da Companhia, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria externa ficaram à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Paulo Fernandes Pereira, Diretor Vice-Presidente da acionista Aeroportos Brasil S.A., e secretariados por mim, Paula Paulozzi Villar. **4. Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31/12/2023; (ii) Destinação de lucro líquido, se existente; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato entre 01/05/2024 e 30/04/2026; (iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025. **Assembleia Geral Extraordinária:** (v) Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de maio de 2024 até abril de 2025, nos termos do Artigo 10, iv, do ES. **5. Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária:** 5.1. De início, o Presidente da mesa tomou a palavra e informou a todos sobre o recebimento dos votos escritos, enviados tanto pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero" ou "Acionista Pública") quanto pela Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA" ou "Acionista Privada"), documentos que vinculam o posicionamento dos representantes das Acionistas no presente conclave. Os votos ficarão arquivados na sede da Companhia. 5.2. Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade, deliberaram pela aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, conforme relatório emitido pela Auditoria Externa, que será arquivado em livro próprio na sede da Companhia. 5.3. Com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade, deliberaram pela não distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia não apresentou lucro; 5.4. Com relação ao item (iii) da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade, deliberaram pela eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, que terão mandato ente 01/05/2024 e 30/04/2026: João Villar Garcia, RG n° 5.030.478-1 SSP-SP, CPF/MF n° 796.994.728-04; Carlo Alberto Bottarelli, RNE nº W01334-P-SE/DPMAF/DPF, CPF/MF n° 185.211.779-68; Luiz Fernando Wolff de Carvalho, RG n° 877.564, CPF/MF n° 274.536.269-00; Luciano Barbosa Theodoro, RG n° 24.388.458-8, CPF n° 072.513.118-79; Roberto Duarte Gusmão, RG 2419879, SSP-PE, CPF 661.539.054-04; e Rogério Amado Barzellay, CPF n° 239.507.901-44, RG n° 521040 SSP/DF. 5.5. Com relação ao item (iv) da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade, deliberaram pela Eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato a ser exercido até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2025: O Sr. Antonio Carlos Bonini Santos Pinto, RG n° 7.615.443-9 SSP/SP, CPF/MF nº 026.230.088-50, ao cargo de Membro Titular do Conselho Fiscal, conforme indicação da acionista ABSA; O Sr. Bruno Shigueyoshi Oshiro, RG n° 17.589.821, CPF/MF nº 074.475.088-10; ao cargo de Membro Titular do Conselho Fiscal, conforme indicação da acionista ABSA; O Sr. Tome de Barros Monteiro da Franca, CPF n° 033.834.054-86, RG nº 5740008-SSP/PE, ao cargo de Membro Titular do Conselho Fiscal, conforme indicações da acionista Infraero. 5.6. Tanto os Membros do Conselho Fiscal quanto os do Conselho de Administração, ora eleitos, tomam posse de seus respectivos cargos na data desta reunião para o exercício de mandatos unificados, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, com declaração de desimpedimento, lavrados em livro próprio e que serão arquivados na sede da Companhia. Nesse sentido, os Membros eleitos, desde já, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. 5.7. Em função das deliberações constantes nos itens 5.4. e 5.5., acima, os conselhos da Companhia ficarão compostos da seguinte forma: a) Conselho de Administração, com mandato unificado a ser iniciado em 01/05/2024 que se encerrará em 30/04/2026: - João Villar Garcia; - Carlo Alberto Botarelli; - Luiz Fernando Wolff de Carvalho; - Luciano Barbosa Theodoro; - Roberto Duarte Gusmão; - Rogério Amado Barzellay; (b) Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025, passa a ter a seguinte composição: - Antonio Carlos Bonini Santos Pinto; - Bruno Shigueyoshi Oshiro; e - Tome de Barros Monteiro da Franca. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 5.7. Com relação ao item (iv) da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade, deliberaram pela aprovação da Remuneração Global dos Administradores da Companhia, conforme sugestão apresentada pelo Conselho de Administração, nos termos da documentação auxiliar, rubricada pelo secretário da mesa e arquivada na sede da Companhia. **6. Lavratura da Ata e Publicação:** Por unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2° do artigo 130 da Lei das S.A. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. Campinas, 26/04/2024. Jucesp nº 210.340/24-1 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.